

Handwritten marks and signatures in the top right corner.

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2018

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CACRIS
N.º Único 650281
Escritório/Sessão n.º 88 Data 06/02/2020

Remete-se o presente documento
ao Ex.º Sr. Presidente da 1.ª Comissão,
para ser por este recebido em audi-
ência no respectivo Presidente, a no-
vel se pretenda demonstrar a susten-
tabilidade dos respectivos contos. —
br, 04/02/2020

(F. NEGRÃO)

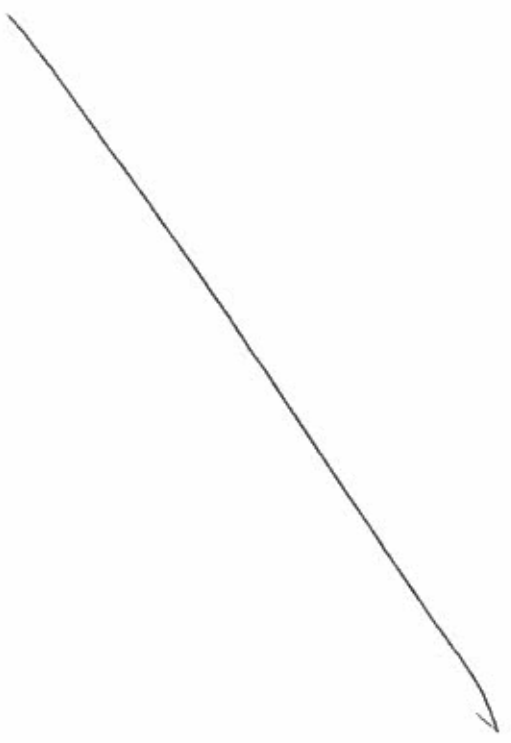
Distribuída - R.

20.2.5

W
W

~~W~~

M



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. RELATÓRIO SÍNTESE	21
3. ESTRUTURA ORGÂNICA	27
4. MOVIMENTO ADMINISTRATIVO	31
5. BENEFICIÁRIOS	
Movimento de Beneficiários	33
Universo de Beneficiários	41
6. PENSÕES E SUBSÍDIOS	
Pensões de reforma	47
Subsídios de invalidez	51
Subsídios de sobrevivência	54
7. BENEFÍCIOS IMEDIATOS	59
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	
Rendimentos	71
Gastos	83
Resultado Líquido do período	98
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	
Cobrança e dívida de contribuições	99
Dívidas de terceiros	112
Análise económica	113
Conjuntura e condicionantes envolventes	114
Opções estratégicas da CPAS	118
10. SÍNTESE ACTUARIAL	131
11. RESULTADO DO EXERCÍCIO	133
12. MENSAGEM DA DIRECÇÃO	135
13. MAPAS	139
14. ANEXOS	211

ANEXOS

Relatório de Gestão do Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior
 Orçamento e Plano de Actividades para 2019
 Relatório Actuarial e Estudo de Sustentabilidade
 Certificação Legal de Contas
 Parecer do Conselho de Fiscalização

V,

g

Uganda

W

M

1. INTRODUÇÃO

NO PLANO DA ACTIVIDADE GERAL

A Direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) tem a responsabilidade pela organização, elaboração e assinatura dos documentos de prestação de contas da CPAS relativos ao Exercício de 2018, o que se corporiza através do presente documento e seus anexos.

A actual Direcção da CPAS tomou posse e iniciou funções em 14 de Janeiro de 2017, ou seja, no primeiro ano em que se materializaram de forma relevante os impactos decorrentes da entrada em vigor do novo Regulamento da CPAS de 2015, designadamente o relativo ao primeiro dos aumentos da taxa contributiva.

O Exercício de 2018 correspondeu, ainda, ao segundo ano de actividade da actual Direcção da CPAS, sendo que quanto ao exercício de 2017, o primeiro semestre do ano foi praticamente consumido pela organização e apresentação dos documentos de prestação de contas do Exercício de 2016.

A prestação anual de contas na CPAS está legalmente sujeita a um detalhado calendário e a uma tramitação vasta e exigente, que importa reter até como forma de os Beneficiários poderem constatar que a CPAS se move em planos de grande rigor e exigência, controlo, fiscalização e transparência.

Até ao dia 31 de Março de cada ano, a Direcção elabora o Relatório e Contas do exercício (e respectivos anexos que dele fazem parte), com referência a 31 de Dezembro do ano anterior.

O Relatório e Contas inclui obrigatoriamente um Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e um Estudo de Sustentabilidade da CPAS, elaborados por uma Entidade Externa independente.

O Relatório e Contas inclui, ainda, um Relatório elaborado por uma Entidade Auditora Externa independente.

Até ao dia 8 de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, o Relatório e Contas é remetido ao Conselho de Fiscalização da CPAS (que inclui um Revisor Oficial de Contas designado pela respectiva Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) para emissão de Parecer.

Entre os dias 10 e 20 de Abril seguintes ao ano a que respeita, o Relatório e Contas está disponível para consulta pelos Beneficiários interessados na sede da CPAS e no respectivo site institucional, sendo igualmente enviadas cópias desse documento aos Conselhos Gerais da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução.

Até ao dia 30 de Abril, o Relatório e Contas, informado com o Parecer do Conselho de Fiscalização, é remetido ao Conselho Geral da CPAS será objecto de apreciação e emissão de Parecer.

Posteriormente, o Relatório e Contas é submetido à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas Áreas da Justiça e da Segurança Social.

Como se torna evidente, os documentos de prestação de contas da CPAS são anualmente sujeitos a uma permanente actividade de acompanhamento, controlo, parecer, auditoria e fiscalização por parte de várias entidades oficiais e entidades independentes, como sejam:

O Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, enquanto Entidades de Tutela.

O Conselho Geral da CPAS, enquanto órgão legalmente consagrado.

O Conselho de Fiscalização da CPAS, enquanto órgão legalmente consagrado.

O Auditor Externo da CPAS, enquanto entidade independente legalmente prevista para emissão de Relatório.

A Entidade Actuarial Externa, enquanto entidade independente legalmente prevista, que elabora todos os anos o Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e o Estudo de Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A Autoridade Tributária, através da Unidade de Grandes Contribuintes, acompanha também a CPAS desde Janeiro de 2018.

Os documentos de prestação de contas da CPAS são, pois, objecto de ampla divulgação pública e são escrutinados por múltiplas entidades, directa ou indirectamente, intervenientes no respectivo processo de elaboração, parecer, fiscalização, auditoria, acompanhamento e aprovação.

A actividade e a administração da CPAS, conformam-se, assim, através de um processo muito e diversamente participado, transparente e rigoroso que assegura o maior controlo e conhecimento da situação económica e financeira da Instituição e da sua sustentabilidade.

Também no ano de 2018 ocorreu uma mutação no plano de organização contabilística que a CPAS vinha aplicando (o POCISSSS - Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social) e que foi revogado com a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro, diploma este em que se preconiza a adopção do denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Tendo em consideração que o SNC-AP se aplica expressamente a entidades de Solidariedade e de Segurança Social e que através do mesmo especificamente se estrutura um plano de contas para este tipo de instituições, encontrando-se a CPAS neste universo e estando obrigada a remeter as suas contas à aprovação dos membros do Governo responsáveis pelos Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a assunção desta nova realidade tornou-se incontornável para a CPAS.

O ano de 2018 foi, pois, para a CPAS, um ano de transição no que respeita à implementação do SNC-AP, facto que constituiu um grande desafio para a estrutura operacional da Instituição e para o desenvolvimento de todas as suas actividades.

No presente Relatório e Contas procurou-se garantir a comparabilidade da actual informação económica e financeira com a anterior, apesar das alterações decorrentes da implementação do SNC-AP que modificam alguns dos critérios técnicos, valorimétricos e contabilísticos utilizados nos exercícios anteriores, os quais serão devidamente enquadrados nos correspondentes documentos de prestação de contas.

A Direcção desenvolveu uma intensa actividade de gestão que abrangeu todas as Áreas Operacionais da CPAS e todas as actividades que a Instituição prossegue, tendo sido ainda realizado um relevante esforço de interacção com as Entidades de Tutela e outras Entidades Oficiais no sentido de se alcançar uma plataforma de trabalho visando o estudo, o debate e a consagração legislativa de várias medidas tendentes, por um lado, a reforçar a vertente assistencial da CPAS e, por outro, a moderar ou ajustar conjuntamente o esforço contributivo dos Beneficiários.

Neste âmbito, foi publicado em 2018 o Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, que procede à primeira alteração ao novo Regulamento da CPAS, tendo tal diploma entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 2019.

A publicação do referido diploma legal foi o corolário de um intenso e desafiante processo iniciado imediatamente a seguir à tomada de posse da actual Direcção, através do qual, após ampla divulgação, se visou incrementar a vertente assistencial do Regime sem que, contudo, o inevitável impacto económico e financeiro resultante da adopção das várias medidas propostas e legalmente consagradas colocasse em causa a solidez e a sustentabilidade da CPAS.

O culminar deste processo teve na sua base a maior elevação institucional, a cooperação, a disponibilidade e o empenhamento dos parceiros institucionais naturais da CPAS (a Ordem dos Advogados e a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução) e das Entidades Públicas competentes para o efeito, em especial o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Através do referido diploma legal de Dezembro de 2018, consagrou-se:

Um **Indexante Contributivo (IC) próprio da CPAS** (IC=581,90€, corrigido com base no valor da inflação anualmente publicado pelo INE) para a determinação do montante das contribuições, afastando-se a referência e aplicação do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG).

1. INTRODUÇÃO

A determinação dos escalões contributivos e dos montantes de contribuições a pagar deixou, assim, de ficar dependente dos aumentos da RMMG, situação que automaticamente agravava, nos diferentes escalões, o montante das contribuições.

Um **Factor de Correção do Indexante Contributivo**, de menos 14%, para ser aplicado no ano de 2019, o que constituiu um mecanismo de moderação do montante das contribuições em todos os escalões contributivos em 2019.

Verificados determinados requisitos ou pressupostos legais, poderão eventualmente ser adoptados factores de correcção do Indexante Contributivo apurado nos anos 2020 e seguintes.

Um **quadro alargado de novos escalões contributivos** (no total de 26 escalões) o que proporciona aos Beneficiários uma maior possibilidade de escolha do valor da contribuição mensal, moderando-se a diferença de montante entre alguns dos escalões.

Uma **contribuição por parte dos Beneficiários reformados que se mantenham no activo**, obrigatória até aos 70 anos e facultativa a partir dessa idade, com o duplo alcance de possibilitar aos Beneficiários abrangidos melhorar o valor da sua Pensão de Reforma e atenuar eventuais impactos negativos que se verifiquem por acção da inflação, mas também fundar um elemento de solidariedade em relação a todos os demais Beneficiários que asseguram com as suas contribuições as responsabilidades da CPAS com o pagamento de reformas e subsídios.

A **eliminação da obrigação contributiva por parte dos Beneficiários estagiários**, o que não afasta o facto de ser da maior importância que, voluntária e imediatamente, estes Beneficiários iniciem o pagamento de contribuições, assim assegurando, desde logo, o acesso a vários Benefícios e a uma mais sólida formação da sua carreira contributiva.

A **redução do prazo de garantia para acesso à Pensão de Reforma**, de 15 anos para 10 anos, o que possibilita que com menos anos de contribuições os Beneficiários possam aceder a uma Pensão de Reforma.

A **possibilidade de suspensão temporária do pagamento de contribuições ou de redução temporária do escalão contributivo na situação de doença grave ou parentalidade dos Beneficiários** que se encontrem em carência económica, o que permite que, nas situações previstas no artigo 81.º-A do Regulamento da CPAS, os Beneficiários deixem temporariamente de estar obrigados ao pagamento das suas contribuições ou possam optar pela redução do seu escalão contributivo.

Aliás, a consagração desta última medida traduz ainda uma importante abertura da CPAS aos Institutos da Parentalidade e da Adopção, que é percussora de uma diferente percepção quanto à relevância destes Institutos e de uma nova abordagem a esta matéria.

No ano de 2018 consolidou-se o processo de reestruturação do modelo de organização interno, iniciado logo em 2017, que levou à definição de seis Áreas Operacionais (Organograma na página 188), com uma clara identificação dos respectivos responsáveis operacionais e a afectação dos diferentes colaboradores da CPAS por cada uma das referidas Áreas, bem como a definição e atribuição de funções e competências.

Também neste exercício foi dado mais um importante passo no sentido de dotar a CPAS de uma moderna organização de meios e recursos e de reforçar o rigoroso sistema interno de controlo e auditoria da sua gestão e actividades, criando-se duas novas Áreas Operacionais - a Área de Auditoria Interna e a Área de *Compliance*.

Estas Áreas Operacionais, para além da sua normal actividade e funções, articularão a sua acção com as entidades externas e independentes de auditoria, fiscalização, acompanhamento e actuariais, bem como com os demais órgãos da CPAS com funções de fiscalização e controlo da gestão.

Durante o ano de 2018 foram também formalizados múltiplos procedimentos internos relativos a aspectos administrativos e de funcionamento que, embora vindo já a ser seguidos em parte significativa, careciam de adequada sistematização e formalização.

1. INTRODUÇÃO

Sempre com o foco colocado na preocupação de contenção de custos de funcionamento e do peso do custo da estrutura, foram recorrentemente adoptadas medidas de contenção da despesa e de renegociação de contratos.

Neste quadro de contenção orçamental foi igualmente decidido, à semelhança do que já ocorrera no Exercício anterior de 2017, não proceder a quaisquer actualizações salariais dos colaboradores da CPAS, nem ampliar com significado o quadro de recursos humanos existente, ainda que as solicitações, os desafios e exigências próprias de um enquadramento cada vez mais complexo e impositivo o justificassem.

Em qualquer caso, prosseguiu-se na opção de privilegiar uma política de atribuição de um prémio anual pelo desempenho e mérito dos colaboradores da CPAS, com base em objectivos, numa avaliação rigorosa e programada da sua actuação ao longo do ano e sem que isso redunde no futuro em qualquer direito adquirido ou expectativa de tal.

O ano de 2018 foi também um ano particularmente exigente no que se refere à resposta da estrutura de recursos da CPAS, porquanto a Instituição se viu confrontada com a necessidade de implementação de inúmeras medidas e procedimentos resultantes da entrada em vigor do Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD).

Neste domínio houve necessidade de se apetrechar a CPAS com a colaboração de um DPO e de uma estrutura de recursos, externa e interna, com envolvimento de toda a estrutura da CPAS.

Essencialmente esteve em causa a adequação e formalização dos procedimentos já existentes nesta matéria com vista à implementação de um sistema desenhado em linha com o novo RGPD, respeitador, eficaz e rigoroso de protecção de dados e de confidencialidade da informação, o que levou à aprovação e implementação de medidas técnicas e organizacionais e de procedimentos para a integração dos princípios relativos à Protecção de Dados Pessoais nas operações de tratamento de dados efectuadas pela CPAS.

A CPAS foi sucessivamente confrontada durante o ano de 2018 com acções várias (manifestação pública organizada logo no início do ano e múltiplas intervenções junto de várias Entidades Públicas) por parte de grupos de Beneficiários que vêm contestando o enquadramento legal do Regulamento de 2015 e, em alguns casos, a capacidade económica e financeira, a sustentabilidade e a própria existência da CPAS, pugnando pela sua integração no Sistema Geral da Segurança Social.

Esta situação exigiu da estrutura da CPAS um significativo dispêndio de energias e de meios que poderiam ter sido canalizados para o esforço de melhoria das actividades e do Sistema da CPAS, tendo nomeadamente ficado prejudicado o reforço da atractividade da Instituição e o incremento da abertura da CPAS a outras profissões jurídicas, com a inscrição de novos Beneficiários.

No ano de 2018 e em face de decisões judiciais com sentidos diversos, desenvolveu-se intensa actividade, designadamente junto das Entidades de Tutela, no sentido de poder ser legislativamente clarificada a competência dos Tribunais para a tramitação das acções executivas relativas a dívidas dos Beneficiários por contribuições não pagas.

Não se logrou, contudo, obter essa clarificação legislativa, sendo que o desenvolvimento desta matéria impactou negativamente o esforço que vinha anteriormente sendo feito no sentido de incrementar fortemente a cobrança judicial de contribuições em dívida.

Espera-se que em 2019 se normalize esta situação, adoptando-se, se for o caso, outras abordagens ao problema que permitam prosseguir activamente com a execução de dívidas por contribuições não pagas, situação que, para além da lesão que implica num sistema previdencial de repartição e solidariedade, é potencialmente geradora de injustiça em relação aos Beneficiários que, com maior ou menor dificuldade, cumprem escrupulosamente a sua obrigação legal de contribuírem para o seu sistema de previdência.

Sem prejuízo, em 2018 a matéria da dívida de contribuições continuou a ser uma das prioridades da CPAS visando, de uma forma personalizada e consensual, soluções que possibilitem a regularização pelos Beneficiários da sua situação contributiva, como se ilustra através dos 871 acordos de pagamento que foram celebrados no exercício de 2018.

1. INTRODUÇÃO

No ano em análise foi lançado um Procedimento de contratação de um Seguro de Saúde de atribuição gratuita à generalidade dos Beneficiários da CPAS, ficando desde o primeiro momento perfeitamente definido que a abertura desse Procedimento não configurava ou determinava qualquer vinculação ou promessa, presente ou futura, por parte da CPAS, quanto à assunção de qualquer obrigação de celebrar o respectivo Contrato de Seguro.

O Júri do referido Procedimento, após detalhada análise das propostas apresentadas pelas entidades interessadas, emitiu parecer no sentido da não contratação do Seguro de Saúde, considerando que as diferentes propostas não reuniam as condições adequadas nem eram do melhor interesse da CPAS e dos seus Beneficiários, designadamente atenta uma análise da relação custo / benefício.

Oportunamente equacionar-se-á a adopção de um novo Procedimento de contratação de um Seguro de Saúde, na expectativa que as condições que venham a ser apresentadas pelas entidades interessadas possam corresponder ao melhor interesse da CPAS e dos seus Beneficiários.

Durante 2018, a CPAS, através da sua Direcção e dos diferentes responsáveis operacionais, desdobrou-se em múltiplas intervenções junto de órgãos/entidades institucionais e seus titulares, realizando várias apresentações, esclarecendo a sua realidade e evidenciando a sua capacidade económico financeira e sustentabilidade.

Salienta-se a presença da CPAS nas Jornadas de Estudo 2018 da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução (OSAE), a convite desta entidade.

Também em cooperação com aquela entidade, a CPAS participou nos Cursos de Estágio da OSAE apresentando um módulo de informação por forma a habilitar os estagiários com informação pertinente sobre a Instituição e permitindo o esclarecimento de dúvidas e erradas percepções, muitas vezes adquiridas em circunstâncias não adequadas à obtenção de informação fidedigna.

À semelhança do que ocorreu em relação à OSAE, a CPAS solicitou à Ordem dos Advogados a consideração da existência de um módulo de informação em todos os cursos de estágio promovidos, no sentido de aproximar a CPAS dos seus futuros Beneficiários e de esclarecer todas as dúvidas sobre a sua realidade.

A CPAS esteve também presente no Encontro Europeu de Mutualidades, em Madrid, a convite da Mutualidade de la Abogacía, onde foram abordados temas de interesse geral para as entidades participantes congéneres, como é o caso da fiscalidade, dos sistemas de protecção social na Europa e do futuro desses sistemas.

As múltiplas intervenções realizadas requereram, por parte da Instituição, um grande esforço operacional para suportar uma logística não esperada e, por parte dos membros da Direcção, uma disponibilidade que sobrecarregou as respectivas agendas, mas que conduziram a resultados positivos já que se logrou clarificar e esclarecer situações que ou não eram correspondentes à realidade ou, nalguns casos, estavam a ser distorcidas com propósitos pouco construtivos.

A CPAS mantém o propósito de prosseguir tal linha de actuação, ainda que tal exija com grande relevo um esforço pessoal dos membros da Direcção e uma dispersão que carece de cuidada atenção para que não se comprometam outros objectivos essenciais da gestão.

Ainda em 2018, a Direcção assegurou a realização de uma reunião do Conselho Geral da CPAS, destinada à apreciação e parecer sobre os documentos de prestação de contas do Exercício de 2017.

Também em 2018 foram endossados e resolvidos vários dossiers operacionais correntes, cabendo realçar:

A Convenção de Pagamento entre a CPAS e o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça (IGFEJ) relativa a uma dívida devidamente registada há vários anos nos documentos de prestação de contas, no montante de 6.606.399,63 Euros. A referida Convenção de Pagamento foi objecto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2018, de 26 de Dezembro de 2018, e colocou fim a um longo impasse quanto à cobrança da referida dívida, actualizada para 6.837.717,63 Euros.

A conclusão de praticamente todas as obras que já decorriam aquando do início do mandato da actual Direcção, com especial destaque para as do empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia, sem

1. INTRODUÇÃO

que ocorresse qualquer incidente de relevo, libertando-se a CPAS de um encargo significativo com um processo complexo e longo de recuperação do seu Património Imobiliário.

A colocação no mercado de arrendamento de toda a parte habitacional do empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia, constituiu uma operação de assinalável sucesso e de grande importância para a CPAS, que viu incrementar significativamente o rendimento proveniente dos seus investimentos financeiros através deste investimento de grande envergadura.

Em 2018 foram ainda promovidos os Procedimentos de contratação de entidades externas independentes para a realização anual dos Estudos Actuarias e de Sustentabilidade e para a Avaliação do Património Imobiliário da CPAS, situações impostas por Lei e por boas regras de gestão e organização contabilística.

Destes Procedimentos resultou a contratação e intervenção de novas entidades externas que se caracterizam, em cada uma das áreas referenciadas, como entidades multinacionais de referência e dimensão a nível internacional e em que a independência e a capacidade técnica são reconhecidas.

As Avaliações e os Estudos realizados em relação à Sustentabilidade e ao Património Imobiliário da CPAS mais do que confirmaram que quanto à Sustentabilidade é notória a recuperação do Sistema (embora para a estabilidade constante do Sistema seja necessária uma permanente monitorização e a adopção a médio prazo de pontuais novas medidas), quanto ao Património Imobiliário é na sua generalidade relevante a grande valia e potencial do mesmo.

A avaliação do Património Imobiliário da CPAS passou a processar-se com base na implementação do novo quadro legal previsto nas normas de relato financeiro do SNC – AP, publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, e na sequência de determinação dos Auditores Externos, sendo agora realizada todos os anos.

O Estudo Actuarial das Pensões em Pagamento e o Estudo de Sustentabilidade já resultavam de imposição legal, devendo estes Estudos ser realizados todos os anos.

8

NO PLANO DAS ÁREAS OPERACIONAIS

No plano de cada uma das Áreas Operacionais da CPAS, salientam-se os seguintes aspectos:

ÁREA JURÍDICA

Esta Área Operacional, tendo uma actuação transversal em relação a todas as demais Áreas Operacionais da CPAS, foi chamada em 2018 a intervir com profundidade em praticamente todos os assuntos e actividades da Instituição.

Como no anterior Relatório e Contas já se havia assinalado, trata-se de uma Área Operacional de fundamental importância, sobretudo numa organização com as características da CPAS.

Em 2018, esta Área Operacional teve uma relevante intervenção no intenso processo que culminou com a publicação do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, que procedeu à primeira alteração ao novo Regulamento da CPAS e que consagrou o conjunto de medidas que antes se evidenciaram e incrementam a vertente assistencial do Regime.

Esta Área Operacional concentrou-se, entre outros, no esforço de se conseguir uma clarificação legislativa quanto à competência material dos Tribunais para a tramitação das acções executivas com vista à cobrança coerciva de dívidas de contribuições não pagas pelos Beneficiários da CPAS.

Ainda em 2018, a Área Jurídica manteve, na sua vertente de contencioso, a incumbência do acompanhamento processual dos cerca de 1.500 processos executivos referentes à cobrança dos créditos contributivos da Instituição.

Neste domínio cabe referenciar o esforço e o empenho desta Área Operacional no sentido de promover um contacto personalizado com cada um dos Beneficiários cuja situação contributiva se encontra por

1. INTRODUÇÃO

regularizar, visando soluções extra-judiciais que possibilitem a respectiva regularização de uma forma consensual e profícua para todas as partes interessadas.

O apoio no acompanhamento de *dossiers* específicos da Área do Património Imobiliário que revestiam grande complexidade, responsabilidade e dimensão, foi outra das intervenções relevantes desta Área, bem como as *due diligences* efectuadas para suporte de operações de aquisição de imóveis.

A entrada em vigor do Regulamento Geral da Protecção de Dados (RGPD) implicou a intervenção desta Área no desafio de coordenação (em conjunto com a Área Informática) de todas as actividades inerentes à adequação e formalização das novas regras, no âmbito da actividade desenvolvida pela CPAS.

ÁREA INFORMÁTICA

Esta Área Operacional tem igualmente uma actuação transversal em relação a todas as demais Áreas Operacionais e continua-se a sublinhar a sua vital importância na organização geral da CPAS.

Neste sentido, tornou-se essencial a sua permanente operacionalidade e capacidade técnica para interpretar e resolver imediatamente as dificuldades que todos os dias continuam a colocar-se no tratamento de dados, organização e gestão da informação.

À semelhança do que sucede em qualquer entidade de natureza institucional, a Área Informática tende a consumir recursos financeiros significativos com actualização de *hardware* e *software* e a depender da inevitável prestação de serviços de terceiras entidades especializadas.

Em qualquer caso, e nesta área tão sensível para as operações da CPAS, tem sido feito um esforço significativo para manter internamente a capacidade e o *know how* que permitam diminuir a dependência face à intervenção de recursos externos e, bem assim, limitar os custos inerentes à prestação de serviços de terceiros.

Esta Área Operacional teve ainda em 2018 o desafio de coordenação (em conjunto com a Área Jurídica) de todas as actividades inerentes à implementação do RGPD na CPAS, numa primeira fase de levantamento e diagnóstico e, numa segunda fase, de implementação, em articulação com entidade externa especializada.

Para o ano de 2019 tem-se como objectivo o reforço da estrutura dos recursos humanos afectos a esta Área Operacional, em particular no que respeita à contratação de programadores, designadamente visando o desenvolvimento interno de ferramentas que permitam a implementação de melhores mecanismos de controlo interno nas diversas Áreas Operacionais.

ÁREA FINANCEIRA E DE GESTÃO DE ACTIVOS MOBILIÁRIOS

Nesta Área Operacional concentra-se informação e documentação de essencial importância para a CPAS, tendo a mesma a seu cargo a gestão técnica de um grande volume de dados, informação financeira, fiscal e documentos contabilísticos.

Esta Área Operacional continuou a assegurar a gestão do vasto conjunto de Activos Financeiros Mobiliários e as relações com as entidades financeiras que directamente asseguram a gestão discricionária dos referidos Activos Mobiliários.

Manteve-se igualmente nesta Área Operacional a relação com o conjunto de entidades financeiras - Bancos - que intervêm nas operações da CPAS designadamente assegurando as operações de pagamentos de Reformas, Subsídios e de outras prestações devidas aos Beneficiários.

O ano de 2018 foi particularmente desafiante para esta Área Operacional uma vez que se tratou de um ano em que 93% das classes de activos financeiros existentes nos Mercados a nível internacional apresentaram um retorno negativo. Apenas algumas dívidas soberanas (Americana e Europeia) apresentaram retornos ligeiramente positivos.

1. INTRODUÇÃO

Este comportamento dos Mercados colocou mais uma vez em evidência a resiliência e qualidade dos Títulos que constituem a carteira de Valores Mobiliários da CPAS face a desempenhos muito adversos dos Mercados Internacionais, tendo a intervenção desta Área Operacional na relação com as entidades de gestão sido muito intensa e desgastante.

A esta Área Operacional foi também exigido um especial esforço e empenho nos trabalhos que asseguraram a transição do plano de organização contabilística POCISSSS, revogado com a publicação do Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de Setembro, para o denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Esta Área Operacional foi responsável pela condução de um Procedimento de contratação de uma entidade externa independente para a elaboração do Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e um Estudo de Sustentabilidade da Instituição, que se encontram em anexo a este Relatório e Contas.

Cabe referir que este Procedimento se efectuou num quadro de grande exigência operacional já que a entidade externa independente que vinha realizando os referidos Estudos para a CPAS sempre se apresentou como uma entidade de referência e de importante dimensão a nível internacional, com reconhecida competência técnica, pelo que a adopção de um Procedimento desta natureza seria também sempre de grande exigência e teria de contar com entidades de idêntico nível.

A decisão de contratação, para a realização do Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e do Estudo de Sustentabilidade da Instituição relativo ao Exercício de 2018, veio a recair em entidade diferente da que anteriormente colaborou com a CPAS, mas igualmente tida como uma entidade externa independente de grande dimensão a nível internacional e de reconhecida competência técnica.

O Relatório Actuarial das Pensões em Pagamento e o Estudo de Sustentabilidade da Instituição agora organizado sob a responsabilidade desta nova entidade externa independente veio inequivocamente demonstrar a correcção dos Estudos até agora realizados, bem como a tendência positiva do reforço da sustentabilidade da CPAS e dos seus Activos Financeiros, sem descurar os permanentes desafios e riscos subjacentes que no domínio dos sistemas de previdência sempre se colocam.

Se hipoteticamente alguma dúvida existisse quanto ao rigor, à fiabilidade ou à segurança dos Estudos Actuariais e de Sustentabilidade anteriormente organizados sobre a CPAS, a intervenção desta nova entidade e os Estudos por ela organizados dissipariam imediatamente essa eventual ou hipotética dúvida.

Ainda no que respeita a esta Área Operacional e tendo por base um exigente processo de selecção e recrutamento, importa referenciar a contratação em 2018 de uma nova colaboradora, com formação superior em contabilidade e administração, para substituição de uma outra colaboradora que cessou o seu contrato de trabalho.

ÁREA DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Esta Área Operacional reveste igualmente grande importância já que desenvolve um conjunto de actividades operacionais muito exigentes, designadamente as relativas à gestão da carteira de imóveis, à manutenção/conservação desses activos e à interacção com vários operadores externos.

Prosseguindo a estratégia de reequilíbrio gradual do tipo de Investimentos Financeiros (Mobiliários e Imobiliários), visando atenuar a excessiva exposição percentual da CPAS em Investimentos Financeiros Mobiliários e com objectivo de mitigar riscos de mercado, procedeu-se, após o decurso de um processo de avaliação independente e de uma rigorosa *due diligence*, à aquisição de um imóvel, em zona nobre de Lisboa, destinado a arrendamento habitacional.

Visando interromper um ciclo de custos recorrentes resultantes da detenção de um imóvel degradado, sito na Rua da Carreira, Funchal, sobretudo pretendendo evitar entrar num processo de recuperação profunda do referido imóvel, com os inerentes riscos e dificuldades resultantes da gestão de múltiplas entidades prestadoras de serviços, decidiu-se colocar e mantém-se em venda no Mercado o referido imóvel, após realização de uma avaliação independente e tendo por referência o preço resultante dessa avaliação.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2018 foi emitida, em toda a extensão, a licença de utilização do empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia, processo este de grande complexidade e exigência e que foi também integralmente gerido pela Área do Património Imobiliário.

Em relação a este empreendimento - que apresenta significativa dimensão e encerra um investimento relevante - após a sua conclusão e obtenção do respectivo licenciamento, optou-se por uma colocação pública em mercado de arrendamento de todas as unidades habitacionais e unidades de estacionamento, tendo essa colocação sido um sucesso já que a mesma se concretizou em pouco mais de uma semana para a totalidade da parte habitacional. Espera-se que durante o ano de 2019 seja possível a colocação no mercado de arrendamento do edifício de comércio e serviços que integra também o empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia.

Sublinhe-se que todo o processo associado ao desenvolvimento, colocação e gestão deste empreendimento impactou fortemente a organização da Área do Património Imobiliário e exigiu de toda a estrutura da CPAS um esforço e empenho de grande intensidade, embora com a contrapartida do já confirmado sucesso desta operação, que comportava um risco inicial relevante, mas que agora se assume como um Activo Imobiliário fundamental e de grande valia, designadamente no que respeita ao rendimento a gerar anualmente.

Considerando a dimensão do empreendimento e a necessidade da sua manutenção e gestão directa das várias dezenas de arrendamentos, tornou-se necessário a deslocalização temporária de um colaborador da CPAS, bem como a contratação de um zelador residente, através de Procedimento de selecção e contratação.

Em 2018 esta Área Operacional foi ainda interveniente activa na condução de um Procedimento para a selecção e contratação de uma entidade independente para a avaliação anual de todo o Património Imobiliário da CPAS e, depois de contratada essa entidade independente, no acompanhamento de todo o processo de avaliação.

Sublinhe-se que estas acções resultaram não só de imposição legal, mas também de determinação dos Auditores Externos da CPAS, passando a avaliação do Património Imobiliário a realizar-se numa base anual.

Como já antes se referenciou, a contratação para a reavaliação da generalidade do Património Imobiliário recaiu sobre entidade independente de grande capacidade técnica e dimensão a nível internacional, tendo ainda intervindo pontualmente uma outra entidade independente de idêntica dimensão e capacidade na avaliação.

Conforme adiante melhor se detalhará, a avaliação realizada ao Património Imobiliário da CPAS veio a revelar a grande valia deste Património afastando, também aqui, quaisquer hipotéticas dúvidas em torno da sua real qualidade e grande valia.

ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Esta Área Operacional continuou a ter uma intervenção qualificada no domínio da gestão efectiva dos recursos humanos e na implementação e acompanhamento de iniciativas várias, designadamente na avaliação de desempenho e formação dos colaboradores da CPAS.

Trata-se de uma Área Operacional em que se deposita a expectativa de poder ter um papel mais interveniente na orgânica da CPAS, designadamente na formação recorrente ou regular de recursos humanos para boa implementação dos Procedimentos ligados à Protecção de Dados e no acompanhamento de dossiers na vertente assistencial do Regime da CPAS e do interesse dos Beneficiários.

Em coordenação com a Área de Informática, a Área de Recursos Humanos iniciou o projecto de negociação de Protocolos de Cooperação com entidades terceiras ligadas essencialmente às áreas da saúde e de assistência, ensino, produtos financeiros, lazer e tecnologia. Pretende-se que esta iniciativa seja acessível

1. INTRODUÇÃO

a todos os Beneficiários a nível nacional dando-lhes a possibilidade de usufruírem de condições especiais na prestação daqueles serviços.

Esta Área Operacional, acompanhou e analisou em conjunto com Área Jurídica e com a Área Financeira, o Procedimento de contratação de um Seguro de Saúde gratuito pretendido atribuir à generalidade dos Beneficiários e teve uma intervenção qualificada no Procedimento de avaliação de desempenho anual dos recursos humanos da CPAS.

ÁREA ADMINISTRATIVA E GESTÃO DE BENEFICIÁRIOS E DE SECRETARIADO DE DIRECÇÃO

Esta Área Operacional mantém do ponto de vista da logística funcional uma importância muito grande já que nela continua a residir a maior parte das relações ou interacções com os Beneficiários.

A publicação do Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, que procedeu à primeira alteração ao novo Regulamento da CPAS levantou alguns desafios a esta Área Operacional, nomeadamente no que respeita à formação dos colaboradores da CPAS por forma a corresponderem às solicitações e expediente dos Beneficiários, ao seu rápido encaminhamento e tratamento e esclarecimento de todas as dúvidas relativamente às alterações efectuadas.

Em relação a esta Área Operacional tem estado em curso a selecção e recrutamento de novos colaboradores com qualificação superior, designadamente para substituir colaboradores que cessaram o contrato de trabalho ou que por razões justificadas se encontram ausentes por largo período de tempo.

ÁREA DE AUDITORIA INTERNA

Esta Área Operacional reveste uma grande importância já que corporiza em qualquer organização um instrumento essencial para o reforço da transparência e do rigor de gestão e de procedimentos.

Não obstante esta Área Operacional apenas ter sido formalmente assumida em 2019 (embora o respectivo processo de gestação se inicie durante o ano de 2018) a sua existência formal em Fevereiro de 2019 constitui facto de relevo logo após o encerramento do Exercício. Julga-se, pois, adequado reportar já no Relatório e Contas de 2018 a sua existência, bem como a sintética descrição das suas atribuições e funções.

A esta Área Operacional cabe nomeadamente assegurar que os procedimentos e os controlos internos estão a ser efectivamente implementados, analisar de forma sistemática se as operações ocorridas estão devidamente relevadas contabilisticamente e se os registos efectuados correspondem efectivamente a operações realizadas e verificar se a informação obtida através dos sistemas de informação é completa, precisa e fiável.

Cabe também a esta Área Operacional, entre outras atribuições, verificar a exactidão e segurança da informação de gestão, apresentar à Direcção sugestões e recomendações de melhoria do sistema de controlo interno, avaliar periodicamente e de forma independente a fiabilidade da informação e do relato financeiro, bem como a eficácia dos processos internos e a adequação dos Regulamentos e Procedimentos.

Esta Área Operacional articulará a sua actuação com a Área de *Compliance* e com os Auditores Externos tendo em vista potenciar a eficácia da acção de auditoria a que a CPAS é permanentemente sujeita.

ÁREA DE COMPLIANCE

Esta Área Operacional reveste também uma grande importância já que contribui em qualquer organização para a certeza e segurança das respectivas operações, além de ser um auxiliar na implementação de boas práticas e no escrupuloso respeito pelo quadro normativo aplicável.

1. INTRODUÇÃO

À semelhança do que sucedeu na Área de Auditoria Interna, esta Área Operacional apenas foi formalmente assumida em Fevereiro de 2019, constituindo, em qualquer caso, tal situação facto de relevo logo após o encerramento do Exercício. Julga-se também, neste caso, adequado reportar no Relatório e Contas de 2018 a existência desta Área Operacional, bem como a sintética descrição das suas atribuições e funções.

A esta Área Operacional cabe nomeadamente zelar pelo cumprimento rigoroso da legislação, regulamentação e boas práticas aplicáveis à CPAS e pela adequação jurídica dos Procedimentos vários, Regulamentos internos e actividades da Instituição, com o objectivo de melhorar o rigor, a qualidade e fiabilidade das operações da CPAS.

Cabe também a esta Área Operacional, entre outras atribuições, criar mecanismos para um eficiente controlo interno dos Regulamentos e Procedimentos e estar atento a riscos operacionais, transversais a todas as Áreas Operacionais da CPAS, articulando com a Área de Auditoria Interna e informando periodicamente a Direcção sobre a adequação dos Procedimentos e Regulamentos às normas, legislação e regulamentação aplicáveis à CPAS, propondo as alterações e ajustes necessários.

NO PLANO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Manteve-se uma política de plena interacção e abertura da informação da CPAS aos Beneficiários, assente no princípio de que toda a informação que pode ser disponibilizada e não colida com a reserva ou limitação legal, designadamente a inerente à confidencialidade e protecção de dados pessoais, pode e deve ser regularmente disponibilizada a todos os Beneficiários em circunstâncias de igualdade e generalidade.

O presente Relatório e Contas traduz, aliás, por excelência a referida política de abertura da informação já que através do mesmo os Beneficiários e demais *stakeholders* têm a faculdade de aceder a um vasto conjunto de dados e a informação que exaustiva e detalhadamente exhibe todas as operações, actividades e desempenho da CPAS no Exercício em análise.

Durante o ano de 2018 foram divulgados e publicados no *site* Institucional da CPAS, bem como remetidos por email, Seis comunicados, relativamente a diferentes temas da vida e gestão da CPAS.

13

NO PLANO DA RACIONALIZAÇÃO DE MEIOS E CUSTOS

A Direcção manteve neste Exercício, como, aliás, desde o início do seu mandato, a preocupação de racionalização de custos, continuando um processo de análise da estrutura de custos da CPAS tendente a estabelecer uma programada redução / realocação de custos durante o triénio.

Neste sentido, foi aprovado um Procedimento a utilizar na contratação de serviços, bens e fornecimentos que impõe a toda a estrutura da CPAS e designadamente aos responsáveis das diferentes Áreas Operacionais o dever de observar um conjunto de procedimentos similares aos da contratação pública, aplicando os mesmos com as adaptações que se revelem necessárias, designadamente atenta a natureza jurídica e fins prosseguidos pela CPAS.

Na Área Financeira e em relação à gestão discricionária das Carteiras de Valores Mobiliários por parte das entidades financeiras gestoras, continuaram a ser renegociados os custos decorrentes dos respectivos contratos, conseguindo-se novas reduções de remunerações que em 2019 terão um impacto na ordem dos 100 mil Euros.

Relativamente aos custos recorrentes com o funcionamento da Direcção assinala-se também, neste Exercício, à semelhança do ocorrido no ano de 2017, que não existem ou são atribuídos cartões de crédito, carros de serviço, ajudas de custo ou qualquer outro tipo de vantagem a título de remuneração complementar ou acessória aos membros da Direcção.

Assinala-se também que os membros da Direcção continuam a assumir como seu encargo as múltiplas despesas incorridas no exercício dos cargos na CPAS, suportando pessoalmente a generalidade das des-

1. INTRODUÇÃO

pesas de representação, viagens, refeições, quilómetros, portagens, parques de estacionamento, comunicações e outras no interesse da CPAS. As próprias despesas de investimento em meios de equipamento para funcionamento (computadores portáteis, *software*, telemóveis e outros) são asseguradas pelos próprios membros da Direcção.

Também a remuneração legalmente prevista até ao final do ano de 2018, fundada em senhas de presença, foi autolimitada ao número mínimo legalmente fixado de reuniões da Direcção, independentemente da presença e actividade dos membros da Direcção se processar para além desta realidade.

O processo de racionalização de custos prosseguiu ainda noutros domínios, designadamente na vertente da desmaterialização de comunicações e expedição de correio via CTT, embora, neste caso, de forma cautelosa atento o facto de existirem grupos de Beneficiários que continuam a não ter pleno acesso a meios de comunicação electrónica e a não aderir, seguramente por motivações de diversa ordem, a uma interacção através da plataforma electrónica da CPAS que, aliás, se apresenta muito desenvolvida e com ampla informação.

Iniciou-se igualmente o estudo para implementação de um processo de gestão documental que permita um maior controle sobre os circuitos de informação, bem como uma substancial desmaterialização da documentação necessária para o normal funcionamento das diversas Áreas Operacionais da CPAS, o que determinará uma redução significativa de custos de funcionamento e ganhos de eficácia na gestão.

Não obstante a complexidade e a exigência técnica subjacente às operações da CPAS serem cada vez maiores, continua a manter-se relativamente estabilizado o quadro de recursos humanos da Instituição e os respectivos custos. Tal tem exigido uma maior organização e esforço de toda a estrutura operacional da CPAS para responder a solicitações de todo o tipo, designadamente por novas necessidades que resultam da implementação das imposições decorrentes da Lei de Protecção de Dados, da consolidação do processo de reorganização interna e da crescente exigência regulamentar e procedimental.

Também a actuação no sentido de estudar e propor alterações ao Regulamento da CPAS, sobretudo no plano da componente assistencial, tem requerido meios e disponibilidade dos recursos, para além do que seria habitual.

NO PLANO DAS ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO E MEDIDAS

Conforme já foi anteriormente referido, em 2018 foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/2018, de 21 de Dezembro, que procede à primeira alteração ao novo Regulamento da CPAS de 2015.

As medidas que ficaram corporizadas naquele diploma legal constituíram um primeiro passo no sentido do reequacionamento e melhoria do Sistema na vertente assistencial, isto a par e na justa medida em que o desempenho anual da CPAS o permita e designadamente a generalidade dos Beneficiários com contribuições em dívida assumam a importância de regularizarem a sua situação de não pagamento de contribuições, o que é fundamental, em primeiro lugar, para os próprios Beneficiários e, depois, para a Instituição vista na vertente do seu Sistema de repartição intergeracional e de solidariedade.

As alterações ao Regulamento da CPAS ou até a Regulamentos internos, não se esgotaram no trabalho desenvolvido nos dois últimos anos em prol da melhoria do Sistema da CPAS. A Direcção tem o objectivo de criar condições para dar resposta a alguns outros dos anseios dos Beneficiários na vertente social.

Na linha do que antes se deixou expresso, no ano de 2018 iniciou-se já um processo de estudo, densificação e análise de impacto financeiro resultante da pretendida introdução de um Benefício de Parentalidade, em alternativa aos actuais Benefícios de Nascimento e Maternidade.

Continua-se, no entanto, a sublinhar que a introdução de alterações, ainda que pontuais, num qualquer sistema de previdência reveste sempre muita complexidade e exigentes estudos, factos que consomem recursos e implicam custos com expressão significativa, para além do tempo necessário à ponderação de eventuais impactos decorrentes dessas alterações.

1. INTRODUÇÃO

NO PLANO DA RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA

A dívida acumulada e provisionada de contribuições não pagas por parte dos Beneficiários ao longo das últimas décadas ascendia, no final de 2018, a cerca de 121,7 milhões de Euros.

Ainda que no plano económico a referida dívida acumulada não tenha relevância ou impacto efectivo - já que a CPAS não está vinculada a pagar Pensões de Reforma, Subsídios ou outras prestações relativamente aos Beneficiários que apresentem as contribuições em dívida -, no plano financeiro e da sustentabilidade já assim não será.

Por razões de ordem legal e por imperativos de justiça em relação aos Beneficiários que cumprem escrupulosamente com a sua obrigação contributiva, a CPAS está vinculada a efectivar a cobrança coerciva da referida dívida e ainda obstar à prescrição de dívidas.

Desde 2017 foram iniciados cerca de 1500 processos executivos nos Tribunais comuns, sendo que ao longo do tempo vieram a aumentar as decisões relativas à incompetência destes Tribunais para a tramitação das acções executivas.

Durante larga parte do ano de 2018, a CPAS pugnou pela clarificação legislativa da competência dos Tribunais para a execução de dívidas por contribuições não pagas pelos Beneficiários.

Na prática, durante parte relevante do ano de 2018, a actuação da CPAS na legítima intenção de cobrar coercivamente as dívidas de contribuições dos Beneficiários ficou muito condicionada.

Resta à CPAS a consideração do recurso aos Tribunais Administrativos e Fiscais, situação que leva a articulação com as Entidades Oficiais relevantes para o efeito.

Para além da acção pedagógica que tem vindo a ser realizada junto dos Beneficiários no sentido de que, especialmente no seu próprio interesse, devem ser regularizadas as contribuições em dívida, a CPAS tem em aplicação acordos prestacionais que permitem o pagamento em prestações muito alongadas no tempo das contribuições em dívida e mantém um protocolo junto de instituição financeira com uma linha de crédito directa e privilegiada aos Beneficiários para o pagamento de contribuições em dívida.

15

NO PLANO DO DESEMPENHO ECONÓMICO E APLICAÇÃO DO NOVO REGULAMENTO

O Exercício de 2018 correspondeu ao terceiro ano económico completo de actividade da CPAS após a entrada em vigência do Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho, que aprovou o novo Regulamento.

O Regulamento da CPAS prevê que em anexo ao Relatório e Contas conste um Estudo de Sustentabilidade que permita uma permanente monitorização da evolução do Sistema, no sentido de se implementarem medidas actuarialmente convenientes sempre que tal se revele necessário.

No Exercício de 2018 continuaram a registar-se impactos favoráveis em resultado da aplicação do novo Regulamento designadamente em relação aos principais rácios que relevam para efeito da apreciação da trajectória de sustentabilidade do Sistema.

A desaceleração do crescimento do custo total com o pagamento de Pensões de Reforma, Subsídios de Invalidez e Subsídios de Sobrevivência, a diminuição do número de pensões de reforma atribuídas e o aumento da base demográfica contributiva, que passou a ter mais 1.329 Beneficiários em relação ao ano anterior constituem dados de positivos no que se refere à trajectória da sustentabilidade.

Em 2018 confirmou-se a melhor expectativa no sentido de uma recuperação do Sistema e da sua sustentabilidade, tendo os principais indicadores de gestão registado uma evolução positiva e apontado para a consolidação da trajectória ascendente da sustentabilidade da CPAS.

1. INTRODUÇÃO

Sem prejuízo dos números e rácios que adiante se detalham e explicam cabe, introdutoriamente, evidenciar um conjunto de indicadores que atestam o desempenho positivo da CPAS em 2018 e a expectativa de recuperação do Sistema e da sua sustentabilidade.

Os Resultados Líquidos confirmaram em absoluto a inversão da sua tendência negativa e apresentaram-se positivos em cerca de 14,7 Milhões de Euros.

A relação entre Pensões e Subsídios pagos (99.903.944,90 Euros) e as Contribuições (95.933.892,88 Euros) recebidas continua ainda a exibir um desequilíbrio, que é compensado pelos rendimentos recorrentes dos Activos Mobiliários (6.872.851,03 Euros) e das Propriedades de Investimento (3.254.010,37 Euros).

O movimento de Beneficiários identifica o registo na CPAS de 2.337 novas inscrições de Beneficiários (1.881 Advogados, 451 Solicitadores e 5 Beneficiários com outras profissões jurídicas).

O rácio de Beneficiários contribuintes por Beneficiário pensionista (sem incluir os Beneficiários estagiários com pagamento de contribuições) voltou a reforçar-se e actualmente é superior a 5,598, permanecendo bastante acima do rácio de 1,5 da Segurança Social.

A relação entre novos Beneficiários contribuintes (sem incluir os Beneficiários estagiários com pagamento de contribuições) e novos Beneficiários pensionistas foi de 5,337 novos Beneficiários contribuintes por cada novo Beneficiário pensionista.

No que respeita a Benefícios e Comparticipações, o ano de 2018 revelou-se o ano em que o esforço realizado pela CPAS na vertente social do Regime se apresentou com o maior valor do Quinquénio, no montante de 3.098.024,20 Euros.

No que respeita ao pagamento de Pensões e Subsídios houve um acréscimo de 4.195.143,32 Euros, mas sendo de registar que este acréscimo representa a menor variação anual dos últimos 5 anos, indicador muito importante para se concluir pela tendência de convergência com a equação da sustentabilidade.

Relativamente à cobrança da emissão de contribuições feita em 2018, a taxa de cumprimento foi de 82,94%.

Sublinhe-se que esta taxa de cumprimento é a melhor percentagem dos últimos 15 anos.

A dívida por contribuições não pagas gerada em 2018 foi de 17.850.633,45 Euros. Por outro lado, no período em análise, verificou-se uma cobrança efectiva de valores em dívida de anos anteriores de 9.141.791,98 Euros.

O valor imputável a capital em dívida das prestações relativas ao Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à CPAS e relativos a Acordos de Pagamento Prestacional de Dívidas de Contribuições, recebidas até 31 de Dezembro de 2018, no âmbito dos planos e acordos em curso, totalizou 8.203.105,68 Euros.

A dívida acumulada, líquida de planos em curso, totalizava em 31 de Dezembro de 2018, 121.727.585,24 Euros, ou seja, mais 1.741.514,15 Euros do que no final de 2017.

NO PLANO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Investimentos Financeiros da CPAS e respectivo património associado continuam a assumir fundamental importância para a obtenção de meios financeiros necessários a colmatar as necessidades financeiras para fazer face às responsabilidades com Pensões, Subsídios e outras prestações.

A gestão deste património afecto e os investimentos realizados neste domínio continuam a mover-se na base de critérios de elevada prudência e conservadorismo, procurando sempre a maior segurança dos investimentos designadamente através da intervenção de entidades especializadas e legalmente autorizadas a desenvolver as actividades pertinentes, como seja o caso das entidades externas independentes de avaliação dos Activos Imobiliários e o caso das entidades gestoras das carteiras de Activos Mobiliários, às

1. INTRODUÇÃO

quais foram concedidos mandatos de gestão discricionária, embora com a indicação expressa para pautarem a sua conduta por regras de total transparência, não conflito de interesses, prudência e conservadorismo em relação aos investimentos.

A Direcção da CPAS identificou no âmbito deste património a elevada concentração do peso relativo dos activos fundados em Valores Mobiliários (sobretudo em obrigações) pelo que durante o ano de 2018 manteve o propósito de tentar reduzir a expressão ou peso dos Activos Mobiliários face a outro tipo de activos, designadamente através do incremento do peso de Activos Imobiliários de qualidade.

Durante o ano de 2018 manteve-se, contudo, uma conjuntura de mercado adversa a investimentos em Activos Imobiliários atento o facto de ser grande a procura deste tipo de investimentos e manter-se elevada a percepção de refúgio face ao risco de mercado, com a inevitável espiral de subida de preços.

A Direcção da CPAS continua convicta que o reforço dos Activos Imobiliários de qualidade, sobretudo no segmento habitacional, assegura maior protecção ao risco dos mercados e um rendimento mais estável e regular.

Contudo, trata-se naturalmente de uma acção que deve ser conduzida com muita prudência e num horizonte temporal alargado, acautelando que os Activos Imobiliários a adquirir sejam qualificados e tenham potencial de valorização e rendimento, o que durante o ano de 2018 ainda não foi possível cabalmente assegurar face à espiral de aumento de preços ainda prevalecente no Mercado.

PATRIMÓNIO MOBILIÁRIO

No final do ano de 2018 a valorização do Património Mobiliário da CPAS computava-se em 413 Milhões de Euros, sendo que na data de aprovação e assinatura do presente Relatório e Contas essa valorização ascendia a cerca de 428 Milhões de Euros.

Os dados disponibilizados por várias entidades financeiras internacionais de referência e as notas de *research* da generalidade dos especialistas em Mercados no que respeita ao desempenho dos Mercados de Capitais, apontam para que o ano de 2018 se tenha apresentado como o mais *cavado* desde a crise financeira de 2008.

Ainda assim, embora afectados por esta realidade, os Investimentos Financeiros da CPAS mostraram uma particular resiliência, designadamente em relação ao comportamento dos Mercados de Capitais em 2018.

Relativamente à estrutura e dispersão dos Valores Mobiliários, conforme adiante se explana na informação pertinente, é possível verificar que a composição e detenção do tipo de títulos é suficientemente conservadora: 79,52% da carteira de Valores Mobiliários representam Obrigações, 17,51% representam Acções, 1,23% representam Liquidez e 1,74% representam outros tipos de activos.

Refira-se igualmente a preocupação da CPAS em assegurar uma adequada diversificação prudencial dos diversos riscos associados a este tipo de Activos Financeiros, quer seja por uma diversificação entre bancos depositários (9 entidades financeiras diferentes), quer uma diversificação por país emitente (títulos de mais de 20 países diferentes), quer uma diversificação por título (mais de 500 emitentes diferentes).

Em qualquer caso, a expressiva exposição a este tipo de Activos Financeiros é inevitável numa instituição como a CPAS, ainda que se pretenda alcançar uma relação mais equilibrada entre Património Mobiliário e Património Imobiliário.

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

Relativamente ao Património Imobiliário, e conforme adiante se explana em toda a informação pertinente, é possível verificar que, em geral (exceptuando um ou dois casos), a carteira de imóveis apresenta uma

1. INTRODUÇÃO

composição muito qualificada, com imóveis bem localizados e com risco moderado de mercado e rendimento.

Incrementou-se uma política de aumento do rendimento proveniente do Património Imobiliário da CPAS, iniciando um processo de gestão rigorosa dos contratos de arrendamento e outros, designadamente com a actualização de rendas e colocação no mercado de espaços devolutos, bem como da gestão dos custos associados à respectiva manutenção e conservação dos imóveis.

Procuraram-se oportunidades de investimento seguro, obtendo-se de parceiros institucionais e outras entidades a identificação de oportunidades geradoras de sinergias ou de investimento sem particular exposição a uma conjuntura especulativa.

Em 2018, como anteriormente se assinalou, concluíram-se praticamente todas as intervenções de recuperação e remodelações em imóveis, que se encontravam em curso há alguns anos, sendo que os inerentes processos administrativos de licenciamento e outros decorreram com sucesso.

Cabe especial referência ao empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia - empreendimento constituído por 3 edifícios habitacionais com 81 apartamentos e um edifício destinado a serviços, comércio e equipamentos comuns.

A construção deste empreendimento e o estado das relações com os diferentes agentes contratados gerou à actual Direcção alguma apreensão face à manifesta insuficiência da estrutura interna da CPAS para assumir um papel interventivo no mesmo, aos riscos associados à intervenção e gestão de múltiplas entidades contratadas e à incerteza sobre uma bem conseguida colocação no mercado de arrendamento.

No contexto descrito, foram tomadas medidas excepcionais e urgentes que permitiram à CPAS assumir uma intervenção qualificada neste processo, o que habilitou a conclusão da empreitada no prazo que veio a ser convencionado, sem ocorrerem os habituais sobrecustos de relevo ou contenciosos.

Foi conseguida a colocação da totalidade dos apartamentos e dos lugares de estacionamento num período temporal muito reduzido, sendo que este empreendimento vai gerar um rendimento anual da ordem dos 600 Mil Euros.

O Património Imobiliário da CPAS foi objecto de uma avaliação por parte de entidade independente de grande capacidade técnica e dimensão a nível internacional, tendo ainda intervindo pontualmente uma outra entidade independente de idêntica dimensão e capacidade na avaliação.

A rigorosa avaliação realizada ao Património Imobiliário da CPAS veio a demonstrar a grande valia deste património sendo que a respectiva valorização ascendeu pelo Método de Mercado a cerca de 144 Milhões de Euros, pelo Método do Rendimento a cerca de 106 Milhões de Euros e numa prudente e conservadora ponderação de ambos os Métodos privilegiando o Método do Rendimento a cerca de 126 Milhões de Euros.

A Direcção da CPAS irá prosseguir o objectivo do reforço deste tipo de activos, designadamente como forma de diversificação prudencial dos Investimentos Financeiros e do rendimento, muito concentrados em Valores Mobiliários.

NO PLANO DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade da CPAS é pedra angular de toda a acção e atenção da Direcção.

Conforme resulta de imposição legal expressa foi realizada por entidade externa independente (AON Portugal) uma análise prospectiva da sustentabilidade do Sistema através do Estudo de Sustentabilidade que se encontra por anexo ao presente Relatório e Contas.

Cumpram também sublinhar que anteriormente os estudos Actuariários e de Sustentabilidade foram realizados por outra entidade externa independente (Willis Towers Watson), o que significa que a CPAS congregou a intervenção de duas entidades de grande dimensão e capacidade técnica nos estudos.

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Sustentabilidade é claro no sentido da conclusão de que existe uma melhoria da sustentabilidade do Sistema a médio prazo e dele retiram-se indicadores e dados de referência importantes para a percepção da trajectória da CPAS em relação à sustentabilidade do seu Sistema.

A deterioração da sustentabilidade que se vinha a verificar em anos anteriores foi em parte colmatada pela alteração do Regulamento da CPAS em 2015.

Estima-se que de 2019 em diante o valor dos Activos Financeiros da CPAS deverá aumentar atingindo cerca de 768 Milhões de Euros em 2033, o que significa mais 112 Milhões de Euros do que o valor estimado em 2018 para 2032.

Ao longo do período de análise de 15 anos estima-se ainda que exista uma recuperação parcial do rácio contribuições versus pensões de reforma.

Fica evidente que nesse período de 15 anos existe um período de vários anos (8 anos), em que o rácio contribuições versus pensões de reforma se situa acima de 1, o que significa que apenas as contribuições cobradas serão suficientes para assegurar o pagamento das Pensões de Reforma.

O referido Estudo de Sustentabilidade assinala ainda outros aspectos que devem ser tidos em linha de conta, designadamente no sentido de que transportam confiança no futuro da Instituição e na sua sustentabilidade, mas também impõe a responsabilidade de se acautelar, em cada momento, as necessárias acções para ajustar o Sistema sublinhando a imprescindível monitorização permanente da sua evolução:

O Estudo de Sustentabilidade assinala ainda outros aspectos que devem ser tidos em linha de conta, designadamente no sentido de que transportam confiança no futuro da Instituição e na sua sustentabilidade, embora prudentemente sublinhe a responsabilidade de se acautelar, em cada momento, as necessárias acções para ajustar o Sistema, com a imprescindível e permanente monitorização da sua evolução, como se sintetiza:

- **O Resultado positivo, em 2018, na relação entre contribuições cobradas e Pensões pagas levou a que não tivesse existido necessidade de utilizar valor associado aos rendimentos dos Activos Financeiros para pagar Pensões.**

Com a introdução das alterações relativas à base de incidência para as contribuições e o factor de correcção de menos 14% para 2019, estima-se que o ano de 2019 seja um ano em que as contribuições serão mais reduzidas e não serão suficientes para cobrir as Pensões em pagamento, isto assumindo o pressuposto de que não existirá um aumento extraordinário da cobrança de dívida de contribuições.

- **Estima-se que até ao ano de 2028 a evolução das contribuições e de novas Pensões é positiva.**

Quer isto dizer que existem contribuições suficientes, só por si, para o pagamento das Pensões. No entanto, a partir de 2029 esta realidade altera-se ligeiramente e existe em cada ano subsequente uma necessidade de utilização dos Activos Financeiros para superar a falta de contribuições anuais para o pagamento de Pensões.

- **Demonstra-se que, no horizonte temporal de 15 anos, o Regime é sustentável.**

Mantém-se, contudo, a apresentação de factores de risco em linha com o que os anteriores Estudos de Sustentabilidade têm vindo a evidenciar, que devem ser acompanhados para que, no devido tempo, se possam tomar medidas para manter o Regime sustentável por ainda mais anos.

- **Mantendo o modelo o Regime de Repartição existe a necessidade de ter mais Beneficiários.**

Prevê-se a necessidade de equilibrar a pirâmide etária com aumento da sua base: embora para tal já se verifica o efeito da abertura da CPAS a outras profissões jurídicas e a Advogados e Solicitadores de outras nacionalidades que aumenta o número de inscritos.

- **Relativamente ao topo da pirâmide, poder-se á definir uma nova idade de reforma.**

Com o aumento da esperança de vida e com a análise de evolução das novas Pensões de Reforma poderá a idade de acesso à Pensão de Reforma ser ajustada como foi considerado noutros regimes,

1. INTRODUÇÃO

tomando desta forma um período maior de contribuição e reduzindo o período de recebimento de Pensão.

- **Em relação à componente financeira o objectivo ideal seria o melhor relacionamento entre nível de contribuições e valor das Pensões.**

Visa-se, assim, obviar o subfinanciamento das Pensões, embora ambas as medidas (nível de contribuições e valor das Pensões) já foram tidas em consideração na alteração do Regulamento em 2015. No entanto, se tais medidas não forem suficientes, será necessário rever novamente esta matéria.

- **A CPAS não é somente uma instituição de previdência com o fim de atribuição de Pensões de Velhice vitalícias, paralelamente é uma instituição assistencialista.**

A CPAS concede outras prestações também bastante necessárias para todos os Beneficiários contribuintes e devem ser tidas em consideração no conjunto das decisões a tomar face à sustentabilidade da Instituição.

- **No Orçamento de Estado para 2019 (Artigo 266.º da Lei n.º 71/2018) uma alteração ao regime fiscal em sede de IRC aplicável à CPAS.**

O objectivo é o de reforçar a sustentabilidade da Instituição de previdência, concedendo isenção de IRC nos mesmos termos que se encontram estipulados no Artigo 9.º do Código do IRC para as instituições de segurança social.

Esta medida, após a publicação da legislação própria, terá impacto na tributação de 21% sobre os rendimentos das Aplicações Financeiras, que nos últimos anos representaram um valor médio anual de sensivelmente 2,3 milhões de Euros.

Este valor é suficiente para cobrir a estimativa do défice de Pensões estimado no cenário central de análise de sustentabilidade.

RELATÓRIO SÍNTESE

BENEFICIÁRIOS

No ano de 2018 inscreveram-se 2.337 novos Beneficiários ordinários.

Com a entrada em vigor em 1 de Julho de 2015 do novo Regulamento da CPAS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de Junho, extinguiu-se a faculdade de suspensão provisória dos efeitos da inscrição por início de actividade, pelo que chegaram ao termo do período de suspensão provisória dos efeitos da inscrição por início de actividade 452 Beneficiários.

No final do ano de 2018, o número de Beneficiários extraordinários era de 1.673.

Ainda em 2018 foi registada a inscrição de 1.462 Beneficiários estagiários.

No final de 2018, 2.256 Beneficiários estagiários não tinham pagamento de contribuições e 1.333 encontravam-se a contribuir.

No mesmo ano faleceram 224 Beneficiários, dos quais 119 eram Beneficiários reformados ou subsidiados.

Em 31 de Dezembro de 2018 o total dos Beneficiários contribuintes era de 35.658.

Se considerarmos, para efeitos de cálculo do número de Beneficiários contribuintes por Beneficiário pensionista, uma base contributiva que não inclua os Beneficiários estagiários com pagamento de contribuições, a base contributiva de 34.325 Beneficiários suportou os custos de 6.132 Beneficiários pensionistas de reforma e de titulares de Subsídios de Invalidez e de Sobrevivência, o que representa uma relação de 5,598 Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista/subsidiado.

Tomando em conta que existem 4.564 Beneficiários pensionistas de reforma, neste caso, a relação é de 7,813 Beneficiários contribuintes para um Beneficiário pensionista de reforma.

Os dados de 2018 revelam ainda que a relação de novos Beneficiários contribuintes por cada novo Beneficiário pensionista/subsidiado foi de 5,337.

No universo de Beneficiários regista-se, no que diz respeito à actividade profissional, que 84,75% são Advogados, que 4,57% são Advogados estagiários, 9,40% são Solicitadores e Agentes de Execução, 1,26% são Solicitadores e Agentes de Execução estagiários e 0,03% têm outras profissões jurídicas.

A maioria dos 35.658 Beneficiários contribuintes concentra-se nos 4.º, 5.º e 6.º escalões contributivos.

Nos referidos escalões contributivos encontram-se 27.649 Beneficiários, o que corresponde a 77,54% dos Beneficiários contribuintes.

PENSÕES DE REFORMA

Em 2018, o número de Pensões de Reforma atribuídas foi de 315, para um total de Beneficiários pensionistas de reforma de 4.564.

O custo total com Pensões de Reforma ascendeu em 2018 a 91.736.015,13 Euros.

SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

Em 2018, o número de Subsídios de Invalidez atribuídos foi de 17, passando o total de Beneficiários subsidiados de invalidez a ser de 116.

O custo total com estes Subsídios ascendeu em 2018 a 1.502.728,81 Euros.

6. PENSÕES E SUBSÍDIOS

O custo total das Pensões de Reforma pagas em 2018 foi, pois, de 91.736.015,13 Euros, o que representa um incremento de 4.221.893,69 Euros no ano de 2018 e um acréscimo de 28.002.843,91 Euros no Quinquénio.

A distribuição do número de Beneficiários pensionistas de reforma pelos diversos níveis de valor da Pensão de Reforma teve a seguinte evolução no Quinquénio 2014/2018:

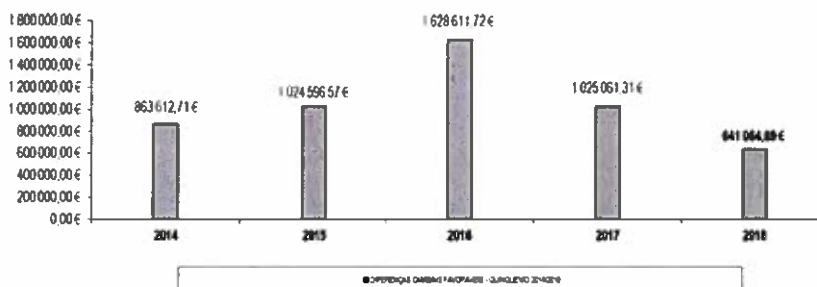
INTERVALOS	PENSIONISTAS DE REFORMA									
	2014		2015		2016		2017		2018	
Entre 0,00 € e 500,00 €	898	25,14%	908	23,11%	959	23,01%	993	22,80%	1051	23,03%
Entre 500,01 € e 750,00 €	595	16,66%	626	15,94%	636	15,26%	648	14,88%	678	14,86%
Entre 750,01 € e 1000,00 €	469	13,13%	511	13,01%	544	13,05%	559	12,83%	587	12,86%
Entre 1.000,01 € e 1.250,00 €	345	9,66%	380	9,67%	390	9,36%	416	9,55%	427	9,36%
Entre 1.250,01 € e 1.500,00 €	215	6,02%	233	5,93%	256	6,14%	263	6,04%	270	5,92%
Entre 1.500,01 € e 1.750,00 €	160	4,48%	185	4,71%	199	4,78%	210	4,82%	225	4,93%
Entre 1.750,01 € e 2.000,00 €	112	3,14%	140	3,56%	157	3,77%	166	3,81%	174	3,81%
Entre 2.000,01 € e 2.250,00 €	111	3,11%	124	3,16%	125	3,00%	138	3,17%	148	3,24%
Entre 2.250,01 € e 2.500,00 €	78	2,18%	93	2,37%	105	2,52%	119	2,73%	128	2,80%
Entre 2.500,01 € e 2.750,00 €	72	2,02%	86	2,19%	99	2,38%	104	2,39%	111	2,43%
Entre 2.750,01 € e 3.000,00 €	73	2,04%	92	2,34%	95	2,28%	100	2,30%	103	2,26%
Entre 3.000,01 € e 3.250,00 €	71	1,99%	80	2,04%	92	2,21%	104	2,39%	111	2,43%
Entre 3.250,01 € e 3.500,00 €	48	1,34%	70	1,78%	74	1,78%	78	1,79%	86	1,88%
Entre 3.500,01 € e 3.750,00 €	70	1,96%	85	2,16%	90	2,16%	96	2,20%	95	2,08%
Entre 3.750,01 € e 4.000,00 €	65	1,82%	69	1,76%	73	1,75%	77	1,77%	79	1,73%
Maiores que 4.000,01 €	190	5,33%	246	6,27%	273	6,55%	285	6,54%	291	6,38%
TOTAL	3.572	100,00%	3.928	100,00%	4.167	100,00%	4.356	100,00%	4564	100,00%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIFERENÇAS CAMBIAIS FAVORÁVEIS

No Exercício de 2018, as Diferenças Cambiais favoráveis totalizaram 641.064,69 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

DIFERENÇAS CAMBIAIS FAVORÁVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2014	863.612,71 €				
2015	1.024.596,57 €	+ 160.983,86 €		+ 18,64%	
2016	1.628.611,72 €	+ 604.015,15 €		+ 58,95%	
2017	1.025.061,31 €	- 603.550,41 €		- 37,06%	
2018	641.064,69 €	- 383.996,62 €	- 222.548,02 €	- 37,46%	- 25,77%

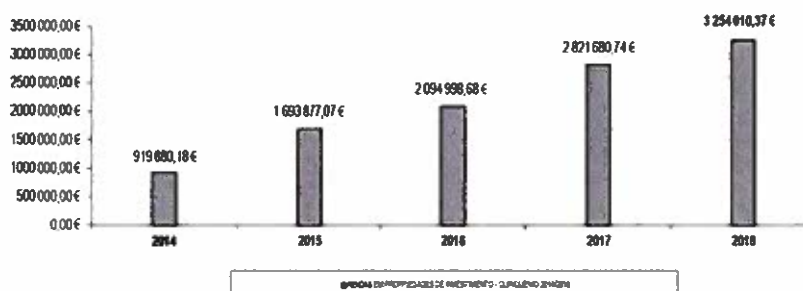


RENDAS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

75

No Exercício de 2018, os rendimentos gerados pelos imóveis do Património Imobiliário da CPAS classificados como Propriedades de Investimento totalizaram 3.254.010,37 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDAS EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2014	919.880,18 €				
2015	1.693.877,07 €	+ 773.996,89 €		+ 84,14%	
2016	2.094.998,68 €	+ 401.121,61 €		+ 23,68%	
2017	2.821.680,74 €	+ 726.682,06 €		+ 34,69%	
2018	3.254.010,37 €	+ 432.329,63 €	+ 2.334.130,19 €	+ 15,32%	+ 253,74%

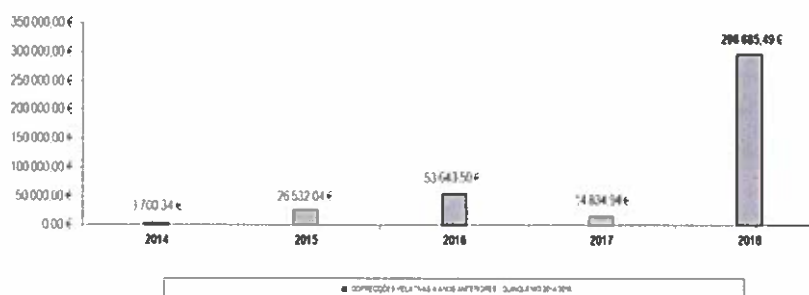


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

No Exercício de 2018, o valor das Correções Relativas a Exercícios Anteriores foi de 296.685,49 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	3.700,34 €				
2015	26.532,04 €	+ 22.831,70 €		+ 617,02%	
2016	53.643,50 €	+ 27.111,46 €		+ 102,18%	
2017	14.834,94 €	- 38.808,56 €		- 72,35%	
2018	296.685,49 €	+ 281.850,55 €	+ 292.985,15 €	+ 1.899,91%	+ 7.917,79%

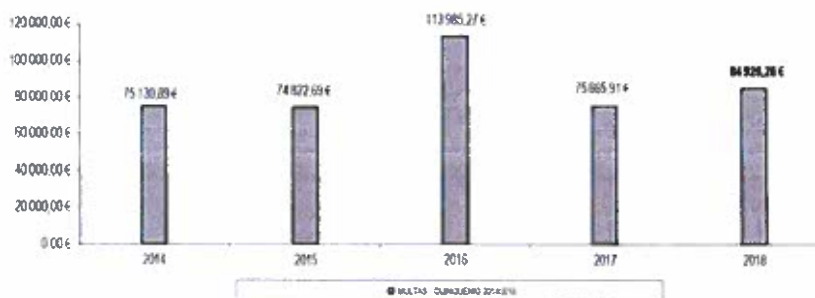


76

MULTAS DE PROCESSOS DISCIPLINARES

O valor das Multas provenientes das penas pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, que revertem para a CPAS, nos termos do artigo 84.º do RCPAS, foi de 84.926,26 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

MULTAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	75.130,89 €				
2015	74.822,69 €	- 308,20 €		- 0,41%	
2016	113.985,27 €	+ 39.162,58 €		+ 52,34%	
2017	75.665,91 €	- 38.319,36 €		- 33,62%	
2018	84.926,26 €	+ 9.260,35 €	+ 9.795,37 €	+ 12,24%	+ 13,04%

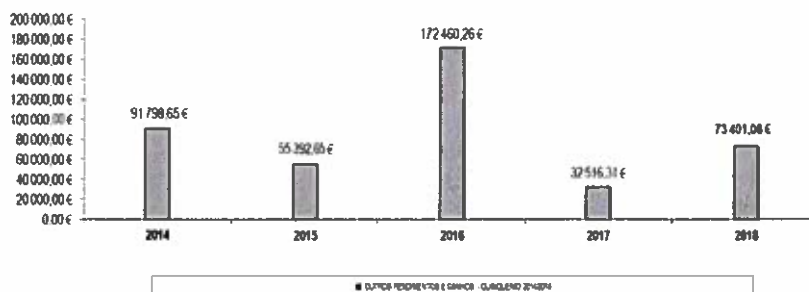


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

No Exercício de 2018, o valor de Outros Rendimentos e Ganhos foi de 73.401,06 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	91.798,65 €				
2015	55.392,65 €	- 36.406,00 €		- 39,66%	
2016	172.460,26 €	+ 117.067,61 €		+ 211,34%	
2017	32.516,31 €	- 139.943,95 €		- 81,15%	
2018	73.401,06 €	+ 40.884,75 €	- 18.397,59 €	+ 125,74%	- 20,04%



77

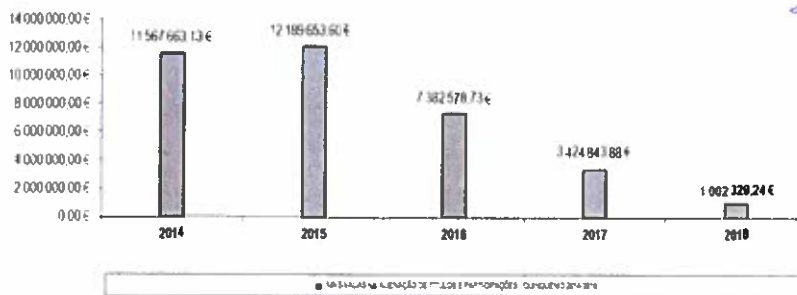
GANHOS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

MAIS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

No Exercício de 2018, os ganhos gerados pelas Mais-Valias na Alienação de Títulos e de Unidades de Participação em Fundos, totalizaram 1.002.329,24 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

GANHOS GERADOS PELAS MAIS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS					
ANO	VALOR	VARIÇÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	11.567.663,13 €				
2015	12.189.653,60 €	+ 621.990,47 €		+ 5,38%	
2016	7.382.578,73 €	- 4.807.074,87 €		- 39,44%	
2017	3.424.843,88 €	- 3.957.734,85 €		- 53,61%	
2018	1.002.329,24 €	- 2.422.514,64 €	- 10.565.333,89 €	- 70,73%	- 91,34%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

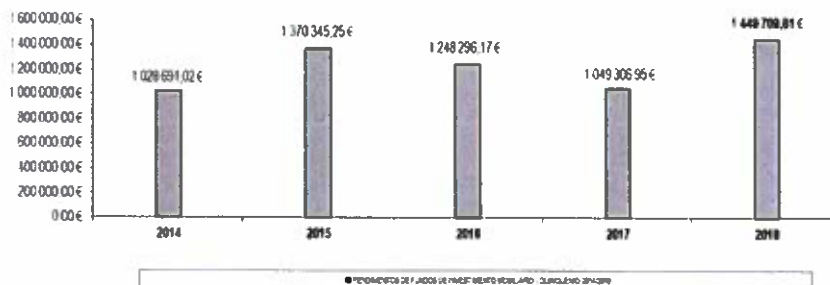


RENDIMENTOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

No Exercício de 2018, os Rendimentos de Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento Mobiliário totalizaram 1.449.709,81 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDIMENTOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	1.028.691,02 €				
2015	1.370.345,25 €	+ 341.654,23 €		+ 33,21%	
2016	1.248.296,17 €	- 122.049,08 €		- 8,91%	
2017	1.049.306,95 €	- 198.989,22 €		- 15,94%	
2018	1.449.709,81 €	+ 400.402,86 €	+ 421.018,79 €	+ 38,16%	+ 40,93%

78

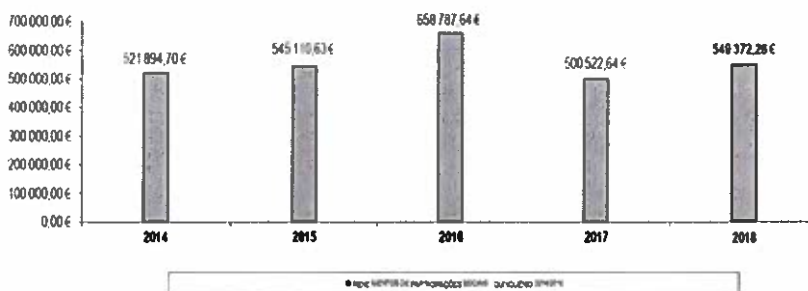


RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

No Exercício de 2018, os Rendimentos de Participações Sociais (Dividendos) totalizaram 549.372,26 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DIVIDENDOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	521.894,70 €				
2015	545.110,63 €	+ 23.215,93 €		+ 4,45%	
2016	658.787,64 €	+ 113.677,01 €		+ 20,85%	
2017	500.522,64 €	- 158.265,00 €		- 24,02%	
2018	549.372,26 €	+ 48.849,62 €	+ 27.477,56 €	+ 9,76%	+ 5,26%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



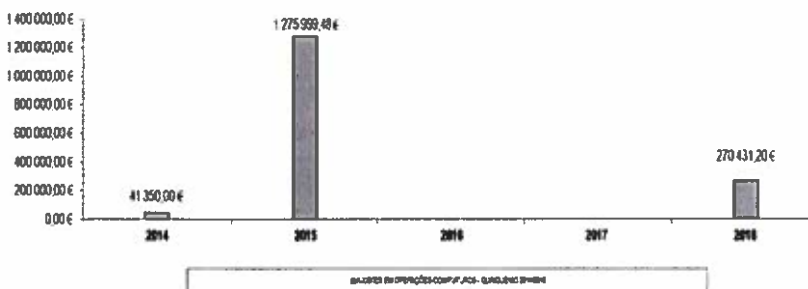
OPERAÇÕES COM FUTUROS

No Exercício de 2018 os ganhos gerados pela desmobilização ou encaixe das diferenças positivas nas contas-margem de Operações com Futuros totalizaram 270.431,20 Euros. Importa, neste contexto, referir que o investimento da CPAS em Futuros não tem natureza especulativa. Com efeito, tem como finalidade geral a cobertura de risco de activos face a eventos futuros e incertos, alheios à vontade do investidor e susceptíveis de lhe causar prejuízos.

Em 2018, o investimento em Futuros visou apenas a cobertura de risco de taxa de juro e de risco de taxa de câmbio. A variação do valor deste tipo de investimentos, positiva ou negativa, é compensada por uma variação inversa no valor dos títulos sobre os quais incide a cobertura. O objectivo é o de reduzir ou eliminar a ocorrência de prejuízos uma vez que são tomadas duas posições que se compensam mutuamente em caso de variação de preço.

79

AJUSTES EM OPERAÇÕES COM FUTUROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	41.350,00 €				
2015	1.275.999,48 €	+ 1.234.649,48 €		+2.985,85%	
2016	0,00 €	- 1.275.999,48 €		-100,00%	
2017	0,00 €	0,00 €		-	
2018	270.431,20 €	+ 270.431,20 €	+ 229.081,20 €	-	+ 554,01%



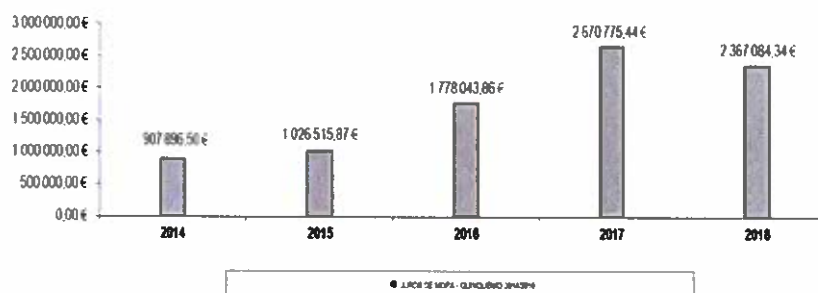
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

JUROS DE MORA

No Exercício de 2018, o valor dos Juros de Mora cobrados pela CPAS aos Beneficiários pelo pagamento das contribuições fora do prazo regulamentar, no âmbito de planos de regularização de créditos por dívidas de contribuições à CPAS (Decreto-Lei n.º 167/2012, de 1 de Agosto) e no âmbito de Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida totalizou 2.367.084,34 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

JUROS DE MORA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	907.896,50 €				
2015	1.026.515,87 €	+ 118.619,37 €		+ 13,07%	
2016	1.778.043,86 €	+ 751.527,99 €		+ 73,21%	
2017	2.670.775,44 €	+ 892.731,58 €		+ 50,21%	
2018	2.367.084,34 €	- 303.691,10 €	+ 1.459.187,84 €	- 11,37%	+ 160,72%



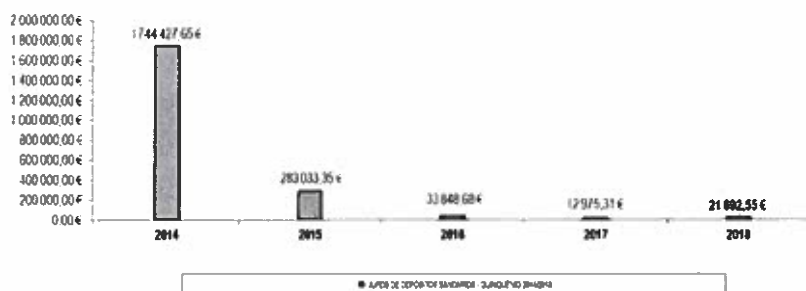
80

JUROS DE DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

No Exercício de 2018 e no que concerne aos Depósitos à Ordem em Contas Remuneradas, o valor dos Juros foi de 1.202,19 Euros. As aplicações financeiras em depósitos a prazo renderam 25.986,07 Euros, do que resulta que os Juros de Depósitos Bancários totalizaram 21.692,55 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

JUROS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	1.744.427,65 €				
2015	283.033,35 €	- 1.461.394,30 €		- 83,78%	
2016	33.848,68 €	- 249.184,67 €		- 88,04%	
2017	12.975,31 €	- 20.873,37 €		- 61,67%	
2018	21.692,55 €	+ 8.717,24 €	- 1.722.735,10 €	+ 67,18%	- 98,76%

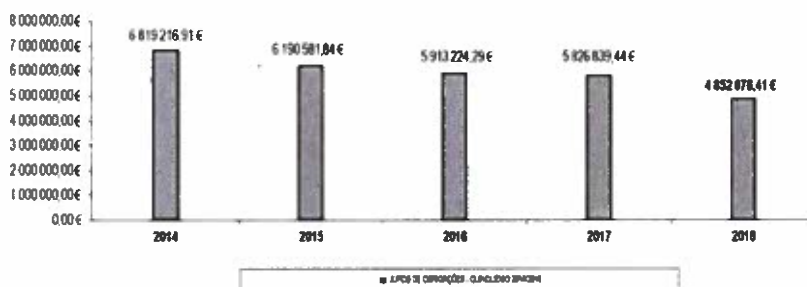
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No Exercício de 2018, os Rendimentos de Instrumentos Financeiros totalizaram 4.852.076,41 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS					
JUROS DE OBRIGAÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	6.819.216,91 €				
2015	6.190.581,84 €	- 628.635,07 €		- 9,22%	
2016	5.913.224,29 €	- 277.357,55 €		- 4,48%	
2017	5.826.839,44 €	- 86.384,85 €		- 1,46%	
2018	4.852.076,41 €	- 974.763,03 €	- 1.967.140,50 €	- 16,73%	- 28,85%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

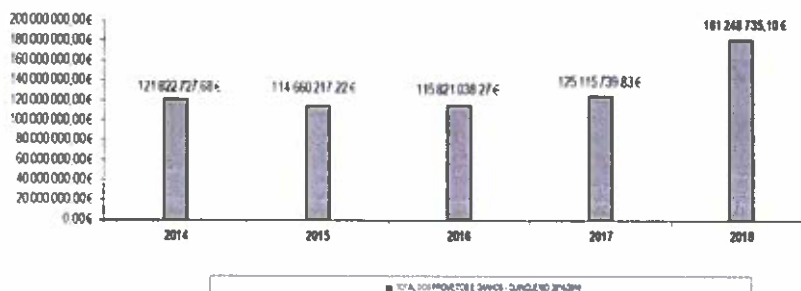
TOTAL DOS RENDIMENTOS

No Exercício de 2018, o Total dos Rendimentos foi de 181.248.735,10 Euros, conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

RENDIMENTOS	2018	
	Valor	%
IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E TAXAS	104 607 251,24 €	57,71%
Contribuições regulamentares	104 607 251,24 €	57,71%
REVERSÕES	23 697 591,69 €	13,07%
Reversão de perdas por imparidade - contribuições em dívida	23 697 591,69 €	13,07%
Processos judiciais em curso	5 120,12 €	0,00%
AUMENTOS DE JUSTO VALOR	38 040 646,90 €	20,99%
Investimentos financeiros	4 081 586,02 €	2,25%
Propriedades de investimento	33 959 060,88 €	18,74%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	7 662 391,97 €	4,23%
Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível	40 461,59 €	0,02%
Diferenças cambiais favoráveis	641 064,69 €	0,35%
Rendas em propriedades de investimento	3 254 010,37 €	1,80%
Correcções relativas a exercícos anteriores	296 685,49 €	0,16%
Multas de processos disciplinares	84 926,26 €	0,05%
Outros	73 401,06 €	0,04%
Ganhos em instrumentos financeiros	3 271 842,51 €	1,81%
Mais-valias na alienação de títulos e unidades de participação	1 002 329,24 €	0,55%
Rendimentos de fundos de investimento mobiliário	1 449 709,81 €	0,80%
Rendimentos de participações sociais	549 372,26 €	0,30%
Operações com futuros	270 431,20 €	0,15%
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	7 240 853,30 €	3,99%
Juros de mora	2 367 084,34 €	1,31%
Juros de depósitos em instituições financeiras	21 692,55 €	0,01%
Rendimentos de instrumentos financeiros	4 852 076,41 €	2,68%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	181 248 735,10 €	100,00%

82

TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2014	121.822.727,68 €				
2015	114.660.217,22 €	- 7.162.510,46 €		- 5,88%	
2016	115.821.038,27 €	+ 1.160.821,05 €		+ 1,01%	
2017	125.115.739,83 €	+ 9.294.701,56 €		+ 8,03%	
2018	181.248.735,10 €	+ 56.132.995,27 €	+ 59.426.007,42 €	+ 44,86%	+ 48,78%



8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

GASTOS

PENSÕES/SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES

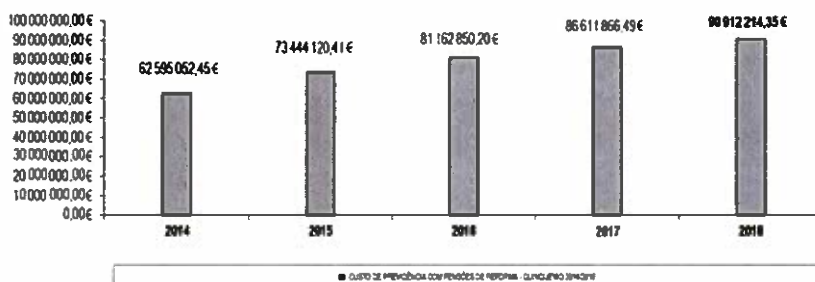
CUSTOS COM PENSÕES DE REFORMA

No Capítulo 6 analisou-se o Custo total das Pensões de Reforma, o qual, enquanto custo de previdência, se decompõe em duas parcelas:

- a) Pensões de Reforma resultantes da aplicação da fórmula de cálculo estatutária.
- b) Suplementos às Pensões de Reforma dos Beneficiários cuja carreira contributiva não atingiu o valor mínimo de Pensão garantida - artigo 17.º, n.º 1 do RCPAS de 1994.

No Exercício de 2018, os Custos de Previdência com Pensões de Reforma foram de 90.912.214,35 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS DE PREVIDÊNCIA COM PENSÕES DE REFORMA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	62.595.052,45 €				
2015	73.444.120,41 €	+ 10.849.067,96 €		+ 17,33%	
2016	81.162.850,20 €	+ 7.718.729,79 €		+ 10,51%	
2017	86.611.866,49 €	+ 5.449.016,29 €		+ 6,71%	
2018	90.912.214,35 €	+ 4.300.347,86 €	+ 28.317.161,90 €	+ 4,97%	+ 45,24%



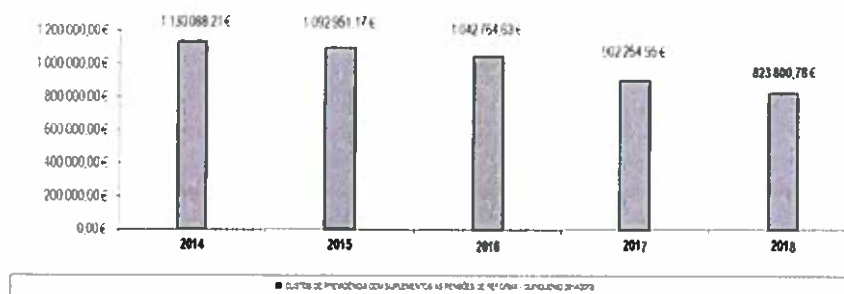
83

CUSTOS COM SUPLEMENTOS ÀS PENSÕES DE REFORMA

No Exercício de 2018, os Custos de Previdência com Suplementos às Pensões de Reforma foram de 823.800,78 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS COM SUPLEMENTOS ÀS PENSÕES DE REFORMA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	1.130.088,21 €				
2015	1.092.951,17 €	- 37.137,04 €		- 3,29%	
2016	1.042.764,63 €	- 50.186,54 €		- 4,59%	
2017	902.254,95 €	- 140.509,68 €		- 13,47%	
2018	823.800,78 €	- 78.454,17 €	+ 306.287,43 €	- 8,70%	- 27,10%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



CUSTOS COM REFORÇO DA PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 - ARTIGOS 20.º E 25.º

A CPAS, nos termos das respectivas normas regulamentares, abona nos meses de Julho e Novembro de cada ano aos seus Beneficiários titulares de Pensão de Reforma, Subsídio de Invalidez e Subsídio de Sobrevivência, um montante mensal adicional de igual quantitativo.

A CPAS entendeu que não se encontrava abrangida pelas disposições no artigo 25.º da LOE de 2012.

Contudo, a Caixa Geral de Aposentações (CGA), que foi a entidade designada na LOE de 2012 para receber os montantes relativos aos Subsídios / Pensões cujo pagamento foi suspenso (n.º 5 do artigo 25.º), entendeu que a CPAS estava obrigada a suspender os referidos pagamentos e a entregar-lhe os montantes que fossem de deduzir, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º da referida Lei.

Também quanto ao artigo 20.º da LOE de 2012 e, em particular, quanto aos seus números 13, 14 e 15, a CPAS, contrariamente à CGA, a CPAS entendeu que não se encontrava abrangida pelas respectivas disposições.

Neste contexto e face à divergência de entendimentos, em 2012 foi requerida pela CPAS uma providência cautelar e instaurada acção administrativa comum contra a CGA e o Ministério das Finanças, junto da 5.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, sob os números, respectivamente, 1166/12.2BELSB e 1014/12.3BELSB, visando que o reconhecimento e declaração expressa pelo Tribunal de que aquelas disposições da LOE de 2012 não se aplicam à CPAS.

Na decorrência de Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, transitado em julgado em 28.11.2013, foi deferido o pedido formulado pela CPAS de abstenção, pela CGA e pelo Ministério das Finanças, de qualquer comportamento que vise a aplicação à CPAS das normas previstas nos n.ºs 13 e 15 do artigo 20.º, do n.º 5 do artigo 25.º e do artigo 202.º, todos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Pela relevância da matéria, salienta-se que já após o fecho do Exercício de 2018, foi proferida pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, decisão de absolvição da instância dos co-réus pela procedência da excepção de incompetência absoluta em razão da matéria. A CPAS apresentou o competente recurso, aguardando-se decisão.

Face à não prolação de decisão judicial definitiva sobre a matéria, a CPAS equacionou as consequências legais que poderiam advir para os Beneficiários e para a Instituição do não cumprimento do preceituado nos referidos artigos da LOE 2012, tendo, então e à data, concluído que a posição que melhor salvaguar-

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

dava os Beneficiários e a Instituição era a de sujeitar as Pensões de Reforma e os Subsídios de Sobrevivência, de Invalidez e de Assistência referentes ao ano de 2012, à contribuição extraordinária de solidariedade e à redução e à retenção previstas no artigo 25.º da LOE de 2012.

Os montantes não entregues aos Beneficiários referentes ao subsídio de férias e de Natal e os retidos a título de contribuição extraordinária de solidariedade têm vindo a ser objecto de aplicações financeiras a prazo, que se mantêm.

Entendeu a CPAS, em cumprimento do princípio contabilístico da prudência, constituir em 2012 uma provisão correspondente ao total dos referidos montantes não entregues aos Beneficiários.

Durante o ano de 2018 esta situação manteve-se e não houve alteração do valor da provisão relativa a processamentos de subsídios de férias e de Natal relativos a 2012. A provisão ascende a 5.382.321,37 Euros.

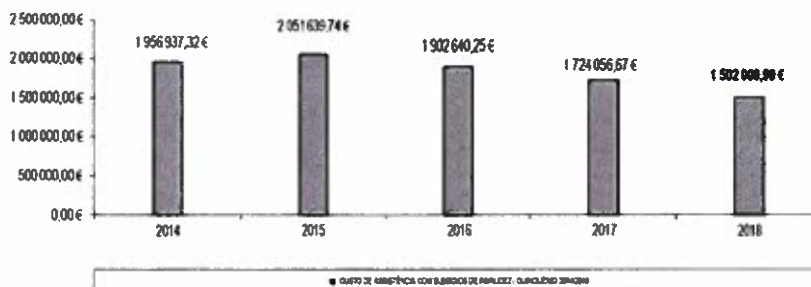
CUSTOS COM SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

No Capítulo 6 analisou-se o Custo Total dos Subsídios de Invalidez que, enquanto custo de assistência, se decompõe em duas parcelas:

- Subsídios de Invalidez resultantes da aplicação da fórmula de cálculo estatutária.
- Suplementos aos Subsídios de Invalidez dos Beneficiários cuja carreira contributiva não atingiu o valor mínimo de Pensão garantida - artigo 17.º, n.º 1 do RCPAS de 1994.

No Exercício de 2018, os Custos com Subsídios de Invalidez foram de 1.502.009,99 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS COM SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	1.956.937,32 €	+ 38.344,15 €		+ 2,00%	
2015	2.051.639,74 €	+ 94.702,42 €		+ 4,84%	
2016	1.902.640,25 €	- 148.999,49 €		- 7,26%	
2017	1.724.056,67 €	- 178.583,58 €		- 9,39%	
2018	1.502.009,99 €	- 222.046,68 €	- 454.927,33 €	- 12,88%	- 23,25%

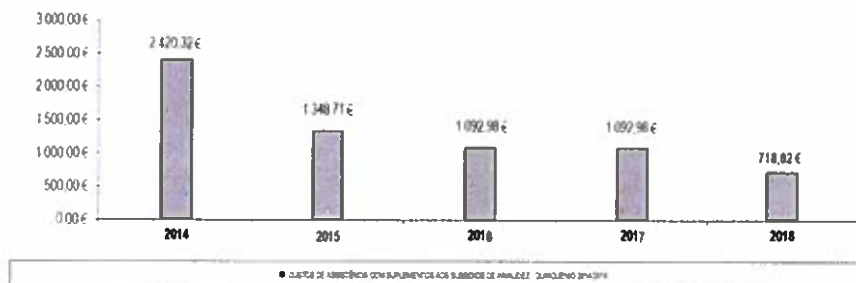


8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

CUSTO COM SUPLEMENTOS AOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ

No Exercício de 2018, o Custo com Suplementos aos Subsídios de Invalidez foi de 718,82 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS COM SUPLEMENTOS AOS SUBSÍDIOS DE INVALIDEZ					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	2.420,32 €				
2015	1.348,71 €	- 1.071,61 €		- 44,28%	
2016	1.092,98 €	- 255,73 €		- 18,96%	
2017	1.092,98 €	0,00 €		0,00%	
2018	718,82 €	- 374,16 €	- 1.701,50 €	- 34,23%	- 70,30%



86

OUTROS CUSTOS DE ASSISTÊNCIA

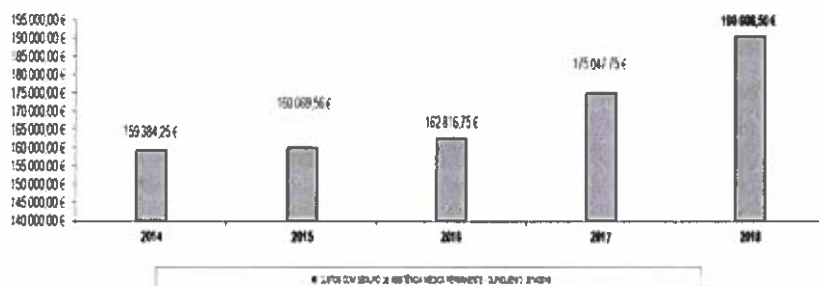
Nos Custos de Assistência, para além dos montantes despendidos com Subsídios de Sobrevivência, Benefícios de Nascimento, Benefícios de Maternidade, Internamentos Hospitalares por Maternidade, Internamentos Hospitalares por Doença, Benefícios de Recuperação, Assistências Médicas e Medicamentosas, Subsídios por Morte, Benefícios de Comparticipações nas Despesas de Funeral, Subsídios de Assistência e Bolsas de Estudo, já analisados, individualmente, nos Capítulos 6 e 7, há a considerar ainda os dois seguros que a seguir se referem.

CUSTO COM SEGURO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE

No Exercício de 2018, o Custo com a atribuição gratuita do Seguro de Assistência Médica Permanente aos Beneficiários da CPAS que tinham as suas contribuições regularizadas em 31 de Dezembro de 2018, bem como a todos os Beneficiários pensionistas de reforma e a todos os Beneficiários de subsídio de invalidez e de assistência e seus familiares, ascendeu a 190.606,50 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL COM SEGURO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA PERMANENTE					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	159.384,25 €				
2015	160.069,56 €	+ 685,31 €		+ 0,43%	
2016	162.816,75 €	+ 2.747,19 €		+ 1,72%	
2017	175.047,75 €	+ 12.231,00 €		+ 7,51%	
2018	190.606,50 €	+ 15.558,75 €	+ 31.222,25 €	+ 8,89%	+ 19,59%

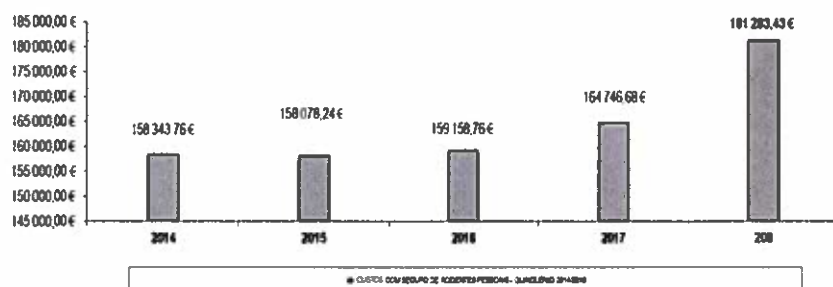
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



CUSTO COM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS

No Exercício de 2018, o custo com a atribuição gratuita do Seguro de Acidentes Pessoais aos Beneficiários da CPAS que tinham as suas contribuições regularizadas em 31 de Dezembro de 2018, ascendeu a 181.283,43 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTO TOTAL COM SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	158.343,76 €				
2015	158.078,24 €	- 265,52 €		- 0,17%	
2016	159.158,76 €	+ 1.080,52 €		+ 0,68%	
2017	164.746,68 €	+ 5.587,92 €		+ 3,51%	
2018	181.283,43 €	+ 16.536,75 €	+ 22.939,67 €	+ 10,04%	+ 14,49%



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

No Exercício de 2018, o gasto com Fornecimentos e Serviços Externos, ascendeu a 1.837.427,30 Euros.

Na sequência da alteração no plano de organização contabilística que a CPAS vinha adoptando, para o denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a apresentação dos anteriormente designados Custos com Administração Corrente e Custos com Administração

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Social, foram subdivididos em duas contas diferentes designadas por Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

Por forma a garantir a comparabilidade e transparência da informação apresentamos neste Relatório e Contas o valor dos Custos de Administração Corrente e Custos com Administração Social se não tivesse existido qualquer alteração ao plano de organização contabilística.

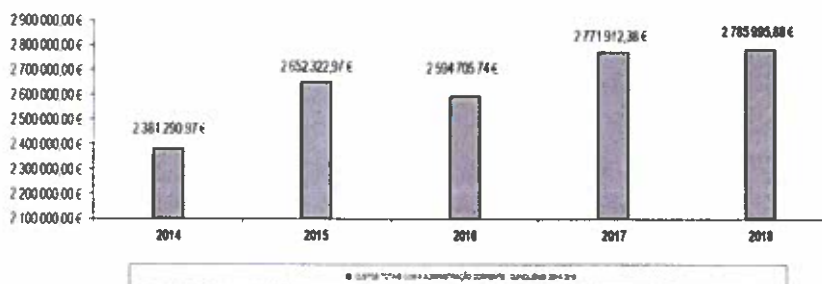
CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO CORRENTE

Nesta rubrica consideram-se os custos de estrutura e funcionamento da CPAS nomeadamente, entre outros, os custos com a Direcção, os custos com as remunerações dos colaboradores da CPAS, os custos com honorários e trabalhos especializados, de comunicação com os Beneficiários.

Nesta rubrica, e para efeitos de apuramento do valor total Despesas de Administração da CPAS consideram-se os gastos constantes das rubricas contabilísticas de Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com Pessoal e Gastos de Depreciação e Amortização associados à actividade corrente da CPAS.

No Exercício de 2018, o custo total com administração corrente foi de 2.785.995,88 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS TOTAIS COM ADMINISTRAÇÃO CORRENTE (SEDE)					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	2.381.290,97 €				
2015	2.652.322,97 €	+ 271.032,00 €		+ 11,38%	
2016	2.594.705,74 €	- 57.617,23 €		- 2,17%	
2017	2.771.912,38 €	+ 177.206,64 €		+ 6,83%	
2018	2.785.995,88 €	+ 14.083,50 €	+ 404.704,91 €	+ 0,51%	+ 17,00%



CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

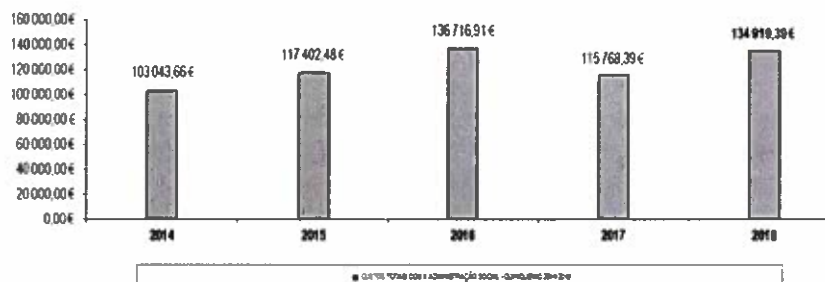
Nesta rubrica consideram-se os custos de estrutura e funcionamento dos postos médicos da CPAS (em Lisboa, Porto e Coimbra) nomeadamente, entre outros, os honorários dos médicos, os custos com as remunerações dos colaboradores da CPAS e todos os restantes custos de funcionamento.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para efeitos de apuramento do valor total despesas de administração da CPAS consideram-se os gastos constantes das rubricas contabilísticas de Fomecimentos e Serviços Externos, Gastos com Pessoal e Gastos de depreciação e amortização associados à actividade social da CPAS.

No Exercício de 2018, o valor dos Custos Totais com Administração Social foi de 134.919,39 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS TOTAIS COM ADMINISTRAÇÃO SOCIAL					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	103.043,66 €				
2015	117.402,48 €	+ 14.358,82 €		+ 13,93%	
2016	136.716,91 €	+ 19.314,43 €		+ 16,45%	
2017	115.768,39 €	- 20.948,52 €		- 15,32%	
2018	134.919,39 €	+ 19.151,00 €	+ 31.875,73 €	+ 16,54%	+ 30,93%



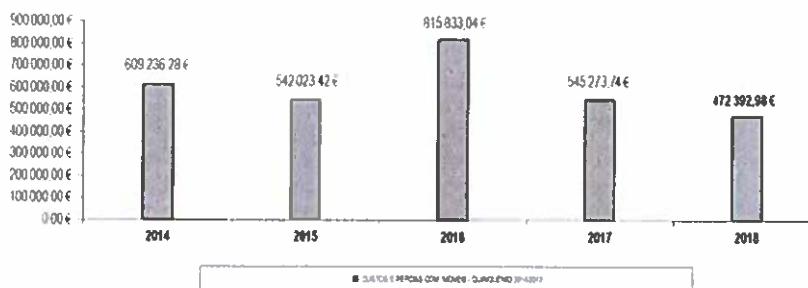
89

CUSTOS E PERDAS COM IMÓVEIS

Nesta rubrica consideram-se, entre outros, os custos com conservação e reparação, amortizações e reintegrações, fornecimento de serviços, água e electricidade, seguros, material de limpeza, trabalhos especializados, remunerações certas com porteiros e segurança social dos porteiros, que totalizaram, em 2018, 472.392,98 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

CUSTOS E PERDAS COM IMÓVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	609.236,28 €				
2015	542.023,42 €	- 67.212,86 €		- 11,03%	
2016	815.833,04 €	+ 273.809,62 €		+ 50,52%	
2017	545.273,74 €	- 270.559,30 €		- 33,16%	
2018	472.392,98 €	- 72.880,76 €	- 136.843,30 €	- 13,37%	- 22,46%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



GASTOS COM PESSOAL

No Exercício de 2018, os Gastos com Pessoal ascenderam a 1.456.008,35 Euros.

Na sequência da alteração no plano de organização contabilística que a CPAS vinha adoptando, para o denominado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a apresentação dos anteriormente designados Custos com Administração Corrente e Custos com Administração Social foram subdivididos em duas contas diferentes designadas por Fomcimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal.

Por forma a garantir a comparabilidade e transparência da informação, neste Relatório e Contas apresentámos o valor dos custos de Administração Corrente e Custos com Administração Social se não tivesse existido qualquer alteração ao plano de organização contabilística.

90

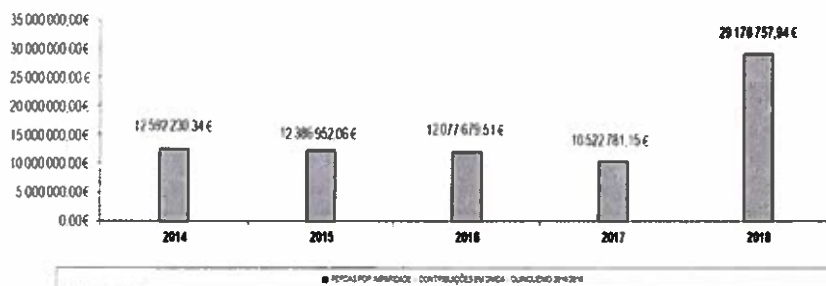
PERDAS

PERDAS POR IMPARIDADE – CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

No Exercício de 2018, o Custo com Perdas por Imparidade de Contribuições em Dívida foi de 29.176.757,94 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

PERDAS POR IMPARIDADE – CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	12.592.230,34 €				
2015	12.386.952,06 €	- 205.278,28 €		- 1,63%	
2016	12.077.679,51 €	- 309.272,55 €		- 2,50%	
2017	10.522.781,15 €	- 1.554.898,36 €		- 12,87%	
2018	29.176.757,94 €	+ 18.653.976,79 €	+ 16.584.527,60 €	+ 177,27%	+ 131,70%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



OUTRAS PERDAS POR IMPARIDADE

Nesta rubrica estão reflectidos os valores relativos a eventuais perdas por imparidade por dívida de rendas não pagas, no período de Janeiro a Maio de 2010 pelo Estado Português, por instalação dos serviços da Conservatória do Registo Automóvel de Lisboa.

Por se considerar, face aos desenvolvimentos ocorridos no ano de 2018, que existe um efectivo risco de incobrabilidade da referida dívida, assumiu-se uma imparidade no valor de 268.490,00 Euros, relativa à referida dívida conforme já relevado em Relatórios e Contas de anos anteriores.

REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

REDUÇÕES DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTO FINANCEIROS

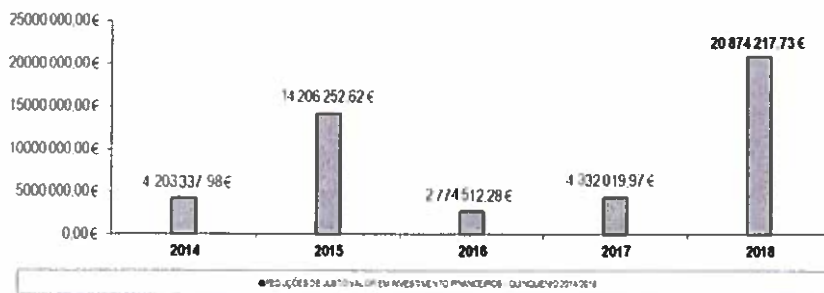
91

A adopção do critério de Valorimetria dos Investimentos Financeiros pelo seu Justo Valor, que a CPAS passou a adoptar desde o Exercício de 2010, de acordo com os princípios contabilísticos internacionalmente aceites, permite ilustrar, de forma apropriada, a situação líquida da Instituição, ao considerar-se o valor pelo qual o Investimento Financeiro detido poderia ser negociado no Mercado de Capitais, em 31 de Dezembro, entre partes conhecedoras e dispostas a tal, numa transacção em que não exista relacionamento entre elas.

A redução do valor dos Activos Financeiros da CPAS, avaliados em 31 de Dezembro de 2018, pelo seu justo valor, totalizou 20.874.217,73 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

REDUÇÕES DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTO FINANCEIROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUADRIÉNIO	NO ANO	NO QUADRIÉNIO
2014	4.203.337,98 €				
2015	14.206.252,62 €	+ 10.002.914,64 €		+ 237,98%	
2016	2.774.512,28 €	- 11.431.740,34 €		- 80,47%	
2017	4.332.019,97 €	+ 1.557.507,69 €		+ 56,14%	
2018	20.874.217,73 €	+ 16.542.197,76 €	+ 16.670.879,75 €	+ 381,86%	+ 396,61%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



OUTROS GASTOS E PERDAS

IMPOSTOS E TAXAS

No Exercício de 2018, a rubrica de Impostos e Taxas ascendeu a 1.557.412,05 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	2.326.339,44 €				
2015	2.174.070,01 €	- 152.269,43 €		- 6,55%	
2016	1.640.208,72 €	- 533.861,29 €		- 24,56%	
2017	1.671.944,00 €	+ 31.735,28 €		+ 1,93%	
2018	1.557.412,05 €	- 114.531,95 €	- 768.927,39 €	- 6,85%	- 33,05%



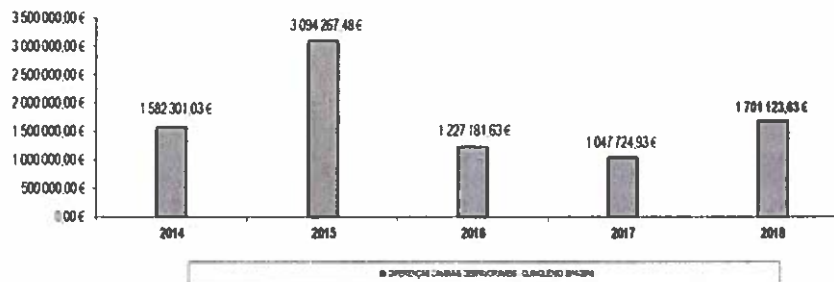
Nesta rubrica está incluído o imposto, pago à taxa liberatória, sobre o rendimento recebido pela CPAS relativamente às aplicações financeiras cujos ganhos não se encontram abrangidos pela isenção conferida pelo artigo 9.º n.º 1 alínea c) e n.º 2 do Código do IRC, no valor de 1.494.335,48 Euros, e o IMI pago pela CPAS sobre o seu Património Imobiliário que não se encontra isento deste imposto, no valor de 63.076,57 Euros.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIFERENÇAS CAMBIAIS DESFAVORÁVEIS

No Exercício de 2018, o valor das diferenças cambiais desfavoráveis foi de 1.701.123,63 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

DIFERENÇAS CAMBIAIS DESFAVORÁVEIS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	1.582.301,03 €				
2015	3.094.267,48 €	+ 1.511.966,45 €		+ 95,55%	
2016	1.227.181,63 €	- 1.867.085,85 €		- 60,34%	
2017	1.047.724,93 €	- 179.456,70 €		- 14,62%	
2018	1.701.123,63 €	+ 653.398,70 €	+ 118.822,60 €	+ 62,36%	+ 7,51%



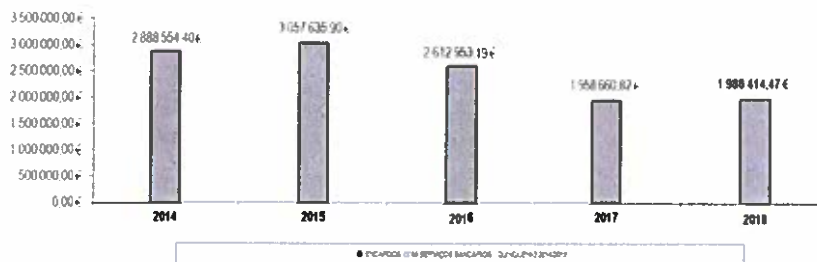
93

ENCARGOS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS

Nesta rubrica consideram-se, entre outros, os custos com comissões de gestão de carteiras, comissões de guarda de títulos, encargos com venda de activos financeiros, encargos com cobrança de contribuições, encargos com cobrança de juros, encargos com transferências bancárias - entre bancos, para pagamento de Pensões e para pagamentos de Benefícios -, encargos com informações bancárias e encargos com requisição de cheques, o que totalizaram, em 2018, 1.988.414,47 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

ENCARGOS COM SERVIÇOS BANCÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	2.888.554,40 €				
2015	3.057.635,90 €	+ 169.081,50 €		+ 5,85%	
2016	2.612.953,19 €	- 444.682,71 €		- 14,54%	
2017	1.958.660,82 €	- 654.292,37 €		- 25,04%	
2018	1.988.414,47 €	+ 29.753,65 €	- 900.139,93 €	+ 1,52%	- 31,16%

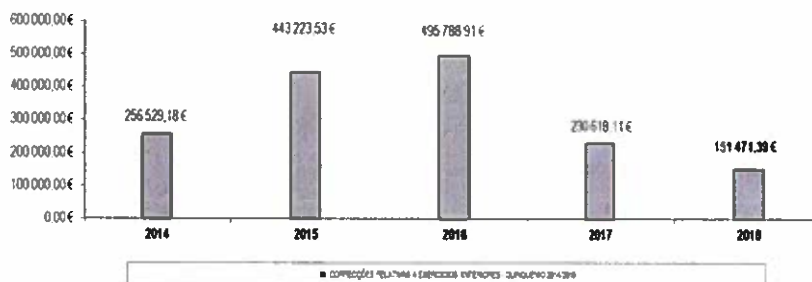
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

No Exercício de 2018, o valor das Correções Relativas a Exercícios Anteriores foi de 151.471,39 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	256.529,18 €				
2015	443.223,53 €	+ 186.694,35 €		+ 72,78%	
2016	495.788,91 €	+ 52.565,38 €		+ 11,86%	
2017	230.618,11 €	- 265.170,80 €		- 53,48%	
2018	151.471,39 €	- 79.146,72 €	- 105.057,79 €	- 34,32%	- 40,95%



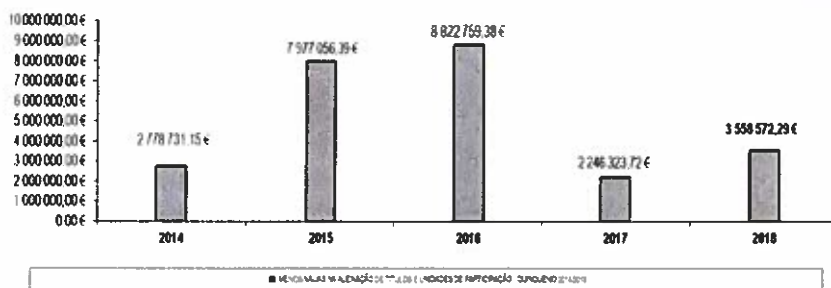
PERDAS EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

MENOS-VALIAS NA ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

No Exercício de 2018, o valor das Menos-Valias na Alienação de Títulos e Unidades de Participação foi de 3.558.572,29 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	2.770.731,15 €				
2015	7.977.056,39 €	+ 5.198.325,24 €		+ 187,08%	
2016	8.822.759,38 €	+ 845.702,99 €		+ 10,60%	
2017	2.246.323,72 €	- 6.576.435,66 €		- 74,54%	
2018	3.558.572,29 €	+ 1.312.248,57 €	+ 779.841,14 €	+ 58,42%	+ 28,06%

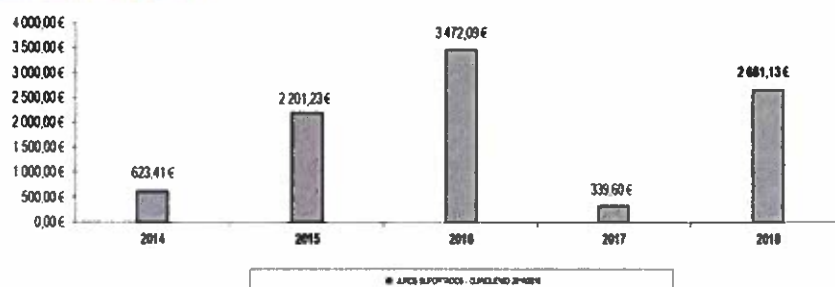
8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



JUROS SUPORTADOS

No Exercício de 2018, o valor dos Juros Suportados foi de 2.661,13 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

JUROS SUPORTADOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	623,41 €				
2015	2.201,23 €	+ 1.577,82 €		+ 253,10%	
2016	3.472,09 €	+ 1.270,86 €		+ 57,73%	
2017	339,60 €	- 3.132,49 €		- 90,22%	
2018	2.661,13 €	+ 2.321,53 €	+ 2.037,72 €	+ 683,61%	+ 326,87%



95

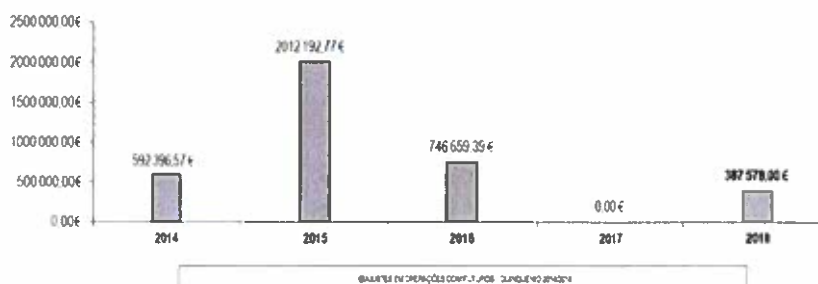
AJUSTES EM OPERAÇÕES COM FUTUROS

As perdas geradas pelo reforço ou pagamento das diferenças negativas nas contas-margem de Operações com Futuros totalizaram 387.578,00 Euros. Importa, neste contexto, referir que o investimento da CPAS em Futuros não tem natureza especulativa. Com efeito, tem como finalidade a cobertura de risco de activos face a eventos futuros e incertos, alheios à vontade do investidor e susceptíveis de lhe causar prejuizos.

Em 2018, o investimento em Futuros visou apenas a cobertura de risco de taxa de juro e de risco de taxa de câmbio. A variação do valor deste tipo de investimentos, positiva ou negativa, é compensada por uma variação inversa no valor dos títulos sobre os quais incide a cobertura. O objectivo é o de reduzir ou eliminar a ocorrência de prejuizos uma vez que são tomadas duas posições que se compensam mutuamente em caso de variação de preço.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

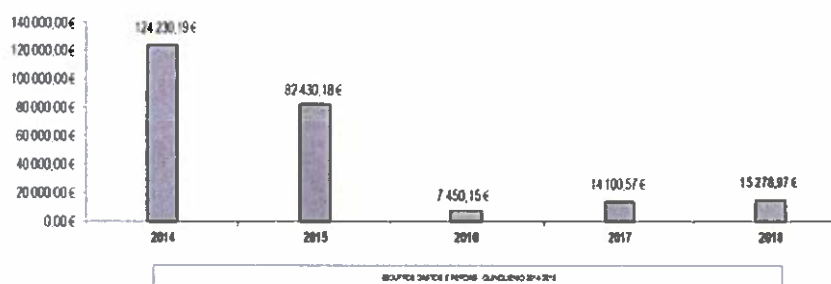
AJUSTES EM OPERAÇÕES COM FUTUROS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	592.396,57 €				
2015	2.012.192,77 €	+ 1.419.796,20 €		+ 239,67%	
2016	746.659,39 €	- 1.265.533,38 €		- 62,89%	
2017	0,00 €	- 746.659,39 €		- 100,00%	
2018	387.578,00 €	+ 387.578,00 €	- 204.818,57 €	-	- 34,57%



OUTROS GASTOS E PERDAS

No Exercício de 2018, o valor de Outros Gastos e Perdas foi de 15.278,97 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

OUTROS GASTOS E PERDAS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	124.230,19 €				
2015	82.430,18 €	- 41.800,01 €		- 33,65%	
2016	7.450,15 €	- 74.980,03 €		- 90,96%	
2017	14.100,57 €	+ 6.650,42 €		+ 89,27%	
2018	15.278,97 €	+ 1.178,40 €	- 108.951,22 €	+ 8,36%	- 87,70%



GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

No Exercício de 2018, o valor de Outros Gastos de Depreciação e de Amortização de Activos Fixos Tangíveis foi de 204.775,29 Euros, dos quais 199.976,31 Euros sobre Activos Fixos Tangíveis e 4.798,98 Euros sobre Activos Fixos Intangíveis.

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

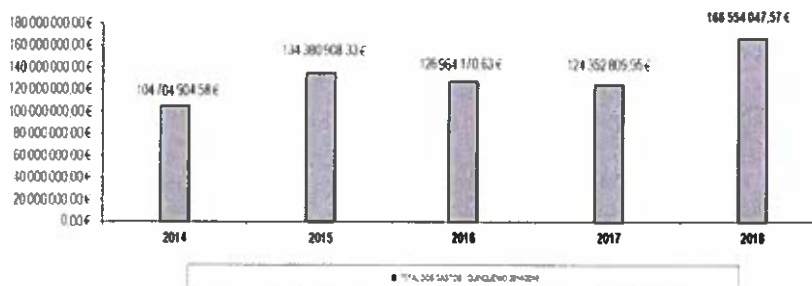
TOTAL DOS GASTOS

No Exercício de 2018, o Total dos Gastos foi de 166.554.047,57 Euros, conforme se retira dos quadros que adiante se expressam:

GASTOS	2018	
	VALOR	PORCENTAGEM
PENSÕES/SUBSÍDIOS/COMPARTICIPAÇÕES	103 373 859,03 €	62,07%
Despesas de previdência	91 736 015,13 €	55,08%
Pensões de reforma	90 912 214,35 €	54,58%
Suplemento das pensões de reforma	823 800,78 €	0,49%
Reforço de provisão "LOE 2012 - Artº20º e 25º"		
Despesas de assistência	11 637 843,90 €	6,99%
Subsídios de invalidez	1 502 009,99 €	0,90%
Suplementos dos subsídios de invalidez	718,82 €	0,00%
Subsídios de sobrevivência	6 665 200,96 €	4,00%
Subsídios de nascimento	566 262,00 €	0,34%
Subsídios de maternidade	1 345 638,40 €	0,81%
Subsídios de recuperação intern hosp.doença	235 268,00 €	0,14%
Comparticipações internamento hospitalar matom	76 198,06 €	0,05%
Comparticipações internamento hospitalar-doença	338 838,52 €	0,20%
Acção médica e medicamentosa	28 078,13 €	0,02%
Subsídios por morte	384 210,00 €	0,23%
Subsídios funeral	57 373,29 €	0,03%
Subsídios de assistência	65 412,00 €	0,04%
Bolsas de estudo	1 745,80 €	0,00%
Seguro de assistência médica permanente	190 606,50 €	0,11%
Seguro grupo de acidentes pessoais	181 283,43 €	0,11%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 837 427,30 €	1,10%
Despesas de estrutura	1 837 427,30 €	1,10%
Administração corrente (Sede)	1 298 082,27 €	0,78%
Administração social (Postos médicos)	97 318,23 €	0,06%
Administração patrimonial (Imóveis)	442 026,80 €	0,27%
GASTOS COM O PESSOAL	1 456 008,35 €	0,87%
Despesas de estrutura	1 456 008,35 €	0,87%
Administração corrente (Sede)	1 388 758,31 €	0,83%
Administração social (Postos médicos)	36 883,86 €	0,02%
Administração patrimonial (Imóveis)	30 366,18 €	0,02%
PERDAS	29 445 247,94 €	17,68%
Perdas por imparidade - contribuições em dívida	29 176 757,94 €	17,52%
Outras perdas por imparidade	268 490,00 €	0,16%
REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	20 874 217,73 €	12,53%
Investimentos financeiros	20 874 217,73 €	12,53%
OUTROS GASTOS E PERDAS	9 362 511,93 €	5,62%
Impostos e taxas (IRC e IML)	1 557 412,05 €	0,94%
Diferenças cambiais desfavoráveis	1 701 123,63 €	1,02%
Encargos com serviços bancários	1 988 414,47 €	1,19%
Correcções relativas a períodos anteriores	151 471,39 €	0,09%
Perdas em instrumentos financeiros	3 948 811,42 €	2,37%
Menos-valias de títulos e unidades de participação	3 558 572,29 €	2,14%
Juors suportados	2 661,13 €	0,00%
Operações com futuros	387 578,00 €	0,23%
Outros gastos e perdas	15 278,97 €	0,01%
GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZAÇÃO	204 775,29 €	0,12%
Activos fixos tangíveis e intangíveis	204 775,29 €	0,12%
TOTAL DOS GASTOS	166.554.047,57 €	100,00%

VALOR TOTAL DOS GASTOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	104.704.904,58 €				
2015	134.380.908,33 €	+ 29.676.003,75 €		+ 28,34%	
2016	126.964.170,63 €	- 7.416.737,70 €		- 5,52%	
2017	124.352.809,95 €	- 2.611.360,68 €		- 2,06%	
2018	166.554.047,57 €	+ 42.201.237,62 €	+ 61.849.142,99 €	+ 33,94%	+ 59,07%

8. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

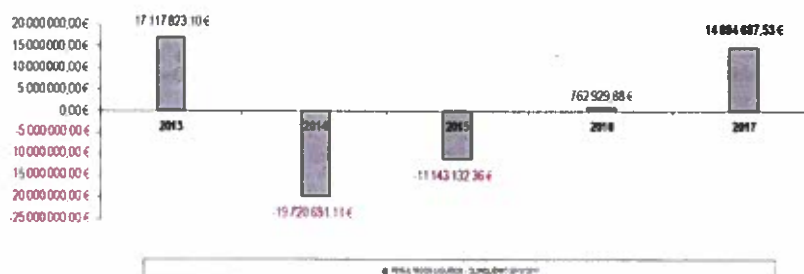


RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

RENDIMENTOS E GASTOS	2018
Impostos, contribuições e taxas	104.607.251,24 €
Pensões/Subsídios/Comparticipações	- 103.373.859,03 €
Fornecimentos e serviços externos	- 1.837.427,30 €
Gastos com o pessoal	- 1.456.008,35 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 5.752.776,37 €
Provisões (aumentos/reduções)	5.120,12 €
Aumentos/reduções de justo valor	17.166.429,17 €
Outros rendimentos e ganhos	7.662.391,97 €
Outros gastos e perdas	- 9.362.511,93 €
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIACÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO	7.658.834,52 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 204.775,29 €
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)	7.453.834,23 €
Juros e rendimentos similares obtidos	7.240.853,30 €
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	14.694.687,53 €
Imposto sobre o rendimento	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.694.687,53 €

No Exercício de 2018, o Resultado Líquido do período foi de **14.694.687,53 Euros**, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RESULTADO LÍQUIDO		
ANO	VALOR	VARIAÇÃO
		NO ANO
2014	17.117.823,10 €	+ 3.176.538,49 €
2015	- 19.720.691,11 €	- 36.838.514,21 €
2016	- 11.143.132,36 €	+ 8.577.558,75 €
2017	762.929,88 €	+ 11.906.062,24 €
2018	14.694.687,53 €	+ 13.931.757,55 €



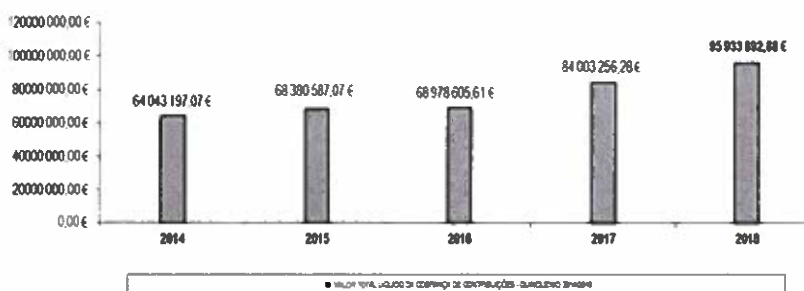
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

COBRANÇA E DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES

No Exercício de 2018, o valor líquido de Cobrança de Contribuições referentes ao próprio ano [86.792.100,90 Euros] e a anos anteriores [9.141.791,98 Euros] foi de 95.933.892,88 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR TOTAL LÍQUIDO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	64.043.197,07 €				
2015	68.380.587,07 €	+ 4.337.390,00 €		+ 6,77%	
2016	68.978.605,61 €	+ 598.018,54 €		+ 0,87%	
2017	84.003.256,28 €	+ 15.024.650,67 €		+ 21,78%	
2018	95.933.892,88 €	+ 11.930.636,60 €	+ 31.890.695,81 €	+ 12,44%	+ 49,80%



DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

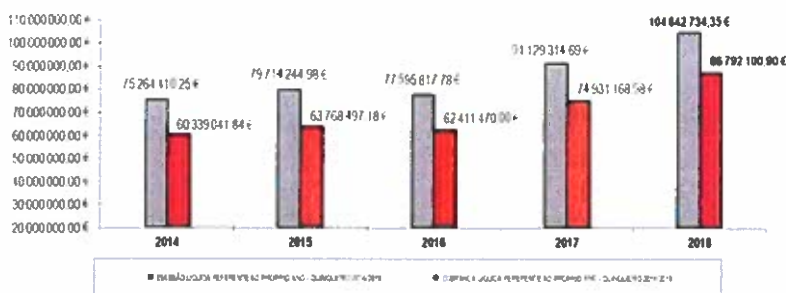
DÍVIDA GERADA NO PRÓPRIO EXERCÍCIO

No Exercício de 2018, o valor líquido da emissão de contribuições referentes ao próprio ano foi de 104.642.734,35 Euros.

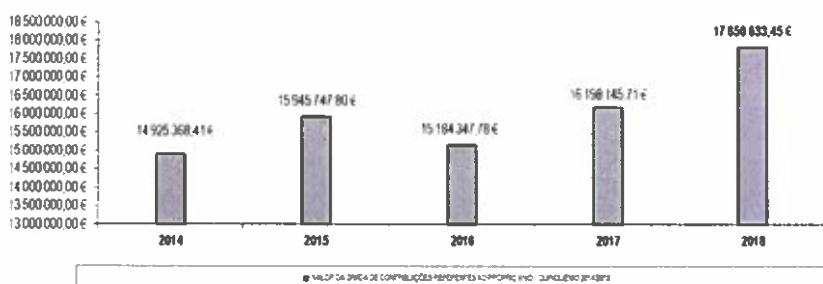
Como se referiu acima, o valor líquido da cobrança de contribuições referentes ao próprio ano foi de 86.792.100,90 Euros, sendo, portanto, a diferença entre os dois valores o correspondente à Dívida de Contribuições referente ao próprio ano, isto é, 17.850.633,45 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

RELAÇÃO ENTRE EMISSÃO E COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES			
ANO	VALOR LÍQUIDO DA EMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES DO PRÓPRIO ANO	VALOR LÍQUIDO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES DO PRÓPRIO ANO	RELAÇÃO %
2014	75.264.410,25 €	60.339.041,84 €	80,17%
2015	79.714.244,98 €	63.768.497,18 €	80,00%
2016	77.595.817,78 €	62.411.470,00 €	80,43%
2017	91.129.314,69 €	74.931.168,98 €	82,23%
2018	104.642.734,35 €	86.792.100,90 €	82,94%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



VALOR DA DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTES AO PRÓPRIO ANO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	14.925.368,41 €				
2015	15.945.747,80 €	+ 1.020.379,39 €		+ 6,84%	
2016	15.184.347,78 €	- 761.400,02 €		- 4,77%	
2017	16.198.145,71 €	+ 1.013.797,93 €		+ 6,68%	
2018	17.850.633,45 €	+ 1.652.487,74 €	+ 2.925.265,04 €	+ 10,20%	+ 19,60%



DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES

Analisada que foi a Dívida de Contribuições referente ao próprio ano, gerada no Exercício de 2018, procede-se agora à análise da Dívida Acumulada de Contribuições e sua recuperação.

No final do Exercício de 2017, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições, desde 1 de Janeiro de 1973, era de 128.609.786,47 Euros, antes da dedução da parte que diz respeito à amortização de capital em dívida, relativo ao Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida.

No Exercício de 2018, o valor da Dívida de Contribuições referentes ao próprio ano, ou seja, gerada neste exercício, foi de 17.850.633,45 Euros, tendo-se recuperado de Dívida Acumulada de Contribuições referentes a anos anteriores 9.177.083,98 Euros.

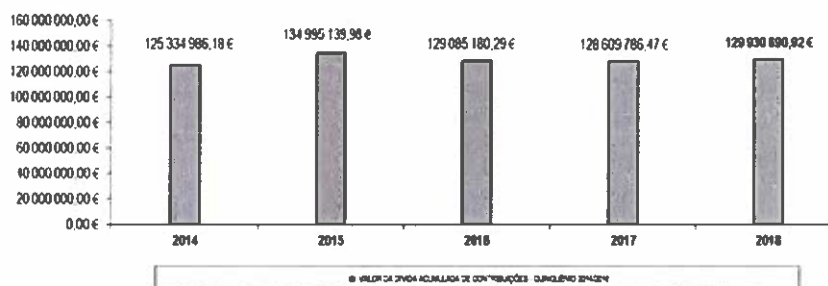
Reduziu-se igualmente o valor da Dívida de Contribuições em 7.352.645,02 Euros por prescrição das contribuições em dívida, invocada pelos Beneficiários.

No final do ano de 2018, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições passou a totalizar 129.930.690,92 Euros, antes da dedução da parte que diz respeito à amortização de capital em dívida, relativo ao Plano de

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e a Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

VALOR DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	125.334.986,18 €				
2015	134.995.139,96 €	+ 9.660.153,78 €		+ 7,71%	
2016	129.085.180,29 €	- 5.909.959,67 €		- 4,38%	
2017	128.609.786,47 €	- 475.393,82 €		- 0,37%	
2018	129.930.690,92 €	+ 1.320.904,45 €	+ 4.595.704,74 €	+ 1,03%	+ 3,67%



Para efeitos de redução da Dívida de Contribuições, na parte que diga respeito à amortização de capital em dívida, deve ser considerado o valor das prestações relativas ao Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores que foram recebidas até 31 de Dezembro de 2018, no âmbito de planos que a essa data se encontravam em curso.

O referido valor totalizou 4.099.833,80 Euros.

Durante o ano de 2018 permaneciam em curso processos de cobrança coerciva da Dívida de Contribuições, no valor total de contribuições em dívida de 3.308.041,51 Euros.

Deverá também, para efeitos de redução da Dívida de Contribuições, na parte que diga respeito à amortização de capital em dívida, ser considerado o valor das prestações relativas a Acordos de Pagamento Prestacional de Contribuições em Dívida, sem qualquer bonificação de juros, recebidos até 31 de Dezembro de 2018.

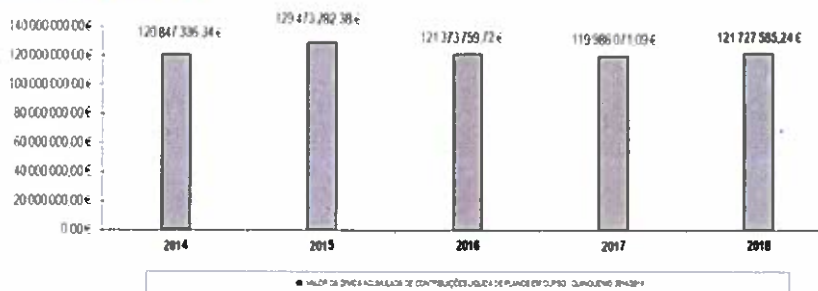
Este valor totalizou 4.103.271,88 Euros.

Estes acordos implicam a interrupção do prazo de prescrição das contribuições em dívida e o cumprimento tempestivo das prestações e das contribuições que se venham a vencer. O seu incumprimento resultará no vencimento de todas as prestações vincendas e respectiva cobrança coerciva dos valores em dívida.

Assim, no final do ano de 2018, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições, líquida de planos e acordos em curso, totalizava 121.727.585,24 Euros, conforme se retira dos quadros relativos à evolução Quinquenal, que adiante se expressam:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

VALOR DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES - LÍQUIDA DE PLANOS EM CURSO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2014	120.847.336,34 €				
2015	129.473.282,38 €	+ 8.625.946,04 €		+ 7,14%	
2016	121.373.759,72 €	- 8.099.522,66 €		- 6,26%	
2017	119.986.071,09 €	- 1.387.688,63 €		- 1,14%	
2018	121.727.585,24 €	+ 1.741.514,15 €	+ 880.248,90 €	+ 1,45%	+ 0,73%



ANÁLISE DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES

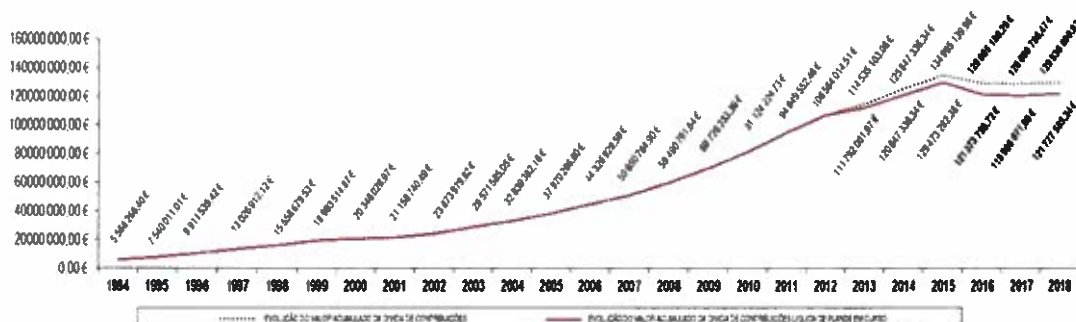
A Dívida Acumulada de Contribuições, desde 1 de Janeiro de 1973 até 31 de Dezembro de 2018, apresentou a seguinte evolução no período de 1994 a 2018, conforme adiante se expressa:

DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES			
ANO	VALOR	VARIACÃO	%
1994	5.568.268,40 €		
1995	7.540.011,01 €	1.971.742,61 €	35,41%
1996	9.911.539,42 €	2.371.528,41 €	31,45%
1997	13.026.912,12 €	3.115.372,70 €	31,43%
1998	15.558.679,53 €	2.531.767,41 €	19,43%
1999	18.993.514,87 €	3.434.835,34 €	22,08%
2000	20.346.028,97 €	1.352.514,10 €	7,12%
2001	21.158.740,49 €	812.711,52 €	3,99%
2002	23.873.979,82 €	2.715.239,33 €	12,83%
2003	28.571.585,05 €	4.697.605,23 €	19,68%
2004	32.839.382,16 €	4.267.797,11 €	14,94%
2005	37.970.286,80 €	5.130.904,64 €	15,62%
2006	44.326.929,59 €	6.356.642,79 €	16,74%
2007	50.650.784,90 €	6.323.855,31 €	14,27%
2008	59.490.761,64 €	8.839.976,74 €	17,45%
2009	69.726.233,89 €	10.235.471,25 €	17,21%
2010	81.124.224,73 €	11.397.991,84 €	16,35%
2011	94.649.552,46 €	13.525.327,73 €	16,67%
2012	106.564.014,51 €	11.914.462,05 €	12,59%
2013	114.535.103,08 €	7.971.088,57 €	7,48%
2013*	111.792.001,97 €	5.227.987,46 €	4,91%
2014	125.334.986,18 €	10.799.883,10 €	9,43%
2014*	120.847.336,34 €	9.055.334,37 €	8,10%
2015	134.995.139,96 €	9.660.153,78 €	7,71%
2015*	129.473.282,38 €	8.625.946,04 €	7,14%
2016	129.085.180,29 €	- 5.909.959,67 €	- 4,38%
2016*	121.373.759,72 €	- 8.099.522,00 €	- 0,20%
2017	128.609.786,47 €	- 475.393,82 €	- 0,37%
2017*	119.986.071,09 €	- 1.387.688,63 €	- 1,14%
2018	129.930.690,92 €	1.320.904,45 €	1,03%
2018*	121.727.585,24 €	1.741.514,15 €	1,45%

(*) Valor da dívida acumulada de contribuições - líquida de planos e acordos em curso

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A linha de tendência da dívida acumulada de contribuições, no período de 1994 a 2018, apresenta, pois, a seguinte expressão gráfica:



No Exercício de 2018 a análise da Dívida Acumulada de Contribuições permite registar os indicadores que adiante se expressam:

DÍVIDA POR ESCALÃO ETÁRIO ⁽¹⁾										
ESCALÃO ETÁRIO	ADVOGADO INSCRITO OA		ASSOCIADO DA OSAE		ADVOGADO ESTAGIÁRIO		ASSOCIADO ESTAGIÁRIO DA OSAE		OUTRA PROFISSÃO JURÍDICA	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
< 30 anos	857	352 065,71 €	84	40 368,14 €	470	79 160,07 €	52	7 577,64 €	0	- €
< 35 anos	1292	1 963 542,49 €	142	224 868,72 €	97	48 865,56 €	13	2 867,34 €	0	- €
< 40 anos	1848	6 746 985,84 €	163	537 323,24 €	67	36 967,61 €	20	2 221,38 €	0	- €
< 45 anos	2687	17 441 631,28 €	238	1 299 046,57 €	39	40 749,54 €	7	479,22 €	2	2 022,69 €
< 50 anos	2626	22 575 464,22 €	258	2 269 702,71 €	28	45 616,25 €	16	1 628,34 €	1	365,40 €
< 55 anos	2185	21 286 769,06 €	234	2 027 762,28 €	25	10 905,38 €	5	988,89 €	0	- €
< 60 anos	1563	19 047 951,35 €	180	2 179 082,18 €	15	15 025,24 €	4	3 933,46 €	1	121,80 €
< 65 anos	853	13 739 423,99 €	125	1 695 901,73 €	16	49 088,92 €	4	897,54 €	0	- €
≥ 65 anos	745	14 452 054,25 €	113	1 691 358,32 €	12	9 906,57 €	0	- €	0	- €

(1) Dívida sem dedução dos pagamentos de planos e acordos em curso a 31 de Dezembro de 2018

A análise da Dívida Acumulada por escalão etário revela que o núcleo duro da dívida de contribuições, em número de Beneficiários e em valor da dívida acumulada, tem especial incidência nos escalões etários entre os 45 e os 55 anos.

DÍVIDA POR ESCALÃO ETÁRIO ⁽¹⁾										
ESCALÃO CONTRIBUTIVO	ADVOGADO INSCRITO OA		ASSOCIADO DA OSAE		ADVOGADO ESTAGIÁRIO		ASSOCIADO ESTAGIÁRIO DA OSAE		OUTRA PROFISSÃO JURÍDICA	
	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR	NÚMERO	VALOR
SEM ESCALÃO ^[*]	4075	15 871 510,91 €	557	4 283 738,55 €	64	21 287,17 €	9	979,44 €	0	- €
1	0	- €	0	- €	694	222 304,57 €	111	16 221,03 €	0	- €
2	1250	441 928,42 €	104	26 803,94 €	1	1 420,98 €	0	- €	0	- €
3	330	252 705,41 €	38	24 081,36 €	0	- €	0	- €	0	- €
4	485	1 038 794,66 €	53	97 233,16 €	3	5 603,68 €	1	3 393,34 €	4	2 509,89 €
5	6687	49 198 361,32 €	665	4 467 260,95 €	4	17 513,06 €	0	- €	0	- €
6	1487	41 928 938,55 €	104	2 591 348,59 €	2	64 745,28 €	0	- €	0	- €
7	127	1 802 677,26 €	7	150 681,16 €	1	3 410,40 €	0	- €	0	- €
8	93	2 550 475,73 €	5	127 993,21 €	0	- €	0	- €	0	- €
9	49	1 579 353,75 €	1	30 997,80 €	0	- €	0	- €	0	- €
10	4	101 376,75 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
11	31	845 168,93 €	2	59 085,52 €	0	- €	0	- €	0	- €
12	4	24 645,72 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
13	9	362 861,72 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
14	2	35 766,18 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
15	5	276 239,56 €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
16	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
17	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
18	18	1 295 083,32 €	1	106 189,65 €	0	- €	0	- €	0	- €

[*] Por motivo de cancelamento da inscrição, reforma ou falecimento.

(1) Dívida sem dedução dos pagamentos de planos e acordos em curso a 31 de Dezembro de 2018

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise da Dívida Acumulada, por escalão contributivo, revela que o núcleo duro da dívida de contribuições tem especial incidência, quer em número de Beneficiários, quer em valor de Dívida Acumulada, nos 5.º e 6.º escalões contributivos.

No final do Exercício de 2018, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições de 1 de Janeiro de 1973 até 31 de Dezembro de 1994 (22 anos) era 1.052.208,19 Euros.

De 1 de Janeiro de 1995 até 31 de Dezembro de 2018 (24 anos) a Dívida Acumulada era de 128.878.482,73 Euros, sem dedução dos pagamentos de planos e acordos em curso a 31 de Dezembro de 2018.

A análise da evolução da Dívida Acumulada de Contribuições revela que:

A Dívida Acumulada de Contribuições sofre uma aceleração acentuada a partir de 1995 com a entrada em vigor das alterações ao Regulamento da CPAS, introduzidas pela Portaria n.º 884/94, de 1 de Outubro.

Em 2013, o crescimento da dívida desacelera o que se atribui, em parte, à implementação do Plano de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e de outros mecanismos de recuperação de dívida, como sejam os Acordos de Pagamento Prestacional e a cobrança coerciva.

No final de 2018, o universo de Beneficiários devedores com dívida superior a 5.000,00 Euros era de 6.308 para um total de 118.355.048,23 Euros e com dívida inferior a 5.000,00 Euros era de 10.779 que representavam 11.575.642,69 Euros.

Quer isto dizer que 36,92% de Beneficiários com dívida de contribuições representam 91,09% da dívida, ao passo que os restantes 8,91% está alocada a 63,08% daqueles Beneficiários.

Relativamente ao escalão etário, o maior número de Beneficiários devedores, ou seja, 8.351 Beneficiários, situa-se nos escalões etários entre os 40 e os 55 anos de idade.

Do valor total da Dívida Acumulada de Contribuições de 129.930.690,92 Euros, 67.003.131,83 Euros repartem-se pelos escalões etários entre os 40 e os 55 anos.

Relativamente ao escalão contributivo, o maior número de Beneficiários devedores, 8.949, situa-se nos 5.º e 6.º escalões contributivos.

Do valor total da Dívida Acumulada de Contribuições de 129.930.690,92 Euros, 98.268.167,75 Euros foram gerados por Beneficiários dos 5.º e 6.º escalões contributivos.

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES

A Dívida Acumulada de Contribuições, no que tange à sua recuperabilidade, deve ser analisada sob uma tripla perspectiva:

- Quanto à sua antiguidade
- Quanto ao seu valor anual
- Quanto à sua recuperabilidade

No que concerne à antiguidade da Dívida Acumulada de Contribuições, verificou-se acima que o momento temporal mais antigo com registo de dívida corresponde a 1973.

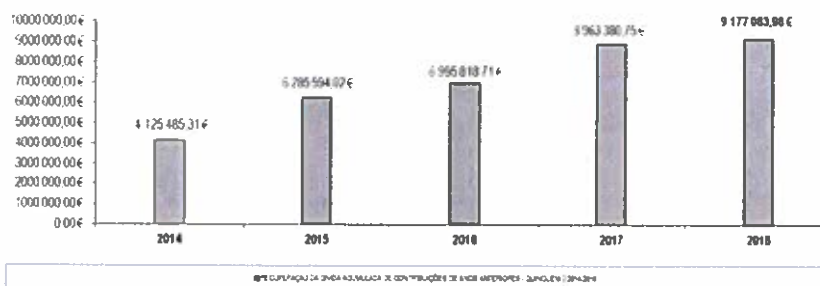
No que se refere ao valor anual e à recuperabilidade da Dívida Acumulada de Contribuições, quer o valor da dívida de contribuições por ano de emissão, quer a sua recuperação no Exercício de 2018, relativamente a anos anteriores, evidenciam-se nos quadros que adiante se expressam:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

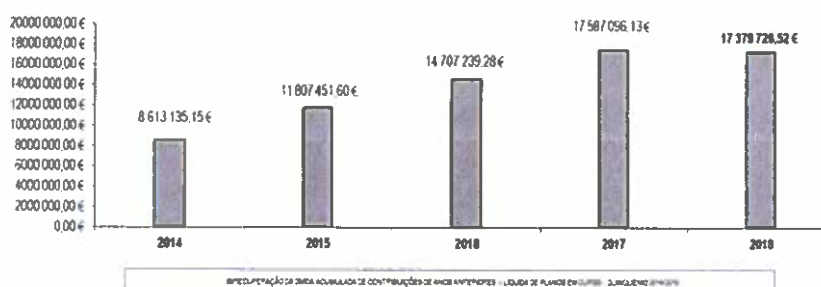
RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2018					
ANO	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2017	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2018	RECUPERAÇÃO DE DÍVIDA	TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2018 LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS EM CURSO	RECUPERAÇÃO DE DÍ- VIDA - LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS EM CURSO
1973	2,00 €	1,50 €	0,50 €	1,50 €	0,50 €
1974	5,74 €	4,74 €	1,00 €	4,74 €	1,00 €
1975	97,37 €	83,54 €	13,83 €	83,54 €	13,83 €
1976	286,85 €	256,05 €	30,80 €	256,05 €	30,80 €
1977	403,25 €	331,93 €	71,32 €	331,93 €	71,32 €
1978	497,77 €	426,45 €	71,32 €	426,45 €	71,32 €
1979	565,92 €	485,33 €	80,59 €	485,33 €	80,59 €
1980	804,68 €	668,13 €	136,55 €	668,13 €	136,55 €
1981	992,92 €	876,31 €	116,61 €	876,31 €	116,61 €
1982	1.331,14 €	1.190,15 €	140,99 €	1.190,15 €	140,99 €
1983	5.898,06 €	5.099,01 €	799,05 €	5.099,01 €	799,05 €
1984	11.071,50 €	9.344,94 €	1.728,02 €	9.230,78 €	1.840,78 €
1985	16.709,22 €	14.166,90 €	2.542,32 €	13.756,02 €	2.953,20 €
1986	25.288,55 €	20.726,93 €	4.561,62 €	20.221,25 €	5.067,30 €
1987	33.276,31 €	27.474,10 €	5.802,21 €	27.177,82 €	6.098,49 €
1988	41.685,89 €	34.885,80 €	6.800,09 €	34.305,15 €	7.380,74 €
1989	54.723,91 €	46.436,61 €	8.287,30 €	45.959,01 €	8.764,90 €
1990	79.643,00 €	68.210,66 €	11.432,34 €	67.603,34 €	12.039,66 €
1991	109.770,81 €	95.480,88 €	14.289,93 €	94.262,70 €	15.508,11 €
1992	189.861,27 €	163.118,37 €	26.742,90 €	161.654,07 €	28.207,20 €
1993	277.648,25 €	236.334,75 €	41.313,50 €	232.888,66 €	44.759,59 €
1994	384.160,92 €	326.605,11 €	57.555,81 €	323.717,07 €	60.443,85 €
1995	784.328,21 €	663.200,13 €	121.128,08 €	657.550,32 €	126.777,89 €
1996	1.059.178,50 €	902.823,93 €	156.354,57 €	888.595,50 €	170.583,00 €
1997	1.107.073,84 €	931.591,92 €	175.481,92 €	909.012,28 €	198.061,56 €
1998	1.126.799,75 €	946.640,64 €	180.159,11 €	912.797,50 €	214.002,25 €
1999	1.189.446,72 €	1.006.516,11 €	182.930,61 €	956.898,98 €	232.547,74 €
2000	1.371.393,32 €	1.169.410,93 €	201.982,39 €	1.113.899,80 €	257.493,52 €
2001	1.531.328,32 €	1.299.696,65 €	231.631,67 €	1.230.668,25 €	300.660,07 €
2002	1.598.907,20 €	1.349.319,30 €	249.587,90 €	1.256.326,58 €	342.580,62 €
2003	2.184.075,06 €	1.841.731,48 €	342.343,58 €	1.676.745,15 €	507.329,91 €
2004	2.465.291,91 €	2.074.494,50 €	390.797,41 €	1.856.779,90 €	608.512,01 €
2005	2.811.986,36 €	2.371.755,72 €	440.230,64 €	2.113.413,73 €	698.572,63 €
2006	3.470.878,61 €	2.922.870,75 €	548.007,86 €	2.597.385,21 €	873.493,40 €
2007	4.156.419,83 €	3.482.957,56 €	673.462,27 €	3.061.700,53 €	1.094.719,30 €
2008	5.171.258,72 €	4.261.681,13 €	909.577,59 €	3.664.250,98 €	1.507.007,74 €
2009	6.308.570,17 €	5.170.746,29 €	1.137.823,88 €	4.412.293,90 €	1.896.276,27 €
2010	7.546.010,38 €	6.153.092,25 €	1.392.918,13 €	5.200.833,91 €	2.345.176,47 €
2011	9.810.129,61 €	7.989.923,80 €	1.820.205,81 €	6.447.269,06 €	3.362.860,55 €
2012	11.227.999,88 €	9.392.364,14 €	1.835.635,74 €	8.011.998,22 €	3.216.001,66 €
2013	10.250.227,12 €	9.438.002,73 €	812.224,39 €	8.855.212,07 €	1.395.015,05 €
2014	11.112.571,42 €	10.503.509,31 €	609.062,11 €	10.179.567,85 €	933.003,57 €
2015	12.327.651,36 €	11.632.689,10 €	694.962,26 €	11.429.516,76 €	898.134,60 €
2016	12.565.389,08 €	11.791.002,89 €	774.386,19 €	11.701.588,73 €	863.800,35 €
2017	16.198.145,71 €	13.731.828,02 €	2.466.317,69 €	13.702.910,71 €	2.495.235,00 €
2018		17.850.633,45 €		17.850.170,31 €	
Total de pedidos de prescrição no Exercício de 2018			7.352.645,02 €		7.352.645,02 €
Total de recuperação da dívida no Exercício de 2018			9.177.083,98 €		17.379.726,52 €

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES DE ANOS ANTERIORES					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2014	4.125.485,31 €				
2015	6.285.594,02 €	+ 2.160.108,71 €		+ 52,36%	
2016	6.995.818,71 €	+ 710.224,69 €		+ 11,30%	
2017	8.963.380,75 €	+ 1.967.562,04 €		+ 28,12%	
2018	9.177.083,98 €	+ 213.703,23 €	+ 5.051.598,67 €	+ 2,38%	+ 122,45%



RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES DE ANOS ANTERIORES - LÍQUIDA DE PLANOS EM CURSO					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÊNIO	NO ANO	NO QUINQUÊNIO
2014	8.613.135,15 €				
2015	11.807.451,60 €	+ 3.194.316,45 €		+ 37,09%	
2016	14.707.239,28 €	+ 2.899.787,68 €		+ 24,56%	
2017	17.587.096,13 €	+ 2.879.856,85 €		+ 19,58%	
2018	17.379.726,52 €	- 207.369,61 €	+ 8.766.591,37 €	- 1,18%	+ 101,78%



9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

PLANO DE REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS POR DÍVIDAS DE CONTRIBUIÇÕES À CPAS – DECRETO-LEI Nº 167/2012, DE 1 DE AGOSTO

A Dívida de Contribuições dos Beneficiários à CPAS tem constituído preocupação relevante que se vem traduzindo na concretização de diversas medidas, desde logo porque as contribuições são o principal suporte do equilíbrio financeiro da Instituição e como tal garante do regime privativo de previdência social dos Advogados e Solicitadores/Agentes de Execução.

Neste contexto, foi concebido em 2012 um regime excepcional e transitório de recuperação de dívida, consentâneo com o quadro da conjuntura económico-financeira existente.

Em 31 de Dezembro de 2018, 362 Beneficiários mantinham o cumprimento dos seus Planos de Regularização de Créditos por Dívidas de Contribuições à CPAS, totalizando as respectivas contribuições ainda em dívida 4.219.587,33 Euros.

No final do ano de 2018, 1.659 Beneficiários já tinham efectuado o pagamento da totalidade da dívida incluída nos planos, o que representou uma recuperação de contribuições de 12.013.073,45 Euros.

INTERVALOS DE DÍVIDA	PLANOS EM CURSO EM 31/12/18		PLANOS PAGOS	TOTAL DE DÍVIDA DOS PLANOS EM CURSO EM 31/12/18	TOTAL DE DÍVIDA DOS PLANOS PAGOS
	BENEFICIÁRIOS	MÉDIA DE PRESTAÇÕES			
Entre 0 € e 1.000 €	0	0	313	- €	178 702,28 €
Entre 1.001 € e 5.000 €	70	72	692	279 030,15 €	1 788 048,72 €
Entre 5.001 € e 10.000 €	115	72	287	847 047,86 €	2 044 162,10 €
Entre 10.001 € e 20.000 €	129	72	219	1 854 340,10 €	2 974 810,97 €
Entre 20.001 € e 40.000 €	47	72	112	1 198 552,63 €	2 996 054,02 €
Maior que 40.001 €	1	72	36	40 616,59 €	2 031 295,36 €
	362		1.659	4 219 587,33 €	12 013 073,45 €
		2.021			16.232.660,78 €

ACORDOS PRESTACIONAIS PARA REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS DE CONTRIBUIÇÕES À CPAS

Em 2015, iniciou-se o processo de cobrança coerciva da Dívida de Contribuições, ao qual se deu continuidade no Exercício de 2018.

Neste contexto, os Beneficiários puderam fazer a adesão a um Acordo Prestacional para Regularização de Dívidas de Contribuições. Estes acordos implicam a interrupção do prazo de prescrição das contribuições em dívida, o cumprimento tempestivo das prestações e das contribuições que se venham a vencer e o seu incumprimento resultará no vencimento de todas as prestações vincendas e respectiva cobrança coerciva dos valores em dívida

Até 31 de Dezembro de 2018, 2.446 Beneficiários mantinham o cumprimento dos seus acordos, totalizando as respectivas contribuições ainda em dívida 24.900.408,83 Euros.

No final do ano de 2018, 476 Beneficiários já tinham efectuado o pagamento da totalidade da dívida incluída nos acordos, o que representou uma recuperação de contribuições de 2.863.435,02 Euros, tudo conforme se retira do quadro que adiante se expressa:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

INTERVALOS DE DÍVIDA	ACORDOS EM CURSO EM 31/12/18		ACORDOS PAGOS	TOTAL DE DÍVIDA DOS ACORDOS EM CURSO EM 31/12/18	TOTAL DE DÍVIDA DOS ACORDOS PAGOS
	BENEFICIÁRIOS	MÉDIA DE PRESTAÇÕES			
Entre 0 € e 1.000 €	128	19	128	64 737,38 €	63 142,01 €
Entre 1.001 € e 5.000 €	432	85	139	1 333 531,77 €	401 334,27 €
Entre 5.001 € e 10.000 €	893	117	122	6 789 289,90 €	817 965,35 €
Entre 10.001 € e 20.000 €	781	125	66	10 579 791,25 €	871 070,00 €
Entre 20.001 € e 40.000 €	188	126	17	4 828 708,30 €	466 959,45 €
Maior que 40.001 €	23	117	4	1 288 601,43 €	242 963,94 €
	2.445		476	24 884 660,03 €	2 863 435,02 €
		2.921			27.748.095,05 €

REFORÇO DA PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

A Dívida Acumulada de Contribuições deve ser analisada sob quatro perspectivas:

- Quanto ao impacto no curto prazo
- Quanto ao impacto no longo prazo
- Quanto à qualidade e consistência dos activos da Instituição
- Quanto à sua recuperabilidade

Quanto ao impacto a curto prazo, a Dívida Acumulada de Contribuições gera dois efeitos:

Por um lado, reduz a entrada de contribuições e, conseqüentemente, representa uma quebra na solidariedade intergeracional; por outro lado, até ao momento da sua cobrança, representa um inerte financeiro de rentabilidade zero.

A regularização de Dívidas de Contribuições à CPAS implica o pagamento de juros de mora (artigo 81.º do RCPAS).

Em sede de Benefícios Imediatos, a Dívida Acumulada de Contribuições representa uma diminuição nos custos da CPAS, já que, nos termos do artigo 83.º do RCPAS, aos Beneficiários com dívida está vedado o acesso a todos os Benefícios que atrás se analisaram nos Custos de Assistência.

Quanto ao impacto a longo prazo, a Dívida Acumulada de Contribuições pode representar uma diminuição das responsabilidades da CPAS com futuras Pensões de Reforma. Com efeito, os Beneficiários só têm acesso à Pensão e Reforma desde que tenham a carreira contributiva integralmente regularizada.

Quanto à qualidade e consistência dos activos da Instituição, os créditos emergentes de contribuições emitidas e não pagas constituem um activo de qualidade e consistência duvidosas, já que se degradam com a antiguidade da dívida até à sua prescricibilidade. A prescrição das contribuições em dívida representa, também, diminuição da responsabilidade com futuras Pensões, na medida em que acarreta a privação dos correlativos anos de carreira contributiva e a conseqüente perda das respectivas remunerações de referência para formação da Pensão.

Quanto à recuperabilidade das Dívidas de Contribuições à CPAS deverá distinguir-se:

- A dívida de Beneficiários cujo comportamento indicia abandono do Regime, como por exemplo antiguidade da dívida acompanhada de constante e continuada ausência de qualquer pagamento.
- A dívida de Beneficiários cujo comportamento indicia pagamentos parcelares ou parcelados, ainda que interpolados, ao longo do tempo.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

- A dívida de Beneficiários que representa valor manifestamente inferior ao montante da carreira contributiva já satisfeita.
- A dívida de Beneficiários cujo comportamento sugere recuperação através de progressivos pagamentos parcelares continuados.

A CPAS adoptou em 2005 o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Segundo este normativo, para efeitos da provisão para cobranças duvidosas, consideravam-se as dívidas de Beneficiários contribuintes que estivessem em mora há mais de seis meses consecutivos e cujo risco de incobrabilidade fosse devidamente justificado.

O montante anual acumulado da provisão para cobertura dos créditos referidos no parágrafo anterior era determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 25% para créditos em mora há mais de 6 meses e até 12 meses consecutivos.
- 50% para créditos em mora há mais de 12 meses e até 18 meses consecutivos.
- 75% para créditos em mora há mais de 18 meses e até 24 meses consecutivos.
- 100% para créditos em mora há mais de 24 meses consecutivos.

Este procedimento foi seguido até ao final do ano de 2017.

A entrada do SNC – AP, publicado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de Setembro, foi inicialmente prevista para 1 de Janeiro de 2017, mas foi alterada para 1 de Janeiro de 2018, conforme disposto no art. 18º do Decreto-Lei nº85/2016 de 21 de Dezembro.

A CPAS passou a adoptar este novo normativo a partir de 1 de Janeiro de 2018.

No que concerne à provisão para cobrança duvidosa, existe todo um novo enquadramento que conduz à implementação de uma nova realidade denominada imparidade de activos.

A quantia escriturada de um activo (no caso da CPAS, o valor da Dívida Acumulada de Contribuições) deve ser reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade. Uma perda por imparidade deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Do mesmo modo, cabe à CPAS avaliar em cada data de relato se há qualquer indicio de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Se assim for, há que apurar a quantia recuperável estimada e proceder à sua reversão contabilística.

Procedeu-se então à definição de um critério claro e objectivo, através de análises estatísticas e económicas, relativamente ao comportamento da dívida ao longo dos anos e sua efectiva recuperabilidade de maneira a definir de forma verdadeira e apropriada, ainda que sempre numa perspectiva conservadora, qual o valor global da dívida que se encontra em imparidade.

Definiu-se assim que, na dívida que não esteja ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento, deve ser considerada em imparidade a parte da emissão efectiva de cada um dos anos correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano em análise, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança deve ser apenas considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual).

O índice médio de cobrança de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos, emitida a partir de 1995, foi de 11,50%, conforme se retira do quadro que adiante se expressa:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANO	CONTRIBUIÇÕES EMITIDAS	CONTRIBUIÇÕES ANULADAS	DÍVIDA EM 31/12/2018	TAXA DE INCOBRABILIDADE
1995	13 528 967,48 €	544 444,31 €	663 200,13 €	8,93%
1996	16 780 931,85 €	739 157,42 €	902 823,93 €	9,78%
1997	19 429 358,35 €	847 289,39 €	931 591,92 €	9,16%
1998	21 309 290,82 €	918 944,27 €	946 640,64 €	8,75%
1999	23 372 026,45 €	999 825,65 €	1 006 516,11 €	8,58%
2000	26 255 918,65 €	1 105 730,07 €	1 169 410,93 €	8,67%
2001	29 456 069,42 €	1 337 948,06 €	1 299 696,65 €	8,95%
2002	33 012 269,86 €	2 117 231,57 €	1 349 319,30 €	10,50%
2003	36 898 938,82 €	2 369 213,37 €	1 841 731,48 €	11,41%
2004	40 791 139,52 €	2 700 281,96 €	2 074 494,50 €	11,71%
2005	44 573 057,34 €	2 837 936,40 €	2 371 755,72 €	11,69%
2006	49 434 708,18 €	3 015 452,42 €	2 922 870,75 €	12,01%
2007	54 691 682,94 €	3 257 069,95 €	3 482 957,56 €	12,32%
2008	60 945 867,00 €	3 634 899,03 €	4 261 681,13 €	12,96%
2009	67 175 732,05 €	4 086 915,60 €	5 170 746,29 €	13,78%
2010	73 279 959,45 €	4 654 747,90 €	6 153 092,25 €	14,75%
2011	76 140 240,05 €	3 480 687,10 €	7 989 923,80 €	15,07%
2012	76 664 186,85 €	2 458 120,95 €	9 392 364,14 €	15,46%
2013	75 610 996,90 €	1 110 939,80 €	9 438 002,73 €	13,95%
TAXA MÉDIA DE INCOBRABILIDADE PARA EFEITOS DE CÁLCULO DE IMPARIDADE				11,50%

Aplicando o critério de apuramento da dívida em imparidade, resultaram os valores relativamente ao total da Dívida Acumulada de Contribuições desde 1 de Janeiro de 1973 a 31 de Dezembro de 2018, conforme se retira do quadro que adiante se expressa:

110

ANO	DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES	PLANOS EM CURSO	ACORDOS EM CURSO	DÍVIDA LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS	DÍVIDA EM IMPARIDADE
1973	1,50 €	- €	- €	1,50 €	1,50 €
1974	4,74 €	- €	- €	4,74 €	4,74 €
1975	83,54 €	- €	- €	83,54 €	83,54 €
1976	256,05 €	- €	- €	256,05 €	256,05 €
1977	331,93 €	- €	- €	331,93 €	331,93 €
1978	426,45 €	- €	- €	426,45 €	426,45 €
1979	485,33 €	- €	- €	485,33 €	485,33 €
1980	668,13 €	- €	- €	668,13 €	668,13 €
1981	876,31 €	- €	- €	876,31 €	876,31 €
1982	1 190,15 €	- €	- €	1 190,15 €	1 190,15 €
1983	5 099,01 €	- €	- €	5 099,01 €	5 099,01 €
1984	9 344,94 €	114,16 €	- €	9 230,78 €	9 230,78 €
1985	14 166,90 €	410,88 €	- €	13 756,02 €	13 756,02 €
1986	20 726,93 €	505,68 €	- €	20 221,25 €	20 221,25 €
1987	27 474,10 €	296,28 €	- €	27 177,82 €	27 177,82 €
1988	34 885,80 €	553,00 €	27,65 €	34 305,15 €	34 305,15 €
1989	46 436,61 €	477,60 €	- €	45 959,01 €	45 959,01 €
1990	68 210,66 €	404,88 €	202,44 €	67 603,34 €	67 603,34 €
1991	95 480,88 €	1 215,75 €	307,28 €	93 957,85 €	93 957,85 €
1992	163 118,37 €	1 376,30 €	660,00 €	161 082,07 €	161 082,07 €
1993	236 334,75 €	3 430,54 €	952,26 €	231 951,95 €	231 951,95 €
1994	326 605,11 €	2 888,04 €	1 872,48 €	321 844,59 €	321 844,59 €
1995	663 200,13 €	5 487,11 €	3 229,95 €	654 483,07 €	654 483,07 €
1996	902 823,93 €	10 712,80 €	8 342,20 €	883 768,93 €	883 768,93 €
1997	931 591,92 €	15 117,03 €	16 177,16 €	900 297,73 €	900 297,73 €
1998	946 640,64 €	23 976,90 €	20 496,60 €	902 167,14 €	902 167,14 €
1999	1 006 516,11 €	36 419,44 €	27 963,14 €	942 133,53 €	942 133,53 €
2000	1 169 410,93 €	40 405,82 €	33 731,99 €	1 095 273,12 €	1 095 273,12 €

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANO	DÍVIDA DE CONTRIBUIÇÕES	PLANOS EM CURSO	ACORDOS EM CURSO	DÍVIDA LÍQUIDA DE PLANOS E ACORDOS	DÍVIDA EM IMPARIDADE
2001	1 299 696,65 €	52 591,82 €	39 792,90 €	1 207 311,93 €	1 207 311,93 €
2002	1 349 319,30 €	65 244,36 €	54 425,98 €	1 229 648,96 €	1 229 648,96 €
2003	1 841 731,48 €	124 763,91 €	88 455,87 €	1 628 511,70 €	1 628 511,70 €
2004	2 074 494,50 €	172 079,44 €	113 402,97 €	1 789 012,09 €	1 789 012,09 €
2005	2 371 755,72 €	195 862,92 €	148 784,94 €	2 027 107,86 €	2 027 107,86 €
2006	2 922 870,75 €	226 211,11 €	228 286,65 €	2 468 372,99 €	2 468 372,99 €
2007	3 482 957,56 €	292 067,80 €	324 495,08 €	2 866 394,68 €	2 866 394,68 €
2008	4 261 681,13 €	421 983,90 €	446 128,82 €	3 393 568,41 €	3 393 568,41 €
2009	5 170 746,29 €	511 491,45 €	635 503,71 €	4 023 751,13 €	4 023 751,13 €
2010	6 153 092,25 €	630 199,21 €	901 831,66 €	4 621 061,38 €	4 621 061,38 €
2011	7 989 923,80 €	720 060,08 €	1 801 229,77 €	5 468 633,95 €	5 468 633,95 €
2012	9 392 364,14 €	663 239,12 €	2 641 134,85 €	6 087 990,17 €	6 087 990,17 €
2013	9 438 002,73 €	- €	3 055 975,65 €	6 382 027,08 €	6 382 027,08 €
2014	10 503 509,31 €	- €	3 575 121,02 €	6 928 388,29 €	6 928 388,29 €
2015	11 632 689,10 €	- €	4 071 963,96 €	7 560 725,14 €	7 560 725,14 €
2016	11 791 002,89 €	- €	3 264 558,05 €	8 526 444,84 €	8 526 444,84 €
2017	13 731 828,02 €	- €	2 800 927,16 €	11 130 900,06 €	10 529 936,61 €
2018	17 850 633,45 €	- €	778 677,84 €	17 071 955,61 €	12 080 427,44 €
TOTAL	129 930 690,92 €	4 219 587,33 €	24 884 660,03 €	100 826 443,56 €	95 233 951,15 €

A dívida de contribuições em imparidade, no valor de 95.233.951,15 Euros, representou 78,24% do total da Dívida Acumulada de Contribuições, líquida de planos e acordos em curso, de 121.727.585,24 Euros.

Refira-se também que, seguindo o critério definido para apuramento da dívida de contribuições em imparidade, toda a dívida com antiguidade superior a 2 anos está considerada como estando em imparidade.

111

COBRANÇA JUDICIAL DAS CONTRIBUIÇÕES EM DÍVIDA

Nos termos do artigo 81º, n.º 5 do RCPAS, a certidão da dívida de contribuições emitida pela CPAS constitui título executivo.

Mensalmente e ao longo dos últimos anos, a CPAS vem remetendo aos Beneficiários com dívida de contribuições um resumo da respectiva conta corrente com discriminação dos valores em débito, possibilitando o pagamento, total ou parcial, da dívida e respectivos juros.

No ano de 2012, a CPAS adoptou um regime excepcional e transitório de recuperação de dívida, com taxas de juro reduzidas.

No ano de 2015, após a publicação do novo Regulamento, a CPAS deu início à recuperação da dívida de contribuições, começando por notificar os Beneficiários para procederem à regularização voluntária da sua situação contributiva.

Subsequentemente e na falta de pagamento ou de apresentação de plano de pagamento, iniciou a execuções para cobrança das contribuições em dívida junto dos Juízos de Execução Cível.

Embora regulamentarmente esteja prevista a possibilidade de a CPAS cobrar coercivamente os seus créditos contributivos, a formulação legal do Regulamento aprovado em 2015 veio, na sua aplicação, a suscitar dúvidas interpretativas, levando a que gradualmente alguns dos Tribunais Cíveis, junto dos quais tal cobrança foi promovida, se considerassem incompetentes.

Esta situação e o facto de se ter fortemente incrementado a cobrança coerciva das contribuições em dívida puseram em evidência constrangimentos quanto à plena efectivação da acção coerciva de cobrança das dívidas por contribuições não pagas.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Na prática, a possibilidade de actuação da CPAS na legítima cobrança coerciva das dívidas de contribuições dos seus Beneficiários está condicionada, sendo de considerar que a CPAS passe a recorrer aos Tribunais Administrativos e Fiscais para o efeito.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

OCUPAÇÃO DO PRÉDIO NA AV.ª MOUZINHO DA SILVEIRA, N.º 26, EM LISBOA

No Activo da CPAS, encontrava-se registada uma dívida do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça (IGFEJ), no montante de 6.606.399,63 Euros.

O referido registo contabilístico vinha sendo feito desde o Exercício de 2008, a título de dívida à CPAS e em resultado da utilização pelo IGFEJ do prédio urbano situado na Av.ª Mouzinho da Silveira, n.º 26, em Lisboa, no período de 15 de Dezembro de 2002 a 5 de Agosto de 2011.

Em 21 de Dezembro de 2018 foi formalizada uma Convenção de Pagamento entre o IGFEJ e a CPAS.

A referida Convenção de Pagamento foi autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2018, de 26 de Dezembro de 2018, ficando o IGFEJ autorizado ao pagamento à CPAS do montante de 6.837.717,63 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2018, a CPAS recebeu a transferência por parte do IGFEJ da totalidade do referido montante de 6.837.717,63 Euros, permitindo assim que fosse regularizada e ultrapassada uma situação que durou cerca de uma década.

112

RENDAS A RECEBER

Em 14 de Março 2001, a CPAS arrendou o imóvel sito na Av. Mouzinho da Silveira n.º 34/36 ao Estado Português, tendo estado ali instalados os serviços da Conservatória do Registo Automóvel de Lisboa.

Desde o ano de 2010, encontra-se registada no Activo da CPAS uma dívida no montante de 268.490,00 Euros.

A dívida registada refere-se à ocupação do identificado imóvel, no período de Janeiro a Maio de 2010, sem que a CPAS tivesse logrado obter a compensação (aferida pelo número de meses de ocupação e o valor mensal de renda anteriormente praticada, em sede de um contrato de arrendamento cessado) por essa ocupação e que permanece em dívida desde a efectiva entrega do imóvel, em 31 de Maio de 2010.

Durante o ano de 2018, a CPAS voltou a analisar os diferentes elementos pertinentes a essa dívida com um membro do Conselho Directivo do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), havendo reiterado a necessidade da regularização da dívida contabilizada.

Não foi possível a concretização de qualquer acordo para o pagamento da referida dívida.

Em face da posição do IRN, configura-se o real risco de incobrabilidade desta dívida, impondo-se a necessidade de ser relevada contabilisticamente em 2018 uma imparidade de 268.490 Euros.

A CPAS continuará a encetar todos os esforços junto IRN para a regularização desta dívida, não sendo de excluir uma via contenciosa.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA

No Exercício de 2018:

- Os Gastos Totais foram de 166.554.047,57 Euros.
- Os Rendimentos Totais foram de 181.248.735,10 Euros.
- A Cobrança Líquida de Contribuições foi de 104.642.734,35 Euros.

As Despesas de Previdência (Pensões de Reforma incluindo o pagamento de subsídios de férias e de Natal e suplementos às pensões de reforma) que totalizaram 91.736.015,13 Euros, representaram:

- 55,079% dos Gastos Totais.
- 50,613% dos Rendimentos Totais.
- 87,666% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Despesas com Subsídios de Invalidez totalizaram 1.502.728,81 Euros e representaram:

- 0,902% dos Gastos Totais.
- 0,829% dos Rendimentos Totais.
- 1,436% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Despesas com Subsídios de Sobrevivência ascenderam a 6.665.200,96 Euros e representaram:

- 4,002% dos Gastos Totais.
- 3,677% dos Rendimentos Totais.
- 6,369% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Despesas com Benefícios foram de 3.098.024,20 Euros e representaram:

- 1,860% dos Gastos Totais.
- 1,709% dos Rendimentos Totais.
- 2,961% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Despesas de Assistência totalizaram 11.637.843,90 Euros e representaram:

- 6,987% dos Gastos Totais.
- 6,421% dos Rendimentos Totais.
- 11,122% da Cobrança Líquida de Contribuições.

As Pensões de Reforma e a acção de Assistência, só por si, consumiram:

- 98,787% da Cobrança Líquida de Contribuições.

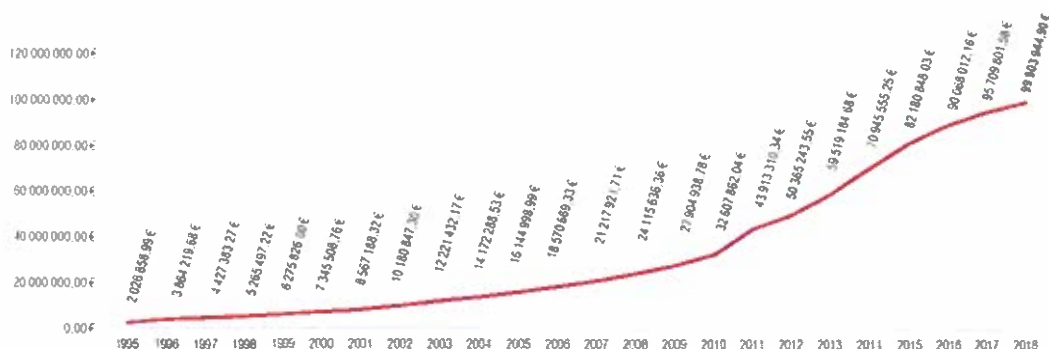
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

No Exercício de 2018, as Despesas de Administração, que conjugam os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal na sua componente corrente e social, continuaram a manter-se contidos dentro do cabimento regulamentar de até 5% das contribuições pagas pelos Beneficiários, tendo totalizado 2.920.915,27 Euros e representaram:

- 1,754% dos Gastos Totais;
- 1,612% dos Rendimentos Totais;
- 2,791% da Cobrança Líquida de Contribuições.

No ano de 1995, o valor de Pensões e Subsídios pagos (Reforma, Invalidez e Sobrevivência) foi de 2.026.858,99 Euros, enquanto que, no ano de 2018, esse valor foi de 99.903.944,90 Euros.

A evolução do valor de Pensões e Subsídios pagos desde 1995 é justo motivo de preocupação, em virtude desta rubrica, nos 22 anos que, entretanto, decorreram, ter evidenciado um aumento de 97.877.085,91 Euros, ou seja, um incremento de 4.829,00%, o que se espelha no gráfico que adiante se expressa.



CONJUNTURA E CONDICIONANTES ENVOLVENTES¹

Após dois anos de crescimento sustentável de diversas classes de activos, o ano de 2018 provou ser o pior ano que há memória com 93% dos activos financeiros mundiais a apresentarem um retorno negativo, pior que nos anos da Grande Depressão.

Nos últimos 12 meses ocorreram grandes correcções nos Mercados, num ano caracterizado por quedas generalizadas causadas pela guerra comercial entre os Estados-Unidos e a China, a incerteza política na Zona Euro com o Brexit e a questão orçamental Italiana, conjugados com a perspectiva de subida das taxas de juro e a diminuição dos estímulos monetários uma vez que, tal como era esperado, o Banco Central Europeu (BCE) anunciou o fim das compras de activos sendo expectável que, na segunda metade de 2019, se inicie um ciclo de subida de taxas de juro na Europa.

Ainda assim, a economia mundial registou em 2018 o nono ano consecutivo de expansão, embora com um menor grau de sincronização entre os EUA e os restantes países desenvolvidos. Enquanto na economia Norte-Americana se assistiu a uma aceleração - resultado dos estímulos fiscais e do contributo do consumo das famílias -, na Europa e restantes economias desenvolvidas observou-se uma moderação da actividade, mais pronunciada durante o segundo semestre.

¹ Referências bibliográficas: "Análise de conjuntura - envoltente empresarial" - Confederação empresarial de Portugal; "Relatório trimestral" - Millennium BCP; "Análise Mensal - Mercados financeiros" - Banco BPI; Banco Invest - "Invest Outlook", Expresso (www.expresso.sapo.pt); Observador (www.observador.pt); Bloomberg (www.bloomberg.com).

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Também a economia portuguesa cresceu 2,1% fundamentalmente com a contribuição da procura interna que aumentou devido, sobretudo, à expansão do consumo e à contribuição do sector do turismo. Por outro lado, o investimento registou uma diminuição bem como o saldo externo, com as importações a registarem um aumento de 6,8%. A taxa de desemprego situou-se em 6,7%, o nível mais baixo desde o final de 2002.

Na Área Euro, o crescimento desacelerou de 2,4% para 1,9%, segundo o BCE, salientando-se o abrandamento em praticamente todos os Estados Membros muito por causa da incerteza política em torno do Brexit e da crise orçamental na Itália.

A crise orçamental também contribuiu para agravar os juros italianos, penalizando o custo do financiamento do Estado, mas também da banca e das empresas, levando consequentemente, pelo acumular de dois trimestres consecutivos de contração do PIB, à recessão da economia italiana.

Nos EUA, depois de um crescimento de apenas de 2,2% em 2017, o PIB acelerou para 2,9%, alicerçado nos estímulos fiscais, no desempenho muito positivo do consumo privado, proporcionado por um mercado de trabalho robusto.

Refira-se que, uma das principais causas da correcção de preços verificada nos Mercados, foram as tensões comerciais entre os EUA e China e o impacto da subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal Norte-Americana que levaram a uma quase inversão da curva de rendimentos nos EUA.

No que respeita às economias emergentes, a economia Brasileira voltou a apresentar uma taxa de crescimento positiva, ainda que bastante ligeira, de 1,1%, sendo esta a segunda alta anual consecutiva após 2 anos de retração. A economia Chinesa cresceu 6,6% em 2018, o que representa uma redução de 0,2% face ao ano anterior, causado por uma redução da procura doméstica e pelas tarifas impostas ao nível das exportações para os Estados Unidos.

OS MERCADOS

115

MERCADOS ACCIONISTAS

Os Mercados de Acções perderam 10 Biliões de Euros à escala Mundial.

O ano de 2018 foi o pior ano desde a crise financeira global de 2008.

O índice global MSCI caiu 10,4%. No entanto, o pior desempenho centrou-se na China com os índices locais a liderarem as quedas mundiais com perdas de cerca de 20%.

Para a zona Euro, o ano de 2018 foi o pior ano desde 2011.

As Bolsas a nível mundial ressentiram-se do pessimismo dos investidores face à guerra comercial entre EUA e a China a partir de Julho, da perspectiva de um Brexit caótico em Março de 2019 e de uma desaceleração do crescimento da economia mundial no final de 2018 e durante o ano de 2019.

Os principais índices de acções a nível internacional apresentaram no ano de 2018 as seguintes (desconcertantes) rentabilidades:

ÍNDICE	RENTABILIDADE 2018
MSCI WORLD INDEX	-10,40%
DOW JONES (EUA)	-5,06%
NASDAQ (EUA)	-1,00%
BOVESPA (BRASIL)	15,00%
NIKKEI 225 (JAPÃO)	-12,10%
FTSE -100 (REINO UNIDO)	-16,10%
IBEX-35 (ESPAÑA)	-15,00%
EUROSTOXX 50 (EUROPA)	-14,30%
DAX 30 (ALEMANHA)	-18,30%
CAC 40 (FRANÇA)	-11,00%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

MERCADOS DE COMMODITIES

No ano de 2018, os Mercados de *Commodities* foram dominados pela volatilidade do mercado do petróleo, o preço do barril de petróleo e o mercado do Brent (que é a referência Europeia), subiram até ao início de Outubro tendo sofrido uma quebra de aproximadamente 20% até ao final do ano de 2018.

Esta subida até Outubro, e a desvalorização no final do ano, foi causada por diversos factores quer do lado da oferta, quer do lado da procura.

Do lado da oferta, pode-se afirmar que a causa principal foi o corte da produção, por parte dos países da OPEP, para além do que estava inicialmente acordado devido à quebra de produção da Venezuela, causada pela grave recessão económica que está a viver.

Do lado da procura, o crescimento económico dos países emergentes acima do esperado suportou a subida de preços verificada até Outubro de 2018, no entanto a revisão negativa do crescimento económico para 2019, no final do ano, levou a uma revisão negativa das previsões de consumo de petróleo e consequente revisão em baixa dos preços.

MERCADOS OBRIGACIONISTAS

O BCE decidiu terminar com o programa de compra de activos. No entanto indicou que apenas irá passar a reinvestir o dinheiro quando algum dos títulos que tinha comprado chega ao fim do seu prazo e é amortizado.

Esta situação vai permitir que o BCE continue a sustentar um contexto de taxas de juros relativamente flexíveis e condições financeiras acomodáticas, tendo sido demonstrada a intenção de não existirem aumentos da taxa de juro antes do Verão de 2019.

O cenário referido anteriormente estará sempre dependente de factores que poderão causar agravamento das condições financeiras da União Europeia (UE) como são as tensões entre a UE e a Itália, as tensões comerciais com os EUA e também o Brexit.

Já no que respeita a Portugal, o juro das novas emissões de dívida caiu para um valor mínimo histórico de 1,72%, sendo entre os países periféricos aquele que registou uma menor subida do prémio de risco da dívida face ao Bund Alemão em 2018.

PAÍS	MATURIDADE	YIELD		VARIAÇÃO
		31-12-2017	31-12-2018	
ALEMANHA	10 ANOS	0,43%	0,24%	-0,19%
FRANÇA	10 ANOS	0,79%	0,71%	-0,08%
HOLANDA	10 ANOS	0,53%	0,39%	-0,14%
PORTUGAL	10 ANOS	1,94%	1,72%	-0,22%
GRÉCIA	10 ANOS	4,12%	4,37%	0,25%
ITÁLIA	10 ANOS	2,02%	2,74%	0,72%
ESPANHA	10 ANOS	1,57%	1,42%	0,15%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

TAXA DE JURO

A taxa de juro de referência do Banco Central Europeu apresentou a seguinte evolução:

PERÍODO	TAXA
02/04/2009	1,25%
07/05/2009	1,00%
13/04/2011	1,25%
13/07/2011	1,50%
09/11/2011	1,25%
14/12/2011	1,00%
05/07/2012	0,75%
02/05/2013	0,50%
07/11/2013	0,25%
31/12/2013	0,25%
11/06/2014	0,15%
10/09/2014	0,05%
10/03/2016	0,00%
31/12/2016	0,00%
31/12/2017	0,00%
31/12/2018	0,00%

Por seu turno, as taxas de juro Euribor tiveram o seguinte comportamento:

PERÍODO	TAXA		
	3 MESES	6 MESES	12 MESES
2018			
01/01/2018	-0,329%	-0,271%	-0,186%
JANEIRO	-0,328%	-0,274%	-0,189%
FEVEREIRO	-0,329%	-0,275%	-0,191%
MARÇO	-0,328%	-0,271%	-0,191%
ABRIL	-0,328%	-0,270%	-0,190%
MAIO	-0,325%	-0,270%	-0,188%
JUNHO	-0,322%	-0,269%	-0,181%
JULHO	-0,321%	-0,269%	-0,180%
AGOSTO	-0,319%	-0,267%	-0,169%
SETEMBRO	-0,319%	-0,268%	-0,166%
OUTUBRO	-0,318%	-0,264%	-0,154%
NOVEMBRO	-0,316%	-0,257%	-0,147%
DEZEMBRO	-0,312%	-0,241%	-0,129%
31/12/2018	-0,310%	-0,238%	-0,121%

A manutenção das taxas Euribor (principal indexante para os depósitos a prazo oferecidos pelos bancos) em valores baixos, em conjugação com os limites impostos pelo Banco de Portugal nas taxas dos depósitos a prazo (penalizando, no rácio de capitais próprios - core tier 1 - os bancos que ultrapassassem esse limite), e a possibilidade de os bancos recorrerem a linhas de crédito para se financiarem junto do BCE a taxas vantajosas, foram os motivos para que tivesse diminuído muito significativamente a remuneração dos depósitos a prazo (designadamente os da CPAS) e para a conseqüente menor exposição a este tipo de investimento.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

OUTLOOK PARA 2019

As quedas registadas nos últimos dois meses do ano de 2018 vieram aumentar os desafios que se perspectivam para 2019 no que respeita à gestão dos Investimentos Financeiros da CPAS.

A longevidade do ciclo económico, as guerras comerciais, o Brexit, o braço de ferro entre a Itália e a UE e a perspectivada subida das taxas de juros continuam a ser factores de risco para o ano de 2019.

Face às estimativas de abrandamento económico espera-se um ano de grande volatilidade dos Mercados, no entanto estima-se que os Mercados Accionistas vão oferecer um potencial de valorização significativo, uma vez que os fundamentais (avaliações das empresas e condições macroeconómicas) suportam este cenário, que efectivamente se tem vindo a verificar nos primeiros meses de 2019.

O tema das guerras comerciais será de enorme importância, provavelmente o factor que maior instabilidade poderá trazer aos Mercados, esperando-se uma desaceleração do crescimento da China. Com efeito serão decisivas as negociações comerciais ente os EUA e a China como forma de evitar o impacto negativo que uma quebra teria, quer no crescimento dos EUA quer no da China.

No que respeita à componente obrigacionista, as obrigações soberanas cada vez mais se apresentam com uma proposta de valor mais reduzida, e o seu valor enquanto activos de diversificação começa cada vez mais a ser questionável na medida em que o seu risco de desvalorização se acentua.

A subida da inflação, acompanhada por uma subida das taxas de juro, numa fase em que os Bancos Centrais se preparam para reduzir os estímulos à economia, pode despoletar quedas em obrigações e acções.

Cabe à CPAS, enfrentar e gerir de forma atenta e conservadora, esta fase desafiadora dos Mercados de Capitais tentando, através da correcta diversificação prudencial das suas carteiras, maximizar a sua rentabilidade, mas tendo sempre como base o perfil de investimento conservador que caracteriza a Instituição e que em 2018, mesmo no quadro profundamente adverso que se registou, concedeu uma resiliência assinalável aos investimentos financeiros da CPAS.

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DA CPAS EM 2018

No ano de 2018 a CPAS prosseguiu a sua política de gestão de Activos Financeiros Mobiliários através do recurso a mandatos de gestão discricionária conferidos a entidades financeiras gestoras especializadas, reconhecidas a nível nacional e internacional.

No Exercício de 2018, a CPAS optou pelas seguintes linhas de orientação estratégica:

- Conservação, preservação e imunização do capital de base.
- Recurso a gestão efectuada por instituições financeiras reconhecidas a nível nacional e internacional e com comprovada capacidade de research e de actuação nos diversos Mercados.
- Redução da *duration* da generalidade dos investimentos em obrigações efectuados pela CPAS.
- Selecção de activos *investment grade*, ainda que eventualmente com menor rendimento, mas com *ratings* acima de BBB e de obrigações de empresas de elevada qualidade e de modelos de negócio consolidados
- Redução da exposição aos Mercados Accionistas.
- Redução gradual da exposição a produtos em dólar e aos EUA.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise na especialidade da variação nas diversas classes de Activos Financeiros permite constatar as opções estratégicas face à conjuntura e condicionantes envolventes do Mercado de Capitais, sendo a variação percentual das várias classes de activos de 2017 para 2018, a que resulta do quadro que adiante se expressa:

IDENTIFICAÇÃO	VALOR EM 2018	VARIACÃO 2017 / 2018	
		VALOR	%
Acções	19.004.037,72 €	-4.257.799,75 €	-18,30%
Obrigações com garantia de Estado	19.653.575,84 €	2.245.524,67 €	12,90%
Obrigações de empresas	194.047.285,72 €	-17.260.455,49 €	-8,17%
Fundos de investimento mobiliário de acções	47.138.178,57 €	18.168.027,75 €	62,71%
Fundos de investimento mobiliário de obrigações	86.660.277,84 €	-18.424.192,60 €	-17,53%
Fundos de investimento mobiliário mistos	0,00 €	-361.657,12 €	-100%
Fundos de investimento mobiliário de tesouraria	188.387,55 €	-176.641,19 €	-48,39%
Fundos de investimento mobiliário alternativos	4.365.412,21 €	-4.037.321,17 €	-48,05%
Outros fundos de investimento mobiliário	62.090,40 €	62.090,40 €	100,00%
Fundos de investimento imobiliário	1.931.346,21 €	-3.353.145,91 €	-63,45%
Depósitos a prazo	4.058.002,07 €	-2.801.088,13 €	-37,55%
TOTAL	377.709.254,73 €	-30.196.636,54 €	-165,83%

Como se referiu, a CPAS tem conferidos mandatos de gestão discricionária dos seus Activos Financeiros a entidades gestoras especializadas, nacional e internacionalmente reconhecidas, para gestão de acções directas, obrigações *corporate*, fundos de investimento mobiliário, fundos de investimento imobiliário e demais activos, com reporte periódico e sistemático dos gestores especializados à CPAS, para orientação estratégica.

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCOS

121

Na escolha dos bancos depositários, mantiveram-se os critérios prudenciais já utilizados em exercícios anteriores, tomando em linha de conta a dimensão, o *rating*, a capacidade de *research*, a disponibilidade de aconselhamento e o âmbito de *investment banking*, que se reconheceu às instituições listadas no mapa da página 157 anexo ao presente Relatório e Contas.

Entendeu-se, também, como medida prudencial, obstar à concentração excessiva de Activos Financeiros nas diferentes entidades, minimizando, assim, riscos. Continuou-se a optar por uma alocação equilibrada dos montantes sob gestão nos vários bancos depositários.

A diversificação prudencial das Alocações Financeiras, incluindo depósitos a prazo, quanto aos bancos depositários, está evidenciada no quadro que adiante se expressa:

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCOS DEPOSITÁRIOS		
BANCOS	31-12-2018	
	VALOR	(%)
Edmond de Rothschild (Europe)	77.656.994,21 €	20,56%
St. Galler Kantonalbank	71.360.198,78 €	18,89%
Credit Suisse	67.648.105,74 €	17,91%
GNB – Gestão de Patrimónios	55.075.049,49 €	14,58%
Banco Santander	42.016.248,38 €	11,13%
Goldman Sachs	33.175.957,41 €	8,78%
Millennium BCP	13.401.014,69 €	3,55%
Pictet & Cie	8.471.394,17 €	2,24%
Caixa Geral Depósitos	8.904.290,08 €	2,36%
Banco Bilbao Vizcaya	1,78 €	0,00%
Total nos bancos	377.709.254,73 €	100,00%

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR CLASSES DE ACTIVOS

Procurou-se balancear o binómio rentabilidade/risco no conjunto das Aplicações Financeiras de acordo com as opções estratégicas atrás enunciadas, resultando no final do Exercício de 2018 a diversificação prudencial por classes de Activos Financeiros constantes do quadro da página 143.

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DAS OBRIGAÇÕES

No Exercício de 2018, o valor total do investimento em obrigações de 213.700.861,56 Euros foi alocado em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

Obrigações de dívida soberana	19.653.575,84 €	9,20%
Obrigações de empresa	194.047.285,72 €	90,80%
	213.700.861,56 €	100,00%

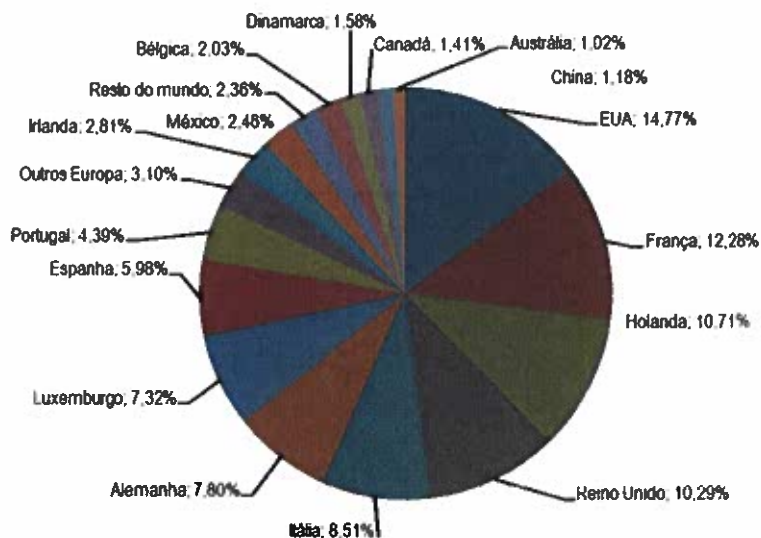
DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA

A diversificação geográfica das obrigações, quanto aos países emitentes, efectivou-se em conformidade com o disposto nos quadros que adiante se expressam:

122

DIVERSIFICAÇÃO GEOGRÁFICA	
PAÍS	PESO RELATIVO (%)
EUA	14,77%
França	12,28%
Holanda	10,71%
Reino Unido	10,29%
Itália	8,51%
Alemanha	7,80%
Luxemburgo	7,32%
Espanha	5,98%
Portugal	4,39%
Outros Europa	3,10%
Irlanda	2,81%
México	2,46%
Resto do mundo	2,36%
Bélgica	2,03%
Dinamarca	1,58%
Canadá	1,41%
China	1,18%
Austrália	1,02%
TOTAL	100,00%

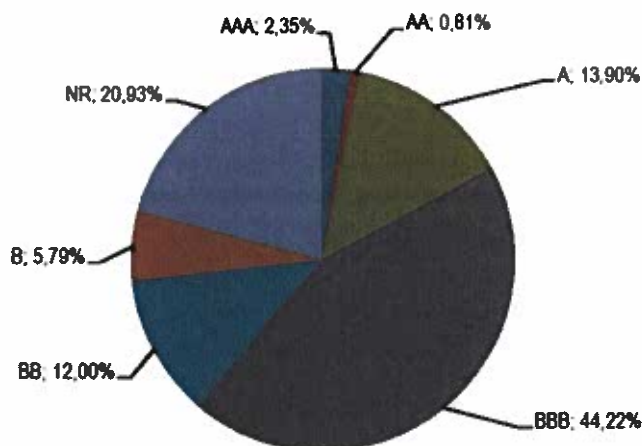
9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



DIVERSIFICAÇÃO POR RATING

A diversificação das obrigações por *rating* efectivou-se em conformidade com o disposto nos quadros que adiante se expressam:

DIVERSIFICAÇÃO POR RATING	
RATING	PESO RELATIVO (%)
AAA	2,35%
AA	0,81%
A	13,90%
BBB	44,22%
BB	12,00%
B	5,79%
NR	20,93%
TOTAL	100,00%



9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO

Procurou-se equilibrar a diversificação das Aplicações Financeiras - mobiliárias e imobiliárias - de acordo com as opções estratégicas atrás enunciadas resultando, no final do Exercício de 2018, a diversificação prudencial do Activo Líquido em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL DO NÚCLEO DURO DO ACTIVO LÍQUIDO			
CLASSE DE ACTIVOS	VALOR	PESO RELATIVO (%)	PESO RELATIVO (%)
Propriedades de investimento	121 836 827,90 €	22,78%	23,14%
Fundos de investimento imobiliário	1 931 346,21 €	0,36%	
Títulos	371 119 245,85 €	69,39%	69,39%
Depósitos a prazo	4 658 662,67 €	0,87%	7,46%
Depósitos à ordem e caixa	35 260 239,30 €	6,59%	
TOTAL	534 806 321,93 €	100,00%	100,00%

Deve salientar-se que no valor em Depósitos à Ordem e Caixa, no montante de 39.918.901,97 Euros, estão incluídos os valores que existiam em 31 de Dezembro de 2018, como liquidez em carteiras de gestão discricionária.

No final do Exercício de 2018, o núcleo duro do Activo Líquido da CPAS estava diversificado nas classes de activos, como adiante se expressa:

- 23,14% em IMOBILIÁRIO (directo e indirecto).
- 69,39% em Títulos.
- 7,46% em Depósitos Bancários.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS DE AVALIAÇÃO DOS ACTIVOS

IMÓVEIS

No que concerne aos imóveis que integram o Património Imobiliário da CPAS, a sua avaliação tem sido feita numa base trienal ou em período intermédio quando se observam alterações significativas do Mercado ou das condições dos imóveis, através de perícia realizada por avaliador externo, independente e credenciado na respectiva área disciplinar, tendo a última avaliação global sido efectuada no Exercício de 2016.

Por razões de reforço da transparência quanto à valia dos Activos Imobiliários, maior adstricção a um conceito "mark to market", ou seja, a avaliação dos Activos Imobiliários numa base anual e ao valor de Mercado, alinhamento com as mais exigentes regras de avaliação de Activos Imobiliários, mas também por orientação expressa pelos Auditores Externos da CPAS, foi assumida para o ano de 2018 e seguintes a avaliação numa base anual de todo o Património Imobiliário.

Esta avaliação é feita ao preço pelo qual os terrenos e edifícios poderiam ser vendidos, à data da avaliação, por contrato privado celebrado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, subentendendo-se que o bem é objecto de uma oferta pública no Mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Esse valor é determinado através de uma avaliação separada de cada edifício, devendo aquele valor resultar da avaliação efectuada por um perito independente, cuja capacidade técnica seja devidamente comprovada.

Durante o ano de 2018 foram realizados Procedimentos para a contratação de entidades independentes, tendo em vista a avaliação de todo o Património Imobiliário da CPAS.

A decisão de contratação recaiu, em geral, sobre a Colliers International Portugal e, pontualmente, sobre a Savills Portugal, que constituem duas entidades independentes de grande dimensão internacional e de reconhecida capacidade técnica, o que reforça o rigor, qualidade e independência das avaliações efectuadas ao Património Imobiliário da CPAS.

A política de gestão centra-se num reforço do Património Imobiliário e maximização da sua componente de rendimento, embora em caso de eventual necessidade para suprir insuficiência no pagamento de reformas, esses Activos Imobiliários devam ser sempre havidos como disponíveis para eventual venda.

Reforçando o rigor técnico e utilizando uma perspectiva conservadora por forma a manter coerente e não distorcer a valorização anual comparativa dos Activos Imobiliários, considera-se com adequado para determinação do Justo Valor dos imóveis classificados como Propriedades de Investimento, uma ponderação entre 2 Métodos de Avaliação de Imóveis, designadamente, o Método Comparativo de Mercado e o Método do Rendimento.

No quadro da manutenção de critérios anteriores (até para permitir uma comparação efectiva da realidade subjacente), considera-se adequada uma prudente relação 60% (Método do Rendimento) / 40% (Método Comparativo de Mercado) para definição do Justo Valor dos Activos Imobiliários da CPAS.

Por motivos de maior transparência e por razões de rigor, considera-se também dever ser dada a conhecer nos documentos de prestação de contas da CPAS a valorização aferida pelos dois Métodos de Avaliação e a valorização resultante da respectiva ponderação.

A variação do valor dos imóveis que integram o Património Imobiliário da CPAS em 2018, é evidenciada em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

LOCALIZAÇÃO	VALOR CONTABILÍSTICO	AValiação MÉTODOS RENDIMENTO	AValiação MÉTODOS DE MERCADO	VALOR CONTABILÍSTICO (60% - 40%)	VARIAÇÃO	EMPRESA AVALIADORA
R. Fialho de Almeida, 5 - Lisboa	4 037 417,73 €	4 837 000,00 €	7 048 000,00 €	5 721 400,00 €	1 683 982,27 €	Colliers International Portugal
R. Forno do Tijolo, 9 - Lisboa	1 179 900,00 €	1 235 000,00 €	2 232 000,00 €	1 633 800,00 €	453 900,00 €	Colliers International Portugal
R. Duque de Palmela, 27 - Lisboa	4 485 482,16 €	4 669 000,00 €	7 389 000,00 €	5 757 000,00 €	1 271 517,84 €	Colliers International Portugal
Al. D. Afonso Henriques, 11 - Lisboa	3 153 973,24 €	4 698 000,00 €	8 215 000,00 €	6 104 800,00 €	2 950 826,76 €	Colliers International Portugal
R. Dona Estefânia, 17 - Lisboa	5 095 845,03 €	8 629 000,00 €	10 899 000,00 €	9 537 000,00 €	4 441 154,97 €	Colliers International Portugal
Av. Duque de Ávila, 169 - Lisboa	9 982 700,00 €	14 759 000,00 €	15 325 000,00 €	14 985 400,00 €	5 002 700,00 €	Colliers International Portugal
Lg. S. Domingos, 14 - Lisboa	3 108 300,00 €	3 856 492,50 €	6 692 931,00 €	4 991 067,90 €	1 882 767,90 €	Colliers International Portugal
R. Campo Alegre, 606 - Porto	6 053 743,24 €	7 336 000,00 €	9 510 000,00 €	8 205 600,00 €	2 151 856,76 €	Colliers International Portugal
Av.º Fernão de Magalhães, - Coimbra	1 547 400,00 €	1 330 000,00 €	2 068 000,00 €	1 625 200,00 €	77 800,00 €	Colliers International Portugal
R. dos Anjos/Sta. Bárbara, 46 - Lisboa	4 141 000,00 €	3 785 300,00 €	5 114 900,00 €	4 317 140,00 €	176 140,00 €	Colliers International Portugal
R. Pedro Nunes, 16 - Lisboa	7 011 900,00 €	8 569 800,00 €	15 161 000,00 €	11 206 280,00 €	4 194 380,00 €	Colliers International Portugal
R. da Carreira, 191/197 - Funchal	650 600,00 €		745 000,00 €	745 000,00 €	94 400,00 €	Colliers International Portugal
R. Mouzinho da Silveira, 34 - Lisboa	10 203 000,00 €	9 173 900,00 €	11 940 600,00 €	10 280 580,00 €	77 580,00 €	Colliers International Portugal
R. Mouzinho da Silveira, 26 - Lisboa	8 451 300,00 €	11 464 400,00 €	20 449 000,00 €	15 058 240,00 €	6 606 940,00 €	Colliers International Portugal

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

LOCALIZAÇÃO	VALOR CONTABILÍSTICO	AValiação MÉTODO RENDIMENTO	AValiação MÉTODO DE MERCADO	VALOR CONTABILÍSTICO (50% - 40%)	VARIAÇÃO	EMPRESA AVALIADORA
Escadinhas da Barroca, 4 - Lisboa	829 213,26 €	1 065 300,00 €	1 170 000,00 €	1 107 180,00 €	277 966,74 €	Colliers International Portugal
Vila Plena - Vila Nova de Gaia	15 662 922,60 €	15 970 000,00 €	15 550 000,00 €	15 802 000,00 €	139 077,40 €	Savills Portugal
Rua 31 de Janeiro, 56 - Funchal	763 124,98 €	900 700,00 €	901 300,00 €	900 940,00 €	137 815,02 €	Colliers International Portugal
Rua Visconde Seabra, nº 4 e 4-A	3 225 866,09 €	3 753 000,00 €	4 016 000,00 €	3 858 200,00 €	632 333,91 €	Colliers International Portugal
TOTAL	89 583 688,33 €	106 031 892,50 €	144 426 731,00 €	126 416 360,00 €	32 253 139,57 €	

Em Maio de 2018, foi realizada a escritura de compra e venda do imóvel sito na Rua Visconde de Seabra, números 4 e 4-a, na Freguesia de Alvalade, em Lisboa, antecedida de uma prévia avaliação por entidade independente e uma rigorosa *due diligence* realizada *pro bono* por reputada Sociedade de Advogados que concluiu pela conformidade legal do negócio e a salvaguarda dos interesses da CPAS. O valor de aquisição foi de 2.950.000,00 Euros.

O referido imóvel é maioritariamente composto por fracções de tipologia T1 destinadas a habitação e encontrava-se em muito bom estado de conservação, em zona nobre da cidade de Lisboa. As fracções que se encontravam devolutas foram sujeitas a operação de rápida reabilitação e colocadas no Mercado de Arrendamento, estando já ocupadas e a gerar rendimento.

Tratou-se de um investimento essencial na diversificação dos Activos Financeiros da CPAS, que se centram fundamentalmente em Activos Mobiliários, com todos os riscos associados à incerteza ou volatilidade dos Mercados, à conjuntura política, económica e financeira que se vive a nível mundial e ao risco geral inerente aos valores mobiliários.

126

Apesar de uma reforçada prudência face a uma tendência inflacionista no preço dos imóveis, continua-se a procurar realizar investimentos em Activos Imobiliários qualificados e com potencial de rendimento elevado e liquidez assegurada.

Em Setembro de 2018 e na sequência do processo de licenciamento do empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia, foi iniciado o processo público de colocação no Mercado de Arrendamento deste empreendimento, uma vez que a proposta inicial de arrendamento total a uma única entidade, que já tinha sido apresentada e debatida junto do Conselho Geral da CPAS, foi abandonada em virtude de essa entidade não ter mantido o interesse.

Foi com grande satisfação e com sentimento de dever cumprido que toda a estrutura operacional da CPAS conseguiu assegurar que fosse colocada a totalidade dos apartamentos e a quase totalidade dos lugares de estacionamento disponíveis em pouco mais de uma semana, após a data da colocação no Mercado de Arrendamento do referido empreendimento.

Apesar de estar ainda em curso a colocação da componente de comércio e serviços do empreendimento, tudo indica que este Activo Imobiliário poderá vir a revelar-se como um dos principais e mais valiosos Activos de rendimento da CPAS.

Durante o Exercício de 2018 ficaram praticamente concluídas todas as empreitadas que foram contratadas e se encontravam em execução desde o anterior mandato e prosseguiram diversos trabalhos de reabilitação, conservação e reparação nos vários Imóveis, na sua generalidade também iniciados no mandato anterior, tendo como racional a valorização do Património Imobiliário da CPAS e a maximização do rendimento deste tipo de Activos.

Em relação a estas intervenções que ocorreram ou se concluíram em 2018, evidenciam-se as que adiante se expressam:

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Imóvel sito na Rua do Campo Alegre, 606, no Porto: Foram efectuadas obras de requalificação em 3 fracções habitacionais com o custo de 67 775,69 Euros. As obras encontram-se concluídas e as fracções arrendadas. Foram também efectuadas obras de conservação e reparação com carácter urgente (colunas de esgoto) que totalizaram 19 065,14 Euros.

Imóvel sito em Vila Plena, Vila Nova de Gaia: O empreendimento encontra-se arrendado na sua totalidade da parte habitacional e estacionamento. Foram pagos 181 971,37 Euros relativamente aos últimos autos da empreitada terminada em Dezembro de 2017 e 18 763,85 Euros, relativos a obras pontuais determinadas por imposição camarária para a obtenção de licença de utilização.

Imóvel na Rua 31 de Janeiro, 56, no Funchal: Foram efectuadas obras de requalificação do espaço com o custo de 25.470,55 Euros. As obras encontram-se concluídas e o edifício está arrendado na sua totalidade.

Imóvel sito na Rua Visconde Seabra n.º 4, em Lisboa: Foram efectuadas obras de requalificação em 3 fracções habitacionais com o custo de 133 907,18 Euros. As obras encontram-se concluídas e as fracções habitacionais arrendadas. Foram também realizadas reparações pontuais em fracções habitacionais para arrendamento com o custo de 4.116,21 Euros.

ACTIVOS FINANCEIROS

A avaliação dos Activos Financeiros da CPAS é efectuada segundo o critério do Justo Valor, ou seja, os Activos são registados e contabilizados pelo seu valor de Mercado em 31 de Dezembro de cada exercício e são reavaliados anualmente, seja para mais ou para menos, pela sua última cotação de Mercado em Bolsa, publicada ou conhecida.

FLUTUAÇÕES DOS ACTIVOS FINANCEIROS

No Exercício de 2018, foram reconhecidas, quer para efeitos dos Resultados do Exercício, quer para efeitos de avaliação dos Activos Financeiros em carteira, as menos-valias e as mais-valias potenciais que totalizaram, respectivamente, - 20.874.217,73 Euros e + 4.081.586,02 Euros.

RENDIMENTO DISTRIBUÍDO – ACTIVOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS

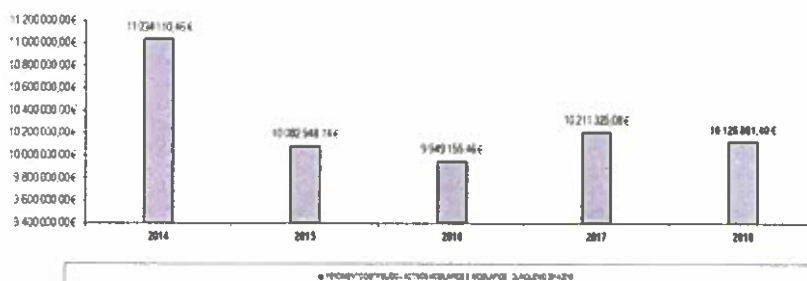
No Exercício de 2018 o rendimento recorrente distribuído pelos diversos Activos Financeiros da CPAS, sejam eles mobiliários ou imobiliários, é evidenciado em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

RENDIMENTO DISTRIBUÍDO – ACTIVOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS					
TIPO	2014	2015	2016	2017	2018
Propriedades de Investimento					
Rendas em propriedades de investimento	919 880,18 €	1 693 877,07 €	2 094 998,68 €	2 821 680,74 €	3 254 010,37 €
Activos financeiros detidos para negociação					
Juros de depósito em instituições financeiras	1 744 427,65 €	283 033,35 €	33 848,68 €	12 975,31 €	21 692,55 €
Rendimentos de instrumentos financeiros	6 819 216,91 €	6 190 581,84 €	5 913 224,29 €	5 826 839,44 €	4 852 076,41 €
Rendimentos de fundos de investimento mobiliários	1 028 691,02 €	1 370 345,25 €	1 248 296,17 €	1 049 306,95 €	1 449 709,81 €
Rendimentos de participações sociais	521 894,70 €	545 110,63 €	658 787,64 €	500 522,64 €	549 372,26 €
TOTAL	11 034 110,46 €	10 082 948,14 €	9 949 155,46 €	10 211 325,08 €	10 126 861,40 €

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Releva-se, assim, a estabilidade do rendimento distribuído pelos Investimentos Financeiros da CPAS ao longo do último Quinquénio, tendo a evolução do rendimento dos Imóveis da CPAS compensado a redução dos rendimentos dos Investimentos Financeiros Mobiliários associado à manutenção das taxas de juro em mínimos históricos, em conformidade com o disposto nos quadros que adiante se expressam:

RENDIMENTO DISTRIBUÍDO - ACTIVOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS					
ANO	VALOR	VARIACÃO		INCREMENTO	
		NO ANO	NO QUINQUÉNIO	NO ANO	NO QUINQUÉNIO
2014	11 034 110,46 €				
2015	10 082 948,14 €	- 951.162,32 €		- 8,62%	
2016	9 949 155,46 €	- 133.792,68 €		- 1,33%	
2017	10 211 325,08 €	+ 262.169,62 €		+ 2,64%	
2018	10 126 861,40 €	- 84.463,68 €	- 907.249,06 €	- 0,83%	- 8,22%



9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

RENTABILIDADE

A função financeira desenvolveu-se com a diversificação prudencial e a mutação de classes de Activos que atrás se analisou detalhadamente, pelas razões estratégicas aduzidas face à conjuntura e às condicionantes envolventes dos Mercados de Capitais.

Seguindo a metodologia de cálculo a seguir discriminada, a medição da rentabilidade do Activo Bruto da CPAS apresentou a taxa média anual de rendimento de 3,640%.

Sem consideração da dívida de contribuições enquanto activo gerador de potencial rendimento, a taxa de rentabilidade dos Activos da CPAS foi de 3,808%, em conformidade com o disposto no quadro que adiante se expressa:

CÁLCULO DA RENTABILIDADE MÉDIA DO ACTIVO BRUTO DA CPAS	
Activo em 2018	569 383 067,18 €
Activo em 2017	554 416 076,32 €
	1 123 799 143,50 €
	½
ACTIVO MÉDIO	561 899 571,75 €
Contribuições em dívida 2018 - Balanço 2018	26 493 634,09 €
Contribuições em dívida 2017 - Balanço 2017	22 883 952,41 €
	49 377 586,50 €
	½
MÉDIA DA DÍVIDA ACUMULADA DE CONTRIBUIÇÕES	24 688 793,25 €
Activo médio	561 899 571,75 €
Média da dívida acumulada de contribuições	24 688 793,25 €
ACTIVO MÉDIO PARA RENDIMENTO	537 210 778,50 €
RENDIMENTOS - INVESTIMENTOS FINANCEIROS	
Rendimentos de aplicações Financeiras	6 872 851,03 €
Rendimentos de propriedades de investimento	3 254 010,37 €
Ganhos por aumentos de justo valor	38 040 646,90 €
Mais-valias na alienação de títulos	1 002 329,24 €
Operações com futuros	270 431,20 €
TOTAL	49 440 268,74 €
GASTOS - INVESTIMENTOS FINANCEIROS	
Custos e perdas com aplicações financeiras	3 692 199,23 €
Custos e perdas com imóveis	472 392,98 €
Perdas por redução de justo valor	20 874 217,73 €
Menos-valias na alienação de títulos	3 558 572,29 €
Operações com futuros	387 578,00 €
TOTAL	28 984 960,23 €
Rendimentos - Investimentos Financeiros	49 440 268,74 €
Gastos - Investimentos Financeiros	28 984 960,23 €
VALOR	20 455 308,51 €
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	1.494.335,48 €
RENTABILIDADE DOS ACTIVOS FINANCEIROS	18.960.973,03 €
Rendimento médio líquido do activo bruto em 2018	
com dívida de contribuições	3,640%
sem dívida de contribuições	3,808%
sem dívida de contribuições e líquido de impostos	3,530%

13. MAPAS

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR TIPO DE APLICAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Mau
Lu

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
ACÇÕES							
US0028241000	ABBOTT LABORATORIES CMN	4 590,00	240 130,49 €	63,17 €	289 951,72 €		49 821,24 €
NL0011540547	ABN AMRO GROUP NV	234,00	5 199,48 €	20,54 €	4 806,36 €	-393,12 €	
DE000A1EWWW0	ADIDAS- SALOMON AG	22,00	4 094,66 €	182,40 €	4 012,80 €	-81,86 €	
US0082521081	AFFILIATED MANAGERS GROUP INC CMN	906,00	115 538,70 €	85,10 €	77 101,00 €	-38 437,70 €	
HK0000069889	AIA GROUP LTD	41 000,00	307 495,49 €	7,25 €	297 184,40 €	-10 311,09 €	
FR0000120073	AIR LIQUIDE	64,00	6 821,51 €	108,45 €	6 940,80 €		119,29 €
NL0000235190	AIRBUS GROUP (EX EADS)	85,00	8 530,35 €	83,96 €	7 136,60 €	-1 393,75 €	
DE0008404005	ALLIANZ SE	80,00	13 951,00 €	175,14 €	14 011,20 €		60,20 €
US02079K1079	ALPHABET INC - CL C	565,00	540 695,02 €	904,46 €	511 021,53 €	-29 673,49 €	
US02079K3059	ALPHABET INC. CMN CLASS A	185,00	179 190,38 €	912,63 €	168 836,33 €	-10 354,05 €	
US03027X1000	AMERICAN TOWER CORPORATION CMN	1 050,00	129 849,46 €	138,16 €	145 065,07 €		15 215,61 €
GB00B1XZS820	ANGLO AMERICAN PLC	257,00	4 838,60 €	19,54 €	5 022,03 €		183,43 €
US0378331005	APPLE	1 333,00	211 658,63 €	137,78 €	183 639,68 €	-28 018,97 €	
LU1598757687	ARCELOR MITTAL	150,00	3 766,50 €	18,14 €	2 721,00 €	-1 045,50 €	
NL0010273215	ASM LITHOGRAPHY HOLDING NV	51,00	8 654,70 €	137,16 €	6 995,16 €	-1 659,54 €	
NL0011872643	ASR NEDERLAND NV	173,00	6 051,54 €	34,58 €	5 982,34 €	-69,20 €	
SE0007100581	ASSA ABLOY AB CMN CLASS B	7 085,00	129 391,23 €	15,42 €	109 265,22 €	-20 126,01 €	
GB0009895292	ASTRAZENECA PLC	163,00	10 625,76 €	65,65 €	10 701,70 €		75,94 €
US0533321024	AUTOZONE INC USD.01 COM	894,00	514 506,28 €	732,17 €	654 584,15 €		140 057,88 €
ES0113900J37	B. SANTANDER C.H.	3 428,00	15 734,52 €	3,97 €	13 609,16 €	-2 125,36 €	
DE000BAY0017	BAYER AG	163,00	14 357,49 €	60,56 €	9 871,28 €	-4 486,21 €	
DE0005190003	BAYERISCHE MOTOREN WERKE AG	39,00	2 826,88 €	70,70 €	2 757,30 €	-69,58 €	
GB0000566504	BHP BILLITON PLC	249,00	4 468,09 €	18,47 €	4 598,48 €		130,39 €
FR0000131104	BNP PARIBAS EUR4 ORDS	8 434,00	448 604,46 €	39,48 €	332 932,15 €	-115 672,31 €	
US1011371077	BOSTON SCIENTIFIC CORP COMMON STOCK	8 115,00	227 620,96 €	30,86 €	250 466,47 €		22 845,51 €
GB0007980591	BP PLC	1 673,00	9 158,62 €	5,54 €	9 278,47 €		117,85 €
GB0030913577	BT GROUP PLC	1 312,00	3 587,77 €	2,66 €	3 490,73 €	-97,04 €	
US1248572026	CBS CORP NEW	3 421,00	164 975,67 €	38,18 €	130 625,45 €	-34 350,23 €	
US1510201049	CELGENE CORPORATION CMN	2 409,00	164 112,86 €	55,97 €	134 840,88 €	-29 271,98 €	
US16119P1084	CHARTER COMMUNICATIONS, INC CMN	1 047,00	267 254,01 €	248,88 €	260 579,56 €	-6 674,45 €	
US1667641005	CHEVRON CORPORATION	5 203,00	564 260,82 €	95,01 €	494 353,16 €	-69 907,66 €	
US1729674242	CITIGROUP	2 299,00	131 968,67 €	45,47 €	104 529,21 €	-27 439,46 €	
COMP CEL ULT	COMP CEL ULTRAMAR PORTUG	3 000,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
US2283681060	CROWN HOLDINGS INC	3 097,00	118 906,86 €	36,31 €	112 438,69 €	-6 468,17 €	
US1264081035	CSX CORP COM	9 204,00	503 543,57 €	54,26 €	499 427,54 €	-4 116,03 €	
US2358511028	DANAHER CORP	1 538,00	136 512,46 €	90,06 €	138 514,03 €		2 001,57 €
IT0005252207	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA CMN	22 470,00	158 301,15 €	7,39 €	165 940,95 €		7 639,80 €
DE0008232125	DEUTSCHE LUFTHANSA-REG	142,00	2 682,07 €	19,70 €	2 797,40 €		115,33 €
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	463,00	6 585,39 €	14,82 €	6 861,66 €		276,27 €
GB0002374006	DIAGEO PLC	304,00	9 426,82 €	31,25 €	9 498,62 €		71,80 €
GB00BY9DDY18	DIRECT LINE INSURANCE GROUP	1 493,00	5 084,13 €	3,57 €	5 324,22 €		240,09 €
FR0007054358	DJ EST50 MSE	44 462,00	1 508 595,66 €	29,37 €	1 305 848,94 €	-202 746,72 €	
US2566771059	DOLLAR GENERAL	4 336,00	366 726,35 €	94,39 €	409 288,09 €		42 561,74 €
DE000ENAG999	E ON AG	148,00	1 354,20 €	8,63 €	1 277,24 €	-76,96 €	
JP3783600004	EAST JAPAN RAILWAY COMPANY	5 700,00	468 889,47 €	0,08 €	439,81 €	-468 449,66 €	

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
LU0355584201	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação) JPMORGAN FUNDS-EU GVT-I EUR	357,00	43 152,38 €	120,80 €	43 125,60 €	-26,78 €	
LU0750223520	JUPITER DYNAMIC BD FD CL DIST EUR	214 191,00	2 270 424,80 €	10,32 €	2 210 451,12 €	-59 973,48 €	
IE0087V5FL77	LEGG MASON BRANDYWIN	12 430,00	1 216 524,10 €	94,33 €	1 172 521,90 €	-44 002,20 €	
IE008HBFDF812	LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC OP BD	11 875,00	1 394 362,50 €	116,54 €	1 383 912,50 €	-10 450,00 €	
IE008HXB1D63	LEGG MASON-WEST ASS.MAC OP.PR.EUR H	4 150,00	475 714,50 €	114,17 €	473 805,50 €	-1 909,00 €	
LU1670722674	M&G LX GB FLT RT HY	43 994,81	435 323,70 €	9,70 €	426 749,66 €	-8 574,04 €	
LU0583240782	MFS INV-EMERG MARK DEBT-IH1	5 220,45	692 400,98 €	130,81 €	682 887,59 €	-9 513,39 €	
LU1200227335	MFS MER-US TOT RET	48 734,00	466 775,29 €	9,48 €	461 998,32 €	-4 776,97 €	
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	52 842,27	2 278 551,84 €	42,53 €	2 247 608,75 €	-30 943,08 €	
IE0033758917	MUZIN ENHANCED - ST	2 484,00	398 558,99 €	159,00 €	394 956,00 €	-3 602,99 €	
IE00BF451C40	MUZINICH FUNDS - EMERGING MARKFT NFRBT	32 473,00	3 004 077,23 €	89,98 €	2 921 920,54 €	-82 156,69 €	
IE00896G6Y08	MUZINICH FUNDS - EUROPEYIELD FUND	2 702,12	339 919,34 €	123,93 €	334 873,48 €	-5 045,86 €	
IE008MMV6Z14	NEUBERGER BERM EMG MKT I2 HGD EUR	276 987,00	2 448 565,08 €	8,58 €	2 376 548,46 €	-72 016,62 €	
IE00878FDY06	NOMURA FUNDS IRELAND PLHIGH YIELD	10 557,00	1 412 598,39 €	126,99 €	1 340 656,66 €	-71 941,73 €	
IE0089NHVK84	PAYDEN GF-ABSOLUTE RETURN BD EUR (H)	57 181,47	584 313,99 €	10,10 €	577 330,80 €	-6 983,19 €	
LU0128492062	PICTET-EUR BONDS-I	1 966,00	1 139 179,04 €	581,70 €	1 143 622,20 €		4 443,16 €
LU0954602677	PICTET-EUR ST CORP BDS-I EUR	3 730,00	391 127,80 €	104,47 €	389 673,10 €	-1 454,70 €	
IE00880G9288	PIMCO GIS-INCOME FD INSTIT.HEDG.EUR	80 843,00	1 085 721,49 €	13,37 €	1 080 870,91 €	-4 850,58 €	
IE0032883534	PIMCO HIGH YIELD FUND - INS HEDACC	19 406,54	538 532,79 €	26,67 €	517 572,29 €	-20 960,50 €	
LU0775727919	PIONEER FDS-US AG BD	9 218,00	466 213,34 €	50,17 €	462 467,06 €	-3 746,28 €	
IE008520F527	SALAR FUND PLC E1€	5 063,00	747 653,21 €	142,13 €	719 604,19 €	-28 049,02 €	
LU0180781394	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	65 015,00	2 148 745,75 €	32,13 €	2 088 931,95 €	-59 813,80 €	
LU0607220646	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	136 423,00	2 698 446,94 €	19,35 €	2 639 785,05 €	-58 661,89 €	
LU0995119822	SCHRODER ISF - EURO CREDIT CONVICTION-C	11 602,00	1 466 144,74 €	124,69 €	1 446 653,38 €	-19 491,36 €	
LU0552054859	SCHRODER ISF EURO CORP BOND EUR	204 153,00	3 783 628,79 €	17,89 €	3 651 276,41 €	-132 352,39 €	
LU0849400030	SCHRODER ISF EURO HIGH YD - C	3 044,97	438 272,52 €	139,10 €	423 558,07 €	-14 714,45 €	
LU0106236184	SCHRODER ISF INV GOV	3 425,00	42 949,50 €	12,57 €	43 052,25 €		102,75 €
LU0995124236	SCHRODER STRATEG CD C HGD DIST EUR	27 586,00	2 527 765,87 €	88,22 €	2 433 584,51 €	-94 181,36 €	
LU1731075526	T. ROWE PRICE SICAV GLOBAL HIGH YIELD	89 699,08	873 669,04 €	9,36 €	839 583,39 €	-34 085,65 €	
LU0853555893	THE JUPITER GLOBAL FUND SICAV	228 419,00	2 906 738,73 €	12,58 €	2 886 091,02 €	-20 647,71 €	
IE00BF5S8Q55	THE MUZINICH GLB TACTICAL DIST EUR	26 100,00	2 438 001,00 €	91,48 €	2 387 628,00 €	-50 373,00 €	
LU0396331836	UBS LUX BOND SICAV - CONVERT GLOBAL	14 202,00	2 428 968,06 €	158,63 €	2 252 863,26 €	-176 104,80 €	
LU0926440222	VONTOBEL FUND SICAV - EMERGING MARKETS	8 831,00	1 035 081,51 €	114,99 €	1 015 476,69 €	-19 604,82 €	
	SUB-TOTAL		88.394.789,19 €		88.660.277,82 €	-1.745.822,01 €	11.310,64 €
	OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
LU0397156604	GS Q MOD STRATEGY	10 096,00	66 216,64 €	6,15 €	62 090,40 €	-4 126,24 €	
	SUB-TOTAL		66.216,64 €		62.090,40 €	-4.126,24 €	
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE TESOURARIA						
CH0011292353	PCH - SHORT TERM MM EUR IDY	195,00	189 155,13 €	966,09 €	188 387,55 €	-767,58 €	
	SUB-TOTAL		189.155,13 €		188.387,55 €	-767,58 €	

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVO							
LU0210877261	ALTAM MS EURO	0.02	1.78 €	101.57 €	1.78 €		
FR0011790492	BDL REMPART EUROPE - I	907.07	100 993,14 €	107.50 €	97 509,59 €	-3 483,55 €	
LU1892223519	EUR PWM LONG VOL (PEUSA) 18/03/1019	585.00	14 525,55 €	57.01 €	33 350,85 €		18 825,30 €
FR0011006188	H2O ALLEGRO-IC	1.28	192 874,71 €	166 620,90 €	212 608,27 €		19 733,56 €
LU0360485493	MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS	5 946,83	202 379,32 €	31,61 €	187 961,24 €	-14 418,08 €	
LU0398686286	NN L ALTERNATIVE BETA	16.86	100 771,38 €	5 628,48 €	94 884,91 €	-5 886,46 €	
LU1055715772	PICTET TR-DIVERSIFIED ALPHA-J EUR	4 500,00	507 105,00 €	106,95 €	481 275,00 €	-25 830,00 €	
LU1785455236	PWM FS-CREDIT ALLOCATION HC EUR	5 890,00	584 935,90 €	96,52 €	568 502,80 €	-16 433,10 €	
LU1149832682	RAM (LUX) SYSTEMATIC FUNDS	879.50	101 248,92 €	109,29 €	96 120,34 €	-5 128,58 €	
LU0415415800	VONTOBEL - BELVISTA COMM - I USD	726.95	51 811,51 €	59,71 €	43 407,55 €	-8 403,97 €	
LU0277042718	WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS LUXEMBOURG	40 923,06	232 614,73 €	5,50 €	225 091,16 €	-7 523,57 €	
LU1724638868	WELLS FARGO (LUX) WORLDWIDE FUND SICAV	25 318,00	2 397 361,42 €	91,82 €	2 324 698,76 €	-72 662,66 €	
SUB-TOTAL			4 486 623,36 €		4 365 412,25 €	-159 769,97 €	38 558,85 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
PTSELAIE0007	IMOSOCIAL FII FECHADO	82 212,00	0,00 €	2,84 €	233 712,27 €		233 712,27 €
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	422 297,00	1 613 174,54 €	4,02 €	1 697 633,94 €		84 459,40 €
SUB-TOTAL			1 613 174,54 €		1 931 346,21 €		318 171,67 €
DEPÓSITOS A PRAZO							
MIL 02/08/18	MILLENNIUMBCP 02/08/18 A 01/02/19 0,2%	1 698 924,77	1 698 924,77 €	0,00 €	1 698 924,77 €		
MIL 31/07/18	MILLENNIUMBCP 31/07/18 A 30/01/19 0,2%	2 934 402,06	2 934 402,06 €	0,00 €	2 934 402,06 €		
SANT14/11/18	SANT DP 14/11/18 A 14/05/19 0,01%	25 335,84	25 335,84 €	0,00 €	25 335,84 €		
SUB-TOTAL			4 658 662,67 €		4 658 662,67 €		
TOTAL			389.242.698,55 €		377.709.254,78 €	-13.014.315,98 €	1.480.972,16 €

13. MAPAS

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCO DEPOSITÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

IDENTIFICAÇÃO	VALOR INICIAL ESCRITURADO	PESO RELATIVO (%)	VALOR INVENTÁRIO
EDMOND DE ROTHSCHILD (EUROPE)	79.128.962,64 €	20,56 %	77.656.994,21 €
ST. GALLER KANTONALBANK	73.212.024,49 €	18,89 %	71.360.198,78 €
CREDIT SUISSE	70.796.286,70 €	17,91 %	67.648.105,74 €
GNB – GESTÃO DE PATRIMÓNIOS	56.276.510,45 €	14,58 %	55.075.049,49 €
BANCO SANTANDER	43.277.928,11 €	11,13 %	42.016.248,38 €
GOLDMAN SACHS	34.595.881,50 €	8,78 %	33.175.957,41 €
MILLENNIUM BCP	13.843.805,98 €	3,55 %	13.401.014,69 €
PICTET & CIE	8.918.232,80 €	2,24 %	8.471.394,17 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	9.192.964,10 €	2,36 %	8.904.290,08 €
BBVA – BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	1,78 €	0,00 %	1,78 €
TOTAL NOS BANCOS	389.242.598,55 €	100,00 %	377.709.254,73 €

13. MAPAS

DIVERSIFICAÇÃO PRUDENCIAL POR BANCO DEPOSITÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Handwritten marks and signatures:
 ✓
 JM
 JM
 JM

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
US4642871762	EDMOND DE ROTHSCHILD (EUROPE)						
	CONTA 0524000						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
	ISHARES BARCLAYS TIPS BD ETF/DIS	31 500,00	3 049 755,66 €	95,64 €	3 012 660,00 €	-37 095,66 €	
	SUB-TOTAL		3 049 755,66 €		3 012 660,00 €	-37 095,66 €	
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
ES0211845260	ABERTIS INFRAEST 3,75% 20/06/23	1 000 000,00	1 143 100,00 €	110,64 %	1 106 400,00 €	-36 700,00 €	
XS1207309086	ACS ACTIVIDADES FINANCE 2020 2,875%	1 500 000,00	1 570 950,00 €	103,00 %	1 545 000,00 €	-25 950,00 €	
BE6276040431	ANHEUSER-BUSCH INBEV 1,5% 18/4/30	2 600 000,00	2 550 080,00 €	94,12 %	2 446 990,00 €	-103 090,00 €	
XS1586831999	ARAMARK INT FIN 3,125% 01/04/2025	700 000,00	714 630,00 €	100,68 %	704 760,00 €	-9 870,00 €	
XS1875331636	ARGENTUM NETHERLANDS BV 1,125%	1 500 000,00	1 496 850,00 €	100,73 %	1 510 875,00 €		14 025,00 €
XS1203859928	B.A.T. INT FIN PLC 1,25% 13/03/2027	500 000,00	482 350,00 €	91,31 %	456 550,00 €	-25 800,00 €	
XS1840618059	BAYER CAP CORP 1,5%	1 500 000,00	1 507 500,00 €	97,34 %	1 460 100,00 €	-47 400,00 €	
FR0012872174	BOLLORE SA 2,875% 29/07/21	200 000,00	207 040,00 €	102,25 %	204 490,00 €	-2 550,00 €	
XS0552915943	BOMBARDIER INC 6,125% 15/05/21	1 500 000,00	1 643 100,00 €	101,93 %	1 528 875,00 €	-114 225,00 €	
XS1028952312	BRAMBLES FIN 2,375% 12/6/24	500 000,00	542 500,00 €	106,30 %	531 500,00 €	-11 000,00 €	
XS1109741329	BRITISH SKY BROAD 2,5% 15/9/26	1 300 000,00	1 404 130,00 €	106,45 %	1 383 785,00 €	-20 345,00 €	
FR0013201084	BUREAU VERITAS RICNA SA 1,25% 7/9/2023	1 200 000,00	1 214 040,00 €	99,70 %	1 196 400,00 €	-17 640,00 €	
XS1265778933	CELLNEX TLCOM 3,125% 27/07/2022	1 500 000,00	1 599 000,00 €	106,03 %	1 590 450,00 €	-8 550,00 €	
XS1731106347	CEMEX SAB 2,75%	1 500 000,00	1 476 750,00 €	93,58 %	1 403 700,00 €	-73 050,00 €	
XS1823623878	CNH IND FIN EUROPE SA 1,875%	1 000 000,00	993 830,00 €	98,01 %	980 100,00 €	-13 730,00 €	
XS1678966935	CNH INDUSTRIAL FINANCE 1,75% 12/09/2025	400 000,00	388 120,00 €	98,01 %	392 040,00 €		3 920,00 €
XS1713588811	CONSTELLIUM NV/REG-S 4,25% 15/02/2026	500 000,00	487 550,00 €	90,58 %	452 900,00 €	-34 650,00 €	
XS1064882316	CONSTELLIUM NV/REG-S 4,625% 15/05/2021	1 000 000,00	1 010 000,00 €	99,85 %	998 500,00 €	-11 500,00 €	
XS1801786275	COTY 4% INC - REG-S 2023	1 500 000,00	1 487 550,00 €	88,90 %	1 333 500,00 €	-154 050,00 €	
XS1485603747	DELPHI AUTO PLC 1,6% 15/09/2028	1 500 000,00	1 464 600,00 €	91,12 %	1 386 725,00 €	-97 875,00 €	
XS1699848914	DUFYR ONE BV/REG-S 2,5% 15/10/2024	1 500 000,00	1 493 700,00 €	95,80 %	1 437 000,00 €	-56 700,00 €	
XS1558083652	EDP FIN 1,875 29/09/2023	800 000,00	836 560,00 €	103,57 %	828 560,00 €	-8 000,00 €	
XS1846632104	EDP FIN BV EMTN/REG-S 1,625%	1 000 000,00	996 800,00 €	97,84 %	978 350,00 €	-18 450,00 €	
XS1432395785	EIRCOM FINANCE LTD 4,5% 14/05/2022	1 500 000,00	1 531 500,00 €	101,86 %	1 524 900,00 €	-6 600,00 €	
XS1239586594	ESB FIN LTD. 2,125% 08/06/2027	600 000,00	641 520,00 €	106,00 %	635 970,00 €	-5 550,00 €	
XS1651444140	EUROFINS SCIENTIFIC SE 2,125% 25/07/2024	1 500 000,00	1 477 050,00 €	95,21 %	1 428 150,00 €	-48 900,00 €	
XS1384278203	FAURECIA 3,625% 15/06/2023	1 800 000,00	1 871 460,00 €	100,53 %	1 809 540,00 €	-61 920,00 €	
XS1639488771	FERROVIE DELLO STATO EMTN 1,5% 27/8/2025	1 500 000,00	1 477 950,00 €	92,26 %	1 383 825,00 €	-94 125,00 €	
XS1388625425	FIAT CHRYSLER AIM 3,75 16-03/24	2 000 000,00	2 132 000,00 €	105,18 %	2 103 500,00 €	-28 500,00 €	
XS1554373248	FRESENIUS 1,5% 30/01/2024	1 500 000,00	1 536 900,00 €	100,26 %	1 503 825,00 €	-33 075,00 €	
PTGALIOE0009	GALP ENERGIA 4,125% 25/01/19	1 500 000,00	1 534 200,00 €	100,48 %	1 507 125,00 €	-27 075,00 €	
XS1409497283	GESTAMP FDG LUX 3,5% 15/05/2023	1 500 000,00	1 529 550,00 €	98,21 %	1 473 150,00 €	-56 400,00 €	
XS0860855930	GTECH SPA 3,5% 05/03/20	1 500 000,00	1 600 050,00 €	104,51 %	1 567 650,00 €	-32 400,00 €	
XS1387174375	HEIDELBERG CEM 2,25 18-03/23	1 200 000,00	1 279 920,00 €	104,22 %	1 250 580,00 €	-29 340,00 €	
FR0013287273	ILIAD SA 1,5% 14/10/2024	1 000 000,00	964 700,00 €	91,33 %	913 250,00 €	-51 450,00 €	

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)							
XS1405769990	INEOS GROUP HOLDINGS SA 5,375% 31/12/24	1 500 000,00	1 570 200,00 €	98,22 %	1 473 225,00 €	-96 975,00 €	
XS1908370171	INTERCONTINENTAL HOTELS 2 125%	1 500 000,00	1 498 500,00 €	98,79 %	1 481 895,00 €	-16 605,00 €	
FR0013262912	LAGARDERE SCA 1,625% 21/06/2024	1 500 000,00	1 479 900,00 €	96,01 %	1 440 150,00 €	-39 750,00 €	
XS1416688890	METROVACESA SA 2 375 16-05/22	1 500 000,00	1 586 700,00 €	103,88 %	1 557 825,00 €	-28 875,00 €	
XS1440976535	MOLSON COORS 1 25% 15/07/2024	1 500 000,00	1 494 600,00 €	98,72 %	1 480 725,00 €	-13 875,00 €	
XS1395010397	MONDI FIN 1,5% 15/04/2024	500 000,00	511 450,00 €	99,86 %	499 300,00 €	-12 150,00 €	
XS1497527736	NH HOTEL GRP SA/REG 3,75% 01/10/2019	1 000 000,00	937 012,44 €	102,84 %	1 028 430,00 €		91 417,56 €
PTNOSFOM0000	NOS SGPS SA 1 125% - REG-S	1 500 000,00	1 510 680,00 €	99,61 %	1 494 165,00 €	-16 515,00 €	
XS1586215763	OI EUROP GR BV 3,125% 15/11/2024	700 000,00	707 770,00 €	98,99 %	692 930,00 €	-14 840,00 €	
XS1757843146	PIRELLI & C SPA EMTN/REG-S 1 375%	1 000 000,00	969 700,00 €	96,19 %	961 900,00 €	-7 800,00 €	
FR0013264066	PLASTIC OMNIUM SA 1,25% 26/6/24	1 500 000,00	1 440 750,00 €	94,31 %	1 414 650,00 €	-26 100,00 €	
DE000A11QFA7	PROSIEBEN 2 625 14-04/21	1 500 000,00	1 570 800,00 €	102,16 %	1 532 400,00 €	-38 400,00 €	
XS1423826798	RENEPL 1 75% 06/23	1 500 000,00	1 584 770,00 €	103,35 %	1 550 310,00 €	-14 460,00 €	
XS1077584024	RYAID 1 875 14-06/21	1 300 000,00	1 359 410,00 €	103,08 %	1 340 040,00 €	-19 370,00 €	
XS1756356371	SELECTA GRP BV/REG-S 5 875%	1 000 000,00	977 800,00 €	94,54 %	945 350,00 €	-32 450,00 €	
XS1874128033	SIEMENS FIN NV 1% 8/9/27	1 500 000,00	1 487 220,00 €	99,79 %	1 496 775,00 €		9 555,00 €
XS1562623584	SIGMA ALIMENTOS 2,625% 02/2024	1 500 000,00	1 553 745,00 €	100,55 %	1 508 250,00 €	-45 495,00 €	
XS1874122770	TOTAL CAPITAL INT SA 1 023% 4/3/27	1 500 000,00	1 498 950,00 €	99,53 %	1 492 875,00 €	-6 075,00 €	
FR0013313186	UBISOFT ENTMT SA 1 289%	1 000 000,00	1 002 600,00 €	99,28 %	992 800,00 €	-9 800,00 €	
SUB-TOTAL			69.010.087,44 €		67 323.010,00 €	-1.805.995,00 €	118.917,56 €
CONTA 0524002							
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO							
PTSELAIE0007	IMOSOCIAL FII FECHADO	82 212,00	0,00 €	2,84 €	233 712,27 €		233 712,27 €
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	422 297,00	1 613 174,54 €	4,02 €	1 697 633,94 €		84 459,40 €
SUB-TOTAL			1.613.174,54 €		1 931 346,21 €		318 171,67 €
CONTA 0524004							
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
US001546AU45	AK STEEL CORP 7% 15/03/2027	500 000,00	415 765,00 €	65,80 %	328 995,00 €	-86 770,00 €	
US026874DB02	AMERICAN INT GRP INC. 4,375% 15/1/55	500 000,00	375 150,00 €	73,30 %	366 520,00 €	-8 630,00 €	
US00206RCN08	AT&T INC 3 4% 15/05/2025	500 000,00	403 970,00 €	82,21 %	411 045,00 €		7 075,00 €
US120568AY67	BUNGE LTD FINANCE CORP 3% 25/09/2022	500 000,00	413 195,00 €	83,49 %	417 485,00 €		4 270,00 €
US141149YBH09	CARDINAL HEALTH INC 3,079% 15/08/2024	500 000,00	405 300,00 €	82,94 %	414 705,00 €		9 405,00 €
USN22038AE85	CONSTELLIUM NV/REG-S 5,875% 15/02/2026	500 000,00	414 650,00 €	78,77 %	383 845,00 €	-30 805,00 €	
US532457BH00	ELI LILLY & COMP. 2 75% 1/6/25	500 000,00	408 645,00 €	84,07 %	420 370,00 €		11 725,00 €
USN30707AF53	ENEL FIN INTL NV/REG-S 2 75% 04/2023	500 000,00	401 010,00 €	80,35 %	401 770,00 €		760,00 €
US460146CP67	INTERNATIONAL PAPER CO. 3% 15/02/27	400 000,00	310 756,00 €	79,97 %	319 892,00 €		9 136,00 €
US58933YAT29	MERCK & COMP 3 7% 10/2/45	500 000,00	410 360,00 €	83,68 %	418 385,00 €		8 025,00 €
US690742AF87	OWENS CORNING 3 4% 15/08/26	400 000,00	310 964,00 €	78,98 %	315 916,00 €		4 952,00 €
US88167AAE10	TEVA PHARM FINANCE 3 15% 01/10/2026	500 000,00	347 400,00 €	66,40 %	332 015,00 €	-15 385,00 €	
US931427AH10	WALGREEN CO 3 8% 18/11/24	500 000,00	423 400,00 €	85,96 %	429 820,00 €		6 420,00 €
SUB-TOTAL			5.040.565,00 €		4 960 743,00 €	-141.590,00 €	61 768,00 €

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
US46513YJH27	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO	500 000,00	415 380,00 €	85,85 %	429 235,00 €		13 855,00 €
	SRAEL STAAT 3 25%		415 380,00 €		429 235,00 €		13.855,00 €
	SUB-TOTAL						
TOTAL EDMOND DE ROTHSCHILD (EUROPE)			79.128.962,64 €		77.656.994,21 €	-1.984.680,66 €	512.712,23 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
ST. GALLER KANTONALBANK							
CONTA 6170.8621							
ACÇÕES							
CH0012005267	NOVARTIS STK N	12 454.00	810 387,38 €	74,58 €	928 772,87 €		118 385,48 €
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG- GENUSSCHEIN	5 972.00	1 138 494,80 €	215,99 €	1 289 896,88 €		151 402,09 €
	SUB-TOTAL		1 948 882,18 €		2 218 669,75 €		269 787,57 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES							
LU0368229703	BGF EUR BD I2C	51 849.00	739 885,23 €	14,25 €	738 848,25 €	-1 036,98 €	
LU0318940003	FIDELITY EUROPEAN DYNAMIC	33 917.00	745 495,66 €	18,94 €	642 387,98 €	-103 107,68 €	
LU1097728361	FIDELITY FUNDS - EMERGING MARKETS	123 306.00	1 535 806,69 €	11,60 €	1 429 983,38 €	-105 823,31 €	
IE00B3ZWK18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	11 485.00	747 007,37 €	56,05 €	643 734,25 €	-103 273,12 €	
IE00B441G979	ISHARES V PLC - MSCI WORLD	22 742.00	1 160 524,26 €	45,97 €	1 045 449,74 €	-115 074,52 €	
LU0248049172	JPMORGAN FUNDS SICAV - EUROPE STRATEGIC	9 568.00	1 157 919,36 €	105,43 €	1 008 754,24 €	-149 165,12 €	
LU0925122235	PARVEST EQUITY JAPAN SMALL CAP PRIVILEGE	4 897.00	929 058,84 €	148,76 €	728 477,72 €	-200 581,12 €	
LU0372741511	SCHRODER INTERN. SELECTION FUND EQUITY	2 727.00	697 512,06 €	222,98 €	608 066,46 €	-89 445,60 €	
IE00B5M1WJ87	SPDR S&P EUR DIVIDEND ARISTOCRATS UCITS	31 205.00	753 457,21 €	20,73 €	646 879,65 €	-106 577,56 €	
LU1829330403	THREADNEEDLE (LUX) SICAV - PAN EUROPEAN	74 532.39	742 869,80 €	8,03 €	598 495,08 €	-144 374,72 €	
	SUB-TOTAL		9 209 536,48 €		8 091 076,75 €	-1 118 459,73 €	
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU0658025977	AXA FIIS SHY-B-	10 836.00	1 452 519,52 €	129,96 €	1 421 242,58 €	-31 276,98 €	
LU0194346564	AXA IM FIXED INCOM. INV. STRATEGIE	4 800.00	729 456,00 €	149,80 €	719 040,00 €	-10 416,00 €	
LU0227127643	AXA WF EU CREDIT	13 975.00	1 897 539,02 €	135,33 €	1 891 236,75 €	-6 302,27 €	
LU0468289250	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EURO SHORT DURA	121 284.00	1 992 005,04 €	16,32 €	1 979 354,88 €	-12 650,16 €	
LU0549539178	BLUEBAY FUNDS SICAV	26 403.00	4 406 198,04 €	166,96 €	4 408 244,88 €		2 046,84 €
IE00B50JD354	GAM STAR FUND PLC	96 462.00	1 453 682,34 €	14,11 €	1 361 078,82 €	-92 603,52 €	
LU0451950587	HEND HOR ?-I2	18 443.00	2 961 495,10 €	159,44 €	2 940 551,92 €	-20 943,18 €	
IE00B9M6SJ31	ISHARES VI PLC - GLB CORP	13 871.00	1 399 167,77 €	98,85 €	1 371 148,35 €	-28 019,42 €	
LU0217390060	JPMORGAN FUNDS SICAV - EMERGING MKTS	69 308.00	1 036 154,60 €	14,77 €	1 023 679,16 €	-12 475,44 €	
IE00BHFDF812	LEGG MASON GLOBAL FUNDS PLC OP BD	11 875.00	1 394 362,50 €	116,54 €	1 383 912,50 €	-10 450,00 €	
LU0128492062	PICTET-EUR BONDS-I	1 966.00	1 139 179,04 €	581,70 €	1 143 622,20 €		4 443,16 €
IE00B80G9288	PIMCO GIS-INCOME FD INSTIT HEDG EUR	80 843.00	1 085 721,49 €	13,37 €	1 080 870,91 €	-4 850,58 €	
LU0807220646	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	136 423.00	2 698 446,94 €	19,35 €	2 639 785,05 €	-58 661,89 €	
LU0180781394	SCHRODER INTERNATIONAL SELECTION FUND	65 015.00	2 148 745,75 €	32,13 €	2 088 931,95 €	-59 813,80 €	
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)							
LU0995119822	SCHRODER ISF - EURO CREDIT CONVICTION-C	11 602.00	1 466 144,74 €	124,69 €	1 446 653,38 €	-19 491,36 €	
LU0853555893	THE JUPITER GLOBAL FUND SICAV	229 419.00	2 906 738,73 €	12,58 €	2 886 091,02 €	-20 647,71 €	
LU0396331836	UBS LUX BOND SICAV - CONVERT GLOBAL	14 202.00	2 428 968,06 €	158,63 €	2 252 863,26 €	-176 104,80 €	
LU0926440222	VONTOBEL FUND SICAV - EMERGING MARKETS	8 831.00	1 035 081,51 €	114,99 €	1 015 476,69 €	-19 604,82 €	
	SUB-TOTAL		33 831 606,19 €		33 053 784,28 €	-584 311,91 €	6 490,00 €

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS1166160173	ABBEY 1 125 15-01/22	1 000 000,00	1 024 100,00 €	101,08 %	1 010 800,00 €	-13 300,00 €	
XS1381693248	AP MOLLER-MAERSK 1 75 16-03/21	1 000 000,00	1 039 100,00 €	102,78 %	1 027 800,00 €	-11 300,00 €	
XS0993145084	AT & T 2 65 13-12/21	700 000,00	753 200,00 €	106,04 %	742 280,00 €	-10 920,00 €	
BE6286963051	BARRY CALLEBAUT 2,375% 24/05/2024	1 000 000,00	1 048 700,00 €	102,50 %	1 025 000,00 €	-23 700,00 €	
XS1141969912	BRITISH SKY 1 875% 24/11/23	1 000 000,00	1 052 400,00 €	104,17 %	1 041 700,00 €	-10 700,00 €	
XS0810720515	CCE 2 12-12/19	1 000 000,00	1 024 000,00 €	101,41 %	1 014 100,00 €	-9 900,00 €	
XS0231422790	EIRLES FL 05-04/24	1 000 000,00	396 000,00 €	43,00 %	430 000,00 €		34 000,00 €
XS1382385471	FLUOR CORP. 1,75% 21/03/2023	1 000 000,00	1 039 900,00 €	103,12 %	1 031 200,00 €	-8 700,00 €	
XS1590568132	GAS NATURAL CAPITAL 1 125% 11/4/2024	800 000,00	806 720,00 €	100,81 %	806 480,00 €	-240,00 €	
XS1328242406	GRENKE FIN 1 375% 05/10/2020	1 000 000,00	1 023 800,00 €	101,38 %	1 013 800,00 €	-10 000,00 €	
XS1496175743	GROUPE FNAC 3,25% 30/09/2023	1 000 000,00	1 034 000,00 €	98,40 %	984 000,00 €	-50 000,00 €	
XS1391086987	HUTCHISON WHAMPOA 2% 06/04/2028	1 000 000,00	1 027 100,00 €	99,04 %	990 400,00 €	-36 700,00 €	
XS1040508167	IMPERIAL TOBACCO 2,25% 26/02/21	1 000 000,00	1 049 800,00 €	103,33 %	1 033 300,00 €	-16 500,00 €	
XS1418630023	NASDAQ OMX 1,75% 19/05/2023	1 000 000,00	1 046 300,00 €	103,80 %	1 038 000,00 €	-8 300,00 €	
AT0000A1LHT0	NOVOMATIC 1,625% 09/23	1 000 000,00	1 021 213,00 €	100,34 %	1 003 400,00 €	-17 813,00 €	
XS1172947902	PEMEX 1,875% 21/04/2022	1 000 000,00	980 500,00 €	94,53 %	945 300,00 €	-35 200,00 €	
XS1112850125	PRICELINE GROUP 2 375% 14-9/24	1 000 000,00	1 075 200,00 €	106,14 %	1 061 400,00 €	-13 800,00 €	
FR0013241361	RCI BANQUE 1 375% 08/03/2024	700 000,00	711 410,00 €	98,57 %	689 990,00 €	-21 420,00 €	
XS1562623584	SIGMA ALIMENTOS 2,625% 02/2024	600 000,00	621 498,00 €	100,55 %	603 300,00 €	-18 198,00 €	
XS1327531486	SKFBSS1 625 15-12/22	1 000 000,00	1 045 300,00 €	103,75 %	1 037 500,00 €	-7 800,00 €	
XS1570260460	SMITHS GROUP 2% 23/02/2027	1 000 000,00	1 009 750,00 €	98,90 %	989 000,00 €	-20 750,00 €	
FR0013248465	TELEPERFORMANCE 1,5% 03/04/2024	1 000 000,00	997 400,00 €	99,36 %	993 600,00 €	-3 800,00 €	
FR0013346822	TELEPERFORMANCE SE 1 875% 2018-02.07.25	1 000 000,00	992 700,00 €	99,54 %	995 400,00 €		2 700,00 €
XS0802953165	VALE SA 3,75% 10/01/2023	1 000 000,00	1 103 100,00 €	109,20 %	1 092 000,00 €	-11 100,00 €	
FR0013220399	VIVENDI UNIVERSAL S.A. 1,125% 24/11/2023	600 000,00	611 820,00 €	101,60 %	609 600,00 €	-2 220,00 €	
XS1893631330	VOLKSWAGEN FINANCIAL SER 1 375% 16/10/23	1 000 000,00	991 160,00 €	99,05 %	990 500,00 €	-660,00 €	
US056752AD07	BAIDU 2 75% 09/06/2019	1 000 000,00	854 430,00 €	87,19 %	871 880,00 €		17 450,00 €
US06051GEY17	BANK AMER. 13/19	750 000,00	844 625,00 €	87,34 %	655 020,00 €		10 395,00 €
US36962GW752	GENERAL ELECTRIC CO 1 55122% VAR MTN	1 000 000,00	829 730,68 €	71,38 %	713 800,00 €	-115 930,68 €	
US61746BEC63	GLN MORGAN STANLEY VAR 24/10/23	1 000 000,00	877 940,00 €	87,23 %	872 310,00 €	-5 630,00 €	
XS1378845860	NESTLÉ HOLDINGS INC 1 875% 9/3/21	800 000,00	689 102,97 €	85,48 %	683 808,00 €	-5 294,97 €	
SUB-TOTAL			28 421.999,65 €		27 996 668,00 €	-489.876,65 €	64.545,00 €
TOTAL ST. GALLER KANTONAL-BANK			73.212.024,49 €		71.360.198,77 €	-2.192.648,29 €	340.822,57 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	CREDIT SUISSE						
	CONTA 312884-1						
	ACÇÕES						
US02079K1079	ALPHABET INC - CL C	426,00	407 674,47 €	904,46 €	385 301,19 €	-22 373,28 €	
US0378331005	APPLE	1 333,00	211 658,63 €	137,76 €	183 639,67 €	-28 018,97 €	
US0533321024	AUTOZONE INC USD.01 COM	894,00	514 506,28 €	732,17 €	654 584,15 €		140 057,88 €
US1248572026	CBS CORP NEW	3 421,00	164 975,67 €	38,18 €	130 625,45 €	-34 350,23 €	
US1667641005	CHEVRON CORPORATION	5 203,00	564 260,82 €	95,01 €	494 353,16 €	-69 907,66 €	
US1729674242	CITIGROUP	2 299,00	131 968,67 €	45,47 €	104 529,21 €	-27 439,46 €	
US2283681060	CROWN HOLDINGS INC	3 097,00	118 906,86 €	36,31 €	112 438,69 €	-6 468,17 €	
US1264081035	CSX CORP COM	9 204,00	503 543,57 €	54,26 €	499 427,54 €	-4 116,03 €	
US2368611028	DANAHER CORP	1 638,00	136 612,46 €	00,06 €	138 614,03 €		2 001,67 €
US2566771059	DOLLAR GENERAL	4 336,00	366 726,35 €	94,39 €	409 288,09 €		42 561,74 €
US4581401001	INTEL CORP	2 857,00	117 591,78 €	40,99 €	117 099,57 €	-492,20 €	
US46625H1005	JP MORGAN CHASE & CO	7 721,00	690 108,23 €	85,26 €	658 274,24 €	-31 833,99 €	
US5949181045	MICROSOFT CORP	1 793,00	151 662,14 €	88,71 €	159 052,40 €		7 390,26 €
NL0011031208	MYLAN NV	25 285,00	784 149,30 €	23,93 €	605 312,64 €	-178 836,66 €	
US7170811035	PFIZER INC COM	10 384,00	323 152,78 €	38,12 €	395 861,65 €		72 708,87 €
US74251V1026	PRINCIPAL FINANCIAL GROUP INC	8 217,00	373 352,62 €	38,04 €	312 604,84 €	-60 747,79 €	
US9130171096	UNITED TECHNOLOGIES CORP COM	2 332,00	250 102,89 €	93,00 €	216 865,81 €	-33 237,09 €	
US92826C8394	VISA INC-CLASS A SHA	987,00	118 566,77 €	115,23 €	113 733,43 €	-4 833,34 €	
HK0000069689	AIA GROUP LTD	41 000,00	307 495,49 €	7,25 €	297 184,40 €	-10 311,09 €	
FR0000131104	BNP PARIBAS EUR4 ORDS	8 434,00	448 604,46 €	39,48 €	332 932,15 €	-115 672,31 €	
FR0000130577	PUBLICIS GROUPE	4 045,00	238 412,30 €	50,08 €	202 573,60 €	-35 838,70 €	
DE0007184600	SAP AG	3 720,00	367 872,96 €	86,94 €	323 416,47 €	-44 456,49 €	
FR0000121972	SCHNEIDER SA STK	6 824,00	487 370,08 €	59,72 €	407 529,28 €	-79 840,80 €	
GB0031638363	INTERTEK PLC	2 977,00	192 049,34 €	53,66 €	159 744,21 €	-32 305,12 €	
CH0038863350	NESTLE STK NA	2 223,00	159 344,24 €	70,81 €	157 418,94 €	-1 925,30 €	
GB00B03MM408	ROYAL DUTCH SHELL PLC CLASS B	6 349,00	181 245,84 €	26,16 €	166 083,43 €	-15 162,41 €	
JP3783600004	EAST JAPAN RAILWAY COMPANY	5 700,00	488 889,47 €	0,08 €	439,81 €	-468 449,66 €	
NO0010063308	TELENOR ASA	14 395,00	252 969,96 €	16,84 €	242 369,33 €	-10 600,62 €	
SE0009922164	ESSITY AB	7 664,00	162 180,91 €	21,22 €	162 624,95 €		444,04 €
	SUB-TOTAL		9.195.875,34 €		8.143.802,33 €	-1.317.237,37 €	265.164,36 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVOS						
LU1724638868	WELLS FARGO (LUX) WORLDWIDE FUND SICAV	25 318,00	2 397 361,42 €	91,82 €	2 324 698,76 €	-72 662,66 €	
	SUB-TOTAL		2.397.361,42 €		2.324.698,76 €	-72.662,66 €	
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
XS1520899532	ABBVIE INC 1.375% NOTES	970 000,00	980 961,00 €	100,82 %	977 954,00 €	-3 007,00 €	
XS1909193317	ALLERGAN FUNDING SCS 2.625%	1 000 000,00	1 003 498,00 €	100,67 %	1 006 700,00 €		3 202,00 €
XS1827602201	AMERICAN INT GROUP 1.875% 21/6/2027	1 000 000,00	987 200,00 €	95,06 %	950 600,00 €	-36 600,00 €	
XS1052677892	Anglo American Cap 3.25 14-04/23	800 000,00	863 000,00 €	105,36 %	842 880,00 €	-20 120,00 €	
XS1062493934	AON PLC 2.875% 14/05/2026	720 000,00	774 936,00 €	106,81 %	769 032,00 €	-5 904,00 €	
XS1198373507	AT&T 1.3% 05/09/23	732 000,00	745 359,00 €	100,62 %	736 538,40 €	-8 820,60 €	
XS1242413679	AVIVA PLC 3.375% 04/01/2045	600 000,00	609 990,00 €	96,64 %	579 858,00 €	-30 132,00 €	
XS1799611642	AXA 3.25% 28/05/2049	600 000,00	574 080,00 €	95,27 %	571 620,00 €	-2 460,00 €	
XS1458405898	BANK OF AMERICA CORP 0.75% 28/07/23	250 000,00	248 450,00 €	99,08 %	247 700,00 €	-750,00 €	

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)							
XS1872038218	BANK OF IRELAND 1 375% 29/8/23	1 000 000,00	997 292,60 €	96,57 %	965 700,00 €	-31 592,60 €	
XS1531174388	BARCLAYS BANK PLC 1 875% 08/12/23	400 000,00	407 640,00 €	98,60 %	394 400,00 €	-13 240,00 €	
XS1840614900	BAYER CAPITAL CORPORATION BV 0.625%	100 000,00	100 170,00 €	99,58 %	99 580,00 €	-590,00 €	
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125% 10/03/2023	750 000,00	764 550,00 €	99,91 %	749 325,00 €	-15 225,00 €	
XS1620780202	CHANNEL LINK FRN FLOATING 30/06/50	1 000 000,00	1 055 350,00 €	102,53 %	1 025 250,00 €	-30 100,00 €	
FR0013213295	ELECTRICITE DE FRANCE 1% 13/10/2026	700 000,00	681 597,00 €	96,78 %	677 460,00 €	-4 137,00 €	
XS1854532949	FRESENIUS BOND 1.50% 2025/07	1 000 000,00	1 004 120,00 €	97,99 %	979 900,00 €	-24 220,00 €	
XS1379184473	HSBC BANK PLC 2,5% 15/03/2027	750 000,00	811 200,00 €	105,08 %	788 100,00 €	-23 100,00 €	
XS1595704872	INNOGY FINANCE 1% 13/04/2025	200 000,00	198 580,00 €	99,10 %	198 200,00 €	-380,00 €	
XS1908370171	INTERCONTINENTAL HOTELS 2.125%	1 000 000,00	997 283,40 €	98,79 %	987 930,00 €	-9 353,40 €	
XS1456422135	JP MORGAN CHASE & CO. 0.625% 25/01/24	250 000,00	246 175,00 €	98,30 %	245 737,50 €	-437,50 €	
XS1405782407	KRAFT HEINZ FOODS 1,5% 24/05/2024	500 000,00	510 000,00 €	100,16 %	500 800,00 €	-9 200,00 €	
XS1788982996	LLOYDS BANKING GROUP PLC 1.75 07/09/2028	600 000,00	583 440,00 €	92,65 %	555 900,00 €	-27 540,00 €	
XS1346872580	MONDELEZ INT 1.625% 20/01/2023	750 000,00	783 750,00 €	103,63 %	777 225,00 €	-6 525,00 €	
XS1379171140	MORGAN STANLEY 1 75% 31/12/2024	750 000,00	777 750,00 €	102,30 %	767 250,00 €	-10 500,00 €	
XS1578212299	MOTABILITY OPERAT GR PLC 0,875% 14/3/25	440 000,00	439 604,00 €	99,16 %	436 304,00 €	-3 300,00 €	
XS1651453729	NATIONWIDE BUILDING SOCIETY 2% 25/07/29	600 000,00	589 560,00 €	92,70 %	556 200,00 €	-33 360,00 €	
FR0012759744	RCI BANQUE 1 25 15-06/22	726 000,00	743 133,60 €	100,07 %	726 508,20 €	-16 625,40 €	
XS1789751531	RICHEMONT INTERNAT HOLDING 1% 26/03/2026	950 000,00	951 900,00 €	99,34 %	943 730,00 €	-8 170,00 €	
XS1875275205	ROYAL BANK OF SCOTLAND VAR 4/3/25	1 000 000,00	1 000 653,40 €	97,92 %	979 200,00 €	-21 453,40 €	
XS1538867760	SOCIETE GENERALE 1% 01/04/2022	300 000,00	300 630,00 €	100,38 %	301 140,00 €		510,00 €
CH0341440334	UBS GR FUNDING JERSEY LTD 1 5% 30/11/24	1 000 000,00	1 015 300,00 €	100,49 %	1 004 900,00 €	-10 400,00 €	
XS1405766897	VERIZON COMM INC 0.875% 02/04/2025	800 000,00	785 040,00 €	98,20 %	785 600,00 €		560,00 €
XS1372838679	VODAFONE GR 1 75% 25/08/2023	750 000,00	790 050,00 €	103,54 %	776 550,00 €	-13 500,00 €	
XS1586555945	VW INT FIN 1 875% 30/03/2027	700 000,00	686 350,00 €	94,51 %	661 570,00 €	-24 780,00 €	
SUB-TOTAL			24.008.593,00 €		23 567 342,10 €	-445.522,90 €	4 272,00 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES							
IE0002458671	FINDLAY PARK FUNDS PLC AMERICAN FUND	8 440,00	803 530,28 €	93,97 €	793 138,87 €	-10 391,41 €	
IE00BF5MKL65	GRANAHAN FUNDS PLC - GRANAHAN US	176 764,00	1 532 548,56 €	7,66 €	1 353 904,41 €	-178 644,15 €	
IE00BBPJ0213	INVESCO ASIAN EQUITY Z USD	170 072,12	2 208 690,91 €	12,08 €	2 054 233,11 €	-154 457,80 €	
IE00BD45KH83	ISHARES CORE MSCI EM IMI UCITS ETF USD	414 298,00	1 643 713,37 €	3,62 €	1 499 543,32 €	-144 170,04 €	
IE00B98YKX92	HAMBRO FUND PLC CLASS Y	1 133 094,34	1 457 159,32 €	1,19 €	1 344 982,98 €	-112 176,34 €	
IE00B3ZWK018	ISHARES S&P 500-IUSE LN	12 159,00	720 907,11 €	56,05 €	681 511,95 €	-39 395,16 €	
IE00BYVTMS52	POWERSHARES GLOBAL FUNDS IRELAND PLC	13 853,00	1 972 944,26 €	125,76 €	1 742 153,28 €	-230 790,98 €	
IE00B6YX5M31	SPDR BARCLAYS CAPITAL EURO HIGH YIELD	32 277,00	1 756 411,05 €	54,54 €	1 760 226,20 €		3 815,14 €
LU1425341424	MIRABAUD SICAV - EQUITIES SWISS SMALL	2 831,00	366 055,24 €	109,66 €	310 457,88 €	-55 597,36 €	
SUB-TOTAL			12.461 960,10 €		11 540 152,00 €	-925.623,24 €	3.815,14 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
IE00BFZNV249	HERMES UNCONSTRAINED CREDIT FUND	750 028,00	1 524 731,92 €	1,95 €	1 459 704,49 €	-65 027,43 €	
IE00B4L60045	ISHARES EUR CORP BOND1-5YR UCITS	14 171,00	1 561 360,78 €	109,41 €	1 550 378,25 €	-10 982,53 €	
IE0032523478	ISHARES EURO CORPORATE	13 114,00	1 761 343,18 €	132,68 €	1 739 962,11 €	-21 381,07 €	
LU0750223520	JUPITER DYNAMIC BD FD CL DIST EUR	214 191,00	2 270 424,60 €	10,32 €	2 210 451,12 €	-59 973,48 €	
IE00BF451C40	MUZINICH FUNDS - EMERGING MARKET DEBT	32 473,00	3 004 077,23 €	89,98 €	2 921 920,54 €	-82 156,69 €	
IE00BMMV6Z14	NEUBERGER BERM EMG MKT 12 HGD EUR	276 987,00	2 448 565,08 €	8,58 €	2 376 548,48 €	-72 016,62 €	

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)						
IE00B78FDY06	NOMURA FUNDS IRELAND PLHIGH YIELD	10 557,00	1 412 598,39 €	126,99 €	1 340 656,66 €	-71 941,73 €	
LU0552054859	SCHRODER ISF EURO CORP BOND EUR	204 153,00	3 783 628,79 €	17,89 €	3 651 276,41 €	-132 352,39 €	
LU0995124236	SCHRODER STRATEG CD C HGD DIST EUR	27 586,00	2 527 765,87 €	88,22 €	2 433 584,51 €	-94 181,36 €	
IE00BF5S8Q55	THE MUZINICH GLB TACTICAL DIST EUR	26 100,00	2 438 001,00 €	91,48 €	2 387 628,00 €	-50 373,00 €	
	SUB-TOTAL		22 732.496,84 €		22 072.110,55 €	-660.386,30 €	
	TOTAL CREDIT SUISSE		70.796.286,70 €		67.648.105,74 €	-3.421.432,47 €	273.251,50 €

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
GNB - GESTÃO DE PATRIMÔNIOS							
CONTA 5.0.02260.3000							
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO							
IT0005355570	BOTS C0 18-12/2019	8 000 000,00	7 979 426,38 €	99,66 %	7 972 800,00 €	-6 626,38 €	
PTCON20E0007	CONSOL - 42	0,73	0,55 €	75,00 %	0,55 €		
PTCON30E0006	CONSOL - 43	0,65	0,44 €	68,00 %	0,44 €		
SUB-TOTAL			7 979 427,37 €		7 972 800,99 €	-6 626,38 €	
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS1278718686	ABNANV Var 15-09/20	400 000,00	423 120,00 €	101,94 %	407 760,00 €	-15 360,00 €	
FR0012278539	AKEFP 4 75 14-10/49	1 000 000,00	1 068 800,00 €	103,86 %	1 038 600,00 €	-30 200,00 €	
XS1196536731	ANLEIHE 1 25 15-03/22	800 000,00	800 080,00 €	99,25 %	794 000,00 €	-6 080,00 €	
XS1794196615	ARION 1 18-03/2023	800 000,00	790 480,00 €	98,45 %	771 600,00 €	-18 880,00 €	
XS1700709683	ASRNED 4.625% PERP V	700 000,00	666 750,00 €	88,11 %	616 770,00 €	-49 980,00 €	
XS1629865897	AT&T 1.05 17-09/23	800 000,00	803 920,00 €	99,85 %	798 800,00 €	-5 120,00 €	
XS1290850707	BANK OF AMERICA CORP. 1.625% 14/09/2022	800 000,00	834 320,00 €	103,18 %	825 440,00 €	-8 880,00 €	
DE000A11QR85	BAYNGR VAR 3% 7/2075	800 000,00	816 760,00 €	99,48 %	795 840,00 €	-20 920,00 €	
PTBCPIOM0057	BCPPL 0 75 17-05/22	800 000,00	810 160,00 €	101,02 %	808 160,00 €	-2 000,00 €	
PTBCPWOM003 4	BCPPL 4 5 17-12/2027	400 000,00	373 040,00 €	91,93 %	367 720,00 €	-5 320,00 €	
XS1505890530	BERMUDAS 1,125% 18/10/2023	800 000,00	802 080,00 €	100,14 %	801 120,00 €	-960,00 €	
XS1028954953	BHARTI3.375 14-05/21	800 000,00	844 880,00 €	100,31 %	802 480,00 €	-42 400,00 €	
XS1309436753	BHP 4 75% 15-04/2076	800 000,00	871 440,00 €	106,33 %	850 640,00 €	-20 800,00 €	
FR0013312493	BPCE 0.875 % 18/24 SR	800 000,00	782 944,00 €	98,01 %	784 080,00 €		1 136,00 €
XS1405778041	BULENR 4 875% 16-08/21	800 000,00	862 480,00 €	107,00 %	856 000,00 €	-6 480,00 €	
XS1752476538	CABKSM 0.75% 18-04/23	800 000,00	785 200,00 €	97,68 %	781 440,00 €	-3 760,00 €	
FR0011896513	CCAMA 6 375 14-05/49	700 000,00	775 740,00 €	104,23 %	729 610,00 €	-46 130,00 €	
XS1165754851	CHGRID 1 5 15-01/22	800 000,00	823 600,00 €	102,33 %	818 640,00 €	-4 960,00 €	
XS0973209421	CNOOC 2.75 13-10/20	800 000,00	846 080,00 €	104,04 %	832 320,00 €	-13 760,00 €	
XS1525358054	CNRC CAPITAL LTD. (HAOHU) 1 871 16-12/21	800 000,00	813 520,00 €	99,87 %	798 960,00 €	-14 560,00 €	
DE000CZ40LR5	COMERZBANK 0.5% 16-09/23	800 000,00	778 240,00 €	95,91 %	767 280,00 €	-10 960,00 €	
PTCGDKOM0037	CXGD 5.75% 18-06/2028	300 000,00	298 290,00 €	101,15 %	303 450,00 €		5 160,00 €
XS1227807402	DONGAS Var15-11/3015	800 000,00	823 680,00 €	101,42 %	811 360,00 €	-12 320,00 €	
XS1555094066	DVB 1 17-04/2022	800 000,00	795 920,00 €	99,55 %	796 400,00 €		480,00 €
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)							
XS1207079499	EMIRATES MDN 1 75 11-06/16	800 000,00	821 520,00 €	101,93 %	815 440,00 €	-6 080,00 €	
XS1384278203	FAJRECIA 3,625% 15/06/2023	700 000,00	722 880,00 €	100,53 %	703 710,00 €	-18 970,00 €	
XS1767930826	FORD FLOAT 18-12/22	700 000,00	687 841,00 €	91,06 %	637 420,00 €	-50 421,00 €	
FTO FERRG/88	FTO FERREIRA G/88	94 800,00	0,00 €	0,00 %	0,00 €		
PTGGDAOE0001	GALP GAS NAT 1 375 16-09/23	800 000,00	807 680,00 €	98,98 %	791 840,00 €	-15 840,00 €	
XS1238901166	GE 1 25 15-05/23	800 000,00	818 880,00 €	95,38 %	763 040,00 €	-55 840,00 €	
FR0013330115	HOFP 0.875 18-04/24	900 000,00	899 370,00 €	99,73 %	897 570,00 €	-1 800,00 €	
XS1490153886	IHO VERWALTUNGS 3,25% 16- 09/23	800 000,00	807 600,00 €	97,71 %	781 680,00 €	-25 920,00 €	
XS1577947440	INEGRP 2 125 17-11/25	800 000,00	760 240,00 €	92,37 %	738 980,00 €	-21 280,00 €	
XS1517174626	LLOYDS 1% 16-11/2023	800 000,00	794 320,00 €	96,00 %	768 000,00 €	-26 320,00 €	
XS1814402878	LPTY 1 18-05/2023	800 000,00	795 280,00 €	95,17 %	761 380,00 €	-33 920,00 €	
XS1497527736	NH HOTEL GRP SA/REG 3,75% 01/10/2019	629 444,37	655 144,58 €	102,84 %	647 339,47 €	-7 805,11 €	
PTNOSFOM0000	NOS SGPS SA 1 125% - REG-S	600 000,00	604 272,00 €	99,61 %	597 666,00 €	-6 606,00 €	

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
XS1109795176	ORIGIN ENERGY 4 14-09/74	800 000,00	821 680,00 €	100,95 %	807 600,00 €	-14 080,00 €	
XS1588875444	PEMEX 2 5 17-08/21	800 000,00	809 360,00 €	98,24 %	785 920,00 €	-23 440,00 €	
XS1202212137	PPG INDUSTRIES 0.875 15-03/2022	800 000,00	814 080,00 €	101,24 %	809 920,00 €	-4 160,00 €	
XS1788515861	RBS 0.625 18-03/2022	800 000,00	791 680,00 €	97,06 %	776 480,00 €	-15 200,00 €	
XS1207054666	REPSOL INTER. FIN. VAR 15-12/49	800 000,00	829 840,00 €	102,47 %	819 760,00 €	-10 080,00 €	
XS1574686264	REXEL SA 2.625% 17-03/24	800 000,00	798 480,00 €	99,05 %	792 400,00 €	-6 080,00 €	
XS1731105612	SABSM 0.875 17-03/23 BANCO DE SABADELL	800 000,00	786 160,00 €	95,15 %	761 200,00 €	-24 960,00 €	
XS1487498922	SAIPEM FIN 3% 16-03/2021	800 000,00	823 760,00 €	101,47 %	811 760,00 €	-12 000,00 €	
XS1220888938	SINOPEC GR OVER 1% 28/04/20	800 000,00	814 192,00 €	101,11 %	808 880,00 €	-5 312,00 €	
PTTGUAOM0005	TAGUS 1 579% 05/12/2025	907 779,12	931 018,29 €	101,16 %	918 309,36 €	-12 708,94 €	
XS0972588643	TELEF. EUR B.V. 7.625% 15/01/2098	800 000,00	917 440,00 €	113,56 %	908 480,00 €	-8 960,00 €	
XS1197205591	UNITYMEDIA 3.5 15-01/27	700 000,00	730 940,00 €	102,77 %	719 390,00 €	-11 550,00 €	
XS1150073892	VLVY 4.25% 14-06/75	800 000,00	840 400,00 €	102,38 %	819 040,00 €	-21 360,00 €	
XS1865186321	VOLKSWAGEN AG 1% 16/2/23	500 000,00	499 590,00 €	97,88 %	489 400,00 €	-10 190,00 €	
XS1117296035	YANTZE 1.7 15-06/22	800 000,00	830 320,00 €	101,88 %	815 040,00 €	-15 280,00 €	
XS1532765879	ZIMMER BIOMET HOLD INC 1.414% 13/12/2022	800 000,00	818 320,00 €	101,48 %	811 840,00 €	-6 480,00 €	
	SUB-TOTAL		40.323.611,87 €		39.517.914,83 €	-812.473,05 €	6.776,00 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE ACÇÕES						
DE0005933956	DJ EURO STOXX 50 ETF	68 481,00	2 372 818,49 €	29,95 €	2 051 028,55 €	-321 789,93 €	
IE0084225J44	ISHARES MSCI JAPAN ETF (EUR HEDGED)	18 000,00	880 464,06 €	43,14 €	776 520,00 €	-103 944,06 €	
LU0296922973	NOVA ENERGIA SICAV	42,74	4 189 136,88 €	99.814,62 €	4 265 877,23 €		76 740,35 €
US4642872349	ISHARES MSCI EME	14 350,00	531 051,77 €	34,21 €	480 907,90 €	-40 143,87 €	
	SUB-TOTAL		7.973.471,20 €		7.584.333,68 €	-465.877,88 €	76.740,35 €
	TOTAL GNB – GESTÃO DE PATRIMÓNIOS		56.276.510,45 €		55.075.049,50 €	-1.284.977,30 €	83.516,35 €

13. MAPAS

ISIM	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	BANCO SANTANDER						
	<u>CONTA 0001.00200027215</u>						
	DEPÓSITOS A PRAZO						
SANT14/11/17	SANT DP 14/11/17 A 14/05/18 0.05%	25 335,84	25 335,84 €	0,00 €	25 335,84 €		
	SUB-TOTAL		25 335,84 €		25 335,84 €		
	<u>CONTA 00314808/001</u>						
	ACÇÕES						
COMP CEL ULT	COMP CEL ULTRAMAR PORTUG	3 000,00	0,00 €	0,00 €	0,00 €		
	SUB-TOTAL		0,00 €		0,00 €		
	<u>CONTA 03.030.00200041551.0</u>						
	ACÇÕES						
FR0007054358	DJ EST50 MSE	44 482,00	1 508 595,66 €	29,37 €	1 305 848,94 €	-202 746,72 €	
	SUB-TOTAL		1 508 595,66 €		1 305 848,94 €	-202 746,72 €	
	OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO						
IT0005045270	BTPS 2.5% 1/12/24	250 000,00	255 050,00 €	102,58 %	256 450,00 €		1 400,00 €
PTOTEKOE0011	OT PORTUGAL 2.875 15-10/25	434 000,00	482 825,00 €	111,31 %	483 085,40 €		260,40 €
PTOTEVOE0018	PGB 2.125% 17/10/28	642 000,00	662 030,40 €	103,58 %	664 983,60 €		2 953,20 €
	SUB-TOTAL		1 399 905,40 €		1 404 519,00 €		4 613,60 €
	OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS						
8E6265141083	ABIBB 1.95% 30/9/21	500 000,00	530 200,00 €	104,12 %	520 600,00 €	-9 600,00 €	
XS1322048619	AMADEUS 1.625% 11/2021	700 000,00	731 640,00 €	103,10 %	721 700,00 €	-9 940,00 €	
XS1627337881	AQUASM 1.413 17-08/22	860 000,00	875 566,00 €	99,76 %	857 936,00 €	-17 630,00 €	
XS0972530561	ASML 3.375 13-09/23	540 000,00	618 624,00 €	112,09 %	605 286,00 €	-13 338,00 €	
XS1788584321	BBVASM FLOAT 09/03/23	400 000,00	392 880,00 €	95,84 %	383 360,00 €	-9 520,00 €	
XS1114477133	BPLN 1.526 14-09/22	500 000,00	523 050,00 €	103,67 %	518 350,00 €	-4 700,00 €	
PTBSSJOM0014	BRISA 2% 22/03/2023	500 000,00	526 600,00 €	103,82 %	519 100,00 €	-7 500,00 €	
FR0013218138	CAP GEMINI 0.5% 09/11/2021	700 000,00	705 810,00 €	100,17 %	701 190,00 €	-4 620,00 €	
XS1128148845	CITIGROUP 1.375 14-10/2021	500 000,00	516 850,00 €	102,51 %	512 550,00 €	-4 300,00 €	
DE000CZ40K07	COMMERZB 1.5% 21/9/22	341 000,00	354 810,50 €	102,10 %	348 161,00 €	-6 649,50 €	
XS1218287230	CREDIT SUISSE 1.25% 04/2022	500 000,00	508 300,00 €	100,64 %	503 200,00 €	-5 100,00 €	
XS1557096267	DEUTSCH TELEKOM 0.875 30/1/24	1 408 000,00	1 419 404,80 €	100,54 %	1 415 603,20 €	-3 801,60 €	
XS0995380580	EDP 4.125% 20/1/21	380 000,00	417 202,00 €	107,71 %	409 298,00 €	-7 904,00 €	
XS1893621026	EDPPL 1.875% 13/10/2025	400 000,00	400 012,00 €	100,04 %	400 160,00 €		148,00 €
XS1176079843	ENEL 1.966% 27/01/2025	450 000,00	463 275,00 €	101,92 %	458 640,00 €	-4 635,00 €	
XS1412593185	ENI S.P.A 0,75% 17/05/2022	400 000,00	403 200,00 €	100,76 %	403 040,00 €	-160,00 €	
XS1319814577	FEDEX 1% 16-01/2023	750 000,00	764 962,50 €	101,01 %	757 575,00 €	-7 387,50 €	
XS0563306314	FRANCE TELECOM 3.875% 14/01/2021	500 000,00	547 950,00 €	107,64 %	538 200,00 €	-9 750,00 €	
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	800 000,00	846 480,00 €	103,44 %	827 520,00 €	-18 960,00 €	
XS0963375232	GOLDMAN SACHS 2.625% 09/20	500 000,00	526 350,00 €	103,56 %	517 800,00 €	-8 550,00 €	
XS0875513268	HELLA KGAA HUECK & CO 2.375% 24/1/20	550 000,00	570 295,00 €	102,23 %	562 265,00 €	-8 030,00 €	
XS1077772538	INTSANPAOLO 2% 18/6/21	700 000,00	718 200,00 €	101,27 %	708 890,00 €	-9 310,00 €	
XS1330300341	ISS GLOBAL 1.125% 07/01/2021	500 000,00	510 350,00 €	101,34 %	506 700,00 €	-3 650,00 €	
FR0012674661	KLEPIERRE 1 15-04/2023	700 000,00	714 280,00 €	101,41 %	709 870,00 €	-4 410,00 €	

13. MAPAS

[Handwritten signatures and initials]

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS (Continuação)							
XS1139091372	LLOYDS 1 14-11/21	500 000,00	512 350,00 €	101,32 %	506 600,00 €	-5 750,00 €	
XS1511787407	MORGAN STANLEY VAR 27/01/2022	500 000,00	501 300,00 €	99,41 %	497 050,00 €	-4 250,00 €	
XS1025752293	O2 TELEF DEUT 2 375 14-02/21	600 000,00	830 480,00 €	104,23 %	625 380,00 €	-5 100,00 €	
DE000DL19TX8	OBRDB FLOAT 7/12/20	800 000,00	790 320,00 €	97,28 %	778 240,00 €	-12 080,00 €	
XS1577747782	PRICELINE GROUP 0,8% 10/03/2022	800 000,00	811 520,00 €	100,90 %	807 200,00 €	-4 320,00 €	
FR0013218153	RCI BANQUE 0.625% 10/11/2021	500 000,00	501 350,00 €	99,08 %	495 300,00 €	-6 050,00 €	
XS1423826798	RENEPL 1.75% 06/23	830 000,00	865 839,40 €	103,35 %	857 838,20 €	-8 001,20 €	
XS1881574591	SGOFP 0.875 21/09/23	800 000,00	802 160,00 €	99,72 %	797 760,00 €	-4 400,00 €	
XS1500337644	SOC. GENNERALE 0.125% 05/10/2021	500 000,00	499 250,00 €	99,53 %	497 650,00 €	-1 600,00 €	
FR0012300820	SOCIETE DES AUTOROUTES 1 125 14-01/21	900 000,00	922 770,00 €	101,86 %	916 740,00 €	-6 030,00 €	
XS1550951211	TELEFO 1.528 17/1/25	1 000 000,00	1 014 100,00 €	101,43 %	1 014 300,00 €		200,00 €
XS1178105851	TRNIM 0.875 15-02/22	1 000 000,00	1 007 100,00 €	100,35 %	1 003 500,00 €	-3 600,00 €	
XS1014827571	UNICREDIT SPA (UCGIM) 3.25 14- 01/21	750 000,00	790 125,00 €	104,03 %	780 225,00 €	-9 900,00 €	
XS1030900168	VERIZON COM 2.375 14-02/2022	1 200 000,00	1 285 680,00 €	105,77 %	1 269 240,00 €	-16 440,00 €	
SUB-TOTAL			25.520.636,20 €		25 254 017,40 €	-266.966,80 €	348,00 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES							
LU0256881128	ALLIANZ EURP EQUITY	273,50	837 276,49 €	2 524,79 €	690 530,06 €	-146 746,42 €	
LU1681045370	AMUNDI MSCI EMERG MA	171 850,00	648 573,28 €	3,75 €	644 437,50 €	-4 135,78 €	
IE008D008751	AXA ROSENB US IND EQ	61 621,00	931 093,31 €	13,51 €	832 499,71 €	-98 593,60 €	
LU0322253906	DBX MSCI EUROPE SMALL	9 969,00	448 112,75 €	36,62 €	365 064,78 €	-81 047,97 €	
IE0083ZWK018	ISHARES S&P 500-IUSE LN	14 200,00	875 287,99 €	56,05 €	795 910,00 €	-79 377,99 €	
FR0010245514	LYXOR ETF JAPAN TOPX	1 700,00	217 056,00 €	114,24 €	194 208,00 €	-22 848,00 €	
FR0010261198	LYXOR ETF MSCI EUROPE	5 220,00	663 150,00 €	112,47 €	587 093,40 €	-76 056,60 €	
LU0219424644	MFS MERISIAN-GLOB EQ FUND	1 543,00	432 225,16 €	262,47 €	404 991,21 €	-27 233,95 €	
IE0083XXRP09	VANGUARD FUNDS PLC- VANGUARD S ETF ON S&	4 640,00	218 312,00 €	41,57 €	192 872,23 €	-25 439,77 €	
SUB-TOTAL			5.269.086,98 €		4.707.606,89 €	-561.480,08 €	
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU0276014130	AXA WF-US HI YLD BD	5 962,00	1 310 984,18 €	211,40 €	1 280 366,80 €	-50 617,38 €	
LU0368231436	BGF-FIX INC GLB OP H	40 155,00	428 453,85 €	10,49 €	421 225,95 €	-7 227,90 €	
LU1534073041	DEU FLOATING RATE	10 367,00	873 627,09 €	83,49 €	865 540,83 €	-8 086,26 €	
FR0012386696	ETF LYXOR BARCLAYS F	8 676,00	869 403,74 €	98,72 €	856 494,72 €	-12 909,02 €	
IE0032523478	ISHARES EURO CORPORATE	8 680,00	1 185 812,02 €	132,68 €	1 151 660,14 €	-14 151,88 €	
IE0087VSFL77	LEGG MASON BRANDYWYN	12 430,00	1 216 524,10 €	94,33 €	1 172 521,90 €	-44 002,20 €	
LU1670722674	M&G LX GB FLT RT HY	43 994,81	435 323,70 €	9,70 €	426 749,66 €	-8 574,04 €	
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	30 096,00	1 297 739,52 €	42,53 €	1 280 112,29 €	-17 627,23 €	
IE008520F527	SALAR FUND PLC E1€	5 063,00	747 653,21 €	142,13 €	719 804,19 €	-28 049,02 €	
LU0276015889	AXA WF-US HI YLD BD	5 847,99	1 208 846,63 €	199,15 €	1 164 643,82 €	-44 202,81 €	
SUB-TOTAL			9.554.368,04 €		9.318.920,30 €	-235.447,74 €	
TOTAL BANCO SANTANDER			43.277.928,11 €		42.016.248,37 €	-1.266.641,34 €	4.961,60 €

13. MAPAS

[Handwritten signatures and initials]

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
GOLDMAN SACHS							
CONTA 013-35285-3							
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES							
LU0869113026	GS TACTICAL TILT OVERLAY PORTFOLIO SHARE	24 858,78	2 841 357,98 €	110,41 €	2 744 657,35 €	-96 700,64 €	
IE00BKM4GZ66	ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI	17 190,00	411 356,70 €	22,41 €	385 227,90 €	-26 128,80 €	
IE00B1FZS350	ISHARES II PLC-ISHARES FTSE EP CMN	20 260,00	450 886,30 €	20,89 €	423 251,66 €	-27 634,64 €	
IE00B4L5YX21	ISHARES PLC-ISHARES MSCI JAPAN UCITS ETF	12 390,00	451 603,11 €	32,42 €	401 621,85 €	-49 981,26 €	
IE00BJ38QD84	SSGA SPDR ETFS EURP II PLC	6 810,00	258 745,95 €	31,65 €	215 502,48 €	-43 243,50 €	
IE00B945VV12	VANGUARD FTSE DEVELOPED EUROPE UCITS ETF	46 290,00	1 389 116,54 €	26,73 €	1 237 285,41 €	-151 831,13 €	
IE00B3XXRP09	VANGUARD FUNDS PLC-VANGUARD S ETF ON S&P 500	42 660,00	1 900 289,39 €	41,57 €	1 773 260,59 €	-127 028,80 €	
LU1277647274	DEUTSCHE INVEST I GLOBAL INFRASTRUCTURE	4 740,00	437 773,04 €	86,37 €	409 378,68 €	-28 394,35 €	
LU0836515717	ISHARES PACIFIC EX JAPAN EQUITY INDEX FU	2 935,58	329 642,12 €	104,57 €	306 966,82 €	-22 675,30 €	
IE00BJ38QD84	SSGA SPDR ETFS EURP II PLC	23 300,00	885 283,50 €	31,65 €	737 328,50 €	-147 955,00 €	
SUB-TOTAL			9 356 054,63 €		8 634 481,21 €	-721 573,42 €	
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU0995159539	BLUEBAY GLOBAL HIGH YIELD BOND FUNDO S	8 022,16	877 784,20 €	106,27 €	852 514,41 €	-25 269,79 €	
IE00B4L60045	ISHARES EUR CORP BOND1-5YR UCITS	53 784,00	5 925 920,80 €	109,41 €	5 884 238,52 €	-41 682,28 €	
IE00BF2MMW577	ISHARES GLOBAL AGGREGATE 1-5 YEAR BOND I	99 630,00	990 222,57 €	9,85 €	981 455,13 €	-8 767,44 €	
LU1731075526	T. ROWE PRICE SICAV GLOBAL HIGH YIELD	89 699,08	873 669,04 €	9,36 €	839 583,39 €	-34 085,65 €	
SUB-TOTAL			8 667 596,61 €		8 557 791,45 €	-109 805,16 €	
CONTA 049-23857-9							
ACÇÕES							
CH0244767585	UBS GROUP AG	24 275,00	315 087,77 €	10,86 €	283 559,02 €	-51 528,76 €	
DK0060534915	NOVO NORDISK A/S CMN	7 625,00	302 376,63 €	39,89 €	304 191,30 €		1 814,67 €
IT0005252207	DAVIDE CAMPARI-MILANO SPA CMN	22 470,00	158 301,15 €	7,39 €	165 940,95 €		7 639,80 €
ES0148396007	INDITEX	5 070,00	148 348,20 €	22,35 €	113 314,50 €	-35 033,70 €	
FR0000073272	SAFRAN SA	1 641,00	170 746,06 €	105,40 €	172 961,40 €		2 215,35 €
GB00B24CGK77	RECKITT BENCKISER	4 048,00	290 074,15 €	67,22 €	271 970,75 €	-18 103,41 €	
GB00B082RF11	RENTOKIL INITIAL PLC CMN	65 195,00	257 051,28 €	3,77 €	245 757,77 €	-11 293,51 €	
GB00B03MM408	ROYAL DUTCH SHELL PLC CLASS B	11 225,00	331 934,27 €	26,16 €	293 634,66 €	-38 299,61 €	
JE00BFNWW485	WOLSELEY LIMITED CMN	2 468,00	163 341,58 €	56,09 €	138 418,57 €	-24 923,01 €	
JP3837800006	HOYA CORP CMN	4 225,00	206 240,50 €	52,56 €	222 076,86 €		15 836,36 €
JP3236200006	KEYENCE CORP. CMN	323,00	162 089,55 €	442,43 €	142 905,37 €	-19 184,19 €	
JP3899600005	MITSUBISHI ESTATE CMN	9 115,00	136 823,90 €	13,74 €	125 263,34 €	-11 560,56 €	
JP3734800000	NIDEC CORPORATION CMN	1 775,00	228 683,94 €	99,13 €	175 948,54 €	-52 735,39 €	
SE0007100581	ASSA ABLOY AB CMN CLASS B	7 085,00	129 391,23 €	15,42 €	109 285,22 €	-20 106,01 €	
US0028241000	ABBOTT LABORATORIES CMN	4 590,00	240 130,49 €	63,17 €	289 951,72 €		49 821,24 €
US0082521081	AFFILIATED MANAGERS GROUP INC CMN	906,00	115 538,70 €	85,10 €	77 101,00 €	-38 437,70 €	
U002079K1079	ALPHABET INC - CL C	139,00	133 020,55 €	904,46 €	125 720,34 €	-7 300,21 €	
US02079K3059	ALPHABET INC. CMN CLASS A	185,00	179 190,38 €	912,63 €	168 836,33 €	-10 354,05 €	
US03027X1000	AMERICAN TOWER CORPORATION CMN	1 050,00	129 849,48 €	138,16 €	145 065,07 €		15 215,61 €
US1011371077	BOSTON SCIENTIFIC CORP. COMMON STOCK	8 115,00	227 620,96 €	30,86 €	250 466,47 €		22 845,51 €
US1510201049	CELGENE CORPORATION CMN	2 409,00	164 112,86 €	59,97 €	134 840,88 €	-29 271,98 €	
US16119P1084	CHARTER COMMUNICATIONS, INC CMN	1 047,00	267 254,01 €	248,88 €	260 579,56 €	-6 674,45 €	
US2855121099	ELECTRONIC ARTS STK	2 379,00	277 325,67 €	68,92 €	163 953,61 €	-113 372,05 €	

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
ACÇÕES (Continuação)							
US30303M1027	FACEBOOK	2 278,00	366 496,71 €	114,49 €	260 806,12 €	-105 690,59 €	
US31428X1063	FEDEX CORP CMN	741,00	144 322,75 €	140,90 €	104 406,57 €	-39 916,17 €	
US4385181086	HONEYWELL INTL INC CMN	1 979,00	244 511,88 €	115,39 €	228 354,14 €	-16 157,54 €	
US45866F1049	INTERCONTINENTAL EXCHANGE INC CMN	3 370,00	212 612,36 €	65,79 €	221 713,61 €		9 101,26 €
US4612021034	INTUIT INC CMN	878,00	153 868,41 €	171,92 €	150 948,99 €	-2 921,42 €	
US5717481023	MARSH & MCLENNAN CO INC CMN	1 980,00	152 354,18 €	69,65 €	137 908,31 €	-14 445,88 €	
US5732841060	MARTIN MARIETTA MATERIALS INC CMN	916,00	140 943,21 €	150,10 €	137 496,00 €	-3 447,21 €	
US5962781010	MIDDLEBY CORP CMN	2 145,00	192 126,34 €	89,72 €	192 450,52 €		324,17 €
US6541061031	NIKE	3 315,00	226 573,35 €	64,75 €	214 649,86 €	-11 923,49 €	
US6658591044	NORTHERN TRUST CORP CMN	2 887,00	254 797,93 €	73,00 €	210 763,62 €	-44 034,31 €	
US8740391003	TAIWAN SEMICONDUCTOR MFG ADR	6 625,00	222 676,78 €	32,24 €	213 562,24 €	-9 114,54 €	
US9497461015	WELLS FARGO COMPANY	6 400,00	304 475,88 €	40,24 €	257 565,06 €	-46 910,83 €	
US9684981013	YUM BRANDS, INC. CMN	2 190,00	146 939,28 €	80,28 €	175 812,06 €		28 872,78 €
SUB-TOTAL			7 497 232,14 €		6 868 158,33 €	-782 760,56 €	153.688,75 €
CONTA 049-23858-7							
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO							
IT0005142143	BTPS 0.65 15-11/20	325 000,00	323 349,00 €	100,22 %	325 721,50 €		2 372,50 €
DE0001102408	DBR 0.0% 08/15/2026	460 000,00	456 701,10 €	99,96 %	459 825,20 €		3 124,10 €
DE0001102374	DBR 0.5% 02/2025	800 000,00	829 712,00 €	104,07 %	832 536,00 €		2 824,00 €
DE0001102457	FEDERAL REPUBLIC GERMANY 0.25% 08/15/28	125 000,00	124 836,25 €	100,07 %	125 091,25 €		255,00 €
DE0001102416	GERMANY 0.25% 02/15/2027	365 000,00	367 131,60 €	101,55 %	370 639,25 €		3 507,65 €
DE0001102382	GERMANY 1.0% 08/15/2025	140 000,00	150 071,60 €	107,39 %	150 340,40 €		268,80 €
DE000A11QTGS	KFW 0.625% 07/04/2022	120 000,00	123 868,80 €	102,94 %	123 523,20 €	-345,60 €	
NL0011819040	NETHERLAND 0.50% 07/2026	530 000,00	542 348,90 €	102,64 %	543 992,00 €		1 643,10 €
IT0005216491	REPUBLIC OF ITALY 0.35% 11/01/2021	1 445 000,00	1 405 522,80 €	98,14 %	1 418 050,75 €		12 528,15 €
IT0005175598	REPUBLIC OF ITALY 0.45% 06/01/2021 EUR	105 000,00	103 198,93 €	99,17 %	104 132,70 €		933,77 €
IT0005107708	REPUBLIC OF ITALY 0.7% 05/01/2020	380 000,00	379 756,80 €	100,43 %	381 618,80 €		1 862,00 €
ES0000012A97	SPGB 0.45% 10/22	1 095 000,00	1 106 158,05 €	101,30 %	1 109 235,00 €		3 076,95 €
SUB-TOTAL			5.912.655,63 €		5.944 706,05 €	-345,60 €	32 396,02 €
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS1280394229	BANK NEDERLANDSE GEMEENTEN 0.5% 26/08/22	430 000,00	440 023,30 €	102,19 %	439 429,90 €	-593,40 €	
XS1247736793	EUROP INV BK MTN 0.875% 09/13/2024	510 000,00	530 537,80 €	104,04 %	530 624,40 €		86,60 €
XS1394055872	EUROPEAN INVESTEM BANK 0.375% 14/04/28	455 000,00	451 956,05 €	99,91 %	454 572,30 €		2 616,25 €
DE000A2DAR24	KFW 0.125% 01/15/2024	945 000,00	947 069,55 €	100,61 %	950 764,50 €		3 694,95 €
DE000A2DAJ57	KFW 0.125% 4/10/24	795 000,00	792 755,80 €	100,05 %	795 429,30 €		2 673,50 €
SUB-TOTAL			3.182.342,50 €		3.170.820,40 €	-593,40 €	9.071,30 €
TOTAL GOLDMAN SACHS			34.595.881,50 €		33.175.957,44 €	-1.615.078,13 €	195.154,07 €

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	MILLENNIUM BCP						
	CONTA 1105766						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES						
LU0231474593	ABERDEEN GLOBAL - JAPANESE EQUITY FUND	246,09	217 026,12 €	743,78 €	183 036,81 €	-33 989,31 €	
GB00B84PM559	THREADNEEDLE UK FUND - EZNA	51 630,87	106 383,50 €	1,78 €	90 635,42 €	-15 748,08 €	
LU0368250907	BLACKROCK GLOBAL FUNDS	5 841,70	107 997,12 €	14,06 €	82 140,96 €	-25 856,16 €	
LU1864951105	THREADNEEDLE LUX - AMERICAN SMALLER COMP	11 177,92	103 542,80 €	7,81 €	87 275,61 €	-16 267,19 €	
LU0050381038	WELLINGTON-US RESEARCH EQ-A	3 592,12	289 548,00 €	75,65 €	271 745,51 €	-17 802,49 €	
LU0368236583	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD MINING	3 010,96	110 502,23 €	32,41 €	97 585,21 €	-12 917,02 €	
IE00B4VRKF23	COMGEST GROWTH PLC - EMERGING MARKETS	6 291,99	209 879,42 €	31,48 €	198 071,75 €	-11 807,67 €	
IE00B3DJ5M15	HERMES GL EMER MKT - F EUR ACC	59 796,00	212 593,93 €	3,36 €	200 884,66 €	-11 709,27 €	
LU0441856522	JP MORGAN FUNDS JPM ASIA PACIFIC EQUITY	879,58	109 917,75 €	111,89 €	98 415,87 €	-11 501,88 €	
LU0106235459	SCHRODER ISF EURO EQUIT	21 238,75	945 398,75 €	37,54 €	797 253,83 €	-148 144,92 €	
LU1865159351	THREADNEEDLE LUX - EUROPEAN SMALLER COMP	28 604,21	319 461,31 €	9,31 €	266 305,23 €	-53 156,08 €	
	SUB-TOTAL		2 732 250,93 €		2 373 350,86 €	-358 900,07 €	
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
IE00BD0NC037	ISHARES EURO GOVERNMENT BOND INDEX FUND	119 211,13	1 216 452,53 €	10,24 €	1 221 079,56 €		4 627,03 €
LU1432507090	JPMORGAN FUNDS - JPM US AGGREGATE BOND	13 462,32	1 289 144,02 €	95,77 €	1 289 286,48 €		142,46 €
LU0583240782	MFS INV-EMERG MARK DEBT-IH1	5 220,45	692 400,97 €	130,81 €	682 887,59 €	9 513,39 €	
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	22 746,27	980 812,32 €	42,53 €	967 496,46 €	-13 315,86 €	
IE00B96G6Y08	MUZINICH FUNDS - EUROPEYIELD FUND	2 702,12	339 919,34 €	123,93 €	334 873,48 €	-5 045,86 €	
IE0032883534	PIMCO HIGH YIELD FUND - INS HEDACC	19 406,54	538 532,79 €	26,67 €	517 572,29 €	-20 960,50 €	
LU0849400030	SCHRODER ISF EURO HIGH YD - C	3 044,97	438 272,52 €	139,10 €	423 558,07 €	-14 714,45 €	
	SUB-TOTAL		5 495 534,49 €		5 436 753,93 €	-63 550,06 €	4 769,49 €
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVOS						
LU0360485493	MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS	5 946,83	202 379,32 €	31,61 €	187 961,24 €	-14 418,08 €	
LU0415415800	VONTOBEL - BELVISTA COMM - I USD	726,95	51 811,51 €	59,71 €	43 407,54 €	-8 403,96 €	
LU0277042718	WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS LUXEMBOURG	40 923,06	232 614,73 €	5,50 €	225 091,16 €	-7 523,57 €	
FR0011790492	BOL REMPART EUROPE - I	907,07	100 993,15 €	107,50 €	97 509,59 €	-3 483,55 €	
FR0011006188	H2O ALLEGRO-IC	1,28	192 874,71 €	166 620,90 €	212 608,27 €		19 733,56 €
LU0398686286	NN L ALTERNATIVE BETA	16,86	100 771,38 €	5 628,48 €	94 884,92 €	-5 886,46 €	
LU1149832882	RAM (LUX) SYSTEMATIC FUNDS	879,50	101 248,92 €	109,29 €	96 120,34 €	-5 128,59 €	
	SUB-TOTAL		982 693,72 €		957 583,06 €	-44 844,21 €	19.733,56 €
	CONTA 117180463						
	DEPÓSITOS A PRAZO						
MIL 02/08/18	MILLENNIUMBCP 02/08/18 A 01/02/19 O 2%	1 698 924,77	1 698 924,77 €	0,00 €	1 698 924,77 €		
MIL 31/07/18	MILLENNIUMBCP 31/07/18 A 30/01/19 O 2%	2 934 402,06	2 934 402,06 €	0,00 €	2 934 402,06 €		
	SUB-TOTAL		4 633 326,83 €		4 633 326,83 €		
	TOTAL MILLENNIUM BCP		13.843.805,97 €		13.401.014,69 €	-467.294,34 €	24.503,05 €

X4

[Handwritten signatures and initials]

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
PICTET & CIE							
CONTA 168841.001							
OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS							
XS1664644710	BAT CAPITAL 1.125% 17/23 SR	100 000,00	101 010,00 €	98,31 %	98 310,00 €	-2 700,00 €	
FR0013312493	BPCE 0.875 % 18/24 SR	100 000,00	97 868,27 €	98,01 %	98 010,00 €		141,73 €
FR0013231743	BPCE GP 1.125 17-01/23	100 000,00	100 390,00 €	100,47 %	100 470,00 €		80,00 €
CH0343366842	CS GROUP 1.25 % 17/25 SR S	100 000,00	98 750,00 €	97,84 %	97 840,00 €	-910,00 €	
XS1222590488	ELEPOR 2% 04/2025	100 000,00	102 520,00 €	101,77 %	101 770,00 €	-750,00 €	
XS1691349523	FR GOLDMAN SACHS GROUP 17/23 SR	50 000,00	49 400,00 €	95,48 %	47 740,00 €	-1 660,00 €	
XS1619992883	G4S INTL FIN. 1.50 % 17/24 S5 SR S	100 000,00	100 580,00 €	97,69 %	97 690,00 €	-2 890,00 €	
XS1489184900	GLENCORE FIN 1.875% 09/23	100 000,00	102 330,00 €	99,80 %	99 800,00 €	-2 530,00 €	
XS1623615546	GLOBAL SWITCH HDG 1.5% 17/24	100 000,00	100 600,00 €	97,73 %	97 730,00 €	-2 870,00 €	
XS1509006380	GOLDMAN SACHS GP INC 1.125% 01/05/2025	100 000,00	99 520,00 €	96,95 %	96 950,00 €	-2 570,00 €	
XS1654228373	GRAND CITY PROP. 1.375% 17/28 SR	100 000,00	98 580,00 €	92,82 %	92 820,00 €	-3 760,00 €	
XS1722898431	NE PROPERTY COOPE 1.75% 17/24 SR S	100 000,00	94 260,00 €	83,49 %	83 490,00 €	-10 770,00 €	
XS1691349796	NORTEGAS EN.(FR/RAT) 0.918% 17/22 SR	100 000,00	100 380,00 €	99,47 %	99 470,00 €	-910,00 €	
XS1622193750	SAMPO 1.25 % 17/25 SR	100 000,00	99 870,00 €	99,14 %	99 140,00 €	-730,00 €	
XS1718306050	SOCIETE GENERALE 0.5 % 17/23 SR	100 000,00	97 690,00 €	97,65 %	97 650,00 €	-40,00 €	
XS1752984440	SUB AROUNDTOWN 2.125% 18/PERP JR S	100 000,00	90 890,00 €	84,77 %	84 770,00 €	-6 120,00 €	
FR0013312154	SUB CA ASSURANCES 2.625% 18/48 JR	100 000,00	90 400,00 €	87,19 %	87 190,00 €	-3 210,00 €	
FR0013292828	SUB DANONE 1.75 % 17/23	100 000,00	96 270,00 €	94,09 %	94 090,00 €	-2 180,00 €	
FR0013310505	SUB ENGIE 1.375% 18/PERP JR	100 000,00	93 810,00 €	81,84 %	91 940,00 €	-1 870,00 €	
XS1195201931	SUB. TOTAL 2.25% 15/PERP	100 000,00	102 290,00 €	101,07 %	101 070,00 €	-1 220,00 €	
AT000B121967	SUB VOLKSBANK WIEN 2.75% 17/27 S	100 000,00	98 430,00 €	96,30 %	96 300,00 €	-2 130,00 €	
XS1140860534	SUB.GENERALI F. 4.596% 14/PERP 14	100 000,00	97 604,68 €	97,41 %	97 410,00 €	-194,68 €	
XS1211040917	TEVA 1.25 15-03/23	100 000,00	90 980,00 €	91,05 %	91 050,00 €		70,00 €
XS1286734349	TWX 1.95% 09/2023	100 000,00	105 510,00 €	104,07 %	104 070,00 €	-1 440,00 €	
SUB-TOTAL			2 307 932,95 €		2 256 770,00 €	-51.454,68 €	291,73 €
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES							
LU0328475792	DB X - TRACKERS DJ STOXX EUR 600 (XSX6)	2 500,00	185 708,86 €	70,85 €	177 125,00 €	-8 583,86 €	
ZZ00AAE7V20	EGERTON CAP.EQ.I EUR EQUAL 22/08/18	1 367,98	136 798,00 €	8,91 €	12 188,70 €	-124 609,30 €	
IE00B8T8BP14	EGERTON CAPITAL EQUITY FUND I EUR	1 354,44	342 334,71 €	228,82 €	309 922,96 €	-32 411,75 €	
IE00BH4GY991	HEPTAGON-KOPERNIK GL.ALL- CAP.EQ.CE	1 500,00	201 185,00 €	125,35 €	188 025,00 €	-13 170,00 €	
IE00B4L5Y983	ISHARES III-CORE MSCI WORLD USD ETF	4 170,00	190 360,50 €	43,30 €	180 566,46 €	-9 794,04 €	
LU1004823552	MAINFIRST-TOP EUROPEAN IDEAS FUND R	1 682,00	248 969,64 €	121,87 €	204 985,34 €	-43 984,30 €	
LU1358059655	MELCHIOR SELECTED T.-VELOX 11 EUR	2 180,00	243 694,66 €	108,69 €	236 944,20 €	-6 750,46 €	
LU0334985271	ORBIS SICAV GLOBAL EQUITY FUND INVESTOR	1 947,55	392 782,37 €	173,79 €	338 465,13 €	-54 317,23 €	
LU0496443705	PICTET TR-MANDARIN-HI EUR	1 640,00	215 610,80 €	130,46 €	213 954,40 €	-1 656,40 €	
LU0255979238	PICTET-JAPANESE EQ OPP-I EUR	3 016,31	267 516,78 €	80,23 €	241 998,78 €	-25 518,01 €	
IE00B43C0T93	ARTISAN PARTN.GF-GLOBAL VALUE I USD	9 867,00	172 236,57 €	15,96 €	157 441,11 €	-14 795,46 €	
SUB-TOTAL			2 597 207,69 €		2 281 617,08 €	-335.590,61 €	

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES						
IE00B7SR3R97	ALGEBRIS FINANCIAL CRED. ID EUR-INC	1 250,00	140 800,00 €	106,90 €	133 625,00 €	-7 175,00 €	
IE00B81TMV64	ALGEBRIS FINANCIAL CREDIT I EUR-ACC	1 630,00	243 147,10 €	145,55 €	237 246,50 €	-5 900,60 €	
LU0278456651	BLACKROCK-FIXED INC. GL. OPP D2 EUR H	46 600,00	483 708,00 €	10,19 €	474 854,00 €	-8 854,00 €	
IE00BHBX1D63	LEGG MASON-WEST ASS. MAC. OP. PR. EUR H	4 150,00	475 714,50 €	114,17 €	473 805,50 €	-1 909,00 €	
IE0033758917	MUZIN ENHANCED - ST	2 484,00	398 558,99 €	159,00 €	394 956,00 €	-3 602,99 €	
IE00B9NHVK84	PAYDEN GF. ABSOLUTE RETURN BD EUR (H)	57 161,47	584 313,99 €	10,10 €	577 330,80 €	-6 983,19 €	
LU0954602677	PICTET-EUR ST CORP BDS-I EUR	3 730,00	391 127,80 €	104,47 €	389 673,10 €	-1 454,70 €	
	SUB-TOTAL		2 717 370,38 €		2 681 490,90 €	-35 879,48 €	
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE TESOURARIA						
CH0011292353	PCH - SHORT TERM MM EUR IDY	195,00	189 155,13 €	966,09 €	188 387,55 €	-767,58 €	
	SUB-TOTAL		189 155,13 €		188 387,55 €	-767,58 €	
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVOS						
LU1892223519	EUR PWM LONG VOL (PEUSA) 18/031019	585,00	14 525,55 €	57,01 €	33 350,85 €		18 825,30 €
LU1055715772	PICTET TR-DIVERSIFIED ALPHA-J EUR	4 500,00	507 105,00 €	106,95 €	481 275,00 €	-25 830,00 €	
LU1785455236	PWM FS-CREDIT ALLOCATION HC EUR	5 890,00	584 935,90 €	96,52 €	568 502,80 €	-16 433,10 €	
	SUB-TOTAL		1 106 566,45 €		1 083 128,65 €	-42 263,10 €	18 825,30 €
	TOTAL PICTET & CIE		8.918.232,80 €		8.471.394,18 €	-465.955,85 €	19.117,03 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS							
CONTA 0697.639594.730							
ACÇÕES							
CH0025238863	KUEHNE & NAGEL-R	55,00	5 992,45 €	112,12 €	6 166,70 €		174,24 €
CH0038863350	NESTLE STK NA	320,00	22 961,26 €	70,81 €	22 660,40 €	-290,86 €	
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG- GENUSSCHEIN	83,00	17 632,83 €	215,99 €	17 927,23 €		294,41 €
DK0060534915	NOVO NORDISK A/S CMN	143,00	5 648,25 €	39,89 €	5 704,83 €		56,59 €
GB00B1XZS820	ANGLO AMERICAN PLC	257,00	4 838,60 €	19,54 €	5 022,04 €		183,43 €
GB0009895292	ASTRAZENECA PLC	183,00	10 825,76 €	65,65 €	10 701,70 €		75,94 €
GB0000566504	BHP BILLITON PLC	249,00	4 468,09 €	18,47 €	4 598,48 €		130,39 €
GB0007980591	BP PLC	1 673,00	9 158,62 €	5,54 €	9 276,47 €		117,85 €
GB0030913577	BT GROUP PLC	1 312,00	3 587,77 €	2,66 €	3 490,73 €	97,03 €	
GB0002374006	DIAGEO PLC	304,00	9 426,82 €	31,25 €	9 498,62 €		71,80 €
GB00BY9D0Y18	DIRECT LINE INSURANCE GROUP	1 493,00	5 084,13 €	3,57 €	5 324,22 €		240,08 €
JE00B4T38W64	GLENCORE INTERNATIONAL STOCK	1 607,00	5 085,61 €	3,25 €	5 227,73 €		142,12 €
GB0005405286	HSBC HOLDINGS ORDS	2 608,00	18 565,47 €	7,23 €	18 863,27 €		297,81 €
GB0004544929	IMPERIAL TOBACCO GROUP PLC	195,00	4 965,25 €	26,57 €	5 181,66 €		216,40 €
GB0004764071	JOHNSON MATTHEY PLC	73,00	2 192,06 €	31,29 €	2 284,18 €		92,12 €
ACÇÕES (Continuação)							
GB00B08SNH34	NATIONAL GRID	165,00	1 422,20 €	8,54 €	1 409,23 €	-12,97 €	
GB00B3MBS747	OCADO GROUP PLC	531,00	5 801,07 €	8,63 €	4 689,50 €	-1 111,57 €	
GB0007099541	PRUDENTIAL STOCK	388,00	5 957,99 €	15,67 €	6 081,14 €		123,15 €
GB00B24CGK77	RECKITT BENCKISER	117,00	8 094,75 €	67,22 €	7 864,70 €	-230,05 €	
GB0007188757	RIO TINTO PLC	153,00	6 297,48 €	41,70 €	6 379,77 €		82,29 €
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PL	178,00	4 464,15 €	25,80 €	4 592,62 €		128,48 €
GB00B03MM408	ROYAL DUTCH SHELL PLC CLASS B	543,00	14 557,17 €	26,16 €	14 204,33 €	-352,84 €	
GB00B10RZP78	UNILEVER PLC STK	124,00	5 777,00 €	45,93 €	5 695,91 €	-81,09 €	
GB00BH4HKS39	VODAFONE GROUP PLC	3 865,00	6 748,06 €	1,71 €	6 610,70 €	-137,36 €	
SE0000108656	ERICSSON STK B	804,00	6 199,52 €	7,60 €	6 109,11 €	-90,42 €	
SE0009922164	ESSITY AB	194,00	4 133,18 €	21,22 €	4 116,55 €	-16,63 €	
SE0000106270	HENNES & MAURITZ AB-B SHS	209,00	2 720,01 €	12,29 €	2 588,38 €	-151,64 €	
SE0000667891	SANDVIK STOCK	504,00	6 155,37 €	12,32 €	6 209,81 €		54,45 €
SE0000242455	SWEDBANK AG	360,00	7 003,20 €	19,28 €	6 942,11 €	-61,09 €	
SE0000115446	VOLVO AB B	319,00	3 619,04 €	11,31 €	3 606,90 €	-12,13 €	
NL0011540547	ABN AMRO GROUP NV	234,00	5 199,48 €	20,54 €	4 806,36 €	-393,12 €	
DE000A1EWWW0	ADIDAS- SALOMON AG	22,00	4 094,66 €	182,40 €	4 012,80 €	-81,86 €	
FR0000120073	AIR LIQUIDE	84,00	6 821,51 €	108,45 €	6 940,80 €		119,29 €
NL0000235190	AIRBUS GROUP (EX EADS)	85,00	8 530,35 €	83,96 €	7 136,60 €	-1 393,75 €	
DE0008404005	ALLIANZ SE	80,00	13 951,00 €	175,14 €	14 011,20 €		60,20 €
LU1598757887	ARCELOR MITTAL	150,00	3 766,50 €	18,14 €	2 721,00 €	-1 045,50 €	
NL0010273215	ASM LITHOGRAPHY HOLDING NV	51,00	8 654,70 €	137,16 €	6 995,16 €	-1 659,54 €	
NL0011872643	ASR NEDERLAND NV	173,00	6 061,54 €	34,58 €	5 982,34 €	-69,20 €	
ES0113900J37	B.SANTANDER C.H.	3 428,00	15 734,52 €	3,97 €	13 609,16 €	-2 125,36 €	
DE000BAY0017	BAYER AG	163,00	14 357,49 €	80,58 €	9 871,28 €	-4 486,21 €	
DE0005190003	BAYERISCHE MOTOREN WERKE AG	39,00	2 826,88 €	70,70 €	2 757,30 €	-69,58 €	
DE0008232125	DEUTSCHE LUFTHANSA-REG	142,00	2 682,07 €	19,70 €	2 797,40 €		115,33 €
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG	463,00	6 585,39 €	14,82 €	6 861,66 €		276,27 €
DE000ENAG999	E ON AG	148,00	1 354,20 €	8,63 €	1 277,24 €	-76,96 €	

13. MAPAS

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
ES0127797019	EDP RENOVÁVEIS	248,00	2 214,64 €	7,78 €	1 929,44 €	-285,20 €	
IT0003128367	ENEL S P A	482,00	2 294,32 €	5,04 €	2 429,28 €		134,96 €
IT0003132476	ENI SPA	173,00	2 794,88 €	13,75 €	2 378,75 €	-416,13 €	
AT0000652011	ERST BK DER OEST SPA	202,00	7 221,50 €	29,05 €	5 868,10 €	-1 353,40 €	
NL0010877643	FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES N.V	222,00	3 038,38 €	12,88 €	2 814,98 €	-223,42 €	
FR0000133308	FRANCE TELECOM	341,00	4 893,35 €	14,16 €	4 828,56 €	-64,79 €	
DE0005785604	FRESENIUS SE	75,00	5 160,00 €	42,38 €	3 178,50 €	-1 981,50 €	
ES0144580Y14	IBERDROLA	334,00	2 211,08 €	7,02 €	2 344,68 €		133,60 €
ES0148396007	INDITEX	150,00	3 484,76 €	22,35 €	3 352,50 €	-132,26 €	
IT0000072618	INTESABCI SPA	1 722,00	4 287,78 €	1,94 €	3 340,68 €	-947,10 €	
BE0003565737	KBC BANKVERZEKERING	152,00	8 920,73 €	56,68 €	8 615,36 €	-305,37 €	
FR0000121485	KERING	10,00	4 751,77 €	411,60 €	4 116,00 €	-635,77 €	
FR0000120321	L' OREAL	21,00	4 234,33 €	201,20 €	4 225,20 €	-9,13 €	
FR0000121014	LVMH MOET HENESSY LOUIS VUITTON SA	24,00	6 866,14 €	258,20 €	6 196,80 €	-669,34 €	
ES0184696013	MASMOVIL IBERCOM	147,00	2 935,10 €	19,50 €	2 866,50 €	-68,60 €	
IT0004965148	MONCLER SPA	163,00	4 576,01 €	28,93 €	4 715,59 €		139,58 €
FI0009000681	NOKIA A	612,00	2 974,01 €	5,03 €	3 078,36 €		104,35 €
FR0000121501	PEUGEOT STK	202,00	3 951,12 €	18,55 €	3 787,30 €	-183,82 €	
AT0000606306	RAIFFEISEN INTL BK H	164,00	4 311,56 €	22,20 €	3 640,80 €	-670,76 €	
ACÇÕES (Continuação)							
NL0000379121	RANDSTAD HOLDING NV	139,00	5 478,49 €	40,08 €	5 572,51 €		94,02 €
GB00B280DG97	RELX PLC	397,00	7 083,43 €	17,97 €	7 134,09 €		50,66 €
FR0000131906	RENAULT SA	57,00	3 039,07 €	54,55 €	3 109,35 €		70,28 €
FR0000073272	SAFRAN SA	98,00	9 968,88 €	105,40 €	10 118,40 €		149,52 €
FR0000120578	SANOFI-AVENTIS	141,00	10 153,27 €	75,86 €	10 668,06 €		514,79 €
DE0007164600	SAP AG	32,00	3 164,49 €	86,94 €	2 782,08 €	-382,42 €	
DE0007236101	SIEMENS	54,00	6 142,03 €	97,38 €	5 258,52 €	-883,51 €	
DE000SHL1006	SIEMENS HEALTHIN	137,00	5 055,45 €	36,55 €	5 007,35 €	-48,10 €	
ES0178430E18	TELEFONICA DE ESPANHA	717,00	5 219,76 €	7,34 €	5 262,78 €		43,02 €
FR0000120271	TOTAL ACT	226,00	11 799,45 €	46,18 €	10 438,88 €	-1 362,77 €	
IT0005239360	UNICREDITO ITALIANO	209,00	2 988,70 €	9,89 €	2 067,01 €	-921,69 €	
NL0000009355	UNILEVER	249,00	11 899,71 €	47,42 €	11 807,58 €	-92,13 €	
DE0007664039	VOLKSWAGEN AG - PFD	24,00	3 413,28 €	138,92 €	3 334,08 €	-79,20 €	
DE0007472060	WIRECARD AG	19,00	2 526,26 €	132,80 €	2 523,20 €	-3,06 €	
SUB-TOTAL			488.837,18 €		467.558,37 €	-25.766,23 €	4.487,42 €
OBRIGAÇÕES COM GARANTIA DE ESTADO							
BE0000318270	BGB 3.75% 09/2020	320 000,00	348 836,10 €	107,47 %	343 904,00 €	-4 932,10 €	
IT0005285041	BTPS 0.2% 10/20	485 000,00	473 995,21 €	99,52 %	482 672,00 €		8 676,79 €
IT0005277444	BTPS 0.9% 08/22	519 000,00	491 745,61 €	98,41 %	510 747,90 €		19 002,29 €
DE0001135465	DBR 2 11-01/22	618 000,00	670 801,99 €	107,71 %	665 647,80 €	-5 154,19 €	
FR0011059088	FRTR 3.25% 10/2021	852 000,00	951 026,29 €	110,32 %	939 926,40 €	-11 099,89 €	
IE00BJ38CQ36	IRISH 0.8% 03/22	52 000,00	53 505,92 €	103,21 %	53 689,20 €		183,28 €
NL0010060257	NETHER 2.25% 07/2022	149 000,00	164 542,19 €	109,57 %	163 259,30 €	-1 282,89 €	
PTOTEYOE0007	OT-PORTUGAL 3,85% 15/04/2021	99 000,00	108 862,11 €	109,25 %	108 157,50 €	-704,61 €	
AT0000A0U3T4	RAGB 3.4% 11/2022	106 000,00	121 674,22 €	114,55 %	121 423,00 €	-251,22 €	
FI4000242862	RFGB 0% 04/22	60 000,00	60 703,84 €	101,15 %	60 690,00 €	-13,84 €	
ES0000012C46	SPGB 0.05% 10/2031	451 000,00	449 843,13 €	100,27 %	452 217,70 €		2 374,57 €
SUB-TOTAL			3.895.536,61 €		3.902.314,80 €	-23.438,74 €	30.216,93 €

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE AÇÕES							
IE00B4WXJD03	ISH MSCI PAC EX-JPN	2 278,00	89 013,54 €	35,21 €	80 197,54 €	-8 816,00 €	
US46434G8226	ISHARES MSCI JAPAN I	3 984,00	201 171,56 €	44,26 €	176 339,85 €	-24 831,71 €	
DE0005933956	DJ EURO STOXX 50 ETF	2 326,00	80 055,15 €	29,95 €	69 684,47 €	-10 390,68 €	
LU1097728361	FIDELITY FUNDS - EMERGING MARKETS	9 874,00	128 263,26 €	11,60 €	114 509,07 €	-13 754,19 €	
IE00B3ZWOK18	ISHARES S&P 500-IUSE LN	13 961,00	895 177,92 €	56,05 €	782 514,05 €	-112 663,87 €	
IE00BLP5S791	OLD MUTUAL GLOB EQ	30 295,00	49 926,16 €	1,61 €	48 774,95 €	-1 151,21 €	
LU0705071701	RAM LUX SYS EQ - I	185,00	30 345,90 €	146,77 €	28 620,15 €	-1 725,75 €	
LU0635721324	RAM SYST FUNDS EM EQ	622,00	128 150,66 €	187,99 €	116 929,78 €	-11 220,88 €	
LU1136108674	TROWE ROWE PRICE QR	31 523,00	594 208,55 €	18,75 €	526 010,25 €	-68 198,30 €	
SUB-TOTAL			2 196 312,70 €		1 945 560,11 €	-250 752,59 €	
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES							
LU1601098537	AXA WF EUR SD-I-XCE	7 245,55	722 598,70 €	99,47 €	720 714,86 €	-1 883,84 €	
LU0549539178	BLUEBAY FUNDS SICAV	258,00	43 127,28 €	166,96 €	43 075,68 €	-51,60 €	
PTYCXCLP0007	CXG OB LONGO PRAZO	2 669,49	32 262,14 €	12,07 €	32 220,76 €	-41,38 €	
PTYCXBLP0008	CXG OBRIGAÇÕES	163 661,79	728 982,35 €	4,40 €	720 111,88 €	-8 870,47 €	
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO DE OBRIGAÇÕES (Continuação)							
LU0355584201	JPMORGAN FUNDS-EU GVT-I EUR	357,00	43 152,38 €	120,80 €	43 125,60 €	-26,78 €	
LU1200227335	MFS MER-US TOT RET	48 734,00	466 775,29 €	9,48 €	461 998,32 €	-4 776,97 €	
LU0775727919	PIONEER FDS-US AG BD	9 218,00	466 213,34 €	50,17 €	462 467,06 €	-3 746,28 €	
LU0106236184	SCHRODER ISF INV GOV	3 425,00	42 949,50 €	12,57 €	43 052,25 €		102,75 €
SUB-TOTAL			2 546 060,98 €		2 526 766,41 €	-19 397,32 €	102,75 €
OUTROS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO							
LU0397158604	GS Q MOD STRATEGY	10 096,00	66 216,64 €	6,15 €	62 090,40 €	-4 126,24 €	
SUB-TOTAL			66 216,64 €		62 090,40 €	-4 126,24 €	
TOTAL CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS			9.192.964,10 €		8.904.290,09 €	-323.481,12 €	34.807,10 €

13. MAPAS

ISIN	IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INICIAL ESCRITURADO	VALOR DE INVENTÁRIO		JUSTO VALOR	
				UNITÁRIO	TOTAL	REDUÇÃO	AUMENTO
LU0210877261	BBVA - BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	0,02		101,57 €			
	<u>CONTA 28007024</u>						
	FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBI- LIÁRIO ALTERNATIVOS						
	ALTAM MS EURO		1,78 €		1,78 €		
	SUB-TOTAL		1,78 €		1,78 €		
	TOTAL BBVA - BANCO BILBAO VIZ- CAYA ARGENTARIA		1,78 €		1,78 €		

MOVIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES - ANO DE 2018

MOVIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES	EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018	EXERCÍCIO DE 2018	TOTAL
CONTRIBUIÇÕES EM COBRANÇA EM 01/01/2018	119.986.071,09 €	8.623.715,39 €	128.609.786,48 €
CONTRIBUIÇÕES EMITIDAS +	320.489,56 €	105.081.244,80 €	105.401.734,36 €
CONTRIBUIÇÕES ANULADAS -	7.708.426,59 €	438.510,45 €	8.146.937,04 €
CONTRIBUIÇÕES COBRADAS -	9.203.581,11 €	86.831.462,66 €	96.035.043,77 €
CONTRIBUIÇÕES DEVOLVIDAS +	61.789,13 €	39.361,76 €	101.150,89 €
AMORTIZAÇÕES DO PLANO DA DÍVIDA -	4.099.833,80 €	0,00 €	4.099.833,80 €
AMORTIZAÇÕES DO ACORDO DÍVIDA -	4.102.808,74 €	483,14 €	4.103.271,88 €
CONTRIBUIÇÕES EM COBRANÇA EM 31/12/2017	95.253.699,54 €	24.473.885,70 €	121.727.585,24 €

13. MAPAS

FUNDO DE ASSISTÊNCIA - ANO 2018

RECEITAS			
Contribuições regulamentares (artº 85 - 10,31 %)	10.784.714,11 €		
Rendimento do fundo de assistência (artº 93 - 3,64%)	789.655,96 €		
Rendimento do fundo de reserva (artº 93 - 3,64%)	8.895,53 €		
Receitas de assistência	54.578,29 €	11.637.843,90 €	
DESPESAS			
Subsídio de invalidez	1.502.009,99 €		
Suplemento à pensão de invalidez	718,82 €		
Subsídio de sobrevivência	6.665.200,96 €		
Subsídios de nascimento	566.262,00 €		
Subsídios de maternidade	1.345.638,40 €		
Subsídios recuperação internamento hospitalar doença	235.268,00 €		
Comparticipações internamento hospitalar maternidade	75.198,06 €		
Comparticipações internamento hospitalar doença	338.838,52 €		
Acção médica e medicamentosa e de diagnóstico	28.078,13 €		
Subsídios morte	384.210,00 €		
Subsídio de funeral	57.373,29 €		
Subsídios de assistência	65.412,00 €		
Bolsas de estudo	1.745,80 €		
Seguro de assistência médica permanente	190.606,50 €		
Seguro de grupo de acidentes pessoais	181.283,43 €	11.637.843,90 €	
Diferencial entre a receita e a despesa			0,00 €
SALDO PARA 2019			0,00 €

FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO – ANO 2018

CABIMENTO REGULAMENTAR (Art.º 85º) 1,61 %		
Rendimentos		
Impostos, contribuições e taxas		
Contribuições regulamentares	1.685.673,37 €	
Reversões		
Reversão de perdas por imparidade – contribuições em dívida	381.787,76 €	
Aumentos de justo valor		
Em instrumentos financeiros	65.771,93 €	
Em propriedades de investimento	547.226,74 €	
Outros rendimentos e ganhos		
Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível	652,01 €	
Diferenças de câmbio favoráveis	10.330,31 €	
Rendas em propriedades de investimento	52.020,38 €	
Correcções relativas a períodos anteriores	4.780,88 €	
Multas de processos disciplinares	1.368,53 €	
Outros	1.598,65 €	
Ganhos em instrumentos financeiros		
Mais valias na alienação de títulos e unidades de participação	16.151,84 €	
Rendimentos de fundos de investimento	23.361,07 €	
Operações com futuros	8.852,75 €	
Outros	4.357,81 €	
Juros		
Juros de mora (contribuições e pensões)	38.143,92 €	
Juros de depósitos em instituições financeiras	349,56 €	
Juros de instrumentos financeiros	78.187,85 €	
TOTAL DOS RENDIMENTOS		2.920.615,27 €
GASTOS DE ESTRUTURA		
Administração corrente – (sede)	2.785.995,88 €	
Administração social - (postos médicos)	134.619,39 €	
		2.920.615,27 €
SALDO PARA 2019		0,00 €

13. MAPAS

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO - ANO 2018

ADMINISTRAÇÃO CORRENTE - (Sede)		
Remuneração base	758.590,10 €	
Subsídio de férias e de natal	142.243,99 €	
Trabalho extraordinário	16.190,49 €	
Isenção de horário de trabalho	57.240,52 €	
Abonos para falhas	1.035,49 €	
Subsídio de refeição	60.507,87 €	
Complemento posto médico	0,00 €	
Passe social	1.468,00 €	
Refeições funcionários	227,70 €	
Complemento de reforma	407,29 €	
Sistemas de protecção social	235.941,75 €	
Outros custos com o pessoal	115.132,81 €	
Electricidade	24.428,97 €	
Água	4.409,71 €	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	16.118,71 €	
Livros e documentação técnica	1.163,66 €	
Material de escritório	44.273,46 €	
Licenças informáticas anuais	55.946,53 €	
Digitalizações e custódia de arquivo	30.512,05 €	
Artigos para ofertas	0,00 €	
Comunicação	191.813,46 €	
Seguros	165,65 €	
Transportes de pessoal	505,00 €	
Honorários	29.348,98 €	
Contencioso e notariado	146.063,29 €	
Conservação e reparação	10.342,94 €	
Limpeza higiene e conforto	27.033,86 €	
Publicidade, comunicação e imagem	1.258,77 €	
Vigilância e segurança	88.758,42 €	
Trabalhos especializados	192.069,84 €	
Encargos com cobrança	228.730,37 €	
Outros fornecimentos e serviços	30.644,27 €	
Senhas de presença	169.087,22 €	
Deslocações e representação Direcção	658,35 €	
Deslocações e representação C. Geral	794,16 €	
Deslocações e representação Funcionários	3.972,26 €	
Amortizações e reintegrações do exercício	99.155,30 €	2.785.995,88 €

13. MAPAS**DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO – ANO 2018**

ADMINISTRAÇÃO SOCIAL – (Postos médicos)		
Remunerações base do pessoal	23.455,33 €	
Subsídio de férias e natal	4.062,50 €	
Subsídio de refeição	3.311,34 €	
Sistemas de protecção social	6.054,69 €	
Remunerações dos médicos	65.527,47 €	
Electricidade	1.845,63 €	
Água	689,23 €	
Livros e documentação técnica	15,00 €	
Material de escritório	225,22 €	
Comunicação	2.657,46 €	
Transporte de pessoal	44,85 €	
Conservação e reparação	2.228,55 €	
Limpeza higiene e conforto	1.779,67 €	
Outros fornecimentos e serviços	383,15 €	
Amortizações do exercício	417,30 €	
Juntas médicas	21.922,00 €	134.619,39 €
TOTAL DAS DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO		2.920.615,27 €

13. MAPAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As Demonstrações Financeiras apresentadas são as primeiras concebidas segundo as Normas de Contabilidade Pública constantes do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), com as necessárias adaptações, publicado no Decreto – Lei n.º. 192/2015, de 11 de Setembro.

A adopção deste novo referencial exigiu uma reformulação ao Plano de Contas da Contabilidade, o que não acarretou ajustamentos ao último Balanço, já que o mesmo, à semelhança das restantes Demonstrações Financeiras de 2017, foi produzido também de acordo com o SNC-AP, embora ainda com o normativo POCISSSS em vigor.

Não houve, assim, necessidade de reconhecer qualquer ajustamento decorrente da mudança das políticas contabilísticas do POCISSSS para o SNC-AP na conta "564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP".

A CPAS não aplica a vertente orçamental do SNC-AP, uma vez que não recebe dotações do Orçamento de Estado.

As notas do presente Anexo relativamente às quais não existe informação que justifique a sua divulgação não foram utilizadas, tendo-se mantido, contudo, o número de ordem do Modelo de notas explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras constante da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Designação da entidade: Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS)

Endereço: Largo de S. Domingos, n.º 14, 2º andar, 1169-060 Lisboa

Código da classificação da actividade económica: Principal: 65112 – Outras actividades complementares de segurança social; Secundário: 68200 – Arrendamento de bens imobiliários

Tutela: Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

1 - ORIGEM HISTÓRICA

- DECRETO N.º 12.334, DE 18 DE SETEMBRO DE 1926.
- A actual CPAS teve origem no Fundo Permanente de Assistência Profissional da Ordem dos Advogados, criado pelo Decreto n.º 12.334, de 18 de Setembro de 1926 [ARTIGO 77.º].

2 – LEI HABILITANTE

- LEI N.º 1.884, DE 16 DE MARÇO DE 1935
- Reconheceu como instituições de previdência social as Caixas de Reforma ou de Previdência [ARTIGO 1.º, 2.º Categoria, § 2.º].

3 – CONSTITUIÇÃO

- DECRETO-LEI N.º 36.550, DE 22 DE OUTUBRO DE 1926

- Sob a primitiva denominação de Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados, a actual CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES foi criada pelo Decreto-Lei n.º 36.550, de 22 de Outubro de 1947.

4 – EVOLUÇÃO NORMATIVA

1) DECRETO-LEI N.º 43.274, DE 28 DE OUTUBRO DE 1960

- Alargou o âmbito pessoal da Caixa de Previdência criada pelo Decreto-Lei n.º 36.550, de 22 de Outubro de 1947, aos SOLICITADORES, encartados e provisionários, observadas as restrições constantes do diploma [ARTIGO 1.º].
- Inscrição Obrigatória [ARTIGO 2.º].
- Os valores, ao tempo, do património da previdência da Câmara dos Solicitadores seriam integrados no património da Caixa de Previdência [ARTIGO 5.º].

2) LEI N.º 2.115, DE 18 DE JUNHO DE 1962

- Aprovou a Lei de Bases das Instituições de Previdência Social [BASE I].
- Reconheceu 4 categorias de instituições de Previdência Social [BASE III N.º1].
- A Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados ficou a pertencer à 2.ª Categoria: Caixa de Reforma ou de Previdência.

3) DECRETO-LEI N.º 402/78, DE 15 DE DEZEMBRO

- Determinou que a Caixa de Previdência da Ordem dos Advogados, criada pelo Decreto-Lei n.º 36.550, de 22 de Outubro de 1947, passava a denominar-se CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES [ARTIGO 1.º].

5 – REGIME REGULAMENTAR

1) PORTARIA N.º 13.872, DE 8 DE MARÇO DE 1952

- Aprova o Primeiro Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

2) PORTARIA N.º 8.022, DE 28 DE OUTUBRO DE 1960

- Aprova o Segundo Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

3) PORTARIA N.º 402/1979, DE 7 DE AGOSTO

- Aprova o Terceiro Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

4) PORTARIA N.º 487/1983, DE 27 DE ABRIL

- Aprova o Quarto Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

5) PORTARIA N.º 487/1983, DE 27 DE ABRIL, com as subsequentes alterações introduzidas pela PORTARIA N.º 623/88, de 8 de Setembro e pela PORTARIA N.º 884/94, DE 1 DE OUTUBRO

- Aprova o Quinto Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

6) DECRETO-LEI N.º 163/1983, DE 27 DE ABRIL

- Deu nova redacção ao ARTIGO 26.º do Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro, que republicou em anexo.
- Determinou que "o regime de segurança social dos advogados e solicitadores será gerido pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, cujo Regulamento será aprovado por portaria dos Ministros da Justiça e dos Assuntos Sociais" [ARTIGO 26.º N.º3 do Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro – nova redacção].

13. MAPAS

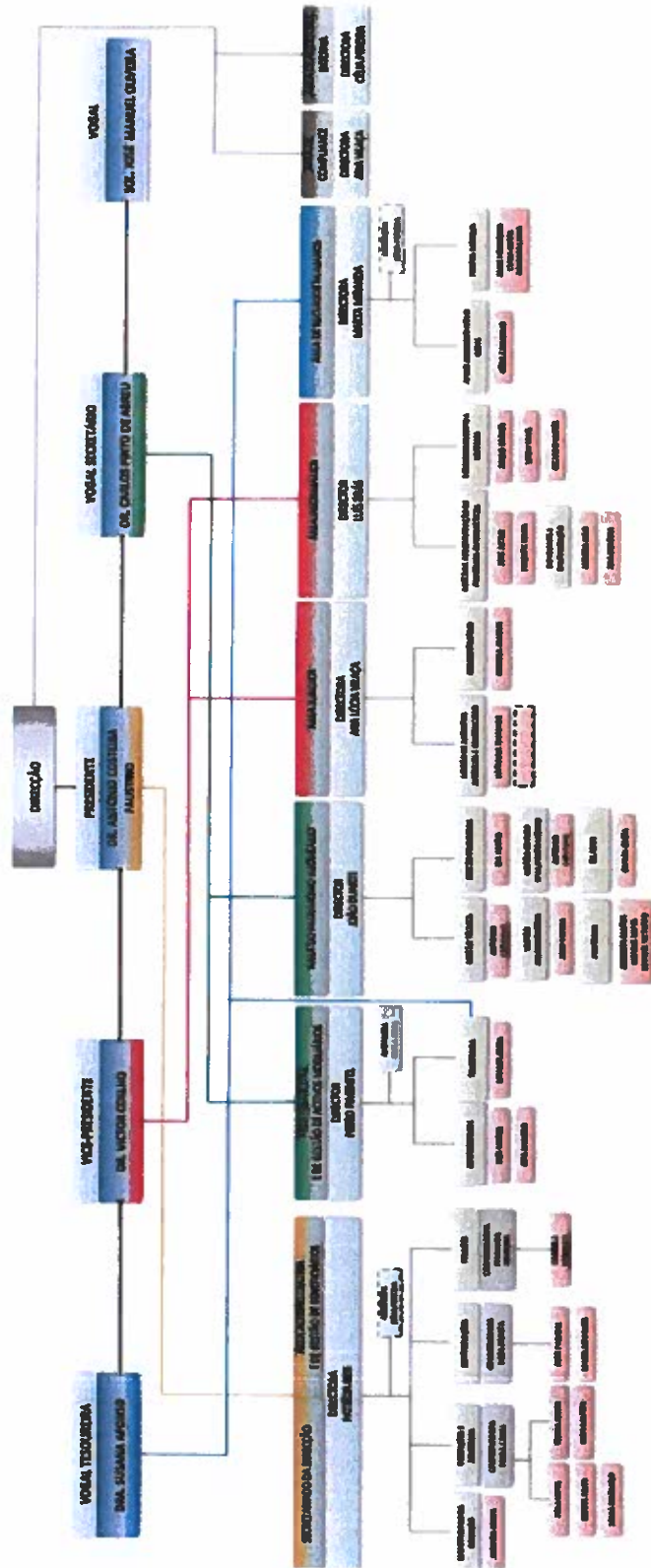
- 7) DECRETO-LEI N.º 221/1984, DE 4 DE JULHO
- Deu nova redacção ao ARTIGO 26.º do Decreto-Lei n.º 8/82, de 18 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/83, de 27 de Abril.
 - Consagrou o princípio de que: "O regime de segurança social dos advogados e solicitadores é gerido pela Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, nos termos do regulamento aprovado por portaria dos Ministros da Justiça e do Trabalho e Segurança Social" [ARTIGO 26.º N.º5 – Nova Redacção].
- 8) LEI N.º 28/1984, DE 14 DE AGOSTO
- Definiu as Bases Gerais do Sistema de Segurança Social Português e a acção social prosseguida pelas Instituições de Segurança Social [ARTIGO 1.º].
 - Determinou no ARTIGO 79.º que, até à sua integração no Sistema de Segurança Social, as instituições de previdência criadas anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de Dezembro, como é o caso da CPAS, ficavam sujeitas, com as adaptações necessárias às disposições da Lei n.º 28/84 e à legislação dela decorrente.
- 9) DECRETO-LEI N.º 141/1991, DE 10 DE ABRIL
- Conceptualizou expressamente o regime dos advogados e solicitadores como regime especial do sistema de segurança social português de enquadramento obrigatório [ARTIGO 2.º alínea b)].
- 10) DECRETO-LEI N.º 328/1993, DE 25 DE SETEMBRO
- Aprovou o novo Regime Geral de Segurança Social dos Trabalhadores Independentes [ARTIGO 1.º].
 - Excluiu expressamente do regime os advogados e solicitadores [ARTIGO 13.º].
 - Estatuiu expressamente no seu ARTIGO 13.º que: "Os advogados e solicitadores que, em função do exercício de actividade profissional, estejam integrados obrigatoriamente no âmbito pessoal da respectiva caixa de previdência, mesmo quando a actividade em causa seja exercida na qualidade de sócios ou membros das sociedades referidas na alínea b) do artigo 6.º, são excluídos do regime dos trabalhadores independentes."
- 11) LEI N.º 4/2007, DE 16 DE JANEIRO
- Dispôs no Artigo 106.º que: Mantêm-se autónomas as instituições de previdência criadas anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 549/77, de 31 de Dezembro, com os seus regimes jurídicos e formas de gestão privativas, ficando subsidiariamente sujeitas às disposições da presente lei e à legislação dela decorrente, com as necessárias adaptações.
- 12) DECRETO-LEI N.º 119/2015, DE 29 DE JUNHO com as rectificações introduzidas pela DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO Nº 36/2015 – Aprova o novo Regulamento (6º Regulamento) da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores
- 13) DECRETO-LEI Nº 116/2018, DE 21 DE DEZEMBRO
- Deu nova redacção aos ARTIGOS 8º, 12º, 14º, 15º, 19º, 37º, 40º, 79º e 80º do Regulamento da CPAS aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº 119/2015, de 29 de Junho.
 - Eliminou "a obrigatoriedade contributiva dos beneficiários estagiários, sem prejuízo de estes poderem, facultativamente, iniciar o pagamento de contribuições."
 - Definiu que nas situações de incapacidade temporária para o trabalho por motivo de doença grave ou de situação particular de parentalidade, se prevê o não pagamento temporário de contribuições ou, em alternativa, a adoção temporária do 4.º escalão contributivo, quando os beneficiários não dispunham de rendimentos para proceder ao pagamento das contribuições.

13. MAPAS

- Alterou-se "a forma de apuramento da base de incidência contributiva, que deixa de estar indexada à RMMG, sendo criado um conceito de Indexante Contributivo, atualizado com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), assim se alcançando uma maior previsibilidade e adequação do esforço contributivo dos beneficiários à realidade económica do país."

13. MAPAS

ORGANOGRAMA



Handwritten notes and signatures:
 - A large handwritten 'L' or 'V' at the top right.
 - A signature below it.
 - The initials 'JK' and 'ca' to the left of the signature.
 - Another signature below the first one.

DESCRIZAÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

- 1) A CPAS tem por fim conceder pensões de reforma e subsídios por invalidez aos seus Beneficiários. [ARTIGO 3.º n.º 1 do RCPAS].
- 2) A Caixa pode conceder subsídios por morte e de sobrevivência aos familiares dos seus Beneficiários e outros subsídios de acordo com as disponibilidades anuais do fundo de assistência [ARTIGO 3.º n.º 2 do RCPAS].
- 3) Promover a celebração, com instituições de seguro, de contratos de grupo, com vista à cobertura de riscos dos seus Beneficiários [ARTIGO 3.º n.º 3 do RCPAS].

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições do normativo SNC-AP.

Comparabilidade

189

A partir de 1 de Janeiro de 2018 a CPAS passou a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Pese embora o normativo utilizado até 2017 tenha sido o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições Públicas do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS), procedeu-se a uma conversão das contas de 2017 que possibilita a comparação entre 2018 e 2017, uma vez que não houve necessidade de efectuar reclassificações materialmente relevantes. A alteração de normativo traduziu-se principalmente, no caso da CPAS, em alteração de nomenclaturas e numeração do plano de contas.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os saldos das contas de caixa e depósitos bancários eram os seguintes:

CONTA	DESIGNAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
111	CAIXA PRINCIPAL	898,95 €	1 016,65 €
112	CAIXA COBRANÇA	9,97 €	-15,08 €
1220101	NOVO BANCO-015/19856/001.8-TESSOURARIA	93 832,54 €	63 723,29 €
12201021	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM EUR	2 010 273,22 €	2 040 448,59 €
12201022	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM USD	198 319,11 €	202 759,44 €
12201023	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM GBP	41 077,83 €	9 718,81 €
12201024	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM CHF	8 657,09 €	478 341,89 €
12201025	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM JPY	188 744,00 €	0,00 €
12201026	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM NOK	2 216,40 €	2 240,73 €

13. MAPAS

Handwritten marks and signatures at the top right of the page.

12201027	NOVO BANCO-015/38244/010.0-G.PATRIM SEK	1 356,54 €	204 586,75 €
1220103	NOVO BANCO-015/43644/000.6-PROCURADORIA	1,50 €	24 452,40 €
1220104	NOVO BANCO-015/45628/000.4-COBANÇA SEDE	136 261,49 €	265 442,04 €
1220105	NOVO BANCO-015/45667/000.7-CONTA RENDAS	167,64 €	10 231,99 €
1220201	BBVA-C/1341 200007024	6 512,55 €	0,00 €
1220301	CGD-C/0697/900415/317	109 233,70 €	1 967 179,32 €
12203031	CGD-C/0697/639594/730 EUR	746 235,72 €	1 670 618,55 €
12203032	CGD-C/0697/639594/730 USD	2 198,17 €	451,87 €
12203033	CGD-C/0697/639594/730 GBP	900,24 €	699,55 €
12203034	CGD-C/0697/639594/730 CHF	132,82 €	121,26 €
12203035	CGD-C/0697/639594/730 SEK	113,22 €	59,94 €
12203036	CGD-C/0697/639594/730 NOK	76,23 €	76,83 €
12203037	CGD-C/0697/639594/730 DKK	106,49 €	67,91 €
1220304	CGD-0697640387730 RENDAS	128 288,43 €	5 555,92 €
1220305	CGD-0697640397430 C.COERCIVA	-34 606,52 €	15 666,33 €
1220306	CGD-0697640398230 TESOURARIA	7 074 690,21 €	347 009,41 €
1220307	CGD-0697640400830 D.DIRECTOS	1 876 725,38 €	1 682 638,96 €
1220308	CGD-0697640401630 PROCURADORIA	217,53 €	337,53 €
1220309	CGD-0697640402430 MULTIBANCO	4 207 828,11 €	5 041 483,87 €
1220401	MG-C/052.10.025200.7-CONTRIBUIÇÕES	14 500,00 €	56 239,09 €
1220402	MG-C/052.10.28492.7-CPAS REDE IMPÉR	690,40 €	242 703,40 €
1220501	BPI-C/9812083-001-001/022	207 613,37 €	454 866,78 €
1220601	MILLENNIUM BCP-C/117180463	2 926 229,74 €	297 823,47 €
12206021	MILLENNIUM BCP 1105766.001.000.978-EUR	72 903,39 €	316 393,87 €
1220705	BS-C/0001.0020027215-COBANÇA CONT	31 689,79 €	85 684,51 €
12207061	BS-03.030.00200041551.0-EUR	216 506,04 €	877 758,67 €
12207062	BS-03.030.00200041551.0-USD	5 008,52 €	1 284,06 €
1220708	BS-34407809020 APLIC CES	1,18 €	1,18 €
1220901	BANIF - C/ 0100547/001.000.978	533,73 €	636,83 €
12210011	GOLDMAN SACHS - C/013-35265-3 EUR	192 844,85 €	227 117,76 €
12210012	GOLDMAN SACHS - C/013-35265-3 USD	1 448,96 €	10 300,03 €
12210071	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-EUR	209 897,70 €	175 614,59 €
12210072	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-USD	3 603,49 €	2 067,43 €
12210073	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-GBP	6 086,39 €	5 292,28 €
12210075	GOLDMAN SACHS - C/049-23857-9-JPY	3 208,99 €	1 472,35 €
12210081	GOLDMAN SACHS - C/049-23858-7-EUR	990 451,99 €	718 380,13 €
12212011	CREDIT SUISSE - PORT.312884-1 (4552) EUR	447 530,20 €	74 291,42 €
12212012	CREDIT SUISSE - PORT.312884-1 (4454) USD	558 721,00 €	152 886,00 €
12212016	CREDIT SUISSE - PORT.312884-1 (4568) GBP	9 699,00 €	410 030,00 €
12212017	CREDIT SUISSE - PORT.312884-1 NOK	9 016,00 €	14 305,00 €
12212018	CREDIT SUISSE - PORT.312884-1 JPY	2 869,00 €	399 882,00 €
12213011	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-EUR	185 871,03 €	75 762,96 €
12213012	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-USD	56 894,43 €	364 843,42 €
12213013	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-CHF	0,00 €	46 153,82 €
12213014	ST. GALLER KANTBK. 6170.8621-GBP	0,00 €	390 743,65 €
12214011	BIG 5592.2695-EUR	127,44 €	25 950,41 €
12214012	BIG 5592.2695-USD	0,00 €	455 230,00 €
12215011	PICTET 168841.001-EUR	169,39 €	17 995,18 €
12215012	PICTET 168841.001-USD	447,00 €	-12,00 €
12215021	PICTET 168841.002-EUR	0,00 €	2 327,97 €
12218011	ROTHSCHILD 0524000-EUR	10 763 828,45 €	810 840,40 €
12218012	ROTHSCHILD 0524000-USD	88 532,00 €	18 257,10 €
12218021	ROTHSCHILD 0524001-EUR	3,52 €	3,53 €
12218031	ROTHSCHILD 0524002-EUR	1 342 159,18 €	70 913,48 €
12218052	ROTHSCHILD 0524004-USD	105 806,60 €	721 532,84 €
1221806	ROTHSCHILD 0038640	4 877,97 €	5 049,63 €
131206	MILLENNIUM BCP	4 633 326,83 €	7 434 398,07 €
131207	BANCO SANTANDER	25 335,84 €	25 330,73 €
Total		39 918 901,97 €	29 025 266,79 €

Handwritten initials or marks on the right side of the table.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tendo por base a "NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras" e utilizam o Euro como moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As Demonstrações Financeiras apresentadas espelham de forma correcta a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Apresentam fidedignamente os efeitos das transacções, outros acontecimentos e condições, segundo a definição e critérios de mensuração de activos, passivos, rendimentos e gastos enunciados na estrutura conceptual e nas NCP.

Informação Comparativa

Independentemente do referido acima, no que respeita à comparabilidade, a informação comparativa foi divulgada com menção ao período anterior para a totalidade das quantias relatadas nas Demonstrações Financeiras.

Obedecendo ao Princípio da Continuidade da entidade, as políticas contabilísticas interiorizaram-se com consistência ao longo do tempo. Ao serem implementadas, determinadas quantias comparativas saíram afectadas e a sua consequente reclassificação será divulgada com base na:

- Natureza da reclassificação.
- Quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada.
- Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Independentemente do referido acima, no que respeita à comparabilidade, sempre que possível, as Demonstrações Financeiras demonstram consistência de um exercício para o outro, seja em termos de apresentação, seja em termos dos movimentos contabilísticos que as originam, com excepção das alterações relevantes na natureza que, nessa situação, estão devidamente identificadas e suportadas neste Anexo. Deste modo, a informação disponibilizada é fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação

A pertinência da informação depende da sua natureza e materialidade. Assim, cada classe material de itens semelhantes é divulgada em separado nas Demonstrações Financeiras. Já os itens de natureza ou função distinta serão divulgados em separado, a não ser que se tratem de itens imateriais.

13. MAPAS

Compensação

Dada a relevância dos Activos e Passivos e dos Rendimentos e Gastos serem relatados em separado, não houve lugar a qualquer tipo de compensações, com excepção do que possa ter sido imposto por uma NCP.

Continuidade

As Demonstrações Financeiras devem ser preparadas numa base de continuidade a menos que exista uma intenção de liquidar a entidade ou de cessar as operações, ou se não existir alternativa realista senão fazê-lo. Tendo em conta a informação disponível e as expectativas futuras, a CPAS continuará em actividade e cumprirá as suas obrigações no futuro previsível.

Tendo por base o disposto nas NCP, as políticas contabilísticas adoptadas pela CPAS foram as seguintes:

ACTIVOS INTANGÍVEIS

Activos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

Após o reconhecimento inicial, os Activos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto a imparidade sempre que existe uma indicação de que o activo pode estar em imparidade.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um Activo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospectiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha recta.

As taxas de amortização utilizadas pela CPAS são as seguintes:

Programas de computador e sistemas de informação	33,33%
--	--------

O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na Demonstração dos Resultados na rubrica de "Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização".

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, os gastos directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Já os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os terrenos e edifícios não são depreciados. As depreciações dos restantes activos são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método de quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

O edifício considerado como Activo Fixo Tangível corresponde a parte do edifício sito no Largo S. Domingos em Lisboa, onde se encontra a Sede da CPAS. Encontra-se mensurado pelo seu Justo Valor determinado por avaliação efectuada por uma entidade especializada e independente, devidamente inscrita na CMVM, sendo que a última avaliação foi levada a cabo na CPAS, em Dezembro de 2018. As variações apuradas no Justo Valor no fim de cada exercício, são reconhecidas como rendimentos ou gastos no período em que ocorrem

Eis a discriminação das taxas de depreciação utilizadas pela CPAS:

Edifícios e outras construções	0,00%
Equipamento básico	
Instalações frigoríficas e de ventilação	12,50%
Mobiliário	12,50%
Instalações água, electricidade, ar refrigerado e telefónicas	10,00%
Instalações de aquecimento central	6,66%
Ascensores, monta-cargas e escadas mecânicas	10,00%
Ascensores de carga, descarga e embarque	7,14%
Centrais telefónicas privativas	10,00%
Refeitórios e cozinhas privativas	10,00%
Ferramentas e utensílios	25,00%
Máquinas e ferramentas ligeiras	20,00%
Televisores	14,28%
Aparelhos de ar condicionado	12,50%
Aparelhos de aquecimento	12,50%
Aparelhos de ventilação	12,50%
Outros artigos de conforto e decoração	12,50%
Equipamento publicitário na via pública	12,50%
Equipamento administrativo	
Aparelhagem e máquinas electrónicas	20,00%
Computadores	33,33%

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As Propriedades de Investimento da CPAS respeitam a terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, os quais são detidos com a finalidade de auferir rendimento ou valorizar o capital ou ambos.

As Propriedades de Investimento são mensuradas pelo seu Justo Valor determinado por avaliação efectuada por entidade especializada e independente, devidamente inscrita na CMVM, última avaliação esta levada a cabo na CPAS, em Dezembro de 2018. As variações apuradas no Justo Valor no fim de cada exercício, são reconhecidas como rendimentos ou gastos no período em que ocorrem, não são reconhecidos gastos com depreciações.

13. MAPAS

Quanto aos gastos incorridos relativos a Propriedades de Investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados do exercício a que se referem. Por oposição, os rendimentos obtidos com as mesmas, isto é, as rendas, são reconhecidas como um ganho na Demonstração dos Resultados do exercício a que se referem. Já as beneficiações relativamente às quais se espera que advenham benefícios económicos futuros, são capitalizadas na rubrica "Propriedades de Investimento".

IMPARIDADE DE ACTIVOS

São reconhecidas Perdas por Imparidade quando a quantia recuperável de um activo é inferior à sua quantia escriturada. Nestes casos a quantia escriturada dos activos é reduzida para a quantia recuperável.

As Perdas por Imparidade são reconhecidas imediatamente em resultados. Após o reconhecimento da perda, o encargo do activo é ajustado em períodos futuros para imputar a quantia revista do activo, menos o seu valor residual (se houver), num base sistemática durante a sua vida útil remanescente.

Em cada data de relato avalia-se se há qualquer indício de que uma Perda por Imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Verificando-se tal indício, a CPAS apura a quantia recuperável desse activo e procede à respectiva reversão da Perda por Imparidade.

No âmbito da imparidade de activos a CPAS distingue entre activos geradores de caixa e activos não geradores de caixa. Os primeiros são aqueles que se espera se traduzam em influxos de caixa. Já os segundos são aqueles, cuja finalidade não é gerar um retorno económico.

PROVISÕES, PASSIVOS E ACTIVOS CONTINGENTES

As Provisões são reconhecidas quando cumulativamente existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação e seja provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar a mesma.

Assim, a quantia reconhecida como Provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio para liquidar a obrigação presente a 31 de Dezembro de 2018.

Para cada classe de Provisão é necessário divulgar:

- Natureza da obrigação;
- Momento esperado de quaisquer exfluxos;
- Incertezas acerca desses exfluxos;
- Quantia de qualquer reembolso esperado

A quantia escriturada de um Activo (no caso da CPAS o valor da dívida acumulada de contribuintes) deve ser reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma Perda por Imparidade. Uma Perda por Imparidade deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Do mesmo modo, uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indício de que uma Perda por Imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Se assim for, há que apurar a quantia recuperável estimada e proceder à sua reversão contabilística.

A CPAS estabeleceu critérios claros e objectivos, através de análises estatísticas e económicas, relativamente ao comportamento da dívida ao longo dos anos e sua efectiva recuperabilidade de maneira a definir

de forma verdadeira e apropriada, ainda que sempre numa perspectiva conservadora, qual o valor global da dívida que se encontra em imparidade.

Os critérios para apuramento do valor da dívida que se encontra em imparidade são os seguintes:

Na dívida que não esteja ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento, deve ser considerada em imparidade a parte da emissão efectiva de cada um dos anos correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano em análise, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança deve ser apenas considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual).

Deverão os critérios para apuramento do valor da dívida que se encontra em imparidade, previstos no presente procedimento, ser permanentemente avaliados e revistos sempre que se verifique que os valores em imparidade, resultantes do cálculo efectuado, são manifestamente desadequados.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CPAS reconhece Activos Financeiros, Passivos Financeiros e Instrumentos de Capital Próprio apenas quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Quanto à mensuração inicial, os Instrumentos Financeiros são mensurados através do seu Justo Valor.

Na mensuração subsequente, a 31 de Dezembro de 2018, os Activos Financeiros são mensurados ao Justo Valor com as alterações de Justo Valor reconhecidas na Demonstração de Resultados, enquanto que os Passivos Financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método do juro efectivo (com excepção dos Passivos Financeiros classificados como detidos para negociação).

Ou seja, os Activos Financeiros transitados de 2017 estão valorizados ao Justo Valor em 31 Dezembro de 2018.

De referir ainda que nas vendas, o valor correspondente ao custo de aquisição das existências a liquidar foi calculado através do custo médio.

As políticas de mensuração de instrumentos Financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da CPAS.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os Benefícios de Empregados de curto prazo comportam salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direcção. Comportam também benefícios não monetários liquidados trimestralmente, como o plano de assistência médica e assistência médica em casa (*help-a-home*), suportado por um seguro de saúde que abrange todos os funcionários e um seguro de acidentes de trabalho.

Estes Benefícios são reconhecidos pela quantia não descontada dos Benefícios de curto prazo dos empregados que se espera pagar em troca desse serviço, o qual é mensurado como um gasto ou como passivo (acréscimo de gastos) após dedução de qualquer quantia já paga.

Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos Benefícios, a CPAS reconhece esse excesso como activo (gasto antecipado).

13. MAPAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A CPAS, enquanto Instituição de Previdência, goza de Isenção Definitiva nos termos da alínea c) do nº1 e do nº2 do art.9º do CIRC, excepto quanto aos rendimentos de capitais tal como definidos para efeitos de IRS.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As Demonstrações Financeiras que se juntam foram produzidas com base no princípio da continuidade das operações.

De salientar que a propósito de pressupostos futuros, existe informação detalhada, objecto de Relatório Actuarial feito anualmente por entidade externa independente.

3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A CPAS não tem Activos Intangíveis gerados internamente, assim a divulgação que se segue refere-se apenas a bens intangíveis adquiridos a terceiros.

No ponto 2.1 encontra-se descrito se os Activos Intangíveis têm vida útil indefinida ou finita e para os que têm vida útil finita são indicadas as respectivas taxas de amortização.

Também no ponto 2.1 vem descrito o método de amortização dos Activos Intangíveis.

No início e no final de 2018 eram os seguintes os valores brutos de Activos Intangíveis e respectivas amortizações e perdas por imparidade:

RUBRICAS (1)	INÍCIO DO PERÍODO			FINAL DO PERÍODO				
	QUANTIA BRUTA (2)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projectos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	8 860,74 €			8 860,74 €	8 860,74 €	4 798,98 €		4 061,76 €
Outros								
Activos intangíveis em curso								
Total	8 860,74 €	0,00 €	0,00 €	8 860,74 €	8 860,74 €	4 798,98 €	0,00 €	4 061,76 €

Em 2018 o movimento ocorrido nos Activos Intangíveis foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIÁÇÕES							QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		ADICÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSOES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (9)		DIMINUIÇÕES (10)
ACTIVOS INTANGÍVEIS										
Activos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	8 860,74 €						-4 798,98 €			4 061,76 €
Outros										
Activos intangíveis em curso										
Total	8 860,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 798,98 €	0,00 €	0,00 €	4 061,76 €

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta dos Activos Fixos Tangíveis, assim como os métodos de depreciação e as vidas úteis dos mesmos encontram-se descritas no ponto 2.1.

No início e no final de 2018 eram os seguintes os valores brutos de Activos Fixos Tangíveis e respectivas depreciações e perdas por imparidade:

RUBRICAS (1)	INÍCIO DO PERÍODO				FINAL DO PERÍODO			
	QUANTIA BRUTA (2)	DEPRECIACÕES ACUMULADAS (3)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (4)	QUANTIA ESCRITURADA (5) = (2) - (3) - (4)	QUANTIA BRUTA (6)	DEPRECIACÕES ACUMULADAS (7)	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS (8)	QUANTIA ESCRITURADA (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso								
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso								
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso	2 873 610,79 € 2 307 830,22 € 832 721,46 €	1 630 839,55 € 763 091,01 €		2 873 610,79 € 676 990,67 € 69 630,45 €	4 579 532,10 € 2 307 830,22 € 835 489,14 €	1 821 010,10 € 772 896,77 €		4 579 532,10 € 486 820,12 € 62 592,37 €
	6 014 162,47 €	2 393 930,56 €	0,00 €	3 620 231,91 €	7 722 851,46 €	2 593 906,87 €	0,00 €	5 128 944,59 €
Total	6 014 162,47 €	2 393 930,56 €	0,00 €	3 620 231,91 €	7 722 851,46 €	2 593 906,87 €	0,00 €	5 128 944,59 €

197

Em 2018 o movimento ocorrido nos Activos Fixos Tangíveis foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIACÕES								QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		ADIÇÕES (3)	TRANSFERÊNCIAS INTERNAS À ENTIDADE (4)	REVALORIZAÇÕES (5)	REVERSOES DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	PERDAS POR IMPARIDADE (7)	DEPRECIACÕES DO PERÍODO (8)	DIFERENÇAS CAMBIÁIS (9)	DEMINUIÇÕES (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Outros Bens de domínio público em curso										
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Infra-estruturas Património histórico, artístico e cultural Activos fixos em concessão em curso										
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções Equipamento básico Equipamento de transporte Equipamento administrativo Equipamentos biológicos Outros Activos fixos tangíveis em curso	2 873 610,79 € 676 990,67 € 69 630,45 €			1 705 921,31 €			-190 170,65 € -9 805,76 €			4 579 532,10 € 486 820,12 € 62 592,37 €
	3 620 231,91 €	2 767,68 €	0,00 €	1 705 921,31 €	0,00 €	0,00 €	-199 976,31 €	0,00 €	0,00 €	5 128 944,59 €
Total	3 620 231,91 €	2 767,68 €	0,00 €	1 705 921,31 €	0,00 €	0,00 €	-199 976,31 €	0,00 €	0,00 €	5 128 944,59 €

A rubrica Edifícios e Outras Construções inclui exclusivamente o edifício sede da Instituição, adquirido em Janeiro de 1960 pelo valor de 25 439,39 €. O aumento verificado em Edifícios e Outras Construções diz respeito a avaliação efectuada em Dezembro de 2018, de acordo com nota 2.1.

13. MAPAS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018 ocorreram as seguintes adições:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	ADIÇÕES										TOTAL (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSÃO (4)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (5)	EXPROPRIAÇÃO (6)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERÍODO A FAVOR DO ESTADO (7)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (8)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (9)	FUSÃO, CESSÃO, REESTRUTURAÇÃO (10)	OUTRAS (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infra-estruturas											0,00 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Outros											0,00 €
Bens de domínio público em curso											0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Activos fixos em concessão											0,00 €
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infra-estruturas											0,00 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Activos fixos em concessão em curso											0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros activos fixos tangíveis										1 705 921,31 €	1 705 921,31 €
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Equipamento básico											0,00 €
Equipamento de transporte		2 767,68 €									2 767,68 €
Equipamento administrativo											0,00 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros											0,00 €
Activos fixos tangíveis em curso											0,00 €
	0,00 €	2 767,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 705 921,31 €	1 708 688,99 €
Total	0,00 €	2 767,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 705 921,31 €	1 708 688,99 €

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2018 as Propriedades de Investimento registadas ao Justo Valor são as seguintes:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	VARIÁÇÕES (MODELO DO JUSTO VALOR)						QUANTIA ESCRITURADA FINAL (3)	GASTOS DO EXERCÍ- CIO (10)	RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO	
		ADIÇÕES (4)	TRANSFERÊN- CIAS INTERNAS À ENTIDADE (5)	GANHOS DE JUSTO VALOR (6)	PERDAS DE JUSTO VALOR (8)	DIFERENÇAS CAMBIAIS (7)	DEMINUIÇÕES (9)			RENDAS (11)	OUTROS (12)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Terrenos e recursos naturais											
Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	1 843 673,98 €							1 843 673,98 €			
Edifícios e outras construções											
Rua Flávio de Almeida, nº 5 (Lisboa)	4 037 417,73 €			1 683 982,27 €				5 721 400,00 €	12 820,86 €	170 810,78 €	
Rua Forno do Tijolo, nº 9 (Lisboa)	1 179 900,00 €			453 900,00 €				1 633 800,00 €	7 009,44 €	33 364,53 €	
Rua Duque de Palmela, nº 27 (Lisboa)	4 485 482,16 €			1 271 517,84 €				5 757 000,00 €	28 743,27 €	189 444,76 €	
Aj. D. Afonso Henriques, nº 11 (Lisboa)	3 153 973,24 €			2 950 826,76 €				6 104 800,00 €	13 298,48 €	138 011,11 €	
Rua D. Estelina, nº 17 (Lisboa)	5 093 336,57 €	2 508,46 €		4 441 154,97 €				9 537 000,00 €	39 485,90 €	246 278,71 €	
Rua Eduardo Coelho, nº 67 (Lisboa)								14 954,00 €			
Av. Duque de Avila, nº 169 (Lisboa)	9 982 700,00 €			5 002 700,00 €				14 985 400,00 €	236 851,04 €	574 541,38 €	
Largo de S. Domingos, nº 14 (Lisboa)	3 108 300,00 €			1 882 767,90 €				4 991 067,90 €	14 781,40 €	54 434,49 €	
Rua de Campo Alegre, nº 606 (Porto)	5 984 400,00 €	69 343,24 €		2 151 056,78 €				8 205 600,00 €	54 152,58 €	319 564,77 €	
Av. Fernão de Magalhães, nº 165 e 175 (Coimbra)	1 547 400,00 €			77 800,00 €				1 625 200,00 €	17 184,39 €	33 150,00 €	
Rua de Sta. Bárbara, nº 46 (Lisboa)	4 141 000,00 €			176 140,00 €				4 317 140,00 €	9 829,72 €	232 626,82 €	
Rua Pedro Nunes, nº 16 (Lisboa)	7 011 900,00 €			4 194 380,00 €				11 206 280,00 €	6 491,14 €	273 958,37 €	
Rua da Artilharia Urb. nº 63 (Lisboa)									78,89 €		
Rua da Carneira, nº 191 e 197 (Funchal)	650 600,00 €			94 400,00 €				745 000,00 €	4 961,32 €		
Rua Mouzinho de Silveira, nº 34 e 36 (Lisboa)	10 203 000,00 €			77 580,00 €				10 280 580,00 €	10 752,77 €	417 717,36 €	
Rua Mouzinho de Silveira, nº 26 (Lisboa)	8 451 300,00 €			6 606 940,00 €				15 058 240,00 €	6 752,51 €	367 600,04 €	
Ecadinhos da Barroca, nº 4	829 213,26 €			277 968,74 €				1 107 180,00 €	3 014,33 €	32 430,24 €	
Empreendimento Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	0,00 €	1 368,96 €	13 817 879,66 €	139 077,40 €				13 958 326,02 €	156 408,92 €	46 515,00 €	
Rua 31 de Janeiro, nº 56 (Funchal)	737 654,43 €	25 470,58 €		137 615,02 €				900 940,00 €	5 645,43 €	38 500,00 €	
Rua Visconde Saabra, nº 4 e 4-A (Lisboa)	0,00 €	3 225 866,09 €		632 335,91 €				3 858 200,00 €	17 464,80 €	69 259,58 €	
Investimentos em Curso											
Empreendimento Vila Plena (Vila Nova de Gaia)	13 579 675,09 €	238 204,57 €	13 817 879,66 €								
Total	86 029 826,48 €	3 982 761,87 €	0,00 €	32 253 139,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	121 836 827,90 €	659 637,19 €	3 228 127,94 €	0,00 €

13. MAPAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS (1)	ADIÇÕES (MODELO DO JUSTO VALOR)									
	INTERNAS (2)	COMPRA (3)	CESSAÇÃO (4)	TRANSFERÊNCIA OU TROCA (5)	DOAÇÃO, HERANÇA, LEGADO OU PERÍODO A FAVOR DO ESTADO (6)	DAÇÃO EM PAGAMENTO (7)	LOCAÇÃO FINANCEIRA (8)	FUSÃO, CISÃO, REESTRUTURAÇÃO (9)	OUTRAS (10)	TOTAL (11)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO										
Edifícios e outras construções										
Rua D. Estefânia, nº 17 (Lisboa)									2 508,46 €	2 508,46 €
Rua de Campo Alegre, nº 606 (Porto)									69 343,24 €	69 343,24 €
Vila Plena (Vila Nova de Gaia)									1 368,96 €	1 368,96 €
Rua 31 de Janeiro, nº 56 (Funchal)									25 470,56 €	25 470,56 €
Rua Visconde Seabra, nº 4 e 4-A (Lisboa)		3 142 985,02 €							82 881,07 €	3 225 866,09 €
Investimentos em Curso										
Empreend. Vila Plena (Vila Nova de Gaia)									238 204,57 €	238 204,57 €
Total	0,00 €	3 142 985,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	347 925,15 €	3 582 761,87 €

As adições verificadas na rubrica de Propriedades de Investimento correspondem à aquisição de um edifício na Rua Visconde Seabra nº4 e 4ª que ocorreu no dia 30 de Maio, remodelações em apartamentos, beneficiações de espaços internos e compras de certificados e licenciamentos necessários.

De referir que o empreendimento Vila Plena, em Vila Nova de Gaia, foi concluído em Outubro e os contratos de arrendamento iniciaram-se no mês de Novembro, tendo-se verificado grande afluência de inquilinos interessados.

9. IMPARIDADE DE ACTIVOS

As bases de mensuração relativas à Imparidade de Activos encontram-se descritas no ponto 2.1.

Em 31 de Dezembro de 2018 foram reconhecidas as seguintes Imparidades:

ACTIVO (1)	NATUREZA (2)	QUANTIA BRUTA (3)	IMPARIDADE ACUMULADA 31-12-2017 (4)	QUOTAS PRESCRITAS (5)	CONSTITUIÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE (6)	REVERSAO DE PERDAS POR IMPARIDADE (7)	IMPARIDADE ACUMULADA 31-12-2018 (8) = (4) - (5) + (6) - (7)	QUANTIA RECUPERÁVEL (9) = (3) - (8)
Contas a receber de contribuintes	Activo gerador de caixa	121 727 585,24 €	97 102 118,72 €	7 352 453,92 €	29 176 757,94 €	23 692 471,58 €	95 233 951,15 €	26 493 634,09 €
Contas a receber de inquilinos	Activo gerador de caixa	320 340,69 €			268 490,15 €		268 490,00 €	51 850,69 €
Total		122 047 925,93 €	97 102 118,72 €	7 352 453,92 €	29 445 248,09 €	23 692 471,58 €	95 502 441,15 €	26 545 484,78 €

Relativamente à dívida dos Beneficiários contribuintes a Imparidade decorre da parte da emissão efectiva de cada um dos anos correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança apenas foi considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual) e que não se encontra ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento.

Quanto à dívida de inquilinos a Imparidade reconhecida reflecte dívida de ex inquilino com antiguidade superior a oito anos, com risco de incobrabilidade.

13. RENDIMENTO DE TRANSACÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Os Rendimentos Provenientes de Transacções com Contraprestação é mensurado pelo Justo Valor da retribuição recebida ou a receber.

Os Rendimentos de Transacções com contraprestação obtidos em 2018 e 2017 foram os que se seguem:

13. MAPAS

TIPO DE RENDIMENTO	2018	2017
Diferenças de câmbio favoráveis na actividade de investimento	641 064,69 €	1 025 061,31 €
Indemnizações por eventos seguráveis	25 805,63 €	
Indemnizações por revogação antecipada de contractos de arrendamento		13 760,00 €
Rendas em propriedades de investimento	3 228 204,74 €	2 821 680,74 €
Correcções relativas a períodos anteriores	296 685,49 €	14 834,94 €
Excesso de estimativa para impostos	49 806,22 €	
Mais-valias em instrumentos financeiros	1 002 329,24 €	3 424 843,88 €
Dividendos	549 372,26 €	500 522,64 €
Rendimentos de unidades de participação	1 449 709,81 €	1 160 080,22 €
Rendimentos de operações com contratos de futuros	270 431,20 €	
Juros de depósitos bancários	21 692,55 €	12 975,31 €
Juros de obrigações	4 852 076,41 €	5 716 066,17 €
Juros de mora e outros juros	2 367 084,34 €	2 670 775,44 €
Outros	23 594,84 €	32 351,70 €
Total	14 777 857,42 €	17 392 952,35 €

14. RENDIMENTO DE TRANSACÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos da CPAS estão previstos no artigo 84º do RCPAS:

- As contribuições dos Beneficiários.
- O produto das sanções pecuniárias aplicadas pelas instâncias disciplinares da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução.
- Os juros e outros rendimentos dos valores e bens próprios.
- Os subsídios, donativos, legados ou heranças estabelecidas a seu favor;
- As Pensões e Subsídios prescritos.
- Outros valores pagos ou entregues pelos Beneficiários.
- Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por disposição legal ou de natureza extraordinária.

Quando falamos em Transacções Sem Contraprestação, falamos em transacções pelas quais uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar directamente em troca valor aproximadamente igual ou dá valor a uma outra entidade sem receber directamente em troca valor aproximadamente igual.

No que respeita ao reconhecimento, e segundo o relato da NCP 14, "um influxo de recursos provenientes de uma transacção sem contraprestação reconhecido como um activo deve ser reconhecido como rendimento, excepto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo."

Por sua vez, o Rendimento de Transacções Sem Contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no activo reconhecido pela entidade.

Já as multas e outras penalidades, fazendo também menção à NCP 14, "são benefícios económicos ou potenciais de serviço recebido ou a receber por uma entidade pública, de pessoas singulares ou colectivas, conforme determinado por um tribunal ou outro organismo com poderes legais, em consequência dessas pessoas terem violado requisitos legais ou regulamentares em vigor."

Quanto à sua mensuração, as multas e outras penalidades são reconhecidas como rendimento quando o valor a receber satisfizer a definição de activo e os respectivos critérios para reconhecimento.

Os Rendimentos Provenientes de Transacções Sem Contraprestação recebidos no Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, tem a seguinte decomposição:

TIPO DE RENDIMENTO	RENDIMENTO DE 2018 RECONHECIDO EM		RENDIMENTO DE 2017 RECONHECIDO EM		QUANTIAS POR RECEBER		ADANTAMENTOS RECEBIDOS
	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADOS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	INÍCIO DO PERÍODO	FINAL DO PERÍODO	
Impostos directos							
Impostos indirectos							
Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	104 607 251,24 €		91 193 971,74 €		119 986 071,09 €	121 727 585,24 €	
Taxas							
Multas e outras penalidades	84 926,26 €		75 665,91 €				
Transferências sem condição							
Transferências com condição							
Subsídios sem condição							
Subsídios com condição							
Legados, ofertas e doações							
Outros	40 461,59 €		46 955,15 €				
Total	104 732 639,09 €	0,00 €	91 316 592,80 €	0,00 €	119 986 071,09 €	121 727 585,24 €	

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

As bases de mensuração usadas para valorizar as Provisões, os Passivos Contingentes e os Activos Contingentes encontram-se descritas no ponto 2.1.

Em 2018, o movimento ocorrido no apuramento das provisões foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES			QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (9) - (10)
		REFORÇOS (3)	AUMENTOS DA QUANTIA DESCONTADA (4)	OUTROS AUMENTOS (5)	TOTAL AUMENTOS (6) = (3) + (4) + (5)	UTILIZAÇÕES (7)	REVERSÕES (8)	OUTRAS DIMINUIÇÕES (9)	
Impostos, contribuições e taxas									
Garantias a clientes									
Processos judiciais em curso	40 300,43 €				0,00 €		5 120,12 €		35 180,31 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Reestruturação e reorganização									
Outras provisões (Provisão LOE-2012 artº 20 e 25)	5 382 321,37 €				0,00 €				5 382 321,37 €
Total	5 422 621,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 120,12 €	0,00 €	5 417 501,68 €

A provisão relativa a processos judiciais em curso finalizou com o montante de 35.180,31 €, montante esse referente aos seguintes processos em curso:

Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra 1ª UO (6.445,61€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra 3ª UO (11.712,44€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra 3ª UO (4.930,00€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga 1ª UO (9.975,96€); Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria 1ª UO (2.116,30€).

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Foi aprovado o novo Organograma que cria as Áreas Operacionais de Compliance e de Auditoria Interna.

Em 2018, as Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão a 13 de Março de 2019, conforme deliberação da Direcção em acta.

Após 31 de Dezembro de 2018 e antes das Demonstrações Financeiras serem autorizadas para emissão, as divulgações relacionadas com as condições existentes à data de relato foram actualizadas à luz das novas informações.

Acontecimentos após a data de relato são os acontecimentos, tanto favoráveis como desfavoráveis, que ocorram entre a data de relato e a data em que as Demonstrações Financeiras são autorizadas para emissão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- Os que proporcionam evidência de condições que existiam à data de relato (acontecimentos após a data de relato que dão lugar a ajustamentos); e
- Os que são indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos).

13. MAPAS

Na CPAS, não existiram acontecimentos após a data de Balanço que dessem lugar a ajustamentos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As bases de mensuração usadas para valorizar os Instrumentos Financeiros encontram-se descritas no ponto 2.1.

A base para a determinação do Justo Valor para todos os Activos e Passivos Financeiros mensurados ao Justo Valor é a cotação de Mercado à data de 31 de Dezembro de 2018.

Em 2018 o movimento ocorrido nos Activos Financeiros foi o seguinte:

RUBRICAS (1)	QUANTIA ESCRITURADA INICIAL (2)	AUMENTOS				DIMINUIÇÕES				QUANTIA ESCRITURADA FINAL (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) - (7) - (8) - (9) - (10)
		COMPRAS (3)	GANHOS DE JUSTO VALOR (4)	REVERSÕES DE PERDAS POR IMPARIIDADE (5)	OUTROS (6)	ALIENAÇÕES (7)	PERDAS DE JUSTO VALOR (8)	PERDAS POR IMPARIIDADE (9)	OUTRAS (10)	
Activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Activos financeiros detidos para negociação	400 446 162,47 €	195 970 250,27 €	4 081 586,02 €		8 995,76 €	206 331 406,22 €	20 874 217,73 €		250 778,51 €	373 050 592,06 €
Participações financeiras - justo valor										
Outros activos financeiros										
Activos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros activos financeiros										
Total	400 446 162,47 €	195 970 250,27 €	4 081 586,02 €	0,00 €	8 995,76 €	206 331 406,22 €	20 874 217,73 €	0,00 €	250 778,51 €	373 050 592,06 €

Os outros aumentos referem-se a eventos corporativos de spin-off. Já as outras diminuições dizem respeito a amortizações ao valor nominal.

Nas diversas transacções (compra, venda, cupão, etc.) de produtos financeiros envolvendo moeda estrangeira, para se proceder à contabilização em moeda Euro, recorreu-se a duas fontes de informação, à cotação assumida pelo Banco para a realização da transacção, e constante do extracto ou *borderaux* bancário ou, quando não existia informação bancária, utilizou-se a taxa de câmbio da data da realização da operação, recorrendo, para tal, à informação do Banco de Portugal.

Nos mapas de final de ano, foi utilizada a taxa de câmbio para o Euro do dia 31 de Dezembro de 2018:

MOEDA	DESCRIÇÃO	TAXA DE CÂMBIO
Dólar Americano	USD	1,14500
Libra Esterlina	GBP	0,89453
Yen Japonês	JPY	125,85000
Coroa Norueguesa	NOK	9,94830
Franco Suíço	CHF	1,12690
Dólar Australiano	AUD	1,62200
Dólar Canadiano	CAD	1,56050
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,46730
Coroa sueca	SEK	10,25480
Dólar Hong Kong	HKD	8,96750

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

As bases de mensuração usadas para valorizar os Benefícios de Empregados de curto prazo encontram-se descritas no ponto 2.1.

A 31 de Dezembro de 2018, a CPAS apresentou um quadro de pessoal com 46 colaboradores.

A CPAS concede aos seus colaboradores benefícios de curto prazo, os quais incluem:

- Ordenados e subsídios de refeição
- Ausências permitidas de curto prazo remuneradas, traduzidas em subsídios de Férias e subsídios de Natal
- Prémios anuais não recorrentes ou vinculados na atribuição, relacionados com a avaliação de desempenho anual
- Benefícios não monetários liquidados trimestralmente, como o plano de assistência médica e assistência médica em casa (*help-a-home*), suportado por um seguro de saúde que abrange todos os funcionários e um seguro de acidentes de trabalho

23. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

No Exercício de 2018, no Património Líquido da CPAS ocorreram os seguintes movimentos:

DESIGNAÇÃO (1)	SALDO INICIAL (2)	AUMENTOS (3)	DIMINUIÇÕES (4)	TRANSFERÊNCIAS (+/-) (5)	SALDO FINAL (6) = (2) + (3) - (4) +/- (5)
Fundo de garantia	491 122 506,41 €			762 929,88 €	491 885 436,29 €
Fundo de reserva	244 382,79 €				244 382,79 €
Fundo de assistência	21 639 266,83 €	54 578,29 €			21 693 845,12 €
Fundo de administração	1 267 465,93 €				1 267 465,93 €
Fundo de sobrevivência	384 074,38 €				384 074,38 €
Fundo especial Dr. Lourenço Junior	1 652 858,14 €	5 443,25 €	3 900,00 €		1 654 401,39 €
Excedentes de revalorização	26 540 553,48 €				26 540 553,48 €
Resultado líquido	762 929,88 €	14 694 687,53 €		-762 929,88 €	14 694 687,53 €
Total	543 614 037,84 €	14754709,07	3 900,00 €	0,00 €	558 384 846,91 €

24. GASTOS

203

24.1 Contribuições, Subsídios e Comparticipações

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Pensões, Subsídios e Comparticipações decompõe-se como segue:

	2018	2017
Comparticipação internamento hospitalar maternidade	60 072,47 €	61 453,32 €
Comparticipação internamento hospitalar doença	86 566,95 €	112 214,69 €
Subsídios de maternidade	1 345 638,40 €	1 117 290,60 €
Subsídios de recuperação internamento hospitalar doença	235 268,00 €	266 876,00 €
Seguro de acidentes pessoais grupo	181 283,43 €	164 746,68 €
Assistência médica - Help a Home	190 606,50 €	175 047,75 €
Remunerações dos médicos	0,00 €	18 650,00 €
Subsídio de estudo	1 745,80 €	2 618,70 €
Subsídios de nascimento	566 262,00 €	523 216,00 €
Subsídios por morte	384 210,00 €	354 697,88 €
Subsídios de assistência	65 412,00 €	70 737,84 €
Subsídios de sobrevivência	6 665 200,96 €	6 469 530,49 €
Ação médica medicamentosa diagnóstico	28 078,13 €	25 325,46 €
Comparticipação internamento hospitalar maternidade	15 125,59 €	5 543,06 €
Comparticipação despesas de funeral	57 373,29 €	60 920,59 €
Comparticipação internamento hospitalar doença	252 271,57 €	244 099,53 €
Suplemento da pensão de reforma	823 800,78 €	902 254,95 €
Suplemento do subsídio de invalidez	718,82 €	1 092,98 €
Pensões de reforma	90 911 599,33 €	86 610 866,59 €
Complemento pensão de reforma	615,02 €	999,90 €
Subsídios de invalidez	1 502 009,99 €	1 724 056,67 €
Total	103 373 859,03 €	98 912 239,68 €

13. MAPAS

24.2 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se como segue:

	2018	2017
Serviços especializados	693 693,96 €	624 015,33 €
Materiais de consumo	70 189,56 €	66 138,75 €
Energia e fluidos	75 607,33 €	81 646,80 €
Deslocações, estadas e transportes	19 208,83 €	11 169,03 €
Rendas e alugueres (Impressoras)	6 752,73 €	
Comunicação	196 988,35 €	222 517,65 €
Seguros	67 961,15 €	68 297,19 €
Contencioso e notariado	146 708,97 €	303 915,69 €
Despesas de representação dos serviços	1 665,00 €	9 875,70 €
Limpeza, higiene e conforto	57 274,58 €	52 913,94 €
Outros serviços	331 082,47 €	279 807,42 €
Encargos com a Direcção	169 500,21 €	140 055,76 €
Encargos com Conselho Geral	794,16 €	
Total	1 837 427,30 €	1 860 353,26 €

24.3 Encargos com a Direcção

A 31 de Dezembro de 2018, a Direcção da CPAS é composta por 5 membros, a saber:

- Dr. António Costeira Faustino, na qualidade de Presidente
- Dr. Victor Alves Coelho, na qualidade de Vice-Presidente
- Dr. Carlos Pinto de Abreu, na qualidade de Vogal Secretário
- Dra. Susana Afonso, na qualidade de Vogal Tesoureira
- Sol. José Manuel Oliveira, na qualidade de Vogal

A remuneração dos membros da Direcção corresponde à atribuição de senhas de presença no valor nominal diário de 199,52€, conforme relato da Portaria nº 938/98, valor este atribuído por presença nas reuniões plenárias da Direcção, por diligências e/ou deslocações em representação da CPAS.

A quantia total de todas as remunerações e compensações pagas aos membros da Direcção, durante o exercício de 2018, perfaz o montante total de 168.841,86 €. Foram gastos a título de deslocações 658,35€.

24.4 Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Gastos com o Pessoal decompõe-se como segue:

	2018	2017
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	60 896,44 €	
Pessoal do quadro	742 151,96 €	821 297,13 €
Subsídio de férias	149 909,46 €	72 671,35 €
Subsídio de refeição	64 578,36 €	59 503,06 €
Gratificações	40 450,00 €	
Isonção de horário de trabalho	57 111,29 €	25 074,65 €
Férias não gozadas	1 257,36 €	4 460,58 €
Alimentação e alojamento		6,05 €
Ajudas de custo	4 230,00 €	2 160,00 €
Trabalho extraordinário	16 190,49 €	36 010,01 €
Gratificações variáveis ou eventuais	39 266,67 €	
Abono para falhas	1 035,49 €	1 035,47 €
Indemnizações ao pessoal	-594,87 €	3 243,67 €
Sistemas de protecção social	247 061,26 €	214 481,43 €
Seguro de acidentes no trabalho	13 736,80 €	10 566,80 €
Complemento de reforma	407,29 €	375,96 €
Passe social	1 468,00 €	1 508,20 €
Outros	84,57 €	163,45 €
Seguros com o pessoal	16 767,78 €	11 547,81 €
Total	1.456 008,35 €	1.264 105,62 €

24.5 Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se como segue:

	2018	2017
Impostos directos	1 494 335,48 €	1 671 944,00 €
Imposto municipal sobre imóveis (IMI)	63 076,57 €	62 125,20 €
Diferenças de câmbio desfavoráveis na actividade de investimento	1 701 123,63 €	1 047 724,93 €
Serviços bancários	1 988 414,47 €	1 958 660,82 €
Outros não especificados	20,94 €	
Outras correções relativas a períodos anteriores	151 471,39 €	230 618,11 €
Títulos de dívida pública negociáveis	0,50 €	
Perdas em fundos de investimento mobiliário de obrigações	498 728,44 €	632 724,54 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário de acções	599 025,38 €	222 325,02 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário mistos	1 428,41 €	47 121,14 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário de tesouraria	1 161,92 €	356,29 €
Perdas em fundos de investimento mobiliário alternativos	67 180,70 €	2 662,84 €
Perdas em fundos de investimento imobiliário	838 582,07 €	
Perdas em acções	698 505,49 €	385 756,99 €
Perdas em obrigações com garantia do Estado	248 001,20 €	123 106,72 €
Perdas em obrigações de empresas	605 958,18 €	832 270,18 €
Outras penalidades		0,49 €
Outros não especificados	15 258,03 €	14 100,08 €
Juros de mora	10,52 €	34,00 €
Outros juros tributários	0,49 €	
Outros juros	2 650,12 €	305,60 €
Gastos e perdas em operações com futuros	387 578,00 €	
Total	9 362 511,93 €	7 231 836,95 €

25. OUTRAS DIVULGAÇÕES

ACTIVO

205

25.1 Clientes, Contribuintes e Utentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes decompõe-se como segue:

	2018	2017
Contribuintes	121 727 585,24 €	119 986 071,09 €
Perdas por imparidade acumuladas em contribuintes	-95 233 951,15 €	-97 102 118,68 €
Total	26 493 634,09 €	22 883 952,41 €

25.2 Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outras Contas a Receber decompõe-se como segue:

	2018	2017
Pensões/subsídios/participações	153 369,12 €	145 718,95 €
Fornecedores	13 817,04 €	15 121,82 €
Adiantamentos ao pessoal		123,75 €
Fornecedores de investimentos	1 989,75 €	1 989,75 €
Devedores por acréscimos de rendimentos (1)	1 537 396,02 €	1 781 622,13 €
Outros devedores e credores (2)	1 478 204,99 €	10 435 632,07 €
Perdas por imparidade acumuladas	-268 490,00 €	
Total	2.916 266,92 €	12.380 208,47 €

(1) Especialização de juros a receber de obrigações em 2019, referentes a 2018

(2) Esta rubrica desagra-se sobretudo em adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros 1.030.640,85 € e rendas a receber 320.340,69 € (sendo que 268.490,00 € já se encontram registadas como imparidade, na linha abaixo).

13. MAPAS

25.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Diferimentos decompõe-se como segue:

	2018	2017
Seguros	24 121,91 €	
Outros gastos a reconhecer	9 695,98 €	30 467,07 €
Total	33 817,89 €	30 467,07 €

PASSIVO

25.4 Fornecedores/ Fornecedores de Investimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas Fornecedores e Fornecedores de Investimentos decompõe-se como segue:

	2018	2017
Fornecedores c/c	472 916,16 €	1 088 123,60 €
Fornecedores- retenções de garantia	615 402,64 €	451 607,86 €
Fornecedores de investimentos contas gerais	15 771,06 €	8 860,74 €
Total	1.104 089,86 €	1.548 592,20 €

25.5 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se como segue:

	2018	2017
Imposto sobre o rendimento	1 319 666,79 €	1 086 197,08 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 459 030,46 €	1 426 192,30 €
Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	17 086,45 €	17 782,31 €
Descontos judiciais	-292,70 €	-292,60 €
Total	2 795 491,00 €	2 529 879,09 €

Não existem dívidas ao "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora.

25.6 Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Outras Contas a Pagar decompõe-se como segue:

	2018	2017
Adiantamentos ao pessoal	443,70 €	130,05 €
Credores por acréscimos de gastos (1)	531 265,94 €	412 132,03 €
Cauções (2)	448 090,00 €	280 820,00 €
Outros devedores e credores (3)	243 687,31 €	218 427,52 €
Total	1 223 486,95 €	911 960 €

- (1) Inclui provisão para subsídio de férias e gratificações a liquidar aos funcionários em 2019 e especialização de comissão de gestão e custódia de títulos a liquidar aos bancos em 2019. Esta rubrica desagrega-se sobretudo em adiantamentos por conta de investimentos financeiros 1.030.640,85 € e rendas a receber 320.340,69 € (sendo que 268.490,00 € já se encontram registadas como imparidade, na linha abaixo).
- (2) Representam na sua totalidade cauções recebidas de inquilinos
- (3) Referem-se, na sua maioria, a valores registados na conta corrente de cobranças dos Beneficiários.

25.7 Diferimentos

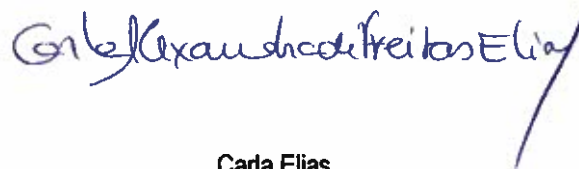
Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Diferimentos decompõe-se como segue:

	2018	2017
Rendas recebidas adiantadamente	383 590,62 €	304 439,77 €
Total	383 590,62 €	304 439,77 €

25.8 Responsabilidades contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018 existiam 167 processos em contencioso, nos quais a CPAS figura como Ré, mas que segundo o Advogado mandatado para o patrocínio não representam responsabilidades futuras para a Instituição.

Lisboa, 28 de Março de 2019.



Carla Elias
(Contabilista Certificada)

207

A DIRECÇÃO



António Costeira Faustino
(Presidente)



Victor Alves Coelho
(Vice-Presidente)

13. MAPAS

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

[Handwritten signature of Carlos Pinto de Abreu]

Carlos Pinto de Abreu
(Vogal Secretário)

[Handwritten signature of Susana Afonso]

Susana Afonso
(Vogal Tesoureira)

[Handwritten signature of José Manuel de Oliveira]

José Manuel de Oliveira
(Vogal)

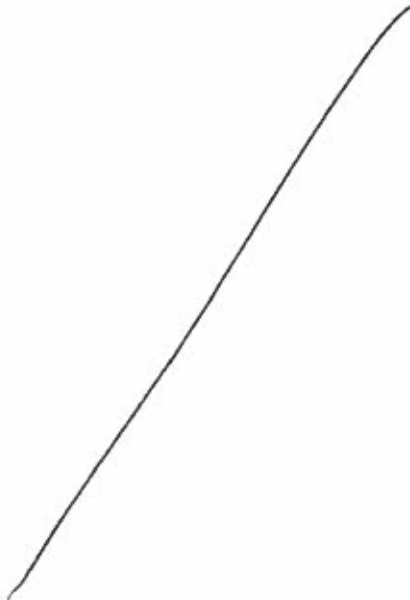
13. MAPAS

a *ls*
Mau
xx *o*
M

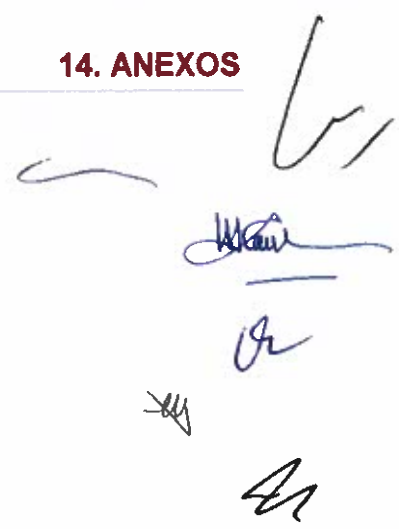
(Large handwritten mark, possibly a diagonal line or signature)

13. MAPAS

[Handwritten marks and signatures]



14. ANEXOS



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a signature below it, and several smaller initials and marks.

ANEXOS

→

✓ 1

Went

✓

AM

↘



FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA SOCIAL
DR. JOSÉ LOURENÇO JÚNIOR E SUA MULHER D. OTÍLIA PESSOA MURTA LOURENÇO

RELATÓRIO DE GESTÃO
ANO 2018

No dia 27 de Outubro de 1993, no dia 19 de Dezembro de 1993 e no dia 16 de Janeiro de 1994, o Dr. José Lourenço Júnior Doou respectivamente à CPAS os montantes de 50.000.000\$00, de 30.000.000\$00 e de 70.000.000\$00.

A CPAS aceitou formalmente a referida Doação.

Os referidos montantes doados destinaram-se à prossecução dos fins que constam do Regulamento do Fundo e aos termos e condições no mesmo estipulados.

A Doação identificada teve como objectivo a criação do Fundo denominado "Fundo Especial de Segurança Social Dr. José Lourenço Júnior e sua mulher D. Otília Pessoa Murta Lourenço", Fundo esse com autonomia de existência, de despesas e de rendimentos.

1

Conforme consta do respectivo Regulamento, o Fundo destina-se a conceder aos Advogados/as inscritos/as na CPAS, em actividade ou em situação de reforma (no caso de morte, aos seus cônjuges sobreviventes), prestações pecuniárias na eventualidade de invalidez ou velhice, complementares de idênticas prestações do regime geral da segurança social, bem como Prestações Pecuniárias de Apoio Social.

No ano de 2018 e no âmbito do referido Fundo foram atribuídas 3 Prestações Pecuniárias de Apoio Social, cada uma, no valor de 300,00 Euros mensais, porquanto as respectivas situações dos Beneficiários requerentes reuniam os requisitos previstos para a sua atribuição.

As Prestações Pecuniárias de Apoio Social encontram-se previstas nos artigos 23.º e seguintes do Regulamento do Fundo, dependendo a sua atribuição, designadamente, da verificação dos seguintes requisitos:

- Disponibilidades financeiras do Fundo.
- Existência de uma situação de carência económica grave dos Beneficiários para fazer face a situações comprovadas de doença que exijam internamento ou tratamento de ambulatório de custo elevado.
- Instrução do processo com um relatório de uma assistente social designada pela CPAS, do qual conste, devidamente fundamentado, Parecer sobre a concessão da prestação requerida.

No ano de 2018, no âmbito de autonomia de despesas e rendimentos do Fundo, o património do Fundo foi reforçado em 5.443,25 Euros, em resultado da capitalização do montante de base aplicado em Depósito a Prazo.

Ainda no ano de 2018, o património do Fundo foi igualmente reduzido em 3.900,00 Euros, em virtude da atribuição das já referenciadas Prestações Pecuniárias de Apoio Social a Beneficiários da CPAS.

No final do ano de 2018, o património total do Fundo correspondia ao montante de 1.654.401,39 Euros.

A variação do montante correspondente ao património do Fundo e respectivas rentabilidades ao longo dos anos são as que se apresentam no quadro adiante expresso:

	VALOR FUNDO	RENTABILIDADE
2011	1.485.470,35 €	2,76%
2012	1.574.554,02 €	6,00%
2013	1.601.466,32 €	3,22%
2014	1.643.154,92 €	2,60%
2015	1.648.964,07 €	0,35%
2016	1.648.964,07 €	0,00%
2017	1.652.858,14 €	0,24%
2018	1.654.401,39 €	0,32%

Lisboa, 28 de Março de 2019.

A DIRECÇÃO



António Costeira Faustino

(Presidente)



6,
u

Victor Alves Coelho
(Vice-Presidente)

Carlos Pinto de Abreu
(Vogal Secretário)

Susana Afonso
(Vogal Tesoureira)

José Manuel de Oliveira
(Vogal)

an l/

Wend

W

W

30-11-2018



X
W
M

1947 / 2017
70 ANOS

M

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

Orçamento para 2019 e plano de actividades
para 2019



ÍNDICE

ÍNDICE	1
NOTAS INTRODUTÓRIAS	2
PLANO DE ACTIVIDADES	3
ORÇAMENTO PARA 2019 –	6
RENDIMENTOS	6
GASTOS	8
IMPARIDADES	15
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	17
DESPESAS DE INVESTIMENTO	18
ORÇAMENTO DE TESOURARIA	19

VI
[Signature]

[Signature]

[Signature]

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Apesar de não existir qualquer referência no Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) relativamente à aprovação do Orçamento Anual, este trata-se de um indispensável instrumento de gestão previsional e constitui uma referência ao nível dos objectivos estabelecidos, aos recursos necessários e as acções a desenvolver para alcançar os resultados pretendidos.

O Orçamento Anual da CPAS é apresentado à Direcção da CPAS até o final de Novembro do ano civil anterior ao que diz respeito.

O Orçamento é elaborado com os contributos das diferentes áreas operacionais e tem como base a análise da evolução histórica das diversas rubricas, ponderada com a observada execução orçamental de 2018 e em conjugação com as actividades previstas para o próximo ano.

Cabe também referir que o presente Orçamento se trata de um documento tentativo, na medida em que, a Direcção da CPAS propôs e levou a cabo a aprovação em Conselho Geral de diversas medidas de alteração ao actual Regulamento, cuja temporização se estima estejam em aplicação no início de 2019 mas, neste momento, se torna ainda impossível de prever, e que terão impactos em diversas rubricas orçamentais.

Assim, o Orçamento será efectuado com base na actual legislação em vigor.

Logo que exista quadro legislativo que reflecta as medidas de alteração ao actual Regulamento, o Orçamento será ajustado por forma a reflectir as alterações legislativas a respectivos impactos.

Refira-se também que o presente Orçamento foi realizado antes do final do exercício, logo os valores realizados de 2018 são estimativas considerando a execução até Agosto de 2018 e extrapolando esses valores até ao final do ano.

PLANO DE ACTIVIDADES

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) tem por fim estatutário conceder pensões de reforma aos seus Beneficiários e subsídios por morte às respectivas famílias, exercendo ainda uma actividade relevante ao nível de assistência social. O seu objectivo prioritário é o de prover aos seus Beneficiários uma velhice condigna, que represente adequadamente a recompensa de uma vida de trabalho e da inerente participação no sistema previdencial.

O regime de previdência da CPAS é de repartição intergeracional, ou seja, a geração actual encontra -se a pagar as pensões da geração passada, esperando -se que também a geração vindoura pague as pensões dos actuais contribuintes

Para o efeito a CPAS emite mensalmente contribuições aos seus Beneficiários, calculadas pela aplicação da taxa de 21% a uma remuneração convencional, de entre 18 escalões indexados à retribuição mínima mensal garantida fixada por lei.

O pagamento atempado das referidas contribuições é da responsabilidade dos Beneficiários da CPAS. Cabe à Direcção da CPAS, caso não se verifique esse pagamento, promover a cobrança coerciva das contribuições em dívida na base de um principio de equidade, aferido na relação com a esmagadora maioria dos Beneficiários que pagam pontualmente as suas contribuições.

A gestão e recuperação das contribuições em dívida, que ascendem actualmente a cerca de 132 Milhões de euros, é uma das áreas que causa maior preocupação à Direcção sendo o seu objectivo que este valor seja substancialmente reduzido no curto prazo. São disponibilizados aos Beneficiários com dívida de contribuições acordos de pagamento prestacional, tendo sido já negociada uma Linha Especial de Crédito Pessoal com uma instituição bancária.

Procurar-se-á incrementar a recuperação da dívida de contribuições, através dos instrumentos disponibilizados para o efeito, com o objectivo de garantir que todos os Beneficiários têm um contributo solidário em relação ao seu Sistema de Previdência, mas também porque se pretende vincular os mesmos, durante toda a sua vida activa, ao provimento de um rendimento futuro que lhes permita enfrentar a velhice ou o infortúnio, com um mínimo de estabilidade, segurança e com a dignidade que se exige.

A nível assistencial a CPAS atribui também Subsídios de Invalidez e de Sobrevivência aos cônjuges sobreviventes, e filhos menores ou que estejam a concluir os seus estudos, dos Beneficiários. Bem como diversos benefícios imediatos (Nascimento, Maternidade, Internamento Hospitalar, etc.). Pode também a CPAS, como tem feito e continuará a fazer, promover a celebração de protocolos com companhias de seguros no sentido de complementar a sua vertente assistencial.

Cabe à Direcção da CPAS garantir a correcta gestão dos activos, mobiliários e imobiliários, da Instituição através de políticas de investimento adequadas ao seu perfil de risco e reavaliadas com base nas condições de mercado vigentes. Bem como salvaguardar a diversificação prudencial do tipo de activos, sempre com um adequado acompanhamento e análise do binómio rentabilidade/risco, por forma a garantir resultados estáveis sem volatilidade, de maneira a garantir a sustentabilidade no médio e longo prazo.

Cabe também a Direcção a gestão de relações institucionais entre a CPAS e as entidades públicas, privadas e os diversos órgãos da CPAS. Bem como garantir e promover uma política de comunicação estreita e regular com os seus Beneficiários que acautele o melhor interesse dos Beneficiário e que assegure, a longo prazo, a solidez e a sustentabilidade da CPAS, mas também, visando criar condições para resolver problemas que legitimamente os preocupam e afectam negativamente.

Com o objectivo de moderar algum desconforto e atender a críticas construtivas dos Beneficiários, considerou-se urgente implementar uma primeira fase de medidas de alteração ao Regulamento da CPAS susceptível de contribuir para o reforço da sua solidez e sustentabilidade e responder a alguns dos anseios que os Beneficiários têm manifestado.

Pretendeu-se igualmente dar corpo ao conjunto de medidas enunciadas no seio do Conselho Geral da CPAS, realizado em 27 de Abril de 2017. Infelizmente as mesmas, até à data da elaboração do presente documento, não foram ainda aprovadas e publicadas estando ainda em cursos o processo legislativo.

É expectativa da CPAS que as referidas medidas sejam publicadas antes do final do ano para entrar em vigor no início de 2019.

As medidas correspondem a uma primeira abordagem desta matéria e estratificam-se com alcances diferenciados, designadamente atendendo umas a um plano estritamente social, outras a um plano de sustentabilidade e outras ainda a um plano de organização, mas todas confluindo para a estabilização do melhor interesse dos Beneficiários e da sua Instituição.

Visando essencialmente **aspectos de natureza social**, que pretendem, em primeira linha, promover a equidade do esforço contributivo dos Beneficiários e o reforço dos laços de solidariedade intra e inter-generacionais, foi desenhado o seguinte conjunto de medidas:

- O não pagamento temporário de contribuições nas situações de incapacidade temporária para o trabalho por motivo de doença grave ou de situação particular de maternidade, devidamente certificadas, quando os Beneficiários comprovadamente não disponham de rendimentos para proceder ao pagamento das contribuições.
- Alternativamente, a adopção temporária do 4.º escalão contributivo (escalão de "refúgio") em caso de doença grave ou de situação particular de maternidade, quando os Beneficiários comprovadamente não disponham de rendimentos para proceder ao pagamento de contribuições pelo escalão mínimo (5.º escalão).
- A eliminação da obrigatoriedade contributiva dos Beneficiários estagiários.
- A possibilidade de uma redução do valor das contribuições paga pelos Beneficiários da CPAS e desindexação do seu valor à Remuneração Mínima Mensal Garantida.
- A redução do prazo de garantia para acesso à pensão de reforma.
- A Instituição de um regime contributivo e de melhoria da reforma, na base de adequadas fórmulas para os Beneficiários em situação de reforma e que continuem a exercer a profissão.

Visando essencialmente o **reforço da sustentabilidade da CPAS**, por via da diminuição das suas despesas e do aumento das suas receitas, foi desenhado o seguinte conjunto medidas:

- A isenção de IRC em rendimentos de aplicações financeiras da CPAS.

Visando **aspectos meramente administrativos ou funcionais** que incidem essencialmente na melhoria de aspectos organizacionais da CPAS, relativamente aos quais o Novo Regulamento carece de precisão, é desenhado o seguinte conjunto de medidas:

- Forma de obrigar a CPAS.
- Comunicações entre as Ordens dos Advogados e dos Solicitadores e Agentes de Execução e a CPAS.

Faz parte dos planos da Direcção da CPAS, assim que as referidas medidas forem publicadas, iniciar estudos e análises para implementação de um segundo pacote de medidas cujo objectivo irá concentrar-se numa revisão da fórmula utilizada para cálculo das pensões de reforma e implementação de mais medidas de carácter social no sentido de responder a alguns dos anseios demonstrados pelos Beneficiários.

Espera-se, em 2019, efectivar-se a contratação um seguro de saúde gratuito para todos Beneficiários da CPAS que não tenham dívida de contribuições no final do exercício. Este seguro, cuja contratação estava prevista para o ano de 2018 mas a qual não foi possível contratualizar na medida em que se considerou que as condições apresentadas pelas companhias de seguros não respondiam de forma adequada às preocupações apresentadas pelos Beneficiários da CPAS.

Salienta-se o ano de 2018 como primeiro ano de implementação do SNC-AP, que obriga à alteração da forma como é efectuada a prestação de contas da CPAS.

A nível informático realça-se a premência de investimento, por um lado na renovação de parte do equipamento informático da CPAS que se encontra, a alguns níveis, a responder de forma não satisfatória face às actuais necessidades da Instituição e, por outro lado, na aquisição/desenvolvimento de algumas ferramentas informáticas, nomeadamente de Gestão Documental e de adequação ao Novo Regulamento Geral de Protecção de Dados, investimentos esses que visam dotar a CPAS de uma estrutura mais eficiente.

No âmbito dos recursos humanos, pode haver a necessidade de reforço de algumas áreas operacionais da CPAS, bem como tem vindo a verificar-se a necessidade de avançar com acções de formação dos recursos da CPAS, em diversas áreas, nesse sentido será também desenvolvido um programa anual de formações (internas e externas) por forma a garantir o adequado desempenho dos funcionários da CPAS.

ORÇAMENTO PARA 2019

RENDIMENTOS

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
RENDIMENTOS				
Contribuições regulamentares	105.426.460,06 €	69.860.592,59 €	104.790.888,89 €	117.365.800,00 €
Impostos, contribuições e taxas	105.426.460,06 €	69.860.592,59 €	104.790.888,89 €	117.365.800,00 €
Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível	28.173,09 €	23.312,54 €	34.968,81 €	33.200,00 €
Rendas em propriedades de investimento	3.386.272,55 €	2.410.888,71 €	3.616.333,07 €	3.978.000,00 €
Ganhos em instrumentos financeiros	2.009.320,64 €	3.189.435,34 €	4.784.153,01 €	5.130.700,00 €
Multas de processos disciplinares	77.710,82 €	57.225,00 €	85.837,50 €	86.700,00 €
Outros	44.276,95 €	20.707,32 €	31.060,98 €	30.000,00 €
Outros rendimentos e ganhos	5.545.754,05 €	5.701.568,91 €	8.552.353,37 €	9.258.600,00 €
Juros de mora (contribuições e pensões)	2.703.109,74 €	827.194,56 €	1.240.791,84 €	1.302.800,00 €
Juros e dividendos de instrumentos financeiros	10.073.085,18 €	1.637.643,21 €	6.000.000,00 €	6.000.000,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	12.776.194,92 €	2.464.837,77 €	7.240.791,84 €	7.302.800,00 €
TOTAL DOS RENDIMENTOS	123.748.409,03 €	78.026.999,27 €	120.584.034,09 €	133.927.200,00 €

Contribuições regulamentares

O valor orçamentado para 2018 relativo à emissão de contribuições foi de 105.426.460,06 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 69.860.592,59 €, o que representa um valor realizado de 104.790.888,89 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 117.365.800,00 € o que representa um aumento de 12% no valor da emissão de contribuições face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, considerando a estimativa de aumento da RMMG para 600,00 €, desde Janeiro, em conjugação com o aumento da taxa contributiva de 21% para 23% na sequência do previsto no Regulamento da CPAS;

Logo que exista quadro legislativo que reflecta as medidas de alteração ao actual Regulamento, o Orçamento das receitas de contribuições será devidamente ajustado por forma a reflectir o novo indexante.

Receitas de procuradoria e taxa de justiça cível

O valor orçamentado para 2018 relativo às receitas de procuradoria e taxa de justiça cível foi de 28.173,09 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi 23.312,54 €, o que representa um valor realizado de 34.968,81 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 33.200,00 € o que representa uma redução de 5% no valor dessas verbas face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, considerando a continuação do cenário de descida destes valores atendendo a que se reportam a processos entrados até à data da revogação dos diplomas que contemplavam a atribuição de tais receitas à CPAS.

Rendas em propriedades de investimento

O valor orçamentado para 2018 relativo a rendas em propriedades de investimento foi de 3.386.272,55 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 2.410.888,71 €, o que representa um valor realizado de 3.616.333,07 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 3.978.000,00 € o que representa um aumento de 10% no valor dos rendas em propriedades de investimento face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, na sequência

da continuidade da política de reforço do investimento em activos imobiliários e formalização de novos contratos de arrendamento efectuados após a finalização de investimentos realizados em anos anteriores.

Rendimentos de aplicações financeiras

O valor orçamentado para 2018 relativo a **ganhos em instrumentos financeiros** foi 2.009.320,64 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 3.189.435,34 €, o que representa um valor realizado de 4.784.153,01 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 5.130.700,00 € o que representa um aumento de 7% no valor dos ganhos em instrumentos financeiros face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, na expectativa de melhor desempenho dos mercados financeiros durante o ano de 2019, nomeadamente para os investimentos classificados como mais conservadores que constituem a maioria dos títulos detidos pela CPAS.

Multas de processos disciplinares

O valor orçamentado para 2018 relativo a **multas de processos disciplinares** foi de 77.710,82 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 57.225,00 €, o que representa um valor realizado de 85.837,50 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 86.700,00 € o que representa um aumento de 1% no valor da receitas de multas disciplinares face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, em linha com os dados históricos e o verificado no ano anterior.

Juros de mora (contribuições e pensões)

O valor orçamentado para 2018 relativo a **juros de mora (contribuições)** foi de 2.703.109,74 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 827.194,56 €, o que representa um valor realizado de 1.240.791,84 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 1.302.800,00 € o que representa um aumento de 5% no valor relativo a juros de mora (contribuições) face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, uma vez que a Direcção irá continuar com a sua política de recuperação de contribuições em dívida.

Juros e dividendos de instrumentos financeiros

O valor orçamentado para 2018 relativo a **juros e dividendos de instrumentos financeiros** foi de 10.073.085,18 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 1.637.643,21 €, o que representa um valor realizado de 7.240.791,84 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018 uma vez que o juro corrido, e não pago, dos instrumentos financeiros detidos pela CPAS apenas é imputado às contas no final do ano.

Para 2019 orçamenta-se 6.000.000,00 € o que representa a manutenção do valor relativo juros e dividendos de instrumentos financeiros face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, uma vez que apesar de se esperar uma variação positiva nas taxas de juro durante o ano de 2019, na sequência da política da Direcção de reforço do investimento em activos imobiliários, deverá existir uma redução do investimento nos títulos geradores deste tipo de rendimentos.

Comparação do orçamento para 2019 com o orçamento de 2018

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2019 é de 141.927.200,00 €, apresentando um desvio face aos valores orçamentados em 2018 de 10.178.790,97 € (8,23%).

GASTOS

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
GASTOS				
Pensões/Subsídios/Comparticipações	104.791.830,87 €	66.337.902,35 €	102.872.319,79 €	107.604.800,00 €
Fornecimentos e serviços externos	1.654.351,70 €	1.215.291,60 €	1.789.307,51 €	1.681.400,00 €
Gastos com o pessoal	1.490.503,42 €	929.231,09 €	1.403.914,38 €	1.462.200,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	1.943.042,54 €	1.057.174,90 €	1.585.762,35 €	1.449.200,00 €
Juros e gastos similares suportados	742.358,40 €	322.933,83 €	484.400,75 €	436.000,00 €
TOTAL DOS GASTOS	110.622.086,93 €	69.862.533,77 €	108.135.704,77 €	112.633.600,00 €

Pensões/Subsídios/Comparticipações

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
GASTOS				
Pensões/Subsídios/Comparticipações	104.791.830,87 €	66.337.902,35 €	102.872.319,79 €	107.604.800,00 €
DESPESAS DE PREVIDENCIA	92.304.596,76 €	58.687.999,30 €	91.292.443,36 €	94.944.100,00 €
Pensões de reforma	91.335.554,30 €	58.150.020,80 €	90.455.587,91 €	94.073.800,00 €
Suplemento das pensões de reforma	969.042,46 €	537.978,50 €	836.855,44 €	870.300,00 €
Reforço de provisão "LOE 2012 - Artº20º e 25º"				
DESPESAS DE ASSISTÊNCIA	12.487.234,11 €	7.649.903,05 €	11.579.876,43 €	12.660.700,00 €
Subsídios de invalidez	1.700.023,55 €	982.282,45 €	1.527.994,92 €	1.375.200,00 €
Suplementos dos subsídios de invalidez	1.082,05 €	484,37 €	753,46 €	700,00 €
Subsídios de sobrevivência	6.900.530,57 €	4.254.635,96 €	6.618.322,60 €	6.883.100,00 €
Subsídios de nascimento	542.784,06 €	384.142,00 €	576.213,00 €	633.800,00 €
Subsídios de maternidade	1.190.179,49 €	894.653,40 €	1.341.980,10 €	1.476.200,00 €
Subsídios de recuperação intern hosp.doença	273.651,42 €	166.248,00 €	249.372,00 €	251.900,00 €
Comparticipações internamento hospitalar-matern	67.033,83 €	48.276,95 €	72.415,43 €	76.000,00 €
Comparticipações internamento hospitalar-doença	354.343,41 €	217.133,85 €	325.700,78 €	329.000,00 €
Acção médica e medicamentosa	23.477,85 €	18.913,15 €	28.369,73 €	27.000,00 €
Subsídios por morte	396.388,29 €	234.570,00 €	351.855,00 €	355.400,00 €
Subsídios funeral	64.315,88 €	31.980,93 €	47.971,40 €	48.500,00 €
Subsídios de assistência	64.324,63 €	43.470,00 €	65.205,00 €	61.900,00 €
Bolsas de estudo	2.314,93 €	1.222,06 €	1.833,09 €	1.600,00 €
Seguro de assistência médica permanente	183.800,14 €	190.606,50 €	190.606,50 €	200.100,00 €
Seguro grupo de acidentes pessoais	172.984,01 €	181.283,43 €	181.283,43 €	190.300,00 €
Seguro Saúde - Oferta Beneficiários	550.000,00 €			750.000,00 €

O valor orçamentado para 2018 relativo a **Pensões/Subsídios/Comparticipações** foi de 104.791.830,87 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 66.337.902,35 €, o que representa um valor realizado de 102.872.319,79 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 107.604.800,00 € o que representa um aumento de 5% no valor relativo **Pensões/Subsídios/Comparticipações** face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, justificado maioritariamente pelo aumento estimado relativamente a pensões de reforma em pagamento.

No que respeita aos gastos com **Pensões/Subsídios/Comparticipações** importa salientar as seguintes:

- O valor orçamentado para 2018 relativo a despesas de previdência (pensões de reforma) foi de 92.304.596,76 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 58.687.999,30 €, o que representa

um valor realizado de 91.292.443,36 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018. Para 2019 orçamenta-se 94.944.100,00 € o que representa um aumento de 4% no valor relativo a despesas de previdência (pensões de reforma) face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018, valor considerado adequado face à expectativa de desaceleração do crescimento destes gastos subsequente à publicação do novo Regulamento da CPAS.

- O valor orçamentado para 2018 relativo a despesas de assistência (Subsídios de invalidez, subsídios de sobrevivência e benefícios) foi de 12.487.234,11 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 7.649.903,05 €, o que representa um valor realizado de 11.579.876,43 € se extrapolado para o para o final do ano de 2018. Para 2019 orçamenta-se 12.660.700,00 € o que representa um aumento de 9% no valor relativo a despesas de assistência (Subsídios de invalidez, subsídios de sobrevivência e benefícios) face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.

No que respeita aos gastos com despesas de assistência (Subsídios de invalidez, subsídios de sobrevivência e benefícios) importa salientar as seguintes:

- **Gastos com subsídios de invalidez**
Para 2019 orçamenta-se 1.375.200,00 € o que representa uma redução de 10% no valor relativo a gastos com subsídios de invalidez face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- **Gastos com subsídios de sobrevivência**
Para 2019 orçamenta-se 6.883.100,00 € o que representa um aumento de 4% no valor relativo a gastos com subsídios de sobrevivência face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- **Gastos com subsídios de nascimento**
Para 2019 orçamenta-se 633.800,00 € o que representa um aumento de 10% no valor relativo a gastos com subsídios de nascimento face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- **Gastos com subsídios de maternidade**
Para 2019 orçamenta-se 1.476.200,00 € o que representa um aumento de 10% no valor relativo a gastos com subsídios de maternidade face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução e face à divisão por género do universo de Beneficiários da CPAS.
- **Gastos com participações por internamento hospitalar por doença**
Para 2019 orçamenta-se 329.000,00 € o que representa um aumento de 1% no valor relativo a gastos com participações por internamento hospitalar por doença face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução.
- **Gastos com subsídios por morte**
Para 2019 orçamenta-se 355.400,00 € o que representa um aumento de 1% no valor relativo a gastos com subsídios por morte face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, valor considerado adequado de acordo com a expectativa da evolução destes gastos face ao verificado através de uma análise histórica da sua evolução e face ao nível de envelhecimento do universo de Beneficiários da CPAS.
- **Gastos com Seguros (SAMP, SAP, SS)**
Para 2019 orçamenta-se 200.100,00 € de gastos com a oferta do seguro de assistência médica permanente o que representa um aumento de 5% face aos valores reais estimados para o final do ano

de 2018, orçamenta-se 190.300,00 € de gastos com a oferta do seguro de acidentes pessoais o que representa um aumento de 5% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018 e orçamenta-se 750.000,00 € de gastos com a oferta do seguro saúde que se encontra ainda em fase de finalização de concurso e se estima seja atribuído em 2019.

Fornecimentos e serviços externos

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
Fornecimentos e serviços externos	1.654.351,70 €	1.215.291,60 €	1.789.307,51 €	1.681.400,00 €
DESPESAS DE ESTRUTURA				
Administração corrente (Sede)	1.221.827,46 €	868.164,45 €	1.302.246,68 €	1.155.500,00 €
Electricidade	26.765,17 €	17.230,79 €	25.846,19 €	26.400,00 €
Água	6.809,79 €	1.948,19 €	2.922,29 €	3.000,00 €
Ferramentas e utensílios	3.048,88 €	13.538,17 €	20.307,26 €	13.200,00 €
Livros e documentação técnica		770,28 €	1.155,42 €	900,00 €
Material de escritório	57.087,18 €	33.613,15 €	50.419,73 €	42.900,00 €
Licenças informáticas anuais	92.032,67 €	31.943,28 €	47.914,92 €	48.400,00 €
Rendas e alugueres		4.446,46 €	6.669,69 €	6.700,00 €
Artigos para ofertas			0,00 €	0,00 €
Comunicação	151.217,26 €	119.274,05 €	178.911,08 €	161.000,00 €
Seguros	6.784,21 €	149,64 €	224,46 €	200,00 €
Transportes de pessoal	273,48 €	321,00 €	481,50 €	400,00 €
Honorários	49.778,71 €	24.204,91 €	36.307,37 €	39.900,00 €
Contencioso e notariado	226.109,37 €	120.726,27 €	181.089,41 €	181.100,00 €
Conservação e reparação	13.966,58 €	6.827,16 €	10.240,74 €	11.300,00 €
Publicidade e propaganda		377,35 €	566,03 €	300,00 €
Limpeza, higiene e conforto	23.462,71 €	18.476,98 €	27.715,47 €	23.600,00 €
Vigilância e segurança	80.140,10 €	59.347,26 €	89.020,89 €	89.000,00 €
Trabalhos especializados	95.306,96 €	120.147,36 €	180.221,04 €	117.100,00 €
Encargos com cobranças	171.499,39 €	148.272,37 €	222.408,56 €	200.200,00 €
Outros fornecimentos serviços	36.913,29 €	35.430,97 €	53.146,46 €	39.900,00 €
Encargos com Direcção - Senhas de presença	139.105,34 €	110.426,36 €	165.639,54 €	149.100,00 €
Encargos com Direcção - Deslocações		147,00 €	220,50 €	200,00 €
Encargos com Direcção - Outros custos		142,25 €	213,38 €	0,00 €
Encargos com Conselho Geral	14.526,37 €	403,20 €	604,80 €	700,00 €
Encargos com Conselho de Fiscalização	27.000,00 €		0,00 €	0,00 €
Administração social (Postos médicos)	102.799,20 €	58.091,08 €	87.136,62 €	90.700,00 €
Medicamentos e artigos para saúde		32,75 €	49,13 €	100,00 €
Electricidade	1.397,19 €	1.221,44 €	1.832,16 €	1.900,00 €
Água	569,28 €	450,62 €	675,93 €	700,00 €
Transportes de pessoal		8,85 €	13,28 €	0,00 €
Livros e documentação técnica		15,00 €	22,50 €	0,00 €
Material de escritório	95,03 €	116,13 €	174,20 €	200,00 €
Comunicação	1.869,67 €	1.461,12 €	2.191,68 €	2.100,00 €
Conservação e reparação		2.186,73 €	3.280,10 €	3.100,00 €
Limpeza, higiene e conforto	394,53 €	1.270,54 €	1.905,81 €	1.800,00 €
Projectos e serviços de informática		260,12 €	390,18 €	400,00 €
Outros fornecimentos serviços	192,05 €	10,00 €	15,00 €	0,00 €
Amortizações do exercício		69,70 €	104,55 €	100,00 €
Juntas médicas	41.949,60 €	10.910,00 €	16.365,00 €	19.600,00 €
Honorários - médicos	56.331,85 €	40.078,08 €	60.117,12 €	60.700,00 €
Administração patrimonial (Imóveis)	329.725,04 €	289.036,07 €	399.924,21 €	435.200,00 €
Electricidade	30.459,88 €	14.352,92 €	21.529,38 €	34.400,00 €

Água	11.359,10 €	7.487,76 €	11.231,64 €	11.500,00 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	157,43 €	55,38 €	83,07 €	100,00 €
Livros e documentação técnica			0,00 €	0,00 €
Material de escritório		30,45 €	45,68 €	100,00 €
Artigos Higiene e Limp, vest e art pess		11,89 €	17,84 €	100,00 €
Comunicação	2.154,06 €	1.643,07 €	2.464,61 €	2.300,00 €
Seguros	58.605,47 €	67.259,79 €	67.259,79 €	74.000,00 €
Expediente geral		328,80 €	493,20 €	500,00 €
Honorários		806,65 €	1.209,98 €	1.200,00 €
Comissões de mediação imobiliária		22.004,70 €	33.007,05 €	82.000,00 €
Conservação e reparação	103.837,93 €	56.873,70 €	85.310,55 €	81.000,00 €
Publicidade e propaganda		304,42 €	456,63 €	500,00 €
Transportes de pessoal		2.789,78 €	4.184,67 €	8.400,00 €
Limpeza, higiene e conforto	22.665,06 €	15.532,74 €	23.299,11 €	23.300,00 €
Vigilância e segurança	86.389,54 €	89.313,72 €	133.970,58 €	100.500,00 €
Trabalhos especializados		4.162,50 €	6.243,75 €	6.200,00 €
Outros fornecimentos e serviços	14.096,57 €	2.345,40 €	3.518,10 €	3.500,00 €
Deslocações e estadas		3.732,40 €	5.598,60 €	5.600,00 €

O valor orçamentado para 2018 relativo a gastos com **fornecimentos e serviços externos** foi de 1.654.351,70 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 1.215.291,60 €, o que representa um valor realizado de 1.789.307,51 € se extrapolado para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 1.681.400,00 € o que representa uma redução de 6% no valor relativo a fornecimentos e serviços externos face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, justificado maioritariamente pela continuação do esforço da Direcção na maior racionalização dos custos de estrutura da CPAS.

No que respeita aos gastos com fornecimentos e serviços externos importa salientar a divisão pelos seguintes centros de custo:

- **Administração corrente (Sede)**

Para 2019 orçamenta-se 1.155.500,00 € o que representa uma redução de 11% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018. Deste valor orçamentado salientam-se as seguintes rubricas:

- Gastos com despesas de comunicação – Orçamenta-se 161.000,00 € para 2019 o que representa uma redução de 10% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, consequência da continuação da redução de custos recorrentes na expedição de correios através de uma política de substituição da remessa de correspondência via postal para remessa de comunicações via email.
- Gastos com contencioso e notariado - Orçamenta-se 181.100,00 € para 2019 o que uma manutenção face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018 na medida em que continuará o esforço de recuperação de dívida de contribuições, pelos meios colocados à disposição da CPAS.
- Gastos com trabalhos especializados – Orçamenta-se 117.100,00 € para 2019 o que representa uma redução de 35% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, resultante da maior racionalização da contratação deste tipo de serviços, apesar de se estimar a existência de algum reforço de gastos com a implementação das medidas previstas no RGPD e com aplicação das medidas de alteração ao RCPAS que estão em curso.
- Gastos com encargos com cobrança – Orçamenta-se 200.200,00 € para 2019 o que representa uma redução de 10% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, apesar deste valor estar correlacionado com os níveis de cobrança e aumentar na directa proporção dos valores cobrados pela CPAS, uma correcta renegociação do preçário junto do banco poderá permitir uma redução destes gastos em 2019.
- Gastos com senhas de presença – Orçamenta-se 200.200,00 € para 2019 o que representa uma redução de 10% face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, ainda que a Direcção

da CPAS não receba qualquer outra remuneração ou compensação para além da relativa às senhas de presença, continuará a cumprir as 3 reuniões semanais obrigatórias previstas no regulamento.

- **Administração social (Postos médicos)**

Para 2019 orçamenta-se 90.700,00 € o que representa um acréscimo e 4% face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018. Deste valor orçamentado salientam-se as seguintes rubricas:

- Gastos com juntas médicas — Orçamenta-se 19.600,00 € para 2019 o que representa um aumento de 20% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018, consequencia da contratação de empresa especializada para o efeito o que permitirá à CPAS, por um lado, responder de forma mais eficiente às solicitações de juntas médicas de avaliação, por outro lado efectuar as juntas médicas de revisão conforme previsto regulamentamente.
- Gastos com honorários médicos - Orçamenta-se 60.700,00 € para 2019 o que representa um aumento de 1% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018. A Direcção da CPAS continuará a disponibilizar aos seus Beneficiários a titulo complementar dos seus fins estatutários, no âmbito da acção de assistência, 3 Postos Clínicos Privativos para acesso a consultas de clínica geral.

- **Administração patrimonial (Imóveis)**

Para 2019 orçamenta-se 378.200,00 € o que representa uma redução de 5% face aos valores reais estimados para o para o final do ano de 2018. . Deste valor orçamentado salientam-se as seguintes rubricas::

- Gastos com seguros - Orçamenta-se 74.000,00 € para 2019 o que representa um aumento de 10% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018, na sequência da finalização de alguns investimentos imobiliários que se encontravam em curso, imputação ao ano inteiro do montante do seguro de imoveis adquiridos no ano anterior e valorização esperado do activo imobiliário;
- Gastos com comissões de mediação imobiliária - Orçamenta-se 25.000,00 € para 2019 o que representa uma redução de 25% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018, na medida em que os activos imobiliários da CPAS se encontram, sistematicamente, totalmente arrendados sendo o recurso a mediação imobiliário apenas necessário para contratos de arrendamento que terminem durante 2019.
- Gastos com conservação e reparação - Orçamenta-se 81.000,00 € para 2019 o que representa uma redução de 5% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018, na medida em que se tratam de despesas de manutenção de carácter geral, no que se estima se consiga uma poupança devido à continuação de racionalização de custos na contratação deste tipo de serviços;
- Gastos com vigilância e segurança - Orçamenta-se 100.500,00 € para 2019 o que representa uma redução de 25% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018, na medida em que se procederá à suspensão de alguns serviços de segurança que se encontravam contratados nomeadamente no que respeita ao empreendimento sito em Vila Nova de Gaia.

Gastos com o pessoal

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOIADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
Gastos com o pessoal	1.490.503,42 €	929.231,09 €	1.403.914,38 €	1.462.200,00 €
Administração corrente (Sede)				
Remunerações base do pessoal	840.994,07 €	504.313,54 €	784.487,73 €	823.700,00 €
Subsidio de férias e de Natal	137.573,61 €	69.404,27 €	107.962,20 €	113.400,00 €
Trabalho extraordinário	17.707,53 €	16.059,91 €	24.089,87 €	12.000,00 €
Isenção de horário de trabalho	36.045,88 €	31.791,53 €	49.453,49 €	51.900,00 €

Abono para falhas	1.035,47 €	690,33 €	1.035,50 €	1.000,00 €
Subsídio de alimentação	54.247,82 €	41.615,88 €	62.423,82 €	65.500,00 €
Ajudas custo	1.728,00 €	2.680,00 €	4.020,00 €	4.000,00 €
Passe social	1.564,69 €	990,90 €	1.486,35 €	1.500,00 €
Gratificações variáveis ou eventuais	30.000,00 €	39.266,67 €	39.266,67 €	39.300,00 €
Deslocações, estadas e transportes	22.218,76 €	1.250,56 €	1.875,84 €	1.900,00 €
Formação do pessoal	18.000,00 €	323,00 €	1.364,00 €	18.000,00 €
Complemento de reforma	375,96 €	250,64 €	389,88 €	400,00 €
Segurança social - regime geral	226.362,15 €	147.359,43 €	229.225,78 €	231.500,00 €
Seguros de acidentes de trabalho	12.806,96 €	13.736,80 €	13.736,80 €	13.900,00 €
Seguros da saúde - pessoal	12.000,00 €	16.787,04 €	16.787,04 €	17.000,00 €
Outros	546,30 €	6,15 €	9,23 €	0,00 €
Administração social (Postos médicos)				
Remunerações base do pessoal	32.110,89 €	15.650,09 €	24.344,58 €	24.300,00 €
Subsídio de férias e de Natal	4.374,32 €	1.961,92 €	3.051,88 €	3.100,00 €
Subsídio de alimentação	4.740,49 €	2.320,83 €	3.481,25 €	3.500,00 €
Segurança social - regime geral	9.495,50 €	3.927,40 €	6.109,29 €	6.100,00 €
Administração patrimonial (Imóveis)				
Remunerações base dos porteiros	18.929,57 €	13.920,00 €	21.653,33 €	22.300,00 €
Subsídio de férias e de Natal	3.154,93 €	1.740,00 €	2.706,67 €	2.800,00 €
Segurança social - regime geral	4.490,52 €	3.184,20 €	4.953,20 €	5.100,00 €

O valor orçamentado para 2018 relativo a gastos com pessoal foi de 1.490.503,42 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 929.231,09 €, o que representa um valor realizado de 1.403.914,38 € se extrapolado para o final do ano de 2018.

Para 2019 orçamenta-se 1.462.200,00 € o que representa um aumento de 4% no valor relativo a gastos com pessoal face aos valores reais estimados para o final do ano de 2018, justificado maioritariamente pela necessidade de reforço de algumas áreas operacionais da CPAS com técnicos habilitados para permitir fazer face ao acréscimo de necessidades e solicitações nomeadamente na Área Informática, na Área do Património e na Área Jurídica. Será também necessário colmatar a prevista saída de alguns funcionários que estão a atingir a idade de reforma.

No que respeita aos gastos com pessoal importa salientar, pelos motivos referidos anteriormente, a orçamentação para 2019 de um aumento de 5% na massa salarial da CPAS, importa também salientar a orçamentação de uma redução de 50% nos custos com trabalho extraordinário na sequência da maior racionalização deste tipo de custo implementada pela Direcção da CPAS.

Outros gastos e perdas

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
Outros gastos e perdas	1.943.042,54 €	1.057.174,90 €	1.585.762,35 €	1.449.200,00 €
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)		20.961,20 €	31.441,80 €	50.300,00 €
Encargos com serviços bancários	1.943.042,54 €	1.036.213,70 €	1.554.320,55 €	1.398.900,00 €

O valor orçamentado para 2018 relativo a outros gastos e perdas foi de 1.943.042,54 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 1.057.174,90 €, o que representa um valor realizado de 1.585.762,35 € se extrapolado para o final do ano de 2018.

No que respeita ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) até Agosto de 2018 o valor realizado foi de 20.961,20 €, o que representa um valor realizado de 31.441,80 € se extrapolado para o final do ano de 2018. Nos últimos anos, nas aquisições de imóveis para arrendamento efectuadas pela CPAS, com o objectivo de geração de rendimento, tem sido entendimento da Autoridade Tributária que as mesmas não se destinam directamente à realização dos fins da Instituição e não tem sido concedida a isenção de IMI. Face a este entendimento a CPAS tem actualmente diversos processos de reclamação junto da Autoridade Tributária no entanto, estimando que não seja possível clarificar o entendimento junto da AT, orçamenta-se para 2019 o valor de 50.300,00 € o que representa um aumento de 60% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018.

O valor orçamentado para 2018 relativo a encargos com serviços bancários foi de 1.943.042,54 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 1.036.213,70 €, o que representa um valor realizado de 1.554.320,55 € se extrapolado para o final do ano de 2018. A CPAS continuou o esforço de negociação para redução de custos de gestão das carteiras de activos mobiliários tendo conseguido voltar renegociar estes custos com as entidades gestoras, assim, orçamenta-se para 2019 o valor de 1.398.900,00 € o que representa uma redução de 10% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018.

Juros e gastos similares

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
Juros e gastos similares	742.358,40 €	322.933,83 €	484.400,75 €	436.000,00 €
Outros custos e perdas financeiras	742.358,40 €	322.933,83 €	484.400,75 €	436.000,00 €

O valor orçamentado para 2018 relativo a juros e gastos similares foi de 742.358,40 €, até Agosto de 2018 a execução orçamental foi de 322.933,83 €, o que representa um valor realizado de 484.400,75 € se extrapolado para o final do ano de 2018. Nesta rubrica estão contabilizados os custos suportados com investimentos financeiros da CPAS relacionados com a sua actividade de financiamento, sendo os mais representativos os custos suportados com a coberturas de riscos através do recurso a investimentos em futuros de cobertura.

Orçamenta-se para 2019 o valor de 436.000,00 € o que representa uma redução de 10% face ao valores reais estimados para o final do ano de 2018.

IMPARIDADES

Imparidade de dívidas a receber

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTADO 2018	REALIZADO AGOSTO 2018	EXTRAPOLADO FINAL 2018	ORÇAMENTADO 2019
Imparidade de dívidas a receber (reversões/perdas)	-6.000.000,00 €	2.961.112,05 €	3.000.000,00 €	- 6.000.000,00 €

O valor orçamentado para 2018 relativo aos custos com o reforço da provisão para contribuições em dívida foi de 6.000.000,00 €, não é possível ainda verificar a efectiva execução orçamental para esta rubrica na medida em que a constituição/reforço de provisões é apenas efectuada no final de cada exercício.

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) adoptou em 2005 o Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social (POCISSSS).

Segundo este normativo, para efeitos da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de contribuintes que estejam em mora há mais de seis meses consecutivos e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

A Comissão para a Normalização Contabilística (CNC), entidade que regula e controla a aplicação das normas contabilísticas, entendeu que a normalização contabilística se encontrava desactualizada, fragmentada e inconsistente e também pelo avanço do SNC, no sentido da adopção de normas adaptadas às normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e porque o modelo se baseava em normas nacionais (POC), entretanto revogadas.

O incompleto nível de implementação do POC e Planos Sectoriais (POCISSSS inclusive) levou à transição para o SNC – AP, a partir de 1 de Janeiro de 2018.

A entrada do SNC – AP, publicado pelo Decreto-Lei 192/2015, de 11 de Setembro, foi inicialmente prevista para 1 de Janeiro de 2017, mas foi alterada para 1 de Janeiro de 2018, conforme disposto no art. 18º do Decreto-Lei nº85/2016 de 21 de Dezembro.

É neste contexto que a CPAS adopta este novo normativo a partir da data estipulada.

No que concerne à provisão para cobrança duvidosa, existe todo um novo âmbito que conduz à implementação de uma nova realidade denominada imparidade de activos.

Esta realidade é tratada ao nível da NCP 9 – Imparidade de Activos. Segundo o ponto número um desta norma: "O objectivo desta norma é prescrever os procedimentos que uma entidade deve aplicar para determinar se um activo está em imparidade e assegurar que as perdas por imparidade são reconhecidas. A norma especifica quando uma entidade deve reverter uma perda por imparidade.

Assim, a quantia escriturada de um activo (no caso da CPAS o valor da dívida acumulada de contribuintes) deve ser reduzida para a sua quantia recuperável se, e apenas se, a quantia recuperável for menor do que a quantia escriturada. Essa redução é uma perda por imparidade. Uma perda por imparidade deve ser reconhecida imediatamente nos resultados.

Do mesmo modo, a CPAS deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indício de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores possa ter diminuído ou deixado de existir. Se assim for, há que apurar a quantia recuperável estimada e proceder à sua reversão contabilística.

Coube então definir critérios claros e objectivos, através de análises estatísticas e económicas, relativamente ao comportamento da dívida ao longo dos anos e sua efectiva recuperabilidade de maneira a definir de forma verdadeira e apropriada, ainda que sempre numa perspectiva conservadora, qual o valor global da dívida que se encontra em imparidade.

Definiu-se, então, que na dívida que não esteja ao abrigo de qualquer tipo de acordo de pagamento, deve ser considerada em imparidade a parte da emissão efectiva de cada um dos anos correspondente ao índice médio de cobrança, no final do ano em análise, de toda a dívida com antiguidade superior a 5 anos (no cálculo da média de cobrança deve ser apenas considerada para o efeito a dívida até 1995 por este se tratar do 1º ano em que a emissão foi dividida por escalões contributivos, logo com comportamento de cobrança comparável com o actual).

Esta alteração de critério levará a um corte na comparabilidade entre valores de 2017 e os valores esperados para 2018, e orçamentados para 2019.

Tendo em conta o referenciado critério estima-se que, até ao final do ano, irá existir uma redução do valor em imparidade de cerca de 3.000.000,00 €.

Tendo em conta o valor de recuperação de dívida de contribuições de Beneficiários, o conjunto de planos e acordos prestacionais que estão em curso, a continuação dos esforços de cobrança, por parte da Direcção da CPAS e a sensibilização, junto dos Beneficiários, da necessidade de pagamento atempado das suas contribuições por forma a garantir um rendimento futuro que lhes permita enfrentar a velhice ou o infortúnio, com um mínimo de estabilidade, segurança e com a dignidade que se exige, leva a que se estime que o valor de reforço da imparidade de dívidas a receber se mantenha com valores historicamente baixos (6.000.000,00 €) para 2019.

ORÇAMENTO PARA 2018 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

[Handwritten signature and initials]

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC-AP Orçamentado 2019	SNC-AP Orçamentado 2018
Impostos, contribuições e taxas	117.365.800,00 €	105.426.460,06 €
Vendas		
Prestações de serviços e concessões		
Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos		
Variações nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Pensões/Subsídios/Comparticipações	- 107.604.800,00 €	- 104.791.830,87 €
Fornecimentos e serviços externos	- 1.624.400,00 €	- 1.337.979,81 €
Gastos com o pessoal	- 1.462.200,00 €	- 1.450.575,13 €
Transferências e subsídios concedidos		
Prestações sociais		
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 6.000.000,00 €	- 6.000.000,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	9.258.600,00 €	15.496.851,47 €
Outros gastos e perdas	- 1.449.200,00 €	- 4.172.770,70 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	8.483.800,00 €	3.170.155,02 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	8.483.800,00 €	3.170.155,02 €
Juros e rendimentos similares obtidos	7.302.800,00 €	10.245.097,51 €
Juros e gastos similares suportados	- 436.000,00 €	- 185.498,13 €
Resultado antes de impostos	15.350.600,00 €	13.229.754,40 €
Imposto sobre o rendimento		
Resultado líquido do período	15.350.600,00 €	13.229.754,40 €

[Handwritten initials]

DESPESAS DE INVESTIMENTO

As despesas de investimento são gastos expectáveis da CPAS que vão gerar valorização dos seus activos.

Neste âmbito importa salientar que, a Direcção da CPAS, espera continuar a estratégia de gradualmente reforçar a componente do património não financeiro, visando alcançar um rácio adequado para a detenção de activos financeiros e não financeiros, sempre com a preocupação de uma avaliação rigorosa dos investimentos através de uma detalhada *due diligence*.

No que respeita à Área do Património Imobiliário da CPAS cabe referir que se procederá a diversas intervenções correntes de Conservação e Reparação nos imóveis, e a intervenções de maior escala nos imóveis sítos na Rua do Campo Alegre, no Porto, e na Av.ª Fernão de Magalhães, em Coimbra.

No que respeita à Área Informática releva-se a necessidade de adequação do software a hardware às exigências definidas no Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD) que entrou em vigor em 2018, ainda que o correcto tratamento e protecção de dados já fosse uma preocupação da CPAS, é necessário efectuar investimentos a nível de sistemas de segurança e equipamentos informáticos por forma a dar cumprimento a todas as exigências do referido Regulamento.

É também intenção da Direcção concluir o desenvolvimento de uma *app* por forma a permitir uma maior aproximação dos Beneficiários à sua Caixa.

DESPESAS DE INVESTIMENTO	
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DOS IMÓVEIS	666.000,00 €
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO (algum equipamento através de serviços de <i>renting</i>)	80.000,00 €
LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS INFORMÁTICOS	100.000,00 €
FERRAMENTAS INFORMÁTICAS	143.000,00 €
EQUIPAMENTO DIVERSO (digitalizadora)	5.000,00 €
	994.000,00 €

ORÇAMENTO DE TESOURARIA

[Handwritten signatures and initials]

	ORÇAMENTO DE TESOURARIA					
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
RECEBIMENTOS	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €
Cobrança de contribuições	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €
Juros de mora - contribuições	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €
Rendas recebidas	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €
Juros e dividendos de instrumentos financeiros	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €
Outras receitas	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €
PAGAMENTOS	7.952.101,19 €	7.952.101,19 €	7.952.101,19 €	7.952.101,19 €	7.952.101,19 €	8.056.544,05 €
Pensões e subsídios	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €
Benefícios imediatos	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €
Fornecedores / prest serviços	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €
Custos com o pessoal	104.442,86 €	104.442,86 €	104.442,86 €	104.442,86 €	104.442,86 €	208.885,71 €
Pagamentos ao estado	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €
Juros e gastos similares suportados	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €
Outras despesas diversas						
SALDO NO MÊS	1.585.772,03 €	1.585.772,03 €	1.585.772,03 €	1.585.772,03 €	1.585.772,03 €	1.481.329,17 €
ACUMULADO NO ANO	1.585.772,03 €	3.171.544,06 €	4.757.316,08 €	6.343.088,11 €	7.928.860,14 €	9.410.189,31 €
	ORÇAMENTO DE TESOURARIA					
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
RECEBIMENTOS	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €	9.537.873,22 €
Cobrança de contribuições	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €	8.585.314,89 €
Juros de mora - contribuições	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €	108.566,67 €
Rendas recebidas	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €	331.500,00 €
Juros e dividendos de instrumentos financeiros	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €	500.000,00 €
Outras receitas	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €	12.491,67 €
PAGAMENTOS	15.340.517,86 €	9.500.147,89 €	7.968.867,86 €	7.952.101,19 €	15.444.960,71 €	9.522.080,69 €
Pensões e subsídios	13.151.387,50 €	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €	5.801.670,50 €	13.173.320,50 €	5.801.670,50 €
Benefícios imediatos	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €	271.775,00 €
Fornecedores / prest serviços	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €	167.900,00 €
Custos com o pessoal	104.442,86 €	104.442,86 €	104.442,86 €	104.442,86 €	208.885,71 €	104.442,86 €
Pagamentos ao estado	1.591.912,50 €	3.118.026,00 €	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €	1.569.979,50 €	3.139.959,00 €
Juros e gastos similares suportados	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €	36.333,33 €
Outras despesas diversas	16.766,67 €		16.766,67 €		16.766,67 €	
SALDO NO MÊS	-5.802.644,64 €	37.725,53 €	1.569.005,36 €	1.585.772,03 €	-5.907.087,50 €	15.792,53 €
ACUMULADO NO ANO	3.607.544,67 €	3.645.270,20 €	5.214.275,56 €	6.800.047,59 €	892.960,09 €	908.752,62 €

[Handwritten mark]



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luís Manuel da Silva Rosa
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 685
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 569.383 mil euros e um total de fundos próprios de 558.365 mil euros, incluindo um resultado líquido 14.695 mil euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES** em 31 de Dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfases

Sem afetar a opinião expressa, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

1. Em 2018, ao contrário dos exercícios de 2015 a 2017, as contribuições dos associados (105 milhões de euros) já foram suficientes para liquidar as pensões de reforma e custos de assistência (103 milhões), refletindo o impacto do Novo Regulamento e assegurando a sustentabilidade do regime previdencial da CPAS.
2. Em 2018 verificou-se um impacto significativo da avaliação anual dos imóveis de rendimento, detidos pela CPAS, cujo acréscimo na demonstração de resultados ascendeu a cerca de 34 milhões de euros.
3. Nos termos referidos em detalhe no relatório da Direcção, é requerido no artigo 95º do Novo Regulamento a determinação do Valor Atual dos pagamentos estimados futuros das Pensões em Pagamento. O relatório atuarial estimou esse montante em 1.112.236.370 euros (2017: 1.094.830.308 euros).

O Fundo de Garantia da CPAS ascende em 31 de Dezembro de 2018 a 491.885.436 (2017: 491.122.506 euros) euros e os Fundos Próprios a 558.364.847 euros (2017: 543.614.038 euros).

Conforme detalhado no Relatório de Sustentabilidade da CPAS, realizado pelos Atuários, o efeito de fatores demográficos perspetivam nos termos dos cenários previsionais, o desequilíbrio do sistema de repartição para os anos de 2029 ou 2031, consoante os cenários.

Nestas circunstâncias, a prazo haverá que acautelar as alterações do Regulamento que permitam o seu reequilíbrio.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias (parágrafos 1 a 3).

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as Demonstrações Orçamentais

A CPAS como não recebe dotação do Orçamento do Estado, não dispõe do módulo contabilístico orçamental nem preparou demonstrações orçamentais.

Nestas circunstâncias, não estamos em condições de emitir opinião sobre demonstrações orçamentais nos termos da NCP 26, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 29 de Março de 2019

CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.
Representada por:



Luis Manuel da Silva Rosa



CPAS

1947

CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

1947 / 2017
70 ANOS

M
ady
F

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

CONTAS DE 2018

Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 18.º do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/2015, de 29 de junho, compete ao seu Conselho de Fiscalização *"elaborar anualmente relatório sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela direção"*.

Em cumprimento desta disposição regulamentar cumpre-nos elaborar o Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e os respetivos Anexos, apresentados pela Direção da CPAS, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Conselho de Fiscalização acompanhou a atividade desenvolvida pela Direção da CPAS, tendo obtido e analisado a informação mensal de gestão disponibilizada pela Direção, bem como as atas das reuniões realizadas por este órgão ao longo do exercício de 2018.

O Conselho de Fiscalização acompanhou também de perto o esforço de procedimentalização levado a cabo pela Direção da CPAS, tendo tido oportunidade de comentar e sugerir alterações aos procedimentos aprovados pela Direção, tendo as suas sugestões merecido o acolhimento desta. O conjunto de procedimentos adotados e já implementados, assegura e dá garantias de maior transparência e rigor na tomada de decisões, constituindo um contributo relevante para o futuro da CPAS, merecendo ser salientado o empenho da Direção na sua elaboração e implementação.

Adicionalmente, o Conselho de Fiscalização acompanhou o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que procede à auditoria das contas da CPAS, para efeitos da emissão do seu relatório de auditoria relativo aos

M
aly
2

documentos de prestação de contas do exercício de 2018, que foram apresentados pela Direção.

O Conselho de Fiscalização, conjunta ou isoladamente através de cada um dos seus membros, realizou ainda reuniões periódicas com os diversos elementos da Direção e diversos responsáveis da CPAS, procurando desta forma acompanhar a atividade desenvolvida ao longo do exercício em análise.

No âmbito das análises e verificações efetuadas, o Conselho de Fiscalização solicitou à Direção, e obteve, documentação e esclarecimento das várias questões suscitadas. Tratando-se de um ano de transição, em termos contabilísticos, por força da adoção da componente patrimonial do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicável à CPAS, este foi um exercício particularmente exigente, que o Conselho de Fiscalização acompanhou de forma muito próxima.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho de Fiscalização analisou o Relatório de Gestão, bem como os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pela Direção, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.

O Relatório de Gestão enfatiza os aspetos mais relevantes da atividade da CPAS no exercício, destacando-se:

- As dificuldades sentidas ao nível da cobrança judicial de contribuições em dívida, que não foram passíveis de resolução por via legislativa, de forma a ultrapassar os diferentes entendimentos expressos em decisões judiciais não coincidentes, o que condicionou os esforços desenvolvidos no sentido de combater o problema decorrente do elevado montante de contribuições pendentes de cobrança;
- Os esforços desenvolvidos, visando a contratação de um seguro gratuito de atribuição à generalidade dos beneficiários, que não foram bem-sucedidos, face à reduzida competitividade das propostas recebidas no âmbito do procedimento concursal que foi despoletado;

AM
ady
♀

1947 / 2017
70 ANOS

- A perturbação gerada por algumas ações de contestação do enquadramento legal do Regulamento da CPAS, aprovado em 2015, as quais, na opinião da Direção, prejudicaram a capacidade de atratividade da Instituição e a sua eventual abertura a outros profissionais, para além da dispersão de esforços e de meios que tais ações geraram;
- A resolução, de forma favorável à CPAS, de um problema, pendente há vários anos, relacionado com uma dívida por parte do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, que ascendia a cerca de 6,8 milhões de euros;
- A conclusão dos projetos imobiliários que se encontravam em curso à data de início do mandato da atual Direção, com destaque para o empreendimento de Vila Plena, em Vila Nova de Gaia, permitindo assim iniciar o retorno deste investimento, através do arrendamento de toda a componente habitacional.

Em termos económico-financeiros, é de destacar a evolução clara dos resultados apurados, tendo sido assegurado um resultado líquido positivo de 14.695 milhares de euros. Este resultado foi influenciado, essencialmente, por dois fatores de sentido contrário. Em termos positivos, a valorização ao justo valor do património imobiliário, reconhecido em Propriedades de Investimento, gerou ganhos no montante de 33.959 milhares de euros. No sentido inverso, a valorização ao justo valor dos títulos mobiliários detidos determinou perdas no montante de 20.874 milhares de euros.

No que se refere à sustentabilidade do Sistema de Previdência da CPAS, e em cumprimento do respetivo Regulamento, inclui-se no conjunto dos documentos de prestação de contas o Relatório de Sustentabilidade, que avalia a sustentabilidade do Sistema ao longo dos próximos 15 anos, bem como uma adenda de clarificação ao mesmo, datada de 4 de abril de 2018, elaborada na sequência de dúvidas suscitadas pelo Conselho de Fiscalização.

Muito embora o exercício de 2018 evidencie a inversão da tendência registada após 2015, dado que as contribuições emitidas superaram os encargos suportados com as pensões em pagamento, o que constitui um aspeto positivo, o Relatório alerta, no entanto, para uma nova inversão da tendência, já em 2029, com os encargos com pensões em pagamento a superarem as contribuições arrecadadas, o que constitui

MM
aly
R

um aspeto negativo, bem como para um conjunto de riscos quanto à sustentabilidade do Sistema a longo prazo.

Com efeito, verifica-se, de acordo com as projeções efetuadas, que o rácio entre ativos e pensionistas, que atualmente se situa em 7,8, tenderá a diminuir, prevendo-se que, em 2033, se reduza a menos de metade, situando-se em 3,6. Esta é uma matéria que, pela sua importância, deve ser objeto de monitorização contínua pelos diversos órgãos da CPAS, para que, sendo o caso, sejam tomadas medidas adicionais que assegurem a sustentabilidade do sistema.

Registe-se que as projeções constantes do Relatório de Sustentabilidade são efetuadas no pressuposto de que em todos os anos posteriores a 2019 o fator de correção do indexante contributivo é zero, contrariamente ao sucedido em 2019, em que este fator foi de menos 14%. Importa ter presente que qualquer decisão de adoção de um fator de correção do indexante contributivo no ano de 2020 e seguintes terá de ser suportada em novos estudos atuariais que garantam a sustentabilidade da CPAS, sendo intenção do Conselho de Fiscalização acompanhar de muito perto esta matéria.

Assim sendo, o equilíbrio que foi alcançado em 2018, fruto não só das medidas tomadas pela Direção, mas também das alterações ao Regulamento aprovadas em 2015, poderá vir a ser penalizado pelas medidas aprovadas pelo Decreto-lei n.º 116/2018, não só por via do fator de correção aprovado para 2019, como também pela redução da base de incidência das contribuições.

A este propósito recorda-se que é referido no Relatório de Sustentabilidade que "*caso de mantivessem os valores definidos anteriormente o valor de contribuição seria sensivelmente 20% acima e compensaria este decréscimo*".

Ainda no que se refere ao Relatório de Sustentabilidade, importa destacar que o mesmo foi elaborado com base em pressupostos dos quais destacamos:

- Evolução do IPC de 2% ao ano. Caso a inflação evolua abaixo deste valor, o défice do sistema agravar-se-á, porque as contribuições serão menores, enquanto que o valor das pensões em pagamento se manterá constante;



1947 / 2017
70 ANOS

- Em sentido contrário, assume-se que todos os beneficiários passam à situação de reforma no momento em que reúnem as condições necessárias para tal. Contudo, num cenário em que apenas passem imediatamente à situação de reforma 50% dos beneficiários que reúnam as condições para tal, mais consentâneo com o que se verificou em 2018, a sustentabilidade do sistema tenderá a reforçar-se;
- A rentabilidade dos ativos, a longo prazo, foi estimada em 3,26% ao ano;
- Foi assumida a tábua de mortalidade TV 88/90, ajustada de menos um ano; O aditamento ao relatório de sustentabilidade recomenda que no futuro para gerações mais novas é, recomendável incluir ajustamentos para fazer face à evolução da esperança de vida. Não obstante, considera que os valores apresentados no estudo não refletem ainda esta necessidade, uma vez que não efetua análise de longevidade após a reforma, para a população de beneficiários ainda contribuintes;
- Foi assumida uma taxa de desconto de 3%, de acordo com as indicações da Direção da CPAS. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade, *"numa perspetiva de gestão de longo prazo a média dos últimos 10 anos, excluindo o ano de 2018, ascende a 2,5%"*, muito embora considerem cenários em que a taxa de desconto varia entre 0,9% e 3,43%, considerando aquela entidade que *"qualquer valor dentro do intervalo apresentado é perfeitamente admissível"*. Recorde-se que quanto maior for a taxa de desconto menor é o montante de responsabilidades futuras com pensões que é quantificado e, consequentemente, maior será o risco implícito.

Em conclusão, e face à análise efetuada, o Conselho de Fiscalização entende que o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, revelando de forma adequada a evolução da atividade da CPAS ao longo do exercício de 2018.

No que se refere ao Relatório de Sustentabilidade, entendemos que o mesmo deverá ser analisado de forma cuidada, chamando-se igualmente a atenção para o exposto anteriormente no presente parecer sobre esta matéria.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas externa ao Conselho de Fiscalização, a qual emitiu a

CPAS

1947

CAIXA DE PREVIDÊNCIA
DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES

1947 / 2017
70 ANOS

respetiva Certificação Legal das Contas, sem qualquer reserva, mas com três ênfases, sendo a mais relevante relacionada com as expectativas de desequilíbrio do sistema de repartição, a partir de 2029 ou 2031, conforme evidenciado no Relatório de Sustentabilidade, a que acresce o facto do valor atual dos encargos futuros estimados com as pensões em pagamento exceder os fundos próprios existentes no final do exercício.

Finalmente, o Conselho de Fiscalização expressa os seus agradecimentos à Direção e aos demais colaboradores da CPAS, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Face ao exposto, somos de parecer que seja aprovado o Relatório de Gestão, bem como os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2018, apresentados pela Direção.

Lisboa, 8 de abril de 2019

O Conselho de Fiscalização

Zilda Lourenço
Vogal

António André Martins
Presidente

Vitor Manuel Batista de
Almeida
Vogal ROC



Relatório de sustentabilidade
CPAS
31 de Dezembro 2018

Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento	5
3. Evolução demográfica	7
• Beneficiários Contribuintes	7
• Beneficiários Pensionistas	9
• Rácio Beneficiários Contribuintes vs Pensionistas	11
4. Evolução financeira	13
• Receitas	13
• Despesas	14
• Rácio das contribuições vs pensões	15
• Evolução dos Ativos Financeiros da CPAS	17
5. Fundo de Garantia	19
• Valor atual das pensões em pagamento	19
6. Comentários	20
7. Pressupostos	23



Introdução

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores ("CPAS") tem por fim estatutário conceder pensões de reforma aos seus beneficiários. O regime de previdência da CPAS é de repartição intergeracional, ou seja, a geração atual encontra-se a pagar as pensões da geração passada, esperando-se que também a geração vindoura assuma o pagamento dos atuais contribuintes.

Ao longo do tempo, desde a sua constituição, o valor das contribuições anuais em excesso do valor do pagamento de pensões foi em parte alocado ao Fundo de Garantia, com o fim de assegurar a cobertura atuarial das pensões de reforma em pagamento.

Conforme estabelecido no regulamento da CPAS, publicado no Decreto-Lei n.º 119/2015 de 29 de junho, anualmente tem de ser elaborado o relatório de atuarial das pensões em pagamento e um estudo de sustentabilidade da CPAS para ser incluído no relatório e contas.

A CPAS organizou um procedimento de contratação para a seleção do prestador atuarial para a elaboração do estudo atuarial das pensões em pagamento e do estudo de sustentabilidade da Caixa, no qual a Aon Portugal, S.A participou e foi a entidade selecionada. No estudo atuarial das pensões em pagamento encontram-se as pensões de reforma por limite de idade; reforma por anos de profissão; reforma com pensão reduzida; reforma por antecipação; reforma por conversão do subsídio de invalidez e por invalidez. A CPAS faculta aos seus beneficiários outros benefícios de assistência sem carácter vitalício, e associados ao Fundo de Assistência, estes benefícios não são objeto de avaliação neste estudo. Na análise da sustentabilidade da CPAS encontra-se refletido a relação entre contribuições recebidas e pensões pagas, assim como a necessidade de utilização do Fundo de Garantia e seus rendimentos num período temporal de 15 anos.

**Caixa de
Previdência dos
Advogados e
Solicitadores**

Criada em 1947

Atualmente abrange
35.651 beneficiários
contribuintes e 4.564
beneficiários a
receber pensão
vitalícia.



Enquadramento

De acordo com o regulamento da CPAS o relatório e contas anual desta Instituição de Previdência deverá conter o estudo atuarial com a informação do valor atual das pensões em pagamento e o relatório de sustentabilidade da CPAS.

É relevante identificar que a CPAS é um regime privativo de segurança social com um sistema de financiamento de repartição, em que a contribuição dos beneficiários ativos é utilizada para efetuar o pagamento das pensões em pagamento, deste modo não tem de efetuar financiamento antecipado de pagamentos futuros. No entanto e de forma a obter uma visão de evolução prospetiva da situação financeira da Caixa, anualmente é elaborado o estudo atuarial das pensões em pagamento e o estudo de sustentabilidade. Estas duas análises permitem de alguma forma estimar e identificar desequilíbrios demográficos e financeiros no sistema, que possam ser corrigidos em tempo útil com o menor impacto para os seus beneficiários.

A determinação do valor atual das pensões em pagamento é efetuada considerando a situação das pensões em pagamento na data de reporte anual e considerando um pressuposto de esperança de vida da população e uma taxa de atualização dos pagamentos futuros para a data de cálculo. Na secção 5 apresentamos o valor determinado e os pressupostos considerados.

A análise de sustentabilidade da Caixa é efetuada por um prazo de 15 anos considerando as regras de cálculo de contribuições e pensões de reforma definidas no Decreto-Lei n.º 119/2015 assim como as alterações aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 116/2018.

Não se encontra refletido na análise da projeção de sustentabilidade os novos escalões contributivos definidos, uma vez que os beneficiários contribuintes apenas efetuaram as suas escolhas no início do ano de 2019, assim como o efeito da alteração da obrigatoriedade de contribuição dos beneficiários no período de estágio.

O regime da CPAS manteve-se inalterado de 1947 a 2015.

Os Decreto-Lei 119/2015 e 116/2018 reviram o regime para garantir a sua sustentabilidade financeira e garantir a manutenção do seu objetivo social.

3 Evolução Demográfica

Os dados dos beneficiários da CPAS considerados para efeito do estudo de sustentabilidade dizem respeito à população contribuinte e à população que já se encontra a receber pensão vitalícia à data de reporte do estudo, 31 de dezembro de 2018.

A relação entre estes dois grupos é muito relevante uma vez que é o valor das contribuições dos beneficiários contribuintes que será canalizado para o pagamento das pensões dos beneficiários pensionistas. É assim importante a relação entre estas duas populações, ou seja, quanto maior for o rácio entre contribuintes e beneficiários pensionistas melhor para o regime de repartição da CPAS.

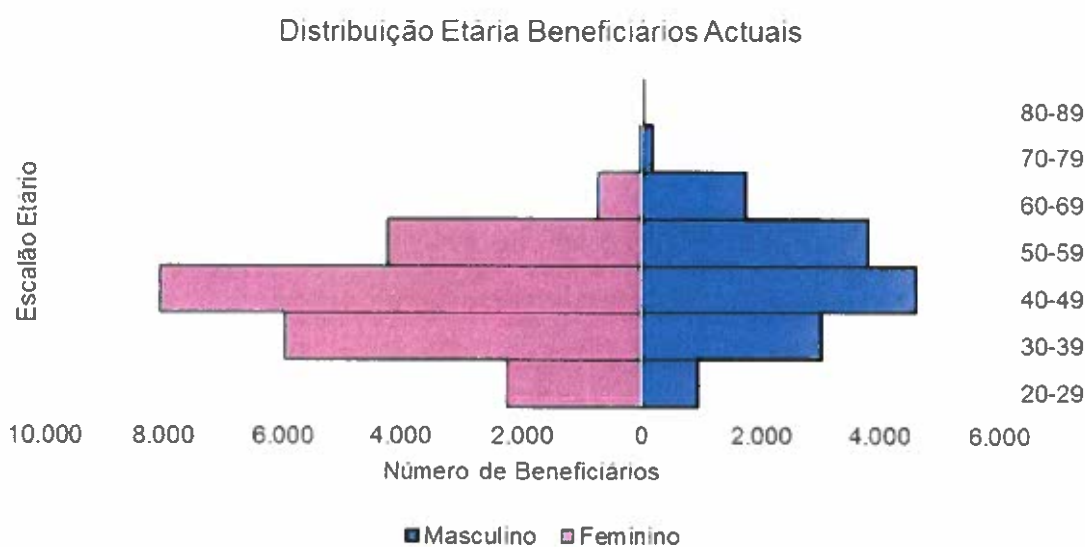
Beneficiários Contribuintes

A posição dos beneficiários contribuintes em 31 de dezembro de 2018 demonstrava uma população de 35.651 beneficiários contribuintes, tendo-se verificado mais entradas do que nos anos anteriores, em especial de profissionais estrangeiros e de outras profissões jurídicas. Para 2018 verificou-se um acréscimo de novos beneficiários com contribuição emitida em 2018 de 1.391 com idade média de 35 anos de idade.

Tendo em consideração o indicado no relatório do ano de 2017 existiam 787 beneficiários contribuintes com condições de elegibilidade de passagem à reforma em 2018, no entanto apenas 323 destes acederam efetivamente ao benefício de reforma vitalício.

Para a CPAS a entrada de mais beneficiários contribuintes e a manutenção no sistema como contribuintes por mais tempo são vantagens muito positivas para o regime de repartição.

Para efeitos desta análise a população de beneficiários contribuintes reportada a 31 de dezembro de 2018 tinha a seguinte constituição etária:



Já se verifica nesta análise da pirâmide etária uma alteração à estrutura ideal, ou seja, um peso menor na base para um peso maior no centro e a crescer para o topo, o que não se demonstra vantajoso para este tipo de regime de previdência.

Beneficiários Pensionistas

A informação da população a receber pensão vitalícia reportada a 31 de dezembro de 2018 apresentava o seguinte detalhe:

Tipo de Reforma	N.º Beneficiários	Pensão Anual
com pensão reduzida	2	4.719,56
por anos de profissão	1.204	42.229.969,64
por antecipação	14	76.505,15
por conversão de sub. invalidez	164	2.306.474,70
por invalidez	3	4.819,78
por limite de idade	3.177	48.220.767,95
Total	4.584	92.843.256,78

(valores em euros)

Relativamente à posição de 2017 ocorreram as seguintes alterações demográficas:

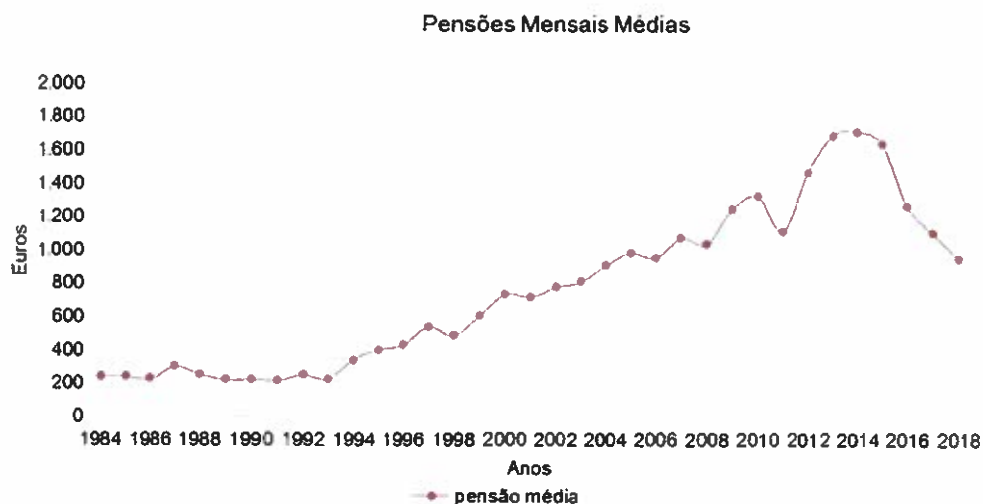
Tipo de Reforma	2017	Saídas	Entradas
com pensão reduzida	2	0	0
por anos de profissão	1.127	(17)	94
por antecipação	18	(4)	0
por conversão de sub. invalidez	156	(8)	16
por invalidez	2	0	1
por limite de idade	3.053	(88)	212
Total	4.358	(117)	323

(valores em euros)

Tendo em consideração a tábua de mortalidade utilizada na avaliação do valor atual das pensões em pagamento de 2017 a expectativa de mortalidade a ocorrer na população avaliada seria de 123 falecimentos, na população sob avaliação entre 2017 e 2018 verificou-se 117 falecimentos.

Relativamente à população elegível para aceder ao benefício de reforma verificou-se que nem todos os beneficiários elegíveis para a reforma acederam a este benefício. Conforme indicado no relatório de sustentabilidade de 2017, existiam 787 contribuintes em condições de aceder ao benefício, sendo que durante o ano de 2018 ocorreram 212 novas reformas por limite de idade (com uma idade média de 66,6 anos) e 94 novas reformas por anos de profissão (com idade média de 62 anos).

O gráfico seguinte apresenta a evolução das pensões médias em pagamento por ano de início de pensão. As pensões novas ocorridas em 2018 já refletem uma redução de valor médio face às ocorridas em 2017 de sensivelmente 15%.



Para este resultado concorre, para além do efeito da alteração da fórmula de cálculo também a redução de novas pensões por anos de profissão que eram nos últimos anos as pensões com valores médios mais elevados, em 2018 ocorreram 94 novas pensões com idade média de 63 anos e um valor médio mensal de 2.054 euros (13,5% abaixo do valor de 2017). As pensões por limite de idade aumentaram em número (de 197 para 212) e decresceram em valor médio (de 915 euros mensais para 816 euros mensais).

O quadro seguinte apresenta a evolução do número de novas reformas de 2010 a 2018:



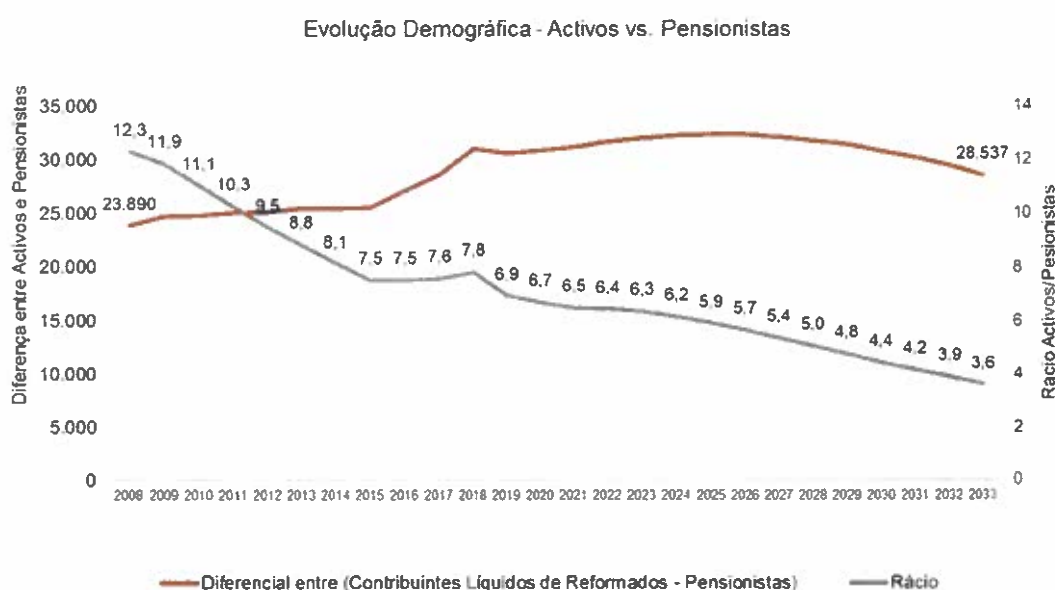
Em termos médios a redução ligeira do número de reformas por ano e a diminuição do valor médio de pensão em pagamento é um sinal positivo das alterações que entraram em vigor com o novo regulamento em 2015.

Rácio Beneficiários Contribuintes vs. Pensionistas

Tendo em consideração a população elegível em 31 de dezembro 2018, efetuou-se a estimativa da sua projeção para os próximos 15 anos. Esta projeção tem em linha de conta novas entradas no regime, passagem à reforma e a mortalidade da população.

Para a população dos beneficiários contribuintes considerou-se a entrada de 940 novos beneficiários contribuintes com um perfil etário equivalente ao ocorrido nos últimos anos, entre os 22 e os 40 anos de idade (conforme descrito na seção dos pressupostos).

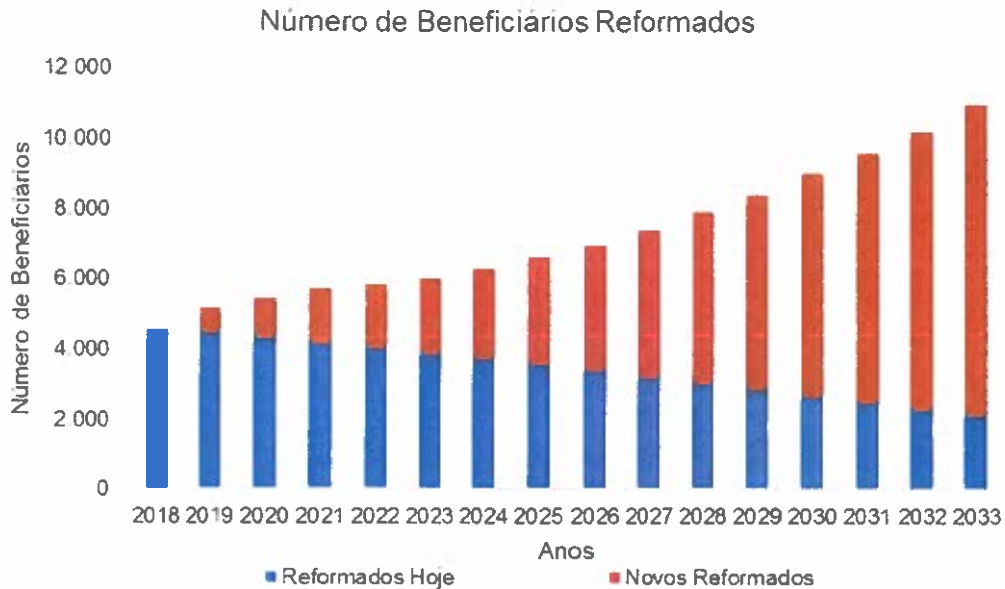
Para os pensionistas é considerado a evolução da esperança de vida da população assim como a entrada de novos reformados, que se assumiu passam a esta situação no primeiro momento possível.



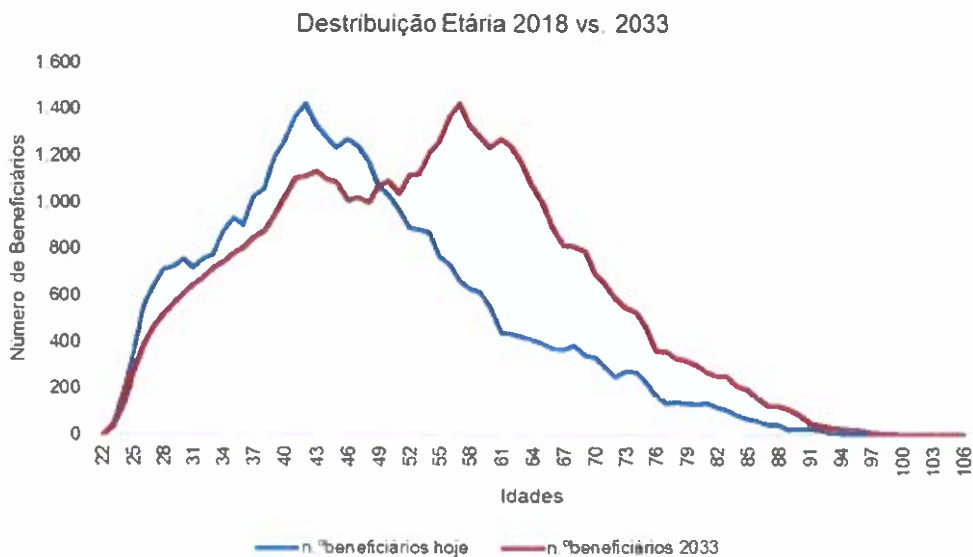
Nos últimos 10 anos verificou-se um decréscimo de um rácio de 12,3 para 7,8, ou seja, um decréscimo de 37% nos beneficiários contribuintes para os beneficiários reformados. Estima-se que se manterá esta evolução de decréscimo para os próximos 10 anos e atingir um valor significativamente reduzido em 2033 de 3,6 beneficiários contribuintes por beneficiário reformado.

Uma das principais razões desta alteração deve-se à atual estrutura da população como apresentado anteriormente, em que existe um potencial de 10.262 beneficiários elegíveis para aceder à pensão de reforma, aumentando substancialmente o número de beneficiários reformados nos próximos anos, enquanto se estima que iniciem contribuições 14.100 beneficiários que não vão compensar na sua totalidade os novos reformados que também vão por outro lado apresentar uma maior esperança de vida (receber pensão por mais tempo).

O gráfico seguinte apresenta a estimativa de evolução dos novos beneficiários reformados, considerando que acedem ao benefício no primeiro momento em que se encontram elegíveis:



Se analisarmos a evolução do perfil etário para os próximos 15 anos, verificamos que existe uma deslocação da população para idades mais envelhecidas e um menor número de beneficiários mais jovens no sistema, o que para um regime de repartição demonstra-se como um sinal de alerta para um possível desequilíbrio no futuro. No fim do prazo de projeção a % de população reformada duplica passando de 11% para 22%, estando as suas pensões financiadas por 78% da população beneficiária contribuinte mais jovem e em estimativa com contribuições mais baixas, o que se traduz noutra sinal de alerta para o sistema que deverá ser equilibrado com a aplicação de medidas no sentido de equilibrar as contribuições com o valor global das pensões, evolução essa que já se iniciou em 2015, caso contrário, este não se manterá sustentável.



4 Evolução Financeira

Nesta secção analisamos o impacto da sustentabilidade do regime da CPAS no que diz respeito à sua característica de sistema de previdência em regime de repartição, ou seja, a evolução da estimativa das contribuições face à evolução da estimativa de pagamento de pensões anuais.

Enquanto esta relação for positiva, mais receitas que despesas, o regime encontra-se saudável, no entanto a sua sustentabilidade de longo prazo deve ser analisada no sentido de ajustar contribuições e/ou pensões para acomodar alterações demográficas significativas que impactem o futuro do pagamento das pensões aos atuais e aos novos pensionistas.

Receitas

O ano de 2018 apresentou uma cobrança de emissão de 83%, o que representa um melhoramento da taxa de cumprimento, que é um indicador muito saudável para este tipo de regime.

Adicionalmente verificou-se a continuação de um elevado nível de cobrança efetiva de valores em dívida.

Para efeitos de estimativa de receitas anuais líquidas considerou-se a estimativa de 90% do valor emitido como o valor anual líquido para pagamento de pensões.

No final de 2018 foi publicado o Decreto-Lei n.º 116/2018, com a introdução de uma alteração ao regime da CPAS, no sentido de efetuar um ajustamento para promover a equidade do esforço contributivo dos beneficiários. A alteração do regulamento em 2015 definiu um esforço contributivo progressivo dos 17% em vigor até atingir 24% em 2020. Adicionalmente a situação económica nacional evoluiu no sentido de um aumento significativo da base de incidência contributiva, a Retribuição Mínima Mensal Garantida ("RMMG"). Neste sentido o ajustamento previu a alteração da base de incidência contributiva da RMMG para a fixação de um Indexante Contributivo que crescerá no futuro com a evolução do Índice de Preços ao Consumidor sem habitação (conforme publicação pelo INE). Para 2019 foi ainda definido um fator de redução do Indexante Contributivo de 14% que reduz o impacto dos aumentos contributivos previstos anteriormente.

A evolução das receitas tem em consideração a população apresentada na secção anterior que considera as seguintes situações: passagens para a reforma, entrada de novos beneficiários contribuintes, envelhecimento da população, evolução do escalão contributivo de acordo com a média por idade (conforme apresentado na secção dos pressupostos), estimativa de cobrança de contribuições (90% das emissões), evolução do Indexante Contributivo e fator de correção de 14% em 2019 e 0% para os anos seguintes.

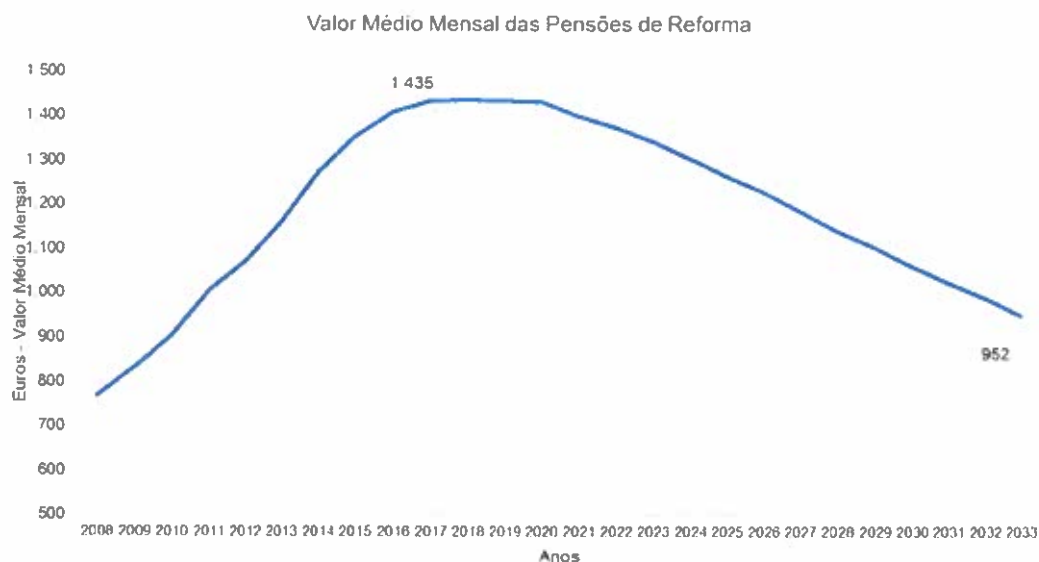
Tendo em consideração o cenário de análise de projeção com o perfil contributivo atual e a manutenção do nível de dívida atual, nos últimos anos de projeção, verifica-se que o número estimado de beneficiários contribuintes elegíveis para passagem à reforma é superior ao número de novos beneficiários, o que se traduz num sinal de alarme para um regime de repartição e identificação, pelo que se deve analisar cenários e medidas alternativas pois, mantendo-se o

status quo verificar-se-á uma redução de receitas e um aumento do valor global das pensões em pagamento.

Despesas

Tendo em conta o regulamento da CPAS foi efetuada a análise da evolução do pagamento de pensões vitalícias por limite de idade e anos de profissão para os próximos 15 anos. Nesta análise foi considerada a passagem à situação de reforma no primeiro momento em que os beneficiários contribuintes se tornam elegíveis, ou seja, quando e logo que adquirem as condições para o acesso à pensão de reforma. No ano de 2019 são também consideradas todas as situações que já ultrapassaram essas condições, ou seja, assumimos que se iram reformar de imediato, o que historicamente não se verificou ter ocorrido.

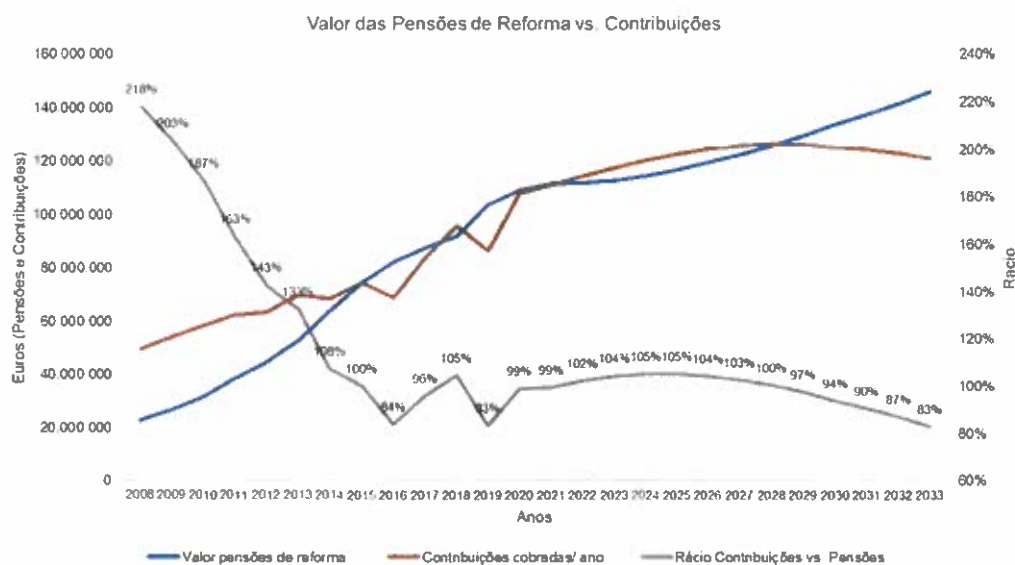
De acordo com as estimativas de cálculo de pensão de reforma de acordo com a elegibilidade dos beneficiários contribuintes e momento em que acedem ao benefício, verifica-se que ao longo dos 15 anos em análise o valor da pensão média em pagamento vai reduzindo, conforme se apresenta no gráfico seguinte.



Rácio das contribuições vs. pensões

O ano de 2018 apresenta-se como um ano muito positivo para o regime da CPAS, em que se verifica uma inversão positiva do valor das contribuições recebidas, face às pensões pagas com um rácio de 105%.

Esta inversão já demonstra o resultado das alterações do regulamento da CPAS implementado em 2015 com o aumento das taxas contributivas, e alteração das novas pensões de reforma, mais consentâneas com o real esforço contributivo individual, assim como um aumento de novos beneficiários contribuintes.



Relativamente à estimativa futura, verifica-se uma quebra acentuada deste rácio em 2019 essencialmente pelo número de reformas estimado do ano, mas também pela redução da taxa contributiva, quer pela introdução do indexante contributivo, quer pela aplicação do fator de correção de 14% que reduzirá em 2019 o valor de novas contribuições. Caso se mantivessem os valores definidos anteriormente o valor de contribuição seria sensivelmente 20% acima e compensaria este decréscimo.

No médio prazo verifica-se uma recuperação do rácio entre contribuições e pensões de reforma, estando desta forma o regime em terreno positivo entre os anos de 2022 e 2028, no entanto após esta data volta a terreno negativo verificando-se, que as contribuições não são suficientes para as pensões em pagamento. Concorre para esta alteração o elevado número de reformas a ocorrer para os próximos anos aumentando até chegar a uma estimativa de sensivelmente 1.020 novas reformas em 2033 para uma estimativa de 940 novas admissões.

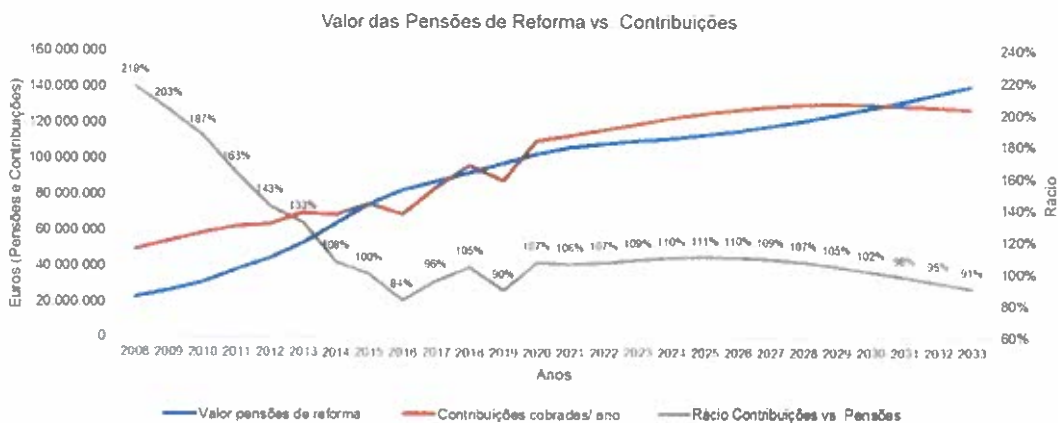
É importante também lembrar que outro dos fatores a analisar é o valor das contribuições versus o valor das pensões pagas e que por cada nova pensão com valor médio de 940 euros mensais são necessários 2,5 beneficiários contribuintes a descontar pelo 5º escalão em 2033, como a estimativa nesses anos já é de cerca de 1.000 reformas ano, seriam necessários não as novas admissões consideradas de 940, pressuposto conservador face ao efetivamente verificado, mas de, pelo menos 2.350 novos beneficiários contribuintes ano.

Conforme se verificou anteriormente, e apresentado nos relatórios anuais, em cada ano não se têm reformado todos os beneficiários contribuintes que se encontravam elegíveis para se reformarem. O cenário de projeção apresentado anteriormente é o cenário mais penalizador para a CPAS uma vez que considera o início das pensões no primeiro momento possível (maior período possível de pagamento de pensões) e em especial no primeiro ano de cálculo considera a reforma para todos os beneficiários contribuintes que já ultrapassaram esse momento, mas que ainda não iniciaram a sua pensão.

Para efeitos de análise de sustentabilidade consideramos ser o cenário inicial que deve ser tido em consideração para identificar potenciais riscos máximos de insustentabilidade.

No entanto consideramos relevante analisar cenários alternativos, e apesar de não existir um racional para identificar quem irá aceder à pensão de reforma e quando, efetuou-se um cenário de análise de sensibilidade em que se considera que em cada ano apenas 50% da população elegível irá aceder à reforma, transitando para o ano seguinte o remanescente que não acede à pensão, afetando desta forma uma maior contribuição, mas por outra via a pensão continua a ser constituída.

O gráfico seguinte apresenta esta análise em comparação ao anteriormente apresentado com reforma no primeiro momento:



Neste cenário de análise verifica-se que o ano de 2019 ainda é problemático, não se perspetivando contribuições suficientes para as pensões em pagamento, no entanto já se verifica uma melhoria para os anos seguintes em que se apresentam com contribuições acima das pensões até 2031, estando apenas os dois últimos anos com deficit de contribuições e com necessidade de acesso aos ativos financeiros.

Outro dos pressupostos considerados que afeta a estimativa do valor da evolução das contribuições e do cálculo das pensões, que não se encontra no controle da CPAS é o IPC. O valor de longo prazo considerado nesta análise de 15 anos foi de 2,0%, caso se opte por um valor de longo prazo de 1,5% as contribuições reduziriam mais do que as pensões, o início do deficit anteciparia para 2027 face ao apresentado no cenário central. A expectativa de evolução futura apresentada no gráfico manter-se-ia, embora ligeiramente mais agravada em cada ano, provocando a antecipação do deficit referido.

Evolução dos Ativos Financeiros da CPAS

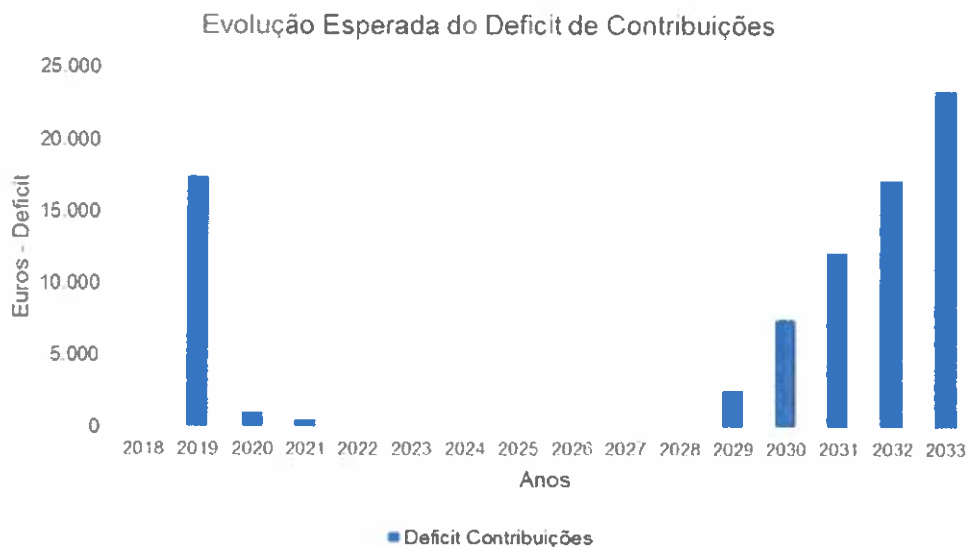
Conforme já referido anteriormente, desde a sua constituição a CPAS efetuou a alocação dos valores de excesso de contribuições face às necessidades de pagamentos anuais, para investimentos de modo a serem valorizados e poderem ser utilizados em anos cujas contribuições cobradas sejam menores que os benefícios a suportar por esta caixa.

Em 2018 o valor dos ativos financeiros encontrava-se alocado a diferentes classes de ativos (conforme descrito na seção pressupostos) e a sua rentabilidade estimada de longo prazo ascende a 3,26% ao ano. Neste ano as contribuições cobradas e a recuperação de dívida foram suficientes para fazer face ao pagamento das pensões do ano pelo que não houve necessidade de utilização dos valores dos ativos financeiros.

Tendo em consideração as estimativas de evolução futura da população suas contribuições e pensões a receber, estima-se que existiram anos em que será necessário recorrer a estes ativos para superar o deficit de contribuições, enquanto que outros anos, de 2022 a 2028 não será necessário efetuar esta utilização.

Os gráficos seguintes apresentam a estimativa de evolução do valor dos ativos financeiros que incluem a sua rentabilidade no período em análise, e sua possível utilização para superar o deficit de contribuições.





No final do prazo em análise estima-se que o valor dos ativos financeiros ascenda a 768 milhões de euros (que representa uma estimativa de acréscimo dos ativos de 234 milhões de euros) e que nessa data este valor corresponda ao pagamento de sensivelmente 5 anos e 4 meses das pensões do ano de 2033. No entanto a partir deste ano as contribuições já se demonstram insuficientes face às pensões em pagamento, e a sua utilização já representa 20% das pensões em pagamento em 2033.

Considerando o cenário de análise de sensibilidade apresentado anteriormente, em que se estima o acesso à reforma de 50% dos beneficiários elegíveis, o valor estimado dos ativos financeiros no final do período em análise ascende a 825 milhões de euros (que representa uma estimativa de acréscimo dos ativos de 290 milhões de euros).

5 Fundo de Garantia

De acordo com o estipulado no regulamento da CPAS, será necessário efetuar uma avaliação atuarial para determinar o valor atual das pensões em pagamento à data de fecho de cada exercício anual. Será importante reforçar que o regime de previdência da CPAS é um regime de repartição em que as pensões são pagas pelo valor das contribuições dos atuais beneficiários contribuintes, deste modo o valor atual das pensões em pagamento são uma referência de estimativa de pagamento futuro, não sendo necessário a esta Caixa o seu total financiamento.

Para a elaboração do cálculo do valor atual das pensões em pagamento são considerados pressupostos de longo prazo:

- Taxa de desconto: a CPAS optou pela taxa de 3,0% para a determinação da atualização dos pagamentos futuros para a data de cálculo. na secção de pressupostos encontram-se identificado o detalhe de informação financeira para a seleção da taxa
- Tábua de mortalidade: TV 88/90 ajustada de menos um ano, após análise da mortalidade real com a mortalidade estimada considerou-se manter-se adequada a tabela anteriormente utilizada para a população da CPAS
- Crescimento futuro de pensões: não se encontra estipulado no Regulamento da CPAS aumentos futuros, manteve-se a estimativa de não atualização conforme tem ocorrido nos últimos anos
- Reversibilidade de pensões apos a morte do beneficiário: dado que no momento da morte de um beneficiário reformado é iniciado um subsidio de sobrevivência garantido pelo Fundo de Assistência, não se encontra refletido neste estudo a análise deste Fundo, pelo que não é considerada a reversibilidade das pensões de reforma.

O quadro seguinte apresenta o detalhe do valor atual das pensões em pagamento pelos diferentes tipos de reforma:

Tipo de Reforma	N.º Beneficiários	Valor Atual Pensão Anual
com pensão reduzida	2	16.414
por anos de profissão	1.204	570.100.519
por antecipação	14	195.492
por conversão de sub.invalidez	164	28.579.762
por invalidez	3	65.150
por limite de idade	3.177	513.279.033
Total	4.564	1.112.236.370

(valores em euros)

6 Comentários

Nas secções anteriores verificaram-se os diferentes fatores que influenciam a sustentabilidade da CPAS como caixa de previdência que segue um modelo de financiamento em regime de repartição.

Os principais fatores analisados foram:

- **Evolução demográfica** – a atual estrutura populacional da CPAS já se apresenta em risco uma vez que tem uma pirâmide etária com menos beneficiários contribuintes mais jovens e um elevado número de beneficiários contribuintes mais velhos. Adicionalmente nos próximos anos (15 anos) o número de novos reformados duplicará, ou seja, existirá um elevado número de passagem de beneficiários contribuintes para a reforma e atualmente não estão a ser totalmente substituídos por novos beneficiários contribuintes.
- **Pensões em pagamento** - a alteração do regulamento em 2015 efetuou a alteração ao cálculo da pensão de reforma que passou a considerar a carreira contributiva toda, esta alteração foi efetuada salvaguardando os direitos adquiridos dos beneficiários pelo que o seu impacto é gradualmente percecionado com as novas pensões. Efetivamente verifica-se um a redução das pensões médias, adicionalmente também se verifica que a idade de acesso à pensão de reforma está a aumentar, ambos os fatores são bastante benéficos para este regime.
- **Contribuições cobradas e recuperação de dívida** - nos últimos anos tem-se verificado um aumento da taxa de cobrança das contribuições emitidas e uma recuperação da dívida o que é um fator bastante positivo para o regime.
- **Valor dos ativos financeiros** - apesar de não ser necessário para o regime de repartição em que as pensões são pagas pelo valor das contribuições, a CPAS acumulou ao longo do tempo os valores associados aos excessos de contribuições para possível utilização em anos futuros em que as contribuições não são suficientes para o pagamento de pensões. Ao longo dos anos de projeção verifica-se um aumento deste montante via a sua não utilização e ao rendimento esperado das suas aplicações financeiras, no entanto a sua utilização no final dos anos de projeção já é um fator de risco que requer uma atenção especial uma vez que se verifica a diminuição de contribuições face às pensões em pagamento. Também se verifica que o valor destes ativos financeiros em comparação com o valor atual das pensões em pagamento foi-se reduzindo ao longo dos últimos anos estando atualmente em cerca de 50%.

O ano de 2018 apresentou-se como um ano bastante positivo, tendo-se verificado o recebimento de mais contribuições do que pensões pagas não tendo sido necessário utilizar valor associado aos rendimentos dos ativos financeiros. Com a introdução das alterações relativas à base de incidência para as contribuições e o fator de correção de menos 14% para 2019, estima-se que o ano de 2019 seja um ano mais negativo em que as contribuições serão mais reduzidas e não serão suficientes para as pensões em pagamento, sendo estimado que será necessário recorrer aos ativos financeiros que inclui o seu rendimento gerado para superar o deficit de contribuições, a menos que a cobrança de contribuições continue a crescer e que a recuperação de dívida continue a ter bons desempenhos.

Nos anos seguintes e até 2028 estima-se que a evolução das contribuições e novas pensões é positiva, ou seja, existe contribuições suficientes para o pagamento das pensões. No entanto a partir de 2029 esta realidade altera-se e existe em cada ano uma necessidade de utilização dos ativos financeiros para superar a falta de contribuições anuais para o pagamento de pensões.

É nossa opinião que apesar de no horizonte temporal de 15 anos se demonstrar que o regime é sustentável, mantem-se a apresentação de fatores de risco em linha com o que os anteriores relatórios têm vindo a demonstrar, que devem ser acompanhados para que se possam tomar medidas para manter o regime sustentável por ainda mais anos. Com uma análise de sensibilidade ao momento de acesso à pensão de reforma, verifica-se uma melhoria da sustentabilidade dilatando os anos em que se estimam contribuições acima das pensões, no entanto no limite do período em análise mantem-se a expectativa de insuficiência de contribuições, principalmente pelo elevado número de reformas que se estimam virem a ocorrer nos próximos anos.

Mantendo o modelo do regime de repartição existe a necessidade de ter mais beneficiários para equilibrar a pirâmide etária aumentar a base da pirâmide: para tal já se verifica o efeito da abertura da CPAS a outras profissões jurídicas e a advogados e solicitadores de outras nacionalidades que tem aumentado o número de inscritos. Relativamente ao topo da pirâmide com a passagem à reforma poder-se á definir uma nova idade de reforma: com o aumento da esperança de vida e com a análise de evolução analisada das novas pensões de reforma se poderá ajustar como foi considerado noutros regimes, tornando desta forma um período maior de contribuição e reduzindo o período de recebimento de pensão. Em relação à componente financeira o objetivo ideal seria o melhor relacionamento entre nível de contribuições e valor das pensões, no sentido de obviar o subfinanciamento destas últimas, ambas as medidas já foram tidas em consideração na alteração do regulamento em 2015, no entanto podem não ser suficientes e seja necessário rever novamente estes dois pontos.

Será importante também referir que a CPAS não é somente uma instituição de previdência com o fim de atribuição de pensões de velhice vitalícias, paralelamente é uma instituição assistencialista que concede outras prestações também necessárias para todos os beneficiários contribuintes e devem ser tidas em consideração no conjunto das decisões a tomar face à sustentabilidade da Caixa.

Como se verificou ao longo deste relatório, apesar de se estimar que o regime se apresentar sustentável, no prazo em análise, é necessário ir adequando medidas de melhoria. Já para 2019 forma aprovadas diversas iniciativas, no entanto é importante salientar duas que poderão ter impacto imediato na sustentabilidade da CPAS:

- Para os beneficiários a receber pensão, mas que permaneçam com a sua cédula profissional ativa, consagração de uma contribuição genericamente obrigatória até aos 70 anos e facultativa a partir dessa idade, que possibilitará aos Beneficiários abrangidos melhorar o valor da sua pensão de reforma e atenuar eventuais impactos negativos que se verifiquem por ação da inflação. A referida medida tem também por base um contributo solidário aos Beneficiários não reformados.
- Já se encontra refletido no Orçamento de Estado para 2019 (Artigo 266.º da Lei n.º 71/2018) uma alteração ao regime fiscal em sede de IRC aplicável à CPAS, com o objetivo de reforçar a sustentabilidade desta instituição de previdência, concedendo isenção de IRC nos mesmos termos que se encontram estipulados no Artigo 9.º do Código do IRC para as instituições de segurança social. Esta medida, após a publicação da legislação própria, terá impacto na tributação de 21% sobre os rendimentos das aplicações financeiras, que nos últimos anos representaram um valor médio anual de

About Aon

About Aon

Aon plc (NYSE:AON) is a leading global provider of risk management, insurance brokerage and reinsurance brokerage, and human resources solutions and outsourcing services. Through its more than 69,000 colleagues worldwide, Aon unites to empower results for clients in over 120 countries via innovative risk and people solutions. For further information on our capabilities and to learn how we empower results for clients, please visit <http://aon.mediaroom.com>.

© Aon plc 2017. All rights reserved.

The information contained herein and the statements expressed are of a general nature and are not intended to address the circumstances of any particular individual or entity. Although we endeavor to provide accurate and timely information and use sources we consider reliable, there can be no guarantee that such information is accurate as of the date it is received or that it will continue to be accurate in the future. No one should act on such information without appropriate professional advice after a thorough examination of the particular situation.

www.aon.com



Relatório de Sustentabilidade CPAS

Lisboa, 4 de Abril de 2019

Adenda de clarificação ao Relatório de Sustentabilidade da CPAS reportado a 31 de dezembro de 2018

Na sequência do pedido de esclarecimentos da CPAS, junto apresentamos os nossos comentários às questões colocadas, para melhor entendimento da informação apresentada no Relatório de Sustentabilidade da CPAS reportado a 31 de dezembro de 2018.

- Conforme indicado no Relatório de Sustentabilidade, na seção 4-Evolução Financeira, foi considerado um pressuposto relativo ao nível de cobrança das contribuições emitidas. Este pressuposto já reflete o valor líquido de nova dívida gerada no ano e dívida recuperada de anos anteriores por cobrança efetiva. Nas estimativas de valores de contribuições anuais recebidas pela CPAS para os anos de 2019 a 2033 foi considerado 90% do valor emitido de contribuições. Esta percentagem foi determinada tendo em consideração o valor médio associado à evolução dos valores reais apresentados nos últimos 3 anos (2016 a 2018), entre a cobrança efetiva das contribuições emitidas em cada ano e a recuperação de dívida de anos anteriores. O quadro seguinte apresenta os valores considerados para a definição do valor considerado de 90%.

	2016	2017	2018
Contribuições emitidas	77.760.791	91.129.315	104.642.734
Cobrança efetiva	62.411.470	74.952.256	86.792.100
% de cobrança	80,3%	82,2%	82,9%
Cobrança de dívida	6.567.136	9.072.087	9.141.792
% de cobrança sobre as contribuições emitidas	88,7%	92,2%	91,7%

(valores em euros)

O valor previsto nesta abordagem encontra-se também em linha com a recuperabilidade da dívida no médio/longo prazo constante dos dados fornecidos pela CPAS.

Importa referir que esta percentagem apenas é aplicada ao valor das contribuições, não é considerada na análise demográfica da população elegível para a reforma.

- O Relatório de Sustentabilidade assenta numa análise prospetiva da estimativa de evolução demográfica e financeira da CPAS. Esta análise baseou-se na situação da CPAS na data de fecho do exercício e a evolução futura foi determinada com base em pressupostos demográficos, financeiros e económicos. No que diz respeito à passagem à reforma, conforme descrito na secção 3- Evolução Demográfica, é considerado que todos os beneficiários passam à situação de reforma assim que preencham cumulativamente as condições de idade e anos de carreira contributiva de acordo com a situação prevista no Artigo 40.º, Artigo 101.º ou Artigo 102.º do Regulamento da CPAS. É considerado que os beneficiários efetuam o pagamento da dívida para aceder ao benefício de reforma, pelo que neste estudo todos os beneficiários estão elegíveis para passarem à situação de reforma.
- A tábua de mortalidade considerada no Relatório de Sustentabilidade, encontra-se a ser aplicada essencialmente na determinação do valor atual das pensões em pagamento, num universo de 4.564 beneficiários com idade média de 73,2 anos. Sem a elaboração de um estudo completo de mortalidade, conforme anteriormente elaborado pela CPAS, não é possível emitir uma opinião actuarialmente credível relativa à tábua de mortalidade mais adequada à atual população em análise, no entanto, é possível analisar se a estimativa de longevidade considerada por esta tábua, está ou não desviada da realidade da população. Deste modo efetuou-se a análise de mortalidade real versus a mortalidade esperada e verificou-se que a aplicação da tábua de mortalidade TV 88/90 (-1 ano) se encontra ajustada à população em análise, uma vez que a estimativa de mortalidade foi semelhante à mortalidade real (sendo actuarialmente imaterial a diferença de 6 falecimentos no universo em análise). Conforme descrito na secção 7 – Pressupostos, a esperança de vida desta tábua ainda é superior à apresentada pela população portuguesa, pelo que consideramos que a sua utilização é ainda adequada face a esta análise. Apesar de não ter sido efetuado em 2018 um estudo de mortalidade completo, mas tendo em consideração a população em avaliação, a sua idade média, ou seja, nascidos na geração dos anos 1950/1960, não verificámos necessidade de ajuste de maior longevidade face à tábua para este estudo. No entanto, e no futuro para gerações mais novas é, recomendável incluir ajustamentos para fazer face à evolução da esperança de vida. Importa, no entanto, referir que os valores apresentados neste estudo não refletem ainda esta necessidade uma vez que não se efetua análise de longevidade após a reforma, para a população de beneficiários ainda contribuintes.
- Na secção 7- Pressupostos do Relatório de Sustentabilidade a identificação da taxa que se considera para efetuar o desconto para a data de avaliação do valor dos pagamentos de pensões futuras, deverá ter em conta a finalidade da avaliação e o modo como estes valores se encontram financiados. A CPAS não tem obrigatoriedade contabilística de registar este valor, uma vez que é um regime de repartição, assim não tem de considerar o modelo de determinação deste pressuposto conforme se encontra definido nas regras contabilística e que é utilizado pela maioria das empresas, que disponibilizam este benefício aos seus colaboradores, ou pelos Fundos de Pensões que se encontram sobre a supervisão da ASF. Deste modo apresentámos

na referida secção os valores de taxas de desconto para cálculo do valor atual das pensões em pagamento, tendo em consideração as possíveis situações que identificamos adequadas analisar para a realidade deste regime de repartição e quando se determinam responsabilidades desta natureza. A decisão final de escolha do pressuposto é sempre uma decisão da CPAS, assim como efetuado em qualquer outro modelo de contabilização. O intervalo apresentado pela Aon encontra-se entre 0,9% e 3,43%, pelo que qualquer valor dentro do intervalo apresentado é perfeitamente admissível. A decisão da CPAS recaiu também sobre o valor em linha com o mesmo modelo de cálculo considerado em 2017 pelo que a manutenção da metodologia é aconselhável nestas análises de longo prazo, conforme descrito nas práticas de avaliações de benefícios de longo prazo.

- A CPAS é um regime privativo de Segurança Social com financiamento em modelo de repartição, onde as pensões dos reformados são pagas pelo valor das contribuições dos atuais beneficiários ativos. Como qualquer regime desta natureza verifica-se a sua dependência do equilíbrio entre a população ativa e reformada e o valor das contribuições recebidas e o valor das pensões pagas, sendo proeminente um acompanhamento regular a todos os fatores de análise que possam indicar um possível desequilíbrio futuro. A última revisão do regulamento da CPAS incluiu medidas obrigatórias de análise anual, para que se possa munir a Direção de elementos que identifiquem os momentos em que seja necessário efetuar ajustamentos ao regime. A avaliação anual do valor atual das pensões em pagamento é uma dessas medidas, não para financiar este valor como se de um Fundo de Pensões se tratasse, mas para analisar a expectativa de evolução destes pagamentos face ao valor do Fundo de Garantia e identificar a disponibilidade de valor a alocar anualmente a este Fundo, ou utilizar possíveis excedentes noutras melhorias para os beneficiários da CPAS. O Relatório de Sustentabilidade foi outra das medidas introduzidas no sentido de analisar não só a posição de fecho do ano mas também analisar uma estimativa prospetiva deste regime, e assim analisar, com o tempo necessário, alterações que sejam necessárias introduzir no sentido de manter a sua sustentabilidade. Num regime de repartição são assim importantes as medidas de análise de risco implementadas e a sua adequada interpretação para atuação e aplicação de medidas de ajustamento de forma a minimizar os impactos nos beneficiários.
- Ao longo do Relatório de Sustentabilidade foi sendo apresentado a análise da Aon da evolução prospetiva do regime de repartição tendo por base os pressupostos identificados ao longo da secção 3 e 4 e descritos em maior detalhe na secção 7. Este cenário foi definido na página 16 como cenário inicial e deveria de ter sido definido como cenário central, conforme é identificado posteriormente ao longo do relatório.
Na secção 4, página 16 é apresentado uma análise de sensibilidade a este cenário central, da passagem à reforma de 50% dos beneficiários elegíveis e uma análise ao IPC que se encontra descrito no último parágrafo desta mesma página.

- Conforme descrito no Enquadramento do Relatório de Sustentabilidade, é considerado neste estudo as regras em vigor à data do seu reporte. Assim, o estudo já releva a aplicação para o ano de 2019, do indexante contributivo e do fator de correção de menos 14%. O estudo não considera nos anos subsequentes a aplicação de qualquer fator de correção, porque nos termos da lei não se encontra prevista a obrigatoriedade da sua eventual aplicação. A eventual aplicação, em qualquer dos anos subsequentes de qualquer fator de correção, estará dependente da sua publicação em portaria que dependerá de um processo de decisão no qual intervêm diversas entidades (Direção, Conselho Geral e Tutela) e que deve obrigatoriamente ser precedido de um estudo de sustentabilidade específico, conforme previsto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 116/2018 de 21 de dezembro.

Catarina Galvão
Atuária Titular do IAP

Lisboa, 4 de Abril de 2019

Nuno Abreu
Diretor Aon HR Solutions